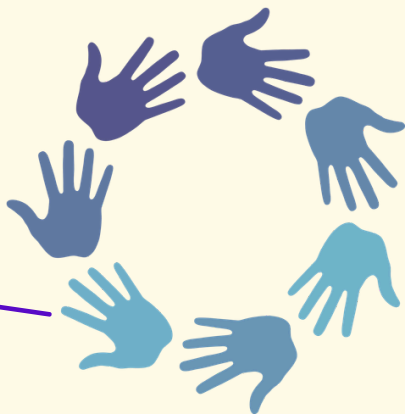


Aurum  
EDITORA



# HUMANIDADES

ESTUDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS



ORGANIZAÇÃO  
AURUM EDITORA

Aurum  
EDITORA



# HUMANIDADES

ESTUDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS



ORGANIZAÇÃO  
AURUM EDITORA

## **AURUM EDITORA LTDA - 2025**

Curitiba – Paraná - Brasil

### **EDITOR CHEFE**

Lucas Gabriel Vieira Ewers

### **ORGANIZADOR DO LIVRO**

Aurum Editora Ltda

### **EDIÇÃO DE TEXTO**

Stefanie Vitoria Garcia de Bastos

### **EDIÇÃO DE ARTE**

Aurum Editora Ltda

### **IMAGENS DA CAPA**

Freepik, Canva

### **BIBLIOTECÁRIA**

Maria Alice Ferreira

### **ÁREA DE CONHECIMENTO**

Ciências Humanas e Sociais

Copyright © Aurum Editora Ltda

Texto Copyright © 2025 Os Autores

Edição Copyright © 2025 Aurum Editora  
Ltda



Este trabalho está licenciado sob uma  
licença Creative Commons Attribution-  
NonCommercial-NoDerivatives  
4.0 International License.

A responsabilidade pelo conteúdo, precisão e veracidade dos dados apresentados neste texto é inteiramente do autor, não refletindo necessariamente a posição oficial da Editora. O trabalho pode ser baixado e compartilhado, desde que o crédito seja dado ao autor, mas não é permitida a modificação do conteúdo de qualquer forma ou seu uso para fins comerciais.

Todos os manuscritos passaram por uma avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial, e foram aprovados para publicação com base em critérios de imparcialidade e objetividade acadêmica.

A Aurum Editora se compromete a manter a integridade editorial em todas as fases do processo de publicação, prevenindo plágio, dados ou resultados fraudulentos, e assegurando que interesses financeiros não afetem os padrões éticos da publicação. Qualquer suspeita de má conduta científica será verificada com atenção aos princípios éticos e acadêmicos.

## **CORPO EDITORIAL**

- Adriano Rosa da Silva - Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense
- Alessandro Sathler Leal da Silva - Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Alex Lourenço dos Santos - Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Catalão
- Ayla de Jesus Moura - Mestra em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco
- Camila Aparecida da Silva Albach - Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Carina Mandler Schmidmeier - Mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná
- Carolline Nunes Lopes - Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Daniel da Rocha Silva - Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe
- Daniel Rodrigues de Lima - Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas.
- Fabio José Antonio da Silva - Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina.
- Fabricio do Nascimento Moreira - Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Felipe Antônio da Silva - Graduado em Direito pelo Centro Universitário Unihorizontes
- Francisco Welton Machado - Editor Independente - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí
- Gabriella de Moraes - Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais
- Gleyson Martins Magalhães Reymão - Mestre Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pelo Instituto Federal do Pará
- Gustavo Boni Minetto - Mestrando em Educação, Linguagens e Tecnologia pela Universidade Estadual de Goiás
- João Vitor Silva Almeida - Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins
- José Bruno Martins Leão - Doutor em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela Instituição Toledo de Ensino
- José Cláudio da Silva Júnior - Mestrando em Ciências da Saúde pela Universidade de Pernambuco
- José Leonardo Diniz de Melo Santos - Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco

José Marciel Araújo Porcino - Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

José Neto de Oliveira Felipe - Doutorando em Ensino de Ciências Exatas - PPGECE - Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, UNIVATES, Brasil.

Luan Brenner da Costa - Editor Independente - Graduado em Enfermagem pela Fundação Herminio Ometto

Lucas Matheus Araujo Bicalho - Mestrando em Historia pela Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Brasil.

Luciano Victor da Silva Santos - Mestrando em Hotelaria e Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Luzia Eleonora Rohr Balaj - Doutoranda em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Magno Fernando Almeida Nazaré - Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Maickon Willian de Freitas - Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Maikon Luiz Mirkoski - Mestre Profissional em Matemática em Rede Nacional pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Mailson Moreira dos Santos Gama - Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

Marcela da Silva Melo - Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará

Marcos Scarpioni - Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Marilha da Silva Bastos - Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará

Mario Marcos Lopes - Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos

Mirna Liz da Cruz - Editora Independente - Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás

Newton Ataíde Meira - Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros

Plinio da Silva Andrade - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Leonardo Da Vinci

Priscila da Silva de Souza Bertotti - Editora Independente - Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário UniOpet

Rafael José Kraisch - Doutorando em Neurociências pela Universidade Federal de Santa Catarina

Ryan Dutra Rodrigues - Editor Independente - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

Salatiel Elias de Oliveira - Doutor em Apostilamento de Reconhecimento de Título pela Universidade do Oeste Paulista

Sebastião Lacerda de Lima Filho - Doutorando em Medicina Translacional pela Universidade Federal do Ceará

Silvio de Almeida Junior - Doutor em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Swelen Freitas Gabarron Peralta - Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná

Talita Benedcta Santos Künast - Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal de Mato Grosso

Tályta Carine da Silva Saraiva - Mestra em Agronomia pela Universidade Federal do Piauí

Thiago Giordano de Souza Siqueira - Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Thiago Silva Prado - Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá

Vinicius Valim Pereira - Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil.

Wilson Moura - Doutor em Psicologia pela Christian Business School

Yohans de Oliveira Esteves - Doutor em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Humanidades [livro eletrônico] : estudos em  
ciências humanas e sociais / organização  
Aurum Editora. -- 1. ed. -- Curitiba, PR :  
Aurum Editora, 2026.  
PDF

Bibliografia  
ISBN 978-65-83849-64-9

1. Ciências humanas 2. Ciências sociais  
3. Cultura 4. Humanidades 5. Identidade  
6. Pesquisa 7. Sociedade I. Aurum Editora.

26-338329.0 CDD-300.72

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ciências humanas e sociais : Pesquisa 300.72

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

**Aurum Editora Ltda**  
CNPJ: 589029480001-12  
[contato@aurumeditora.com](mailto:contato@aurumeditora.com)  
(41) 98792-9544  
Curitiba - Paraná

## **DECLARAÇÃO DA EDITORA**

A Aurum Editora DECLARA, para fins de direitos, obrigações e aspectos legais ou metodológicos, que:

Esta publicação representa apenas uma transferência temporária dos direitos autorais, conferindo o direito de publicação e reprodução dos materiais. A Editora não assume responsabilidade pela autoria dos manuscritos publicados, conforme as disposições da Lei de Direitos Autorais (Lei 9610/98), do art. 184 do Código Penal e do art. 927 do Código Civil. O(s) autor(es) são exclusivamente responsáveis por garantir a conformidade com as questões de direitos autorais e outros aspectos legais, isentando a Editora de quaisquer responsabilidades civis, administrativas ou criminais que possam ocorrer.

Autoriza-se a **DIVULGAÇÃO DO TRABALHO** pelo(s) autor(es) em palestras, cursos, eventos, programas de mídia e televisão, desde que o devido reconhecimento da autoria e edição seja dado, sem fins comerciais, e que os **CRÉDITOS** à Aurum Editora sejam devidamente apresentados. A omissão ou exclusão dessas informações será de responsabilidade do(s) autor(es) e da editora.

Todos os e-books são de acesso aberto, portanto, não devem ser vendidos em sites, plataformas de comércio eletrônico ou qualquer outro meio, seja virtual ou físico. Assim, não há transferência de direitos autorais para os autores, uma vez que o formato não gera outros direitos além dos usos didáticos e publicitários da obra, a qual pode ser acessada a qualquer momento.

Todos os membros do Conselho Editorial atuam de forma voluntária, sendo graduados ou pós-graduados em suas respectivas áreas.

A Aurum Editora não autoriza a venda ou compartilhamento dos nomes, e-mails e quaisquer outros dados pessoais dos autores, exceto para a divulgação desta obra, em conformidade com o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Constituição da República Federativa.

## **DECLARAÇÃO DO AUTOR**

O autor deste trabalho DECLARA, para os fins seguintes, que:

Não possui nenhum interesse comercial que possa gerar conflito em relação ao conteúdo publicado;

Declara ter se envolvido ativamente na elaboração do manuscrito, preferencialmente nas seguintes etapas: Desenvolvimento do estudo, e/ou coleta de dados, e/ou análise e interpretação dos dados, redação do artigo ou revisão para garantir a relevância intelectual do material e aprovação final do manuscrito para envio;

Certifica que o texto publicado está completamente livre de dados falsificados ou resultados fraudulentos, bem como de falhas relacionadas à autoria;

Confirma que fez a citação correta e a devida referência a todos os dados e interpretações oriundas de outras pesquisas;

Reconhece que todas as fontes de financiamento que possam ter sido recebidas para a realização da pesquisa foram devidamente declaradas;

Autoriza a edição do trabalho, incluindo registros de catálogo, ISBN, DOI e outros indexadores, design gráfico e criação de capa, layout interno, além do lançamento e divulgação de acordo com os critérios estabelecidos pela Aurum Editora.

## AUTORES



Agnaldo Keiti Higuchi  
Alessandro Carvalho de Sousa  
Alianna Cardoso Vançan  
Aline Mamus Bottini Keller  
Ana Carla Ferreira dos Santos  
Ana Julia Candida Ferreira  
Ana Lima Ceconi  
Ana Luiza Souza e Silva  
Antonio Clécio de Sousa  
Antonio Eudes Mota  
Antonio Rosiel Martins Melo  
Ariadine Jamilly Assunção Monteiro  
Bruna Costa Pinto  
Bruna Silva Vieira de Araújo  
Camila de Freitas Moraes Garcia  
Carla Sant'Ana de Oliveira  
Carlos Malan de Souza Fonseca Júnior  
Cicero Anderson Pereira Santos  
Conceição de Maria Carvalho Mendes  
Creilson de Jesus Conceição  
Daniel da Rocha Silva  
Danila Mendes dos Santos  
Diego Gabriel Jaskulski da Rocha  
Domingos Ferreira Alencar Diógenes  
Edimilson Eduardo da Silva  
Edna Margarita Pardo Prieto  
Ernoi Luiz Matielo  
Felipe A. O. Cantalice  
Felipe Eduardo Ferreira Marta  
Fernanda Correa de Melo  
Fernando Sluchensci dos Santos  
Francisca de Sousa Vasconcelos  
Francisco Adeilton da Silva  
Francisco Gabriel da Silva Linhares  
Francisco Renato Silva Ferreira  
Gabriel Maçalai  
Gislaine Pereira Kuczanski  
Hádrya Jacqueline da Silva Santos  
Hevelynn Franco Martins  
Humberto José da Rocha  
Jaiane Eduarda Pacheco Sardinha  
Jamilly Sampaio de Alencar Moreira  
José Dino da Costa Cavalcante  
José Evantuil de Sousa  
José Leonardo Diniz de Melo  
Jucilvanya Furtado da Silva Melo  
Juliana de Melo Rodrigues Cal  
Leandro dos Santos  
Lucas Almeida  
Márcio Achtschin Santos  
Maria Eduarda Sousa Mota  
Maria Izabel Pedro da Silva  
Mariana Mello Correa  
Marta Coelho Bezerra Dantas  
Max Sandro Silva Marques  
Mayra Rodrigues Negrão  
Mázio Miguel Silva dos Santos  
Mirna Rocha Silva  
Natal da Silva dos Santos  
Paula Kaoma Salvalagio  
Pedro Henrique de Lima  
Pedro Henrique Farias Vianna  
Pedro Jose Fernandes Pereira  
Rafaela Gonçalves Rodrigues  
Raquel Cristina Lucas Mota  
Renan Felipe Pereira Gonçalves  
Roberta Fabbri  
Roberto Pires Oliveira  
Sueli Kuttert Claro dos Santos  
Tainá Mendes Sousa  
Telmo Rosa Nogueira  
Thiago Muniz da Silva  
Tiago Henrique da Silva  
Victor Belmonte Major de Paula  
Wallace Barbosa dos Santos Pereira  
Walter Machado de Amorim  
Wanderson de Freitas dos Santos  
Wanessa de Sousa Santos  
Wellton Cardoso Pereira  
Yoná Ferreira dos Anjos

## SUMÁRIO

### Capítulo 1

#### UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE INCLUSÃO E DIREITOS DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DE ENSINO NO BRASIL

*Sueli Kuttert Claro dos Santos, Gislaíne Pereira Kuczanski, Renan Felipe Pereira Gonçalves, Diego Gabriel Jaskulski da Rocha, Mariana Mello Correa, Aline Mamus Bottini Keller, Fernanda Correa de Melo, Carla Sant'Ana de Oliveira, Roberta Fabbri, Ana Lima Ceconi e Fernando Sluchensci dos Santos.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-001>

.....1-7

### Capítulo 2

#### CATEGORIAS BAKHTINIANAS EM ANÁLISE: DO NET-ATIVISMO À CONSTRUÇÃO DA #ELENAO

*Daniel da Rocha Silva.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-002>

.....8-20

### Capítulo 3

#### VIDA, MORTE E METAMORFOSE: UMA ANÁLISE ECOLÓGICA SISTÊMICA DO FILME DIANCIE E O CASULO DA DESTRUÇÃO

*Pedro Jose Fernandes Pereira.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-003>

.....21-37

### Capítulo 4

#### A FEIRA DE CARUARU NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE A PARTIR DO INVENTÁRIO DE RICARDO JOSÉ BEZERRA (1862)

*Mázio Miguel Silva dos Santos.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-004>

.....38-54

### Capítulo 5

#### O PAPEL DO CONTROLE EMOCIONAL NA PRODUTIVIDADE E BEM-ESTAR DOS PROFISSIONAIS NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

*Tainá Mendes Sousa e Conceição de Maria Carvalho Mendes.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-005>

.....55-62

### Capítulo 6

#### MOISÉS COMO EGÍPCIO: UMA DEFESA DA TEORIA DE FREUD À LUZ DA HISTÓRIA E DA PSICANÁLISE

*Antonio Rosiel Martins Melo.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-006>

.....63-66

## Capítulo 7

### QUÃO HOMENS SÃO OS GAYS?

*Francisco Renato Silva Ferreira, Rafaela Gonçalves Rodrigues, Francisco Gabriel da Silva Linhares, Cicero Anderson Pereira Santos, Pedro Henrique de Lima, Domingos Ferreira Alencar Diógenes, Danila Mendes dos Santos e Jamilly Sampaio de Alencar Moreira.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-007>

.....67-83

## Capítulo 8

### A ESCOLA QUILOMBOLA COMO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DAS IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS E DA DIVERSIDADE

*José Evantuil de Sousa, Marta Coelho Bezerra Dantas, Antonio Clécio de Sousa, Maria Izabel Pedro da Silva, Francisco Adeilton da Silva, Ana Carla Ferreira dos Santos, Wellton Cardoso Pereira, Rafaela Gonçalves Rodrigues e Francisco Renato Silva Ferreira.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-008>

.....84-103

## Capítulo 9

### A PENA DE MORTE EM CARUARU (PE): ESCRAVIDÃO, SISTEMA CRIMINAL E CONSTRUÇÃO JORNALÍSTICA DA JUSTIÇA (1857-1859)

*Mázio Miguel Silva dos Santos.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-009>

.....104-135

## Capítulo 10

### PERSPECTIVAS DO PODER NA GESTÃO PÚBLICA: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DAS PREMISSAS FOUCAULTIANAS EVIDENCIADAS EM ARTIGOS CIENTÍFICOS

*Wallace Barbosa dos Santos Pereira, Márcio Achtschin Santos, Edimilson Eduardo da Silva, Raquel Cristina Lucas Mota e Arnaldo Keitii Higuchi.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-010>

.....136-153

## Capítulo 11

### A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA EM MEMÓRIA E CULTURA

*Ana Luiza Souza e Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-011>

.....154-166

## Capítulo 12

### ENTRE O CAIS E A CADEIA: A ESCRAVIDÃO URBANA EM MANAUS (1850–1888) E A FORMAÇÃO DE UMA URBANIDADE AMAZÔNICA

*Felipe A. O. Cantalice.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-012>

.....167-181

## Capítulo 13

### A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS IMPACTOS NA RECONFIGURAÇÃO CURRICULAR

*Roberto Pires Oliveira, Hevelynn Franco Martins, Edna Margarita Pardo Prieto, José Leonardo Diniz de Melo, Pedro Henrique Farias Vianna, Creilson de Jesus Conceição, Victor Belmonte Major de Paula, Telmo Rosa Nogueira, Lucas Almeida, Walter Machado de Amorim, Tiago Henrique da Silva e Carlos Malan de Souza Fonseca Júnior.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-013>

.....182-194

## Capítulo 14

### ENTRE EMANCIPAÇÃO E SUBMISSÃO: *SENHORA*, DE JOSÉ DE ALENCAR

*Bruna Silva Vieira de Araújo, Wanderson de Freitas dos Santos, Wanessa de Sousa Santos, Thiago Muniz da Silva, Hádrya Jacqueline da Silva Santos, Mirna Rocha Silva e Natal da Silva dos Santos.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-014>

.....195-206

## Capítulo 15

### COLONIALIDADE ALGORÍTMICA E A REEDUCAÇÃO NÃO-MAQUÍNICA: TRANSVALORAÇÃO DE VALORES NA ERA DA GOVERNAMENTALIDADE DIGITAL

*Alianna Cardoso Vançan e Ana Julia Candida Ferreira.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-015>

.....207-230

## Capítulo 16

### O TERÇO DOS HOMENS DO CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS: EXPRESSÃO DA FÉ CATÓLICA, ESPIRITUALIDADE MASCULINA E CULTURA RELIGIOSA

*Alessandro Carvalho de Sousa.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-016>

.....231-235

## Capítulo 17

### A MULHER NEGRA NA OBRA “A FALÊNCIA” DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA: ANÁLISE DA PERSONAGEM SANCHÁ E O PAPEL DA MULHER NEGRA NO FINAL DO SÉCULO XIX

*Francisca de Sousa Vasconcelos e José Dino da Costa Cavalcante.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-017>

.....236-247

## Capítulo 18

### DA PALAVRA À IMAGEM: *ALEXANDRE E OUTROS HERÓIS E VIOLEIRO DO SERTÃO*

*Wanderson de Freitas dos Santos, Bruna Costa Pinto, Max Sandro Silva Marques, Mirna Rocha Silva, Jucilyvanya Furtado da Silva Melo e Maria Eduarda Sousa Mota.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-018>

.....248-259

## Capítulo 19

### CRISE CLIMÁTICA E CORPOS MARCADOS: INTERSECCIONALIDADE, VULNERABILIDADE E INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

*Camila de Freitas Moraes Garcia, Ariadine Jamilly Assunção Monteiro, Jaiane Eduarda Pacheco Sardinha, Juliana de Melo Rodrigues Cal, Mayra Rodrigues Negrão e Yoná Ferreira dos Anjos.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-019>

.....260-270

## Capítulo 20

### METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: TIPOS E CLASSIFICAÇÕES DA PESQUISA

*Antonio Eudes Mota.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-020>

.....271-280

## Capítulo 21

### VIVÊNCIAS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE PROFISSIONAIS DO SEXO EM COLÍDER-MT: UM ESTUDO DE CASO GEOGRÁFICO

*Paula Kaoma Salvalagio e Leandro dos Santos.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-021>

.....281-299

## Capítulo 22

### INTERVALOS, DESCANSO SEMANAL REMUNERADO, FÉRIAS E DIREITO À DESCONEXÃO NO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO

*Gabriel Maçalai.*



  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-022>

.....300-307

## Capítulo 23

### CINEMA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA FRONTEIRA SUL: A LUTA PELA TERRA COMO ENQUADRAMENTO CENTRAL


*Ernoi Luiz Matielo e Humberto José da Rocha.*

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-023>

.....308-321

**UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE INCLUSÃO E DIREITOS DA CRIANÇA COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DE ENSINO NO BRASIL**

**A NARRATIVE REVIEW ABOUT INCLUSION AND RIGHTS OF CHILDREN WITH AUTISM  
SPECTRUM DISORDER IN THE EARLY YEARS OF SCHOOLING IN BRAZIL**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-001>

**Sueli Kuttert Claro dos Santos**

Graduada em Pedagogia e Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional e em Educação Especial e Inclusiva. Graduanda em Terapia Ocupacional pela UniGuairacá Centro Universitário - Guarapuava/PR

**Gislaine Pereira Kuczanski**

Graduada em Pedagogia - Gestão Educacional e Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental nos anos Iniciais pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Pós-graduada em Análise do Comportamento Aplicada, Atendimento Educacional Especializado e Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Venda do Novo Imigrante (FAVENI). Graduanda em Terapia Ocupacional pela UniGuairacá Centro Universitário - Guarapuava/PR

**Renan Felipe Pereira Gonçalves**

Técnico de Enfermagem. Graduando em Enfermagem pela Faculdade Guarapuava - Guarapuava/PR. Graduando em Tecnólogo em Radiologia pelo Centro Universitário UniFatecie.

**Diego Gabriel Jaskulski da Rocha**

Técnico de Enfermagem. Graduando em Enfermagem pela Faculdade Guarapuava - Guarapuava/PR

**Mariana Mello Correa**

Graduanda em Pedagogia pela UNICENTRO - Guarapuava/PR

**Aline Mamus Bottini Keller**

Graduada em Fisioterapia e Pós-graduada em Acupuntura, Fisioterapia Dermatofuncional, Docência no Ensino Superior e Educação Especial

**Fernanda Correa de Melo**

Graduada em Direito pela Faculdade Guarapuava - Guarapuava/PR. Especialista em Gestão de Terceiro Setor pela Escola Aberta do Terceiro Setor. Mestra em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) pela UNICENTRO - Guarapuava/PR

**Carla Sant'Ana de Oliveira**

Graduada em Pedagogia e Mestra em Educação pela UNICENTRO - Guarapuava/PR. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Curitiba/PR. Pós-doutora em Ciências Farmacêuticas pela UNICENTRO - Guarapuava/PR

**Roberta Fabbri**

Graduada em Farmácia e Doutora em Area del Farmaco e Trattamenti Innovaiti pela Università degli Studi di Firenze (Itália)

**Ana Lima Ceconi**

Graduada em Ciências Biológicas/NiltonLins (Licenciatura) e em Ciências Naturais/UFAM (Licenciatura). Mestre e Doutora em Educação em Ciências Química da Vida e Saúde pela UFSM e UFRGS. Pós-doutoranda do Cieg pela UNICENTRO, Campus Santa Cruz - Guarapuava/PR

**Fernando Sluchensci dos Santos**

Graduado em Fisioterapia pela UniGuairacá Centro Universitário - Guarapuava/PR. Mestre em Nanociências e Biociências e Doutorando em Ciências Farmacêuticas pela UNICENTRO - Guarapuava/PR. Professor do curso de Enfermagem da Faculdade Guarapuava - Guarapuava/PR

## RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma desordem neurocognitiva com repercussões variadas, interferindo em diferentes aspectos do neurodesenvolvimento da criança. Nas últimas décadas, têm-se verificado aumento significativo na prevalência do TEA a nível mundial, impulsionado por avanços diagnósticos e maior conscientização social. No Brasil, embora exista um arcabouço legal robusto voltado à garantia dos direitos da pessoa com TEA, com destaque para a Lei nº 12.764/2012 e a Lei nº 13.146/2015, a efetivação da inclusão escolar nos anos iniciais de ensino ainda enfrenta desafios. Este capítulo tem como objetivo mapear e sintetizar a produção científica e de legislações acerca da inclusão, dos direitos e das intervenções psicoeducativas direcionadas à criança com TEA no contexto educacional brasileiro. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa. Os resultados evidenciam avanços normativos importantes, como a obrigatoriedade da matrícula em escolas regulares e a oferta do atendimento educacional especializado. Contudo, persistem fragilidades relacionadas à formação docente, à escassez de recursos pedagógicos adaptados e ao acesso limitado a intervenções psicoeducativas baseadas em evidências, especialmente na rede pública. Conclui-se que a consolidação da educação inclusiva para crianças com TEA exige a articulação intersetorial, o fortalecimento das políticas públicas e a adoção de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Educação Especial; Intervenção Precoce; Direitos da Pessoa com Deficiência; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is a neurocognitive disorder with varied repercussions, affecting different aspects of a child's neurodevelopment. In recent decades, there has been a significant increase in the global prevalence of ASD, driven by advances in diagnostic practices and greater social awareness. In Brazil, although there is a robust legal framework aimed at guaranteeing the rights of individuals with ASD, particularly Law No. 12,764/2012 and Law No. 13,146/2015, the effective implementation of school

inclusion in the early years of education still faces challenges. This chapter aims to map and synthesize the scientific literature and legislation addressing inclusion, rights, and psychoeducational interventions directed at children with ASD within the Brazilian educational context. This is a narrative literature review with a qualitative approach. The results highlight important normative advances, such as mandatory enrollment in mainstream schools and the provision of Specialized Educational Services. However, shortcomings persist related to teacher training, the scarcity of adapted pedagogical resources, and limited access to evidence-based psychoeducational interventions, especially in the public education system. It is concluded that the consolidation of inclusive education for children with ASD requires intersectoral coordination, the strengthening of public policies, and the adoption of pedagogical practices grounded in scientific evidence.

**Keywords:** Inclusive Education; Special Education; Early Intervention; Rights of Persons with Disabilities; Public Policies.

## 1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades persistentes na comunicação, na interação social e pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, sendo os primeiros sinais observados durante a primeira infância (APA, 2022). Mendes e Silva Junior (2020) destacam ainda que crianças com TEA tendem a apresentar padrões motores alterados e hipersensibilidade a diferentes estímulos sensoriais.

Estimativas recentes indicam aumento significativo na prevalência do TEA em nível mundial, podendo atingir 1:54 indivíduos, números que refletem melhores critérios diagnósticos, maior conscientização social e ampliação das políticas de rastreamento (Styles et al., 2020; Maenner et al., 2023).

O Brasil enfrenta dificuldades ligadas a efetivação de políticas voltadas à criança com TEA, visto que, na maioria das vezes é a escola quem figura o papel central no desenvolvimento global do indivíduo, assumindo assim responsabilidade não apenas pela alfabetização, mas também pela promoção de habilidades sociais, emocionais e adaptativas (Brasil, 2014).

A legislação brasileira avançou nas últimas décadas no reconhecimento dos direitos da pessoa com TEA. A Lei nº 12.764/2012, conhecida como “Lei Berenice Piana”, instituiu a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, equiparando-a à pessoa com deficiência para todos os efeitos legais (Brasil, 2012). Posteriormente, a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência” (Lei nº 13.146/2015) reforçou princípios de igualdade, acessibilidade e participação plena no sistema educacional regular (Brasil, 2015).

Apesar do arcabouço legal existente, a inclusão escolar da criança com TEA nos anos iniciais ainda ocorre de forma desigual, marcada por insuficiência de apoio especializado, ausência de adaptações curriculares e fragilidades na formação docente (Santos; Bosa, 2019; Oliveira; Nunes, 2021). Paralelamente, intervenções psicoeducativas precoces no ensino estruturado e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, mostram-se fundamentais para potencializar a aprendizagem e a autonomia da criança (Zanon; Backes; Bosa, 2014).

Diante desse cenário, o estudo tem como objetivo mapear a produção científica e as legislações existentes acerca da inclusão e dos direitos da criança com TEA nos anos iniciais do ensino regular no Brasil, destacando desafios, avanços e perspectivas.

## 2 METODOLOGIA

Revisão narrativa de literatura e com análise de legislações existentes sobre o tema de caráter qualitativa, construída a partir da pergunta norteadora de pesquisa: *“Quais são os principais avanços e desafios relacionados à inclusão e aos direitos da criança com TEA nos anos iniciais de ensino no Brasil?”*. O estudo foi delineado e seguiu com método prévio de Palczuk et al. (2025).

Este método de pesquisa foi adotado por possibilitar, conforme destaca Rother (2007), uma compreensão abrangente do tema, integrando achados científicos, documentos oficiais e marcos legais.

A busca bibliográfica foi realizada no decorrer do mês de dezembro de 2025 nas bases de dados do Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, além de documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério dos Direitos Humanos. Foram incluídos artigos científicos, leis e/ou decretos publicados em língua portuguesa, com foco no contexto brasileiro. Foram excluídos estudos que não abordavam o TEA nos anos iniciais de ensino ou que se referiam a contextos internacionais.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados e selecionados para compor este capítulo evidenciam que o Brasil dispõe de um conjunto relevante de instrumentos legais voltados à garantia dos direitos da criança com TEA, embora não sejam cumpridos de forma integral. A Lei nº 12.764/2012 representa um marco ao assegurar acesso à educação, ao atendimento multiprofissional e à proteção contra qualquer forma de discriminação (Brasil, 2012). Complementarmente, a Lei nº 13.146/2015 estabelece a obrigatoriedade da matrícula em escolas regulares, vedando a cobrança de taxas adicionais em razão da deficiência (Brasil, 2015).

No campo educacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Brasil, 2008) orienta que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) seja ofertado de forma complementar ou suplementar à escolarização, contribuindo para a eliminação de barreiras à aprendizagem da criança com TEA. No entanto, pesquisas indicam que a implementação do

AEE ainda é heterogênea, com carência de profissionais capacitados e recursos pedagógicos adaptados (Pletsch, 2018).

As dificuldades relacionadas à formação docente, à insuficiência de recursos pedagógicos adaptados e à limitada oferta de intervenções psicoeducativas no ambiente escolar comprometem a efetividade da inclusão (Guimaraes Junior et al., 2022). Tais fragilidades reforçam a necessidade de investimentos contínuos em políticas públicas, formação continuada de professores e fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado.

Autores como Santos e Bosa (2019) destacam que a inclusão da criança com TEA nos anos iniciais de ensino depende fortemente da formação continuada dos professores, da atuação colaborativa entre docentes da sala comum e do AEE, e do envolvimento da família no processo educacional. A ausência desses elementos tende a resultar em práticas excludentes, mesmo em contextos formalmente inclusivos.

No que se refere às intervenções psicoeducativas, a literatura aponta que estratégias baseadas em evidências, como intervenções comportamentais intensivas precoces, ensino estruturado, uso de rotinas visuais e mediação pedagógica individualizada, contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo, comunicativo e social da criança com TEA (Zanon; Backes; Bosa, 2014; Camargo; Bosa, 2018).

Entretanto, Oliveira e Nunes (2021) ressaltam que o acesso a essas intervenções no contexto escolar público ainda é limitado, sendo muitas vezes restrito ao âmbito clínico ou privado. Tal realidade acentua desigualdades sociais e compromete o princípio da equidade previsto nas políticas públicas de educação inclusiva.

Outro ponto recorrente nos estudos refere-se à necessidade de articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social. O cuidado integral da criança com TEA exige ações coordenadas que ultrapassem os muros da escola, garantindo acompanhamento multiprofissional e suporte às famílias (BRASIL, 2014).

Dessa forma, os resultados indicam que, embora haja avanços normativos e científicos, persistem desafios relacionados à efetivação dos direitos, à qualificação das práticas pedagógicas e à ampliação do acesso às intervenções psicoeducativas baseadas em evidências no contexto escolar brasileiro.

#### **4 CONCLUSÃO**

A presente revisão evidencia que a inclusão da criança com TEA nos anos iniciais do ensino regular no Brasil é sustentada por um arcabouço legal robusto, que reconhece direitos e assegura princípios de igualdade e não discriminação. Contudo, a distância entre o que está previsto na legislação e o que se concretiza na prática educacional ainda é expressiva.

Conclui-se que a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva para crianças com TEA requer não apenas o cumprimento das leis, mas também a articulação intersetorial, o incentivo à produção científica nacional e a adoção de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências. Essas ações são essenciais para garantir o desenvolvimento integral, a aprendizagem significativa e a participação plena dessas crianças no contexto escolar e social.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **DSM-5-TR: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2022. Disponível em: <https://membros.analysispsicologia.com.br/wp-content/uploads/2024/06/DSM-V.pdf>.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/secadi/politicaseducacaoespecial.pdf>.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm).

BRASIL, Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília: MS, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/autismo/publicacoes>.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm).

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, e180317, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/KT7rrhL5bNPqXyLsq3KKSgR/?format=pdf&lang=pt>.

GUIMARAES JUNIOR, J. C.; et al. Teacher training for basic education in an inclusive perspective of teaching: perceptions and reflections based on national scientific literature. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 10, p. e339111032905, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/32905>.

MAENNER, M. J. et al. Prevalence and characteristics of autism spectrum disorder. **MMWR Surveillance Summaries**, v. 72, n. 2, 2023. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10042614/>.

MENDES, M. C. M. B.; SILVA JÚNIOR, S. C. Autismo: A Importância do Diagnóstico e Intervenção Precoce. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia da FAEF**. Ano 2020, Vol. 34, Nº. 02, pp. 1-11. Novembro de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2020/09/diagnostico-precoce-1.pdf>.

OLIVEIRA, M. A.; NUNES, L. R. O. P. Inclusão escolar de alunos com TEA: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, e0204, 2021. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/9055>.

PALCZUK, A.; et al. Formulações pediátricas no brasil: desafios, perspectivas e legislações existentes - uma revisão narrativa. **Livro Promoção da Saúde: Perspectivas Integradas**, Aurum Editora, [S. l.], p. 318–326, 2025. Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/editora/article/view/490>.

PLETSCH, M. D. Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 144, p. 929–946, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/31204/>.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>.


SANTOS, A. P.; BOSA, C. A. Escolarização de crianças com autismo: desafios da inclusão. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, e3546, 2019. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/download/2041/1013/7223?>.

STYLES, M.; et al. Risk factors, diagnosis, prognosis and treatment of autism. **Front Biosci (Landmark Ed)**. 2020 Jun 1;25(9):1682-1717. Disponível em: <https://www.imrpess.com/journal/FBL/25/9/10.2741/4873>.

ZANON, R. B.; BACKES, B.; BOSA, C. A. Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 25–33, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/9VsxVL3jPDRyZPNmTywqF5F/?lang=pt>.

**CATEGORIAS BAKHTINIANAS EM ANÁLISE: DO NET-ATIVISMO À CONSTRUÇÃO DA #ELENAO**

**BAKHTINIAN CATEGORIES IN ANALYSIS: FROM NET-ACTIVISM TO THE CONSTRUCTION OF #ELENAO**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-002>

**Daniel da Rocha Silva**

Mestrado em Estudos Linguísticos (UFS)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4381004876710988>

**RESUMO**

Este estudo perpassa por categorias de análise do estudioso da linguagem Mikhail Bakhtin, palavra, sentido, enunciado, discurso, diálogo, ideologia; que, em um imbricamento, constroem as relações dialógicas que basilar este capítulo. Nesse sentido, para quê esse emaranhado de concepções atrelem-se ao objeto de análise, a #elenao, fez-se necessário uma abordagem da teoria do net-ativismo, que nos remete ao ativismo em redes sociais digitais. Com isso, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa e de caráter descritivo em virtude do *corpus/corpora*. Assim, para corroborar com Bakhtin/ Volóchinov (2002), Bubnova (2011), Roza (2012), Morais (2018), dentre outras fundamentações que enriquecem esta pesquisa. Por “fim”, o ativismo em rede foi essencial para a propagação da #elenao, em que se permitiu um alcance antes pouco visto em relação à oposição de uma manifestação política.

**Palavras-chave:** Net-ativismo; Bolsonaro; #elenao; Bakhtin.

**ABSTRACT**

This study draws on the analytical categories of the language scholar Mikhail Bakhtin: word, meaning, utterance, discourse, dialogue, ideology; which, in an intertwining, construct the dialogical relationships that underpin this chapter. In this sense, in order for this tangle of conceptions to be linked to the object of analysis, #elenao, it was necessary to approach the theory of net-activism, which refers us to activism on digital social networks. Therefore, a qualitative and descriptive research approach was used due to the *corpus/corpora*. Thus, to corroborate Bakhtin/Volóchinov (2002), Bubnova (2011), Roza (2012), Morais (2018), among other foundations that enrich this research. Finally, online activism was essential for the spread of #elenao, allowing for a reach that was previously unseen in relation to opposing a political demonstration.

**Keywords:** Net-activism; Bolsonaro; #elenao; Bakhtin.

## 1 INTRODUÇÃO

O ano de 2018 marcou, no Brasil, um acirramento político até então pouco visto durante as campanhas presidenciais. Sabe-se que o país apresenta vários problemas, principalmente no que tange à corrupção. Nesse sentido, dotado de um discurso reparador, surgiu um candidato considerado de extrema-direita e com ideias “extremistas” como resolução para o caos social em que nos encontramos. Assim, com a mesma intensidade presente na fala de Jair Bolsonaro, surgiu um discurso de resistência pautado na defesa de grupos sociais minoritários, outrora conhecidos pela violência que sofrem na sociedade e pela tentativa de exclusão do alto comissariado brasileiro. Essa busca por convencimento entre os presidentiáveis mobilizou os eleitores, que fizeram das redes sociais digitais um debate político dotado de críticas significativas para os dois lados, tanto de Lula quanto de Bolsonaro.

O advento da tecnologia é um avanço antes pouco imaginável que chegou ao patamar atual e com tamanha capacidade de influenciar seus usuários até pela sua abrangência, pois se encontra presente em praticamente todos os lugares do mundo. Desse modo, tornou-se ferramenta de todos os atores da sociedade e não foi diferente com os candidatos envolvidos nas eleições de 2018 no Brasil. Descreve-se que a utilização da rede foi tão grande que levou o candidato à presidência Jair Bolsonaro a faltar aos debates com outros candidatos, promovidos pelas emissoras de televisão, que gerou críticas negativas pelo fato de não ser questionado ao vivo e se pautar em respostas limitadas pelos caracteres das redes sociais digitais, principalmente o *Instagram* e o *Facebook*.

A mobilização popular na rede social digital *Instagram* foi uma das mais notadas, haja vista o seu alcance. Com isso, propagou a possibilidade de participação dos eleitores através de comentários tanto nas postagens do presidente eleito quanto em suas contas pessoais, a favor ou contrários. Em consequência disso, retumbou a *#elenao*, declaradamente uma oposição aberta às ideias propostas por Jair Bolsonaro e seus apoiadores. Esse movimento é mais um dentro da teoria do net-ativismo, em que as pessoas protestam através de suas contas nas redes sociais, compartilham, comentam entre si e mobilizam a sociedade quase que em sua totalidade, tornando-se, portanto, um diálogo nas redes sociais digitais.

As concepções teóricas do russo Mikhail Bakhtin e o Círculo são complexas e suas várias traduções ao redor do mundo causam um estranhamento quanto ao significado de cada um de seus objetos de estudo. No entanto, todas apregoam que a linguagem ganha sentido a partir do diálogo entre os atores constituintes de uma sociedade, e que, portanto, trata-se de diferentes formas de pensamento, opinião, atuação e significação do dizer.

Este trabalho tem como objetivo descrever o discurso *#elenao* com as concepções bakhtinianas sobre diálogo, sentido e ideologia. Como objetivos secundários, torna-se pertinente avaliar este discurso no

que tange às suas justificativas para tal posicionamento, através de imagens encontradas com a *hashtag* mencionada; ainda, intenta-se classificar a *#elenao*, na teoria net-ativista, que caracteriza o ativismo digital, que trata das manifestações de cunho político partidário na *internet*.

Tal pesquisa justifica-se pela necessidade de debates acerca da potencialidade digital, pela qual passamos, ao ponto de um posicionamento atingir milhões de pessoas em tempo real. E, também, pela urgência de debates acerca dos grupos minoritários presentes na sociedade, no intuito de compreendê-los com seus direitos e deveres igualitários aos demais. Dessa maneira, em uma sociedade civilizada, não deveria haver espaço para qualquer discurso que venha a propagar a exclusão, a submissão e/ou a restrição de avanços sociais alcançados através de políticas públicas. Portanto, o discurso excludente constitui-se na problemática.

Este trabalho está dividido em três seções numeradas, sendo que, na primeira, intitulada “*#elenao*: De onde? Para quem?”, será apresentada a origem desse discurso e os seus principais atores envolvidos; na segunda, “Net-ativismo: considerações importantes”, utiliza-se de Roza (2012) e Morais (2018), que explicam o fenômeno do ativismo em rede; e a terceira seção, denominada “*#elenao*: o discurso antibolsonarista na concepção bakhtiniana”, aborda alguns conceitos do teórico russo atrelado ao discurso aqui em foco e relativizado pelo material encontrado no *Instagram*.

## 2 #ELENAO: DE ONDE? PARA QUEM?

Até o momento, pela escassez de estudos deste fenômeno recente, não há, ao certo, como indicar o (a) responsável pela criação da *hashtag* em questão, haja vista as diversas referências, que é utilizada por diversos grupos sociais minoritários e até mesmo por aqueles que não se enquadram nestes.

Algumas reportagens de veículos renomados, como o *El País*, atribuem a *#elenao* a um grupo encabeçado por mulheres da rede social digital *Facebook*, intitulado “Mulheres unidas contra Bolsonaro”<sup>1</sup>. No entanto, a explosão desse ativismo deu-se por conta dos apoiadores do até então presidente Jair Messias Bolsonaro, que passaram a atacar, através de improperios, a página na rede de relacionamentos, e, conseqüentemente, suas participantes, como bem afirma o mesmo veículo. A partir disso, o movimento com a *#elenao* se expandiu e ganhou proporções internacionais. Por ser um discurso representado pela objetividade através de duas palavras diretas e curtas, a *hashtag* em foco tornou-se ainda mais pegadiga.

A negatividade presente na figura do político advém de suas declarações, em que o mesmo proferiu palavras desrespeitosas ao se referir às mulheres, à comunidade LGBTQIAPN+, aos índios, aos imigrantes, aos quilombolas e aos demais grupos vulneráveis da sociedade. A partir de então, esses grupos, conhecidos como minorias sociais, também se sentiram representados pela *hashtag*, por isso a *hashtag* foi tão

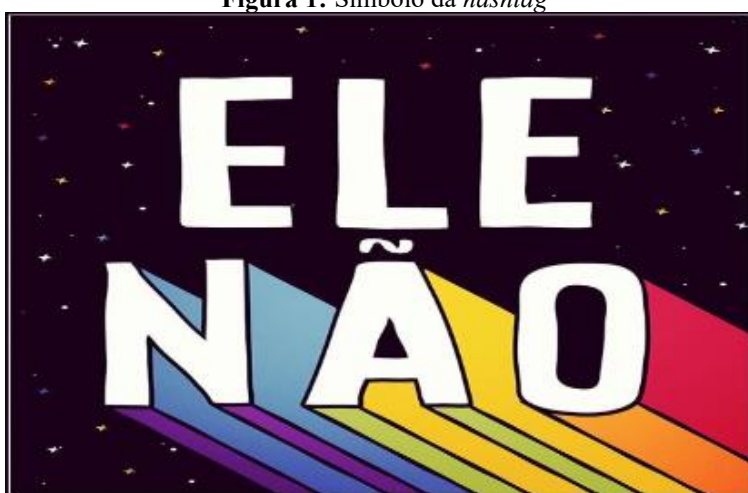
---

<sup>1</sup> Para mais informações, acessar: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018\\_413729.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018_413729.html)

divulgada. O ápice da *#elenao* foi a simbolização criada por um cearense e compartilhada exaustivamente nas redes sociais digitais, de modo que trouxe, através da arte, as cores da comunidade LGBTQIAPN+<sup>2</sup>.

A figura 1, além das cores da comunidade acima referida, apresenta também um fundo escuro com estrelas, o que se faz deduzir que o período eleitoral e o dizer do candidato aqui em foco é uma escuridão, visto que não apresenta um projeto político que atinja civilizadamente as minorias. Dessa maneira, a figura ainda remete à violência, haja vista que o Brasil tem sido repercutido, até mundialmente, como um dos países que mais mata pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Então, as estrelas podem significar os mortos dessa comunidade.

**Figura 1:** Símbolo da *hashtag*



Disponível em: UOL. Acesso em: 05 jan. 2026.

Com isso, e por conta da representatividade dessa comunidade em específico, e também devido à mobilização de artistas, que o senso comum remete a criação da *#elenao* à comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, relaciona o surgimento do movimento à criação da imagem. Esses fatos mencionados causam uma mixórdia quanto ao de “onde veio” essa manifestação ativista, que é direcionada, principalmente, a discursos excludentes. Dito isso, a Internet, através das redes digitais de relacionamento, coloca-se como o estopim para os movimentos ativistas, com informações simultâneas e de grande alcance, com capacidade de mobilização nunca vista antes.

### 3 NET-ATIVISMO: CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

A tecnologia transformou-se em um dos grandes acontecimentos da história da humanidade, não apenas pela sua capacidade de alcance, mas também pelas inovações apresentadas em tão pouco tempo de uma para a outra. Assim, o surgimento da *Internet*, como rede de conexão entre usuários, é um marco

<sup>2</sup> Para mais informações, acessar: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/09/estudante-do-interior-do-ceara-ve-sua-criacao-viralizar-como-simbolo-da-campanha-elenao.shtml>

histórico da era contemporânea, embora tenha sido popularizada apenas na década de 1990. O encadeamento entre as pessoas através da *Internet* permite que as mesmas saibam o que acontece em lugares diferentes e distantes em tempo real, antes, um acontecimento inimaginável.

Quando se fala em “rede”, subjaz que estejamos falando de relações atreladas umas às outras. No entanto, é um entre muitos significados, pois essas relações podem dar-se através de fios, de linhas, arames, dentre outros. Nesse sentido, falar de rede é, ao mesmo tempo, remeter a uma ideia de conectividade, independentemente da matéria-prima para que a mesma aconteça.

O termo “rede” remete a um passado bem distante, basicamente no século XVIII, a partir do problema das sete pontes russas, onde cinco delas ligavam a cidade de *Königsberg* à ilha de *Kneiphof*. E então se questionava: “[...] seria possível encontrar um caminho atravessando as sete pontes sem nunca atravessar uma mesma ponte duas vezes?” (Ferreira, 2011, p. 210). A partir disso, sabe-se que, em 1736, o matemático suíço Leonhard Euler

[...] propôs a solução para o problema das pontes de Königsberg, oferecendo uma rigorosa prova matemática de que não existia um caminho que passasse por todas as sete pontes uma única vez. Além de resolver o problema das pontes de Königsberg, Euler, de forma não intencional, iniciou uma nova área da matemática, conhecida como teoria dos grafos. Essa teoria é, hoje, a base de todo o conhecimento sobre redes. (Ferreira, 2011, p. 210)

Dessa maneira, uma rede social não é necessariamente digital, embora, nos dias atuais, essa associação prevaleça. Conforme Ferreira (2011, p. 210), “É, no início do séc. XX, que surge a ideia de rede social, como a ideia de que as relações sociais compõem um tecido que condiciona a ação dos indivíduos nele inseridos”. Assim, o digital é uma comunidade, com “indivíduos inseridos”, que entra em evidência a partir da popularização da *Internet* nos anos 1990; e, na década seguinte, com a criação de aplicativos de relações entre as pessoas, fato que potencializa as informações com um alcance em tempo real.

Não há uma data exata que marca o surgimento do ativismo em rede, embora alguns eventos tenham sido marcantes ao longo desta nova modalidade digital, a exemplo da “Primavera Árabe”, protestos populares contra ditaduras no Oriente Médio e parte da África. Desse modo, Di Corinto e Tozzi (2002, *apud* Roza, 2012, p. 79) afirmam que “[...] a cartografia conceitual sobre esses movimentos remete ao nascimento da própria *Internet*.”, pois, como já foi explanado, as redes sociais, embora estejam interligadas como sinônimos de “digital”, já existiam através de movimentos reivindicatórios, ou seja, a *Internet* apenas propagou as informações que se voltam para essa finalidade. Ainda,

No final dos anos de 1950, surgem no MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) os primeiros programadores que experimentavam o potencial coletivo criativo do computador que, ao delinear uma ética *hacker*, voltada para a informação livre como direito humano basilar, percebiam nas redes telemáticas a realização desse princípio. Emergia então o que foi denominado posteriormente como *hacktivismo*, formados por aqueles que buscam melhorar o mundo com o uso não convencional do computador, com implicação social, política e cultural. (Di Corinto; Tozzi, 2002, *apud* Roza, 2012, p. 79)

Esses são dados que se voltam para organizações com o intuito de protesto, embora não tivessem, *a priori*, as características do quadro atual. Portanto, a expressão “net-ativismo” não é única na representação de movimentos do tipo, haja vista a utilização de outros termos ao longo do tempo, como o ciberativismo, que, em sua essência, constitui-se no mesmo significado quando se observa a sua origem e seus objetivos, ambos voltados para os grupos de protestos ao redor do mundo.

O termo ciberativismo origina-se nos anos 90 do século XX com a utilização das tecnologias digitais em rede por grupos ativistas ligados aos movimentos *no-global*, como o *People's Global Action*, alguns organizando grandes protestos de repercussão mundial como aqueles que tomaram as ruas de Seattle (1999), Genova (2001), Londres (2004). (Roza, 2012, p. 80)

Assim, o net-ativismo parte da informação através da rede mundial de computadores, a *Internet*, e tem como meio para tal as redes sociais digitais, como o *Instagram*, em que pessoas interligam-se umas às outras simultaneamente, seja para conversas aleatórias, seja para organização de grupos de protestos através de condições que se pautam, principalmente, na velocidade com a qual as informações são passadas. Esse fenômeno marca, ainda, um sentimento de vigilância, em que os atores sociais estão sempre monitorados por alguma câmera, para o bem ou para o mal. Nesse sentido, os envolvidos em cargos de repercussão, assim como o de presidente de uma República, estarão sujeitos à manifestação na rede, o que provoca um policiamento de atitudes, individuais ou não.

Ressalta-se, também, que a popularização desses meios de comunicação através da *Internet* tirou das grandes mídias, como as emissoras de televisão, o monopólio da informação. Atualmente, existem páginas de notícias diárias propagadas em redes sociais digitais com grande número de seguidores que se informam através de seu aparelho portátil e, conseqüentemente, desligam a TV. Dessa maneira, Morais afirma que:

[...] o movimento net-ativista tentava reverter o fluxo unidirecional de comunicação e poder, até então nas mãos dos grandes conglomerados mediáticos, com o objetivo de devolver algum grau de controle para as mãos do chamado público, ocupando os espaços sobre os quais tecia as suas críticas e desenvolvia a sua oposição. (Morais, 2018, p. 201)

O net-ativismo também surgiu com essa finalidade, mesmo que secundária, até pelo fato da grande mídia não oportunizar espaço para a organização de grupos ativistas, assim como não divulga causas sociais

com essa natureza. Atrela-se, a isso, o fato de que esse movimento através das redes sociais digitais preenche este vazio, com notícias verossímeis e sem manipulação que aproximam o leitor ainda mais do acontecimento e permite ao mesmo explicar uma opinião.

#### 4 #ELENAO: O DISCURSO ANTIBOLSONARISTA NA CONCEPÇÃO BAKHTINIANA

Mesmo que faça crer em algo dito presencialmente, a concepção de diálogo do próprio Bakhtin e o Círculo não se restringe a uma presença física entre indivíduos, pois é definido como sendo “[...] toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.” (Bakhtin/Volóchinov, 2002, p. 123). Assim, a comunicação verbal, através do digital, configura-se como um diálogo nesse conceito, uma vez que envolve interação entre o “um” e o “outro”, “[...] interação de pelo menos duas enunciações, isto é, o diálogo.” (Bakhtin/Volóchinov, 2002, p. 146).

Ressalta-se, também, a partir desse prisma, que a #elenao veio a consolidar-se, enquanto nomenclatura ativista, por conta da sua repercussão midiática pelas redes sociais digitais de relacionamento, o que fez a *hashtag* referida ganhar outras representações. Por enunciado, compreende-se como sendo “[...] a metáfora da oralidade codificada por escrito, é uma unidade mínima de sentido que pode ser respondida no processo da comunicação dialógica.” (Bubnova, 2011, p. 271), ou seja, para que o diálogo aconteça é necessário que o mesmo seja constituído de sentido. O sentido “[...] é, então, uma resposta a algo dito antes, e, é algo que pode ser respondido.” (Bubnova, 2011, p. 274). Assim sendo, a *hashtag* é uma resposta a um discurso excludente, no entanto, a própria também é passiva de respostas, favoráveis e/ou não. Cita-se, também, nesse emaranhado discursivo, que “A compreensão responsiva nada mais é senão a fase inicial e preparatória para uma resposta (seja qual for a forma de sua realização)” (Bakhtin, 2000, p. 291), i.e., haverá sempre uma resposta, pois, em complemento à citação anterior, Bakhtin (2000, p. 291) afirma que o locutor “[...] espera é uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução, etc.” transformando-o em ativo com reações perante o discurso.

Ainda, o diálogo, através de enunciados, significa que um “[...] discurso citado é o discurso no discurso, um discurso sobre o discurso.” (Bakhtin/Volóchinov, 2002, p. 144), isto é, o discurso corresponde a uma resposta para outro discurso e, neste jogo de respostas que subjaz interação (comunicação verbal), é constituído o diálogo. Para exemplificar a citação acima, entende-se que a #elenao é um “discurso citado”, visto que responde ao discurso de Jair Bolsonaro. Desse modo, o conceito de enunciado, para Bakhtin, torna-se mais compreensível, quando o mesmo afirma que: “O enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto” (Bakhtin, 2000, p. 320), ou seja, o candidato configura-se em objeto, a #elenao em enunciado e a resposta popular (do outro), em diálogo.

Para a criação de um enunciado, faz-se necessário a escolha de uma (s) palavra (s), e é nessa (s) em que se apresenta a intenção do enunciador. Portanto, a palavra não é vazia, ela é carregada de intencionalidades que vão depender da situacionalidade, por isso Dorne contribui:

A língua, enquanto prática viva, está ligada a consciência lingüística do locutor e do receptor como linguagem existente num conjunto de contextos possíveis. Em decorrência disso, a “palavra” nunca será empregada como um item dicionarizado, mas nas mais diferentes enunciações dos locutores, nas mais diversas enunciações de sua prática linguística. (Dorne, 2009, p. 3)

Dessa maneira, a palavra carrega em si significados que representam a situação vivida pelo seu falante, portanto, é dotada de uma carga ideológica. Pois, conforme Stella (2005, p. 178), a palavra traz em si “[...] sua história, sua historicidade, ou seja, especialmente a linguagem em uso.”, o que corresponde a uma heterogeneidade de situações. Portanto, a partir dessa concepção, não se pode entender a língua como algo parado, pois a mesma se encontra em movimento e, por isso, reformula-se em um processo *continuum* e inerente às mais diversas significações sociais. Para Bakhtin/Volóchinov (2002) a ideologia é indissociável do signo, e por ter considerado as diversas humanidades (arte, filosofia, sociologia etc.), depreende-se que a ideologia se apresenta de acordo com cada característica dessas áreas, necessária às ideologias que lhes são convenientes.

Assim, no círculo bakhtiniano, para toda palavra dirigida a alguém existe uma resposta de outrem. Nas palavras de Bubnova (2011), Bakhtin entende ideologia como sendo aquilo que nos determina como pertencentes a uma sociedade e que tal característica encontra-se presente na voz que caracteriza nossas ações, pois, conforme a mesma autora, “[...] as vozes das quais fala Bakhtin são construtoras do sentido de nossas enunciações por nos incitar à resposta, não necessariamente agressões a nosso ser.” (Bubnova, 2011, p. 271), pois se encontram, na voz, especificidades voltadas para a opinião do falante, além de outros fatores. Consequentemente, a escrita é “[...] capaz de traduzir a voz humana.” (Bubnova, 2011, p. 270).

Dito isso, a *#elenao* surge por conta de outro discurso, remete-se a esse e proporciona tantos outros discursos relacionados. Portanto, a *hashtag* localiza-se no centro e aos lados discursos que se chocam, à medida que são antíteses, contrários, diferentes.

Esquema 1<sup>3</sup>: Discursos



Desse modo, a *#elenao*, por ser um enunciado, “[...] é um elo na cadeia da comunicação verbal e não pode ser separado dos elos anteriores que o determinam, por fora e por dentro, e provocam nele reações-respostas imediatas e uma ressonância dialógica” (Bakhtin, 2000, p. 320). O que ocorreu foi uma repercussão ainda maior do que mesmo o próprio discurso do candidato aqui em foco, porém, convém ressaltar, que mesmo sendo um discurso objetivo, a *hashtag* “elenao” sempre remete o receptor ao discurso de Jair Bolsonaro e aos que compactuam com as suas palavras, subentendida, ainda, a violência sofrida por grupos minoritários da sociedade.

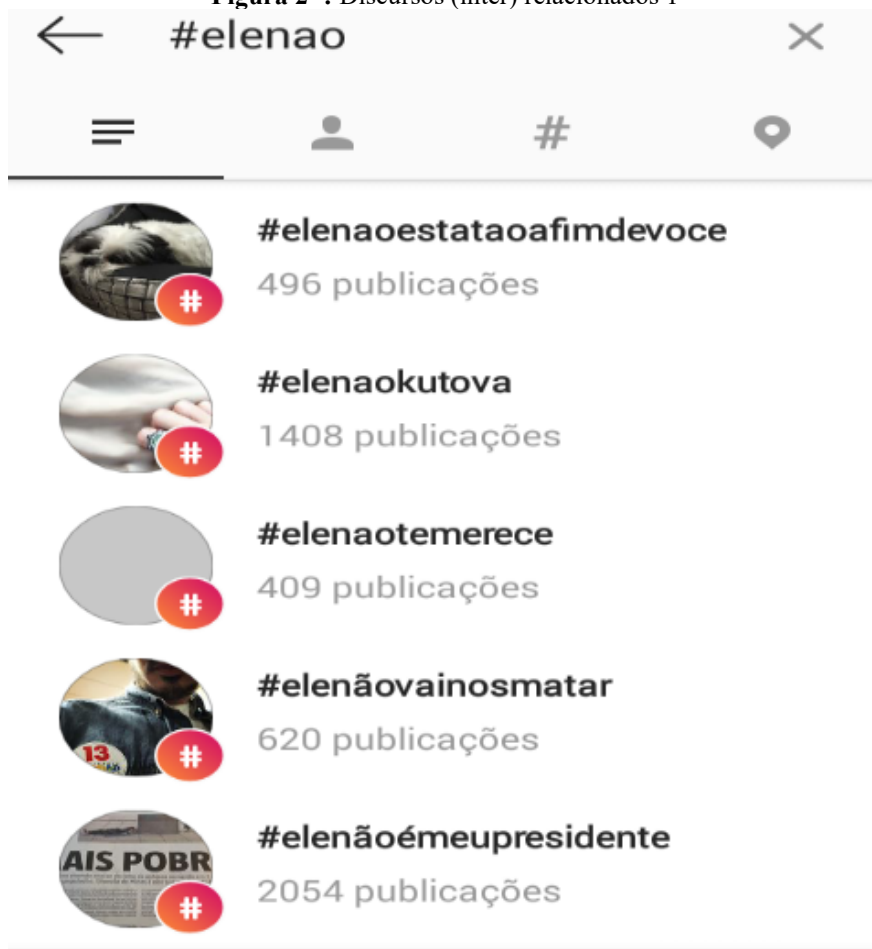
Com isso, mesmo com a objetividade discursiva presente na *#elenao*, surgem palavras agregadoras à mesma, ou seja, o “outro” tornando o enunciado um diálogo, pois apresenta um sentido, visto que é passível de uma resposta. Por isso, durante a pesquisa, fez-se necessário a pergunta “*#elenao* O QUÊ?” realizada na rede social digital *Instagram*. A partir de então, foi encontrado:

<sup>3</sup> Elaborado pelo Autor, 2026.

<sup>4</sup> Imagem 1, retirada de: <https://www.pslnacional.org.br/pagina/jair-messias-bolsonaro> Acesso em: 05 jan. 2026. O discurso foi retirado de: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/04/14/interna\\_politica,951685/10-frases-polemicas-de-bolsonaro-que-o-deputado-considerou-brincadeira.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/04/14/interna_politica,951685/10-frases-polemicas-de-bolsonaro-que-o-deputado-considerou-brincadeira.shtml) Acesso em 08 jan. 2026.

<sup>5</sup> Imagem 2, retirada de: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/09/estudante-do-interior-do-ceara-ve-sua-criacao-viralizar-como-simbolo-da-campanha-elenao.shtml> Acesso em: 03 jan. 2026.

<sup>6</sup> Imagem 3, de Ricardo Botelho, retirada de: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/politica-df/elenao-ato-contrabolsonaro-reune-brasilienses-no-eixo-monumental> Acesso em: 08 jan. 2026. Os autores dos discursos citados estão no mesmo site.

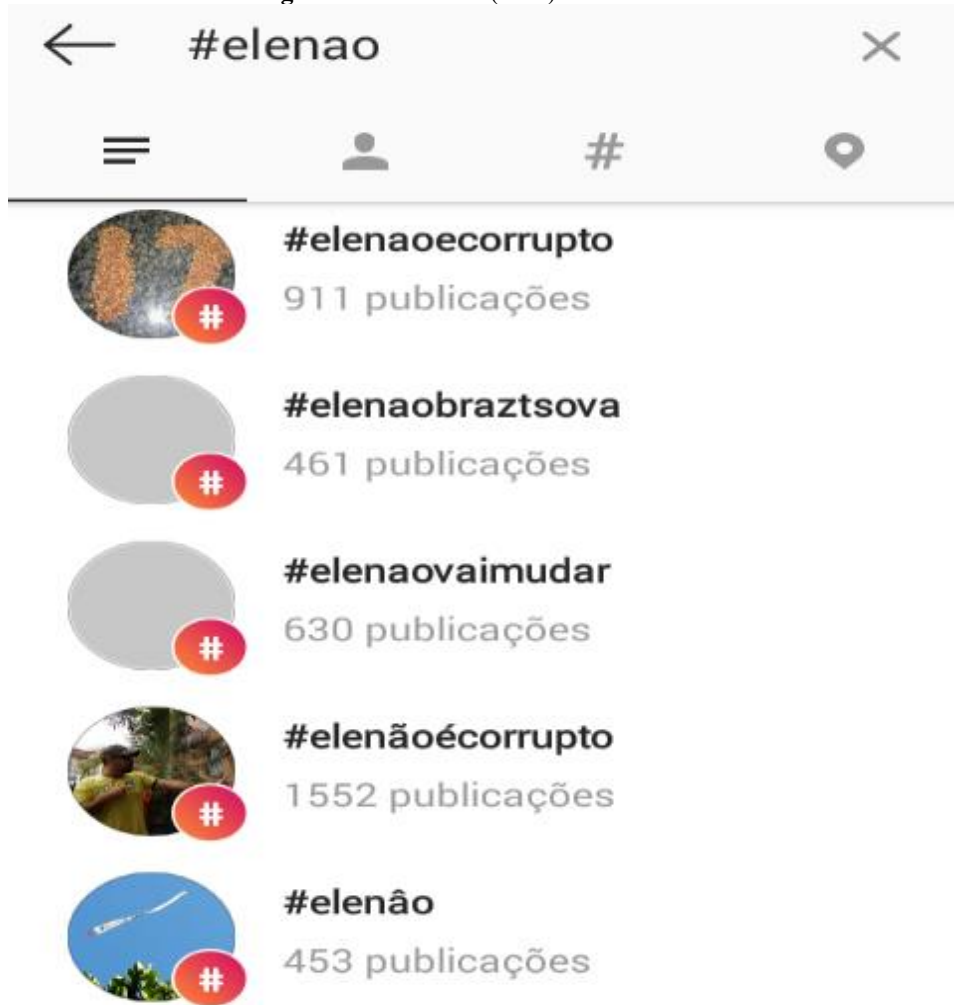
Figura 2<sup>7</sup> : Discursos (inter) relacionados 1

Com isso, é importante observar que há discursos que não estão voltados para o prisma do candidato em específico, embora contenham um teor feminista, a exemplo da primeira *hashtag*. Nesse sentido, os discursos relacionam-se em decorrência do sentido de protesto presente em ambos, Lula e Bolsonaro.

A *#elenao* concretiza-se em uma negação de algo e/ou alguém, que subjaz uma atitude perversa através de palavras, e que, ainda, reflete as ações violentas cotidianas sofridas por certos grupos sociais. No entanto, não há apenas sentidos negativos quanto à mesma, já que foram encontrados discursos favoráveis a Jair Bolsonaro iniciados pela mesma *hashtag*.

<sup>7</sup> Coleta de dados realizada na rede social digital *Instagram* em 08 jan. 2019, visto que este capítulo emerge de um estudo que não foi publicado, à época.

Figura 3<sup>8</sup>: Discursos (inter) relacionados 2



Ressalta-se, através da imagem acima, as duas *hashtags* “elenaocorrupto”. Com isso, justifica-se o fato da *#elenao* consolidar-se como uma ligação na cadeia de discursos que se referem tanto a favor quanto contra o candidato presidencial. Assim, consolida-se também como discurso citado, à medida que:

“[...] o discurso citado não corresponde ao discurso do outro em funcionamento, mas sim à sua representação, a qual pode receber valorações apreciativas tanto positivas quanto negativas por parte do discurso que o cita” (Piris, 2017, p. 65).

Desse modo, a mobilização acerca desse enunciado em específico se configura como um diálogo em aberto, haja vista as muitas interpretações que o mesmo propicia.

<sup>8</sup> Coleta de dados realizada na rede social digital *Instagram* em 08 jan. 2019. *Idem*.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado, as redes sociais digitais refletem e retumbam os acontecimentos dos mais variados assuntos. O ativismo através da *Internet* marca uma nova fase da história da humanidade, a partir do momento em que propicia a interação de diversos modos e nos mais diferentes tipos de manifestações sociais e políticas. Ainda, é pertinente citar que as mídias sociais, como o *Instagram*, não foram criadas para esse fim, no entanto, pela abrangência e pela velocidade alcançadas, passaram a ter esse novo caráter.

Com isso, os atores sociais, sejam eles candidatos políticos ou não, passam a ter um detetive quase que de forma constante, pois praticamente todas as nossas ações recaem na *Internet* e tornam-se públicas, principalmente quando se trata de pessoas envolvidas com cargos de destaques, assim como o de Presidente da República, e por conta da facilidade que os aparelhos móveis apresentam para que isso aconteça. Se para o bem ou para o mal, as ações já não ficam mais restritas aos muros parlamentares.

Essa participação midiática, que se constitui no diálogo digital, traduz uma nova realidade social, como bem afirmam Borges e Fernandes (2018, p. 76), “Saímos da era leitor para leitor/autor”. Dessa maneira, os internautas estão engajados em expor suas opiniões sobre qualquer que seja a situação e em qualquer momento.

O diálogo, na teoria bakhtiniana, nos remete ao que possa ser respondido, portanto, dotado de sentido, a partir do momento em que possibilita ao outro uma resposta. Assim sendo, nenhuma palavra se encontra esvaziada, pois todas apresentam, através de seu falante, sua história adquirida.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira; revisão da tradução Marina Appenzeller. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail (VOLÓCHINOV, Valentin. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.

BORGES, Luzineide Miranda; FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues. Cyberativismo e educação: o conceito de raça e racismo na cibercultura. p: 75-87. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 207, ago. 2018, mensal, ano XVIII. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43390/751375138060> Acesso em: 09 jan. 2019.

BUBNOVA, Tatiana. Voz, sentido e diálogo em Bakhtin. Trad. de Roberto Leiser Baronas e Fernanda Tonelli. *Bakhtiniana*, São Paulo, 6 (1), ago./dez. 2011. p. 268-280 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bak/v6n1/v6n1a16.pdf> Acesso em: 07 jan. 2019.

DORNE, Vinícius Durval. De sinal a signo: a “palavra” (discurso) em Bakhtin. *IV EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica (20 a 23 de outubro de 2009)*. Disponível em:

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/deb\\_nre/palavra\\_Bakhtin\\_dorne.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/deb_nre/palavra_Bakhtin_dorne.pdf) Acesso em: 07 jan. 2019.

*ELEIÇÕES 2018. #EleNão: ato contra Bolsonaro reúne sete mil no centro de Brasília.* Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/politica-df/elena-ato-contra-bolsonaro-reune-brasilienses-no-eixo-monumental> Acesso em: 08 jan. 2019.

*EL PAÍS. #EleNão: Após tomar as redes, movimento liderado por mulheres contra Bolsonaro testa força nas ruas.* Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018\\_413729.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018_413729.html) Acesso em: 03 jan. 2019.

FERREIRA, Gonçalo Costa. Redes sociais de informação: uma história e um estudo de caso. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.16, n.3, jul./set. 2011. p. 208-231 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n3/13.pdf> Acesso em: 25 dez. 2018.

*FOLHA DE S. PAULO.* Estudante do interior do Ceará vê sua criação viralizar como símbolo da campanha #EleNão. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/09/estudante-do-interior-do-ceara-ve-sua-criacao-viralizar-como-simbolo-da-campanha-elena.shtml> Acesso em: 03 jan. 2019.

MORAIS, Marina Magalhães de. *Net-Ativismo e Ações colaborativas nas Redes Sociais Digitais.* 2018. 360 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/28840/1/Tese%20de%20doutoramento\\_Marina%20MagalhMag%20de%20Morais.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/28840/1/Tese%20de%20doutoramento_Marina%20MagalhMag%20de%20Morais.pdf) Acesso em: 28 dez. 2018.

PIRIS, Eduardo Lopes. *Análise dialógica de um discurso que antecedeu o AI-5: o pronunciamento parlamentar de Márcio Moreira Alves.* In: *Linguagens em diálogos [recurso eletrônico]: reflexões bakhtinianas em diferentes perspectivas / Isabel Cristina Michelan de Azevedo (Org.). – São Cristóvão: Editora UFS, 2017. p: 61-83.*

*POLÍTICA.* Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro que o deputado considerou 'brincadeira'. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/04/14/interna\\_politica,951685/10-frases-polemicas-de-bolsonaro-que-o-deputado-considerou-brincadeira.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/04/14/interna_politica,951685/10-frases-polemicas-de-bolsonaro-que-o-deputado-considerou-brincadeira.shtml) Acesso em 08 jan. 2019.


*PSL.* Jair Bolsonaro: Biografia. Disponível em: <https://www.pslnacional.org.br/pagina/jair-messias-bolsonaro> Acesso em: 08 jan. 2019.

ROZA, Erick Andre. *Net-ativismo: comunicação e mobilização em contextos reticulares.* 2012. 175 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-20052013-151543/publico/ErickAndreRozafinal.pdf> Acesso em: 25 dez. 2018.

STELLA, Paulo Rogério. *Palavra.* In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave.* São Paulo: Contexto, 2005. p.177-190.

**VIDA, MORTE E METAMORFOSE: UMA ANÁLISE ECOLÓGICA SISTÊMICA DO FILME  
DIANCIE E O CASULO DA DESTRUÇÃO**

**LIFE, DEATH AND METAMORPHOSIS: A SYSTEMIC ECOLOGICAL ANALYSIS OF THE  
FILM DIANCIE AND THE COCOON OF DESTRUCTION**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-003>

**Pedro Jose Fernandes Pereira**

Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

E-mail: [pedrojose.geografia@gmail.com](mailto:pedrojose.geografia@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4093-0118>

**RESUMO**

O presente estudo analisa o filme *Pokémon the Movie: Diancie and the Cocoon of Destruction* (2014) a partir de uma perspectiva interpretativa fundamentada na ecologia sistêmica e na teoria dos sistemas complexos. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, tendo como objeto central a narrativa audiovisual. O estudo buscou compreender como o enredo constrói, por meio de seus elementos simbólicos, uma alegoria dos ciclos naturais, articulando desgaste estrutural, dissipação energética, regeneração e reorganização adaptativa. A análise evidenciou que o Domínio do Diamante representa um sistema fechado em processo de entropia; o Coração do Diamante simboliza o núcleo energético vulnerável; Yveltal encarna a dimensão da dissipação ecológica; Xerneas representa a redistribuição da energia vital; e a transformação de Diancie em Mega Diancie sintetiza o processo de reorganização sob pressão. Conclui-se que a obra transcende a lógica simplista de oposição entre bem e mal e propõe compreensão dinâmica do equilíbrio ambiental, demonstrando que destruição e regeneração constituem momentos interdependentes de um mesmo ciclo sistêmico. O filme revela, assim, potencial pedagógico ao traduzir conceitos complexos de sustentabilidade em linguagem simbólica acessível.

**Palavras-chave:** Ecologia Aplicada a Geografia; Resiliência; Sustentabilidade; Educação Ambiental; Pokémon.

**ABSTRACT**

This article analyzes *Pokémon the Movie: Diancie and the Cocoon of Destruction* (2014) from an interpretative perspective grounded in systems ecology and complexity theory. The research is qualitative, bibliographical, and documentary in nature, focusing on the audiovisual narrative as its primary object. The study aimed to understand how the storyline constructs, through symbolic elements, an allegory of natural cycles by articulating structural decay, energy dissipation, regeneration, and adaptive reorganization. The

analysis revealed that the Diamond Domain represents a closed system undergoing entropy; the Heart Diamond symbolizes a vulnerable energetic core; Yveltal embodies ecological dissipation; Xerneas represents the redistribution of vital energy; and Diancie's transformation into Mega Diancie synthesizes the process of reorganization under pressure. It is concluded that the film transcends the simplistic opposition between good and evil and proposes a dynamic understanding of environmental balance, demonstrating that destruction and regeneration are interdependent moments within the same systemic cycle. The narrative thus holds pedagogical potential by translating complex sustainability concepts into accessible symbolic language.

**Keywords:** Applied Ecology in Geography; Resilience; Sustainability; Environmental Education; Pokémon.

## 1 INTRODUÇÃO

O filme *Pokémon the Movie: Diancie and the Cocoon of Destruction* (2014), dirigido por Kunihiko Yuyama, insere-se no universo narrativo da franquia Pokémon, tradicionalmente associada ao entretenimento infantojuvenil. Contudo, quando analisado sob uma perspectiva interpretativa mais aprofundada, o longa-metragem revela uma arquitetura simbólica complexa, capaz de sustentar leituras vinculadas à ecologia sistêmica, à teoria dos ciclos naturais e às discussões contemporâneas sobre equilíbrio ambiental. A história da princesa Diancie e da crise enfrentada pelo Domínio do Diamante permite compreender a narrativa não apenas como aventura fantástica, mas como metáfora estrutural de processos naturais de colapso, dissipação e reorganização.

O enredo inicia-se no interior de um reino subterrâneo cuja estabilidade depende do chamado Coração de Diamante, fonte energética responsável por manter o equilíbrio ambiental do sistema. Esse núcleo, entretanto, encontra-se em processo de deterioração, colocando em risco a sobrevivência dos habitantes do Domínio. Diancie, ainda imatura em seus poderes, precisa aprender a criar um novo Coração estável antes que o colapso se torne irreversível. A situação apresentada no início do filme configura-se como representação simbólica de um sistema fechado em crise energética, cuja continuidade depende de reorganização estrutural.

A partir dessa configuração narrativa, emerge a problemática central deste estudo: de que maneira o filme constrói uma alegoria dos ciclos naturais ao representar destruição e regeneração como forças complementares dentro de uma dinâmica sistêmica? A análise parte do pressuposto de que a narrativa não estrutura o conflito em termos morais simplistas, mas sim como alternância funcional entre processos que, embora aparentemente opostos, integram um mesmo fluxo energético.

No decorrer da trama, a jornada de Diancie em busca do lendário Xerneas amplia o horizonte simbólico da narrativa. Xerneas, identificado como Pokémon da Vida, representa a dimensão regenerativa do sistema. Em contraposição, o despertar de Yveltal, associado à destruição e à petrificação dos seres vivos, introduz a dimensão da dissipação energética. A oposição entre ambos não se resolve pela eliminação de uma das forças, mas pela alternância entre estados de atividade e repouso. Yveltal retorna ao estado de casulo após liberar sua energia destrutiva, enquanto Xerneas, ao restaurar os organismos petrificados, assume temporariamente a forma de árvore, indicando processo de regeneração. Essa dinâmica sugere compreensão do equilíbrio como processo cíclico, e não como estabilidade estática.

Do ponto de vista teórico, essa estrutura narrativa dialoga com concepções contemporâneas da ecologia sistêmica, segundo as quais os ecossistemas funcionam por meio de fluxos contínuos de energia e matéria. A morte, nesse contexto, não representa falha do sistema, mas etapa necessária para a reciclagem de nutrientes e reorganização estrutural. Incêndios naturais, processos de decomposição e ciclos biogeoquímicos exemplificam como a dissipação é condição para a continuidade da vida. A representação de Yveltal pode ser compreendida, sob essa perspectiva, como metáfora da função ecológica da morte, enquanto o personagem masculino Xerneas simboliza a redistribuição da energia vital no sistema.

Paralelamente ao conflito entre forças primordiais, o arco de transformação de Diancie revela dimensão complementar da metáfora ecológica. Sua incapacidade inicial de criar um novo Coração de Diamante remete à imaturidade estrutural de sistemas incapazes de se reorganizar diante da crise. Somente após enfrentar o fracasso e compreender a necessidade de confiar em sua própria natureza é que Diancie desperta sua forma Mega, simbolizando reorganização sob pressão. A analogia com o processo geológico de formação do diamante no qual o carbono, submetido a condições extremas, adquire nova configuração cristalina evidencia o caráter metamórfico da narrativa.

A relevância de examinar essa obra sob enfoque ecológico reside na capacidade das narrativas da cultura pop de traduzirem conceitos complexos em linguagem simbólica acessível. Em um contexto marcado por crise climática, esgotamento de recursos e instabilidade ambiental, histórias que tematizam colapso e regeneração contribuem para a formação de uma sensibilidade voltada à interdependência sistêmica. A obra analisada sugere que equilíbrio não significa ausência de perturbação, mas capacidade de reorganização contínua diante da instabilidade.

Dessa forma, o filme apresenta a destruição não como antagonismo absoluto, mas como componente funcional da dinâmica natural. Vida e morte, cristal e decomposição, estabilidade e colapso são apresentados como momentos interligados de um mesmo ciclo. A análise proposta neste artigo parte dessa compreensão para investigar como a narrativa constrói, por meio de seus elementos simbólicos, uma representação da natureza como sistema complexo, adaptativo e em permanente transformação.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa de natureza interpretativa, fundamentada na análise fílmica e na abordagem hermenêutica dos elementos simbólicos presentes na narrativa de *Pokémon the Movie: Diancie and the Cocoon of Destruction* (2014). Trata-se de investigação de caráter bibliográfico e documental, uma vez que o objeto central é uma obra audiovisual e sua interpretação é articulada com referenciais teóricos provenientes da ecologia sistêmica, da teoria da resiliência e da filosofia ambiental.

A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do problema investigado. Não se pretende mensurar dados quantitativos ou avaliar recepção de público, mas compreender significados, estruturas simbólicas e relações conceituais implícitas na narrativa. A análise qualitativa permite examinar a construção dos personagens, o desenvolvimento do enredo, os conflitos estruturais e os elementos visuais como dispositivos de representação metafórica de processos naturais.

O corpus da pesquisa é constituído pelo longa-metragem integral, considerando suas cenas-chave, arcos narrativos e diálogos centrais. Foram selecionados como focos analíticos os seguintes núcleos narrativos: a crise do Coração de Diamante no Domínio subterrâneo; a jornada de Diancie em busca de Xerneas; o despertar de Yveltal e seus efeitos de petrificação; a intervenção regenerativa de Xerneas; e a transformação final de Diancie em Mega-Diancie. Essas sequências foram examinadas à luz de categorias analíticas previamente definidas, tais como ciclo, entropia, dissipação energética, regeneração e reorganização estrutural.

A análise fundamenta-se na hermenêutica simbólica, compreendida como método de interpretação que busca identificar correspondências entre elementos narrativos e conceitos teóricos. Nesse sentido, os personagens não são tratados apenas como entidades ficcionais, mas como construções simbólicas que remetem a processos ecológicos. Yveltal foi interpretado como representação da dissipação energética e da função ecológica da morte; Xerneas como metáfora da redistribuição da energia vital; e Diancie como símbolo de reorganização estrutural sob pressão.

Paralelamente, a investigação dialoga com a perspectiva sistêmica da ecologia, que compreende os ecossistemas como redes de fluxos interdependentes. Essa abordagem permite interpretar o Domínio do Diamante como representação de sistema fechado cuja estabilidade depende de um núcleo energético vulnerável. A deterioração do Coração de Diamante foi analisada como metáfora de colapso sistêmico decorrente de instabilidade estrutural, aproximando-se do conceito de entropia em sistemas isolados.

Além disso, a análise considera a noção de equilíbrio dinâmico, segundo a qual a estabilidade ambiental não implica ausência de perturbações, mas capacidade de reorganização diante delas. O confronto entre Yveltal e Xerneas foi interpretado dentro dessa lógica de alternância funcional, e não como

antagonismo moral absoluto. A alternância entre estados de atividade e repouso dos dois Pokémon lendários foi examinada como representação de ciclos naturais de dissipação e regeneração.

Os procedimentos metodológicos envolveram, inicialmente, a revisão do enredo completo do filme e a identificação de seus principais conflitos estruturais. Em seguida, procedeu-se à categorização temática das cenas selecionadas, buscando correspondências com conceitos ecológicos consolidados na literatura científica. Por fim, realizou-se a articulação entre narrativa e referencial teórico, construindo interpretação integrada capaz de sustentar a hipótese de que o filme funciona como alegoria ecológica dos ciclos naturais.

Ressalta-se que a análise proposta não pretende afirmar intencionalidade explícita dos produtores da obra em formular discurso ecológico acadêmico. Trata-se de interpretação construída a partir da estrutura narrativa e de sua compatibilidade com categorias teóricas contemporâneas. O método adotado privilegia a coerência interna da narrativa e sua capacidade de dialogar com conceitos científicos sem reduzir o filme a mera ilustração didática.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilita compreender o filme como texto cultural dotado de camadas simbólicas múltiplas, cuja interpretação pode contribuir para ampliar o debate sobre sustentabilidade, interdependência e resiliência sistêmica no âmbito da cultura popular.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 O DOMÍNIO DO DIAMANTE COMO SISTEMA FECHADO EM PROCESSO DE COLAPSO**

O Domínio do Diamante constitui o ponto de partida simbólico da narrativa e funciona como representação estrutural do sistema ecológico que será analisado ao longo do filme. Apresentado como um reino subterrâneo isolado, habitado pelos Carbink e governado por Diancie, o ambiente possui organização rígida e dependência centralizada do chamado Coração do Diamante. Essa configuração narrativa permite interpretá-lo como metáfora de um sistema fechado cuja estabilidade depende da manutenção contínua de um único núcleo energético.

Logo nas primeiras cenas, a fragilidade estrutural do reino torna-se evidente. O Coração do Diamante encontra-se em processo de deterioração, e o equilíbrio do sistema passa a apresentar sinais de instabilidade. Essa situação não é resultado de ataque externo imediato, mas de desgaste interno progressivo. A crise nasce de dentro do próprio sistema, o que reforça a leitura ecológica da narrativa. Em termos sistêmicos, a vulnerabilidade surge quando a capacidade de regeneração não acompanha o ritmo de consumo energético.

A ecologia contemporânea compreende os ecossistemas como redes dinâmicas de fluxos energéticos e ciclos de matéria. Sistemas sustentáveis são aqueles que mantêm equilíbrio por meio de mecanismos de autorregulação e diversidade funcional. O Domínio do Diamante, entretanto, apresenta baixa diversidade

estrutural: toda a estabilidade depende do Coração. Não há múltiplos núcleos energéticos nem mecanismos alternativos de compensação. Essa centralização amplia a vulnerabilidade.

Figura 1 – Domínio do Diamante



Fonte: The Pokémon Company (2014).

A representação visual do reino reforça essa interpretação. As estruturas cristalinas são simétricas, geométricas e rígidas. A predominância de formas fixas sugere estabilidade aparente, mas também baixa flexibilidade adaptativa. Na teoria dos sistemas complexos, sistemas excessivamente organizados, porém pouco flexíveis, apresentam menor resiliência diante de perturbações. A resiliência depende da capacidade de reorganização estrutural, e não apenas da manutenção de forma estática.

O isolamento do Domínio também é elemento simbólico relevante. Diferentemente de ecossistemas abertos, que realizam trocas constantes com o ambiente externo, o reino subterrâneo opera como espaço autossuficiente. Essa autossuficiência, contudo, revela-se ilusória quando a fonte interna de energia começa a falhar. A narrativa sugere que sistemas isolados são mais suscetíveis ao colapso quando não possuem intercâmbio com outros fluxos energéticos.

Outro aspecto importante é a centralização da responsabilidade na figura de Diancie. O destino coletivo depende da capacidade individual da princesa de recriar o Coração. Essa organização verticalizada reduz a complexidade adaptativa do sistema. Sistemas ecológicos mais resilientes distribuem funções e responsabilidades, evitando dependência absoluta de um único agente.

A incapacidade inicial de Diancie de produzir um novo núcleo energético simboliza fragilidade institucional e estrutural. O problema não está apenas na deterioração do Coração, mas na ausência de

preparação adequada para sua substituição. Em termos ecológicos, isso pode ser comparado à exploração de recursos sem planejamento para renovação.

Ao decidir deixar o reino em busca de Xerneas, Diancie rompe simbolicamente com o isolamento do sistema. Esse movimento representa reconhecimento da interdependência. O Domínio não pode se salvar sozinho; necessita de conexão com forças externas. A narrativa desloca-se, então, do espaço fechado para ambientes mais amplos, sugerindo que a sustentabilidade depende de redes interligadas.

Assim, o Domínio do Diamante funciona como alegoria inicial da crise sistêmica. Ele representa modelos organizacionais rígidos, centralizados e vulneráveis ao desgaste interno. A narrativa estabelece, desde o início, que o equilíbrio não é estado permanente, mas condição que exige constante renovação. O colapso iminente não é resultado de maldade externa, mas consequência estrutural de modelo pouco adaptativo.

Essa leitura confirma que o filme estrutura sua metáfora ecológica a partir da representação de um sistema fechado em processo de esgotamento energético, preparando o terreno para a análise dos demais elementos narrativos que compõem o ciclo de dissipação e regeneração.

### 3.2 O CORAÇÃO DO DIAMANTE E A METÁFORA DA ENTROPIA SISTÊMICA

O Coração do Diamante constitui o elemento estruturante da crise apresentada no início do filme. Diferentemente do Reino, que representa o espaço organizacional do sistema, o Coração simboliza seu núcleo energético e funcional. É a partir dele que a estabilidade ambiental do Domínio é mantida, garantindo a integridade das formações cristalinas e a sobrevivência dos Carbink. Sua deterioração progressiva não apenas impulsiona a narrativa, mas oferece uma metáfora consistente para compreender processos de entropia e desgaste estrutural em sistemas complexos.

Na perspectiva da ecologia sistêmica, todo sistema depende de fluxos contínuos de energia para manter sua organização. A entropia, conceito originado na termodinâmica, refere-se ao aumento da desordem quando a energia disponível não é suficiente para sustentar a estrutura do sistema. Embora o filme não utilize linguagem científica explícita, a representação do Coração enfraquecido traduz visualmente esse processo: a luminosidade diminui, a estabilidade do reino oscila e fissuras começam a aparecer na organização cristalina do ambiente.

O aspecto mais relevante dessa construção narrativa é que o colapso não ocorre de maneira abrupta. O Coração enfraquece gradualmente, sugerindo que sistemas não entram em crise de forma instantânea, mas por acumulação de desequilíbrios internos. Essa progressividade dialoga diretamente com processos ambientais reais, como esgotamento de recursos naturais ou degradação de ecossistemas, que muitas vezes se desenvolvem de forma silenciosa até atingirem ponto crítico.

Além disso, o fato de o Coração depender da capacidade criativa de Diancie para ser recriado revela outra dimensão simbólica importante. A regeneração do sistema não é automática; exige competência estrutural interna. Em termos ecológicos, sistemas sustentáveis são aqueles que possuem mecanismos próprios de renovação. Quando tais mecanismos falham ou não estão plenamente desenvolvidos, o risco de colapso aumenta significativamente.

Figura 2 – Coração do Diamante



Fonte: The Pokémon Company (2014).

A imagem do Coração evidencia sua posição central no interior do reino e sua função irradiadora de energia. Trata-se de estrutura cristalina luminosa, situada em ponto estratégico do Domínio, simbolizando concentração energética. Sua singularidade reforça a ideia de dependência excessiva de um único núcleo organizador. Em sistemas complexos, a ausência de múltiplos centros regulatórios reduz a capacidade de absorver perturbações.

Outro elemento simbólico relevante é o caráter cristalino do Coração. O cristal representa forma rígida, estável e geometricamente perfeita. No entanto, essa perfeição estrutural pode esconder fragilidade quando não há renovação contínua. A metáfora sugere que estabilidade excessivamente rígida pode impedir adaptações necessárias diante de mudanças. Sistemas vivos mantêm-se sustentáveis não por fixidez, mas por capacidade de reorganização.

A tentativa inicial de Diancie de copiar o poder de Xerneas para recriar o Coração revela uma busca por solução externa para problema interno. Esse movimento pode ser interpretado como analogia a modelos que buscam compensações temporárias para crises estruturais sem modificar a organização fundamental do

sistema. A narrativa, contudo, indica que a verdadeira solução não está na simples importação de energia externa, mas no desenvolvimento da própria capacidade interna de reorganização.

O Coração do Diamante, portanto, não é apenas artefato mágico, mas símbolo da organização energética que sustenta sistemas complexos. Sua deterioração representa aumento de entropia e perda de coesão estrutural. A incapacidade inicial de regeneração demonstra que sistemas dependentes de núcleos únicos tornam-se vulneráveis quando não investem na formação de sucessão funcional adequada.

O fato de o Coração precisar ser recriado e não apenas restaurado reforça a ideia de que crises sistêmicas exigem transformação, não simples conservação do modelo anterior. Em termos ecológicos, isso se aproxima do conceito de reorganização adaptativa, segundo o qual sistemas em colapso precisam reconstruir-se a partir de novas condições estruturais.

Dessa forma, o Coração do Diamante constitui representação simbólica da dinâmica energética que sustenta ou compromete a estabilidade de sistemas naturais e sociais. Sua análise permite compreender que o filme constrói sua alegoria ecológica não apenas por meio de personagens, mas também por elementos estruturais que representam fluxos de energia, desgaste e necessidade de renovação.

### 3.3 YVELTAL COMO FORÇA DE DISSIPACÃO ENERGÉTICA

A emergência de Yveltal marca a transição da crise estrutural interna do Domínio do Diamante para a manifestação explícita da dimensão destrutiva do ciclo ecológico representado no filme. Diferentemente do enfraquecimento gradual do Coração do Diamante, que simboliza desgaste interno, Yveltal surge como força de dissipação energética ativa, capaz de transformar organismos vivos em pedra e absorver sua energia vital. Essa representação não deve ser reduzida à figura tradicional de vilão narrativo, mas compreendida como encarnação simbólica da função ecológica da morte dentro dos ciclos naturais.

Na ecologia contemporânea, a morte não é interpretada como falha do sistema, mas como etapa constitutiva da manutenção da vida. Processos de decomposição, predação e perturbação ambiental participam da redistribuição de nutrientes e da reorganização estrutural dos ecossistemas. Sem dissipação energética, não há renovação. A transformação de matéria orgânica em formas inorgânicas é condição para que novos ciclos possam emergir. Nesse sentido, o poder de Yveltal de petrificar e absorver energia pode ser interpretado como metáfora visual dessa dissipação necessária.

O despertar de Yveltal a partir de seu estado de casulo também reforça o caráter cíclico da destruição. Ele não permanece permanentemente ativo; sua energia é liberada em determinado momento e, após cumprir sua função, retorna ao estado latente. Essa alternância entre atividade e repouso sugere que a destruição é fase, não condição permanente. Em termos ecológicos, isso se aproxima de eventos naturais como incêndios florestais que, embora devastadores, contribuem para a regeneração do solo e a renovação da vegetação.

Figura 3 – Yveltal em forma ativa



Fonte: The Pokémon Company (2014).

A imagem de Yveltal ativo evidencia sua postura expansiva e sua capacidade de irradiar energia destrutiva. As asas abertas e a coloração intensa sugerem dispersão energética, não concentração. Ao contrário do Coração do Diamante, que centraliza energia para manter organização, Yveltal dispersa e dissipa. Essa oposição visual reforça a leitura sistêmica da narrativa: organização e dissipação constituem polos complementares do mesmo ciclo.

É importante observar que a ação de Yveltal não distingue heróis e vilões. Sua força atinge indiscriminadamente os organismos ao redor, incluindo personagens centrais como Pikachu. Essa imparcialidade reforça o caráter não moral da destruição representada. Na natureza, processos de dissipação não operam sob lógica ética, mas funcional. O filme, ao evitar retratar Yveltal como entidade maligna motivada por intenção consciente de dominação, preserva essa dimensão sistêmica.

Outro aspecto relevante é a transformação dos organismos em pedra. A petrificação simboliza retorno da matéria ao estado mineral, indicando passagem do orgânico ao inorgânico. Essa transição remete ao ciclo biogeoquímico, no qual elementos circulam entre diferentes estados físicos e químicos. O filme traduz esse processo científico em imagem simbólica facilmente reconhecível pelo espectador.

Ao absorver energia vital, Yveltal representa também o conceito de dissipação entrópica. Sistemas complexos liberam energia ao ambiente quando passam por reorganizações ou perturbações. A energia não desaparece; ela se transforma. A narrativa sugere que a força liberada por Yveltal não é destruição absoluta, mas redistribuição energética que prepara o terreno para reorganização posterior.

Essa leitura torna-se ainda mais consistente quando se observa que a a derrota de Yveltal não constitui eliminação definitiva da força que ele representa. Após o confronto com Xerneas, ele simplesmente se afasta do cenário, interrompendo sua ação destrutiva. Esse afastamento não significa aniquilação da dissipação energética, mas suspensão momentânea de sua manifestação. A narrativa sugere, assim, que a destruição permanece como possibilidade estrutural do ciclo, ainda que não esteja ativa.

A presença de Yveltal, portanto, amplia a alegoria ecológica iniciada com o colapso do Domínio e a deterioração do Coração do Diamante. Se o primeiro simboliza desgaste interno e aumento de entropia, Yveltal representa a fase ativa de dissipação que precede reorganização. A destruição não é antagonista isolado, mas parte do mesmo processo que permitirá, posteriormente, a emergência de nova estabilidade.

Essa compreensão é fundamental para evitar interpretação simplista da narrativa. O conflito não é entre bem e mal, mas entre momentos distintos de um mesmo ciclo energético. Yveltal encarna a dimensão necessária da morte ecológica, sem a qual não há renovação. O filme, assim, propõe visão de equilíbrio ambiental como processo dinâmico e interdependente, no qual dissipação e organização coexistem como forças complementares.

### 3.4 XERNEAS E A REDISTRIBUIÇÃO DA ENERGIA VITAL

Se Yveltal representa a dimensão da dissipação energética e da morte ecológica, Xerneas constitui seu contraponto funcional dentro da estrutura narrativa do filme. Identificado como Pokémon da Vida, Xerneas não atua como força que elimina a destruição, mas como agente de redistribuição e reorganização da energia vital. Essa distinção é fundamental para compreender a alegoria ecológica proposta pela narrativa. O filme não constrói uma oposição simplista entre bem e mal; apresenta alternância entre momentos de dissipação e momentos de regeneração, ambos necessários à manutenção do equilíbrio dinâmico.

A intervenção de Xerneas ocorre após a devastação provocada por Yveltal. Organismos petrificados e energia drenada criam cenário de aparente aniquilação. Nesse contexto, Xerneas utiliza sua força vital para restaurar os Pokémon atingidos, revertendo a petrificação e reintroduzindo energia no sistema. Essa ação pode ser interpretada como metáfora da reciclagem ecológica. Na natureza, a matéria não desaparece; transforma-se e retorna ao ciclo por meio de processos biogeoquímicos. A regeneração promovida por Xerneas simboliza essa redistribuição energética.

Do ponto de vista ecológico, sistemas sustentáveis dependem de mecanismos que assegurem recomposição após perturbações. A teoria da resiliência destaca que a estabilidade não significa ausência de distúrbios, mas capacidade de reorganização após eventos críticos. A atuação de Xerneas ilustra exatamente esse princípio: a destruição não é eliminada, mas compensada por processo de reorganização que restabelece o fluxo energético.

Figura 4 – Xerneas em forma ativa



Fonte: The Pokémon Company (2014).

A imagem de Xerneas evidencia sua postura ereta, os chifres ramificados e a luminosidade multicolorida que emana de seu corpo. Visualmente, ele contrasta com Yveltal. Enquanto este irradia energia destrutiva em tons vermelhos e escuros, Xerneas projeta cores vivas associadas à vitalidade. Essa oposição cromática reforça simbolicamente a dualidade entre dissipação e regeneração, mas sem hierarquizar uma força como superior à outra.

O aspecto mais relevante da atuação de Xerneas é o custo associado à sua intervenção. Após redistribuir energia vital e restaurar os organismos petrificados, ele assume a forma de árvore, entrando em estado de repouso regenerativo. Esse detalhe narrativo é decisivo para a leitura sistêmica. A energia transferida não surge do nada; implica esgotamento temporário da própria entidade regeneradora. Assim, o filme evita apresentar regeneração como recurso ilimitado.

Essa transformação em árvore simboliza integração ao ciclo natural. A árvore representa fixação, enraizamento e continuidade. Em termos ecológicos, pode ser associada ao papel das plantas na produção primária e na sustentação da cadeia trófica. Ao tornar-se árvore, Xerneas deixa de ser agente ativo e passa a compor o ambiente, reforçando a ideia de que vida e matéria integram um mesmo fluxo contínuo.

Outro aspecto significativo é que a ação de Xerneas não elimina Yveltal definitivamente. Após liberar sua energia, Yveltal retorna ao estado de casulo. Essa alternância sugere que o equilíbrio não consiste na vitória permanente de uma força sobre outra, mas na sucessão cíclica entre fases. A regeneração não apaga a destruição; reorganiza seus efeitos.

O diálogo entre Xerneas e Diancie durante o processo de transferência de energia reforça essa compreensão. Ao orientar Diancie a confiar em sua própria natureza e desenvolver seu poder interno, Xerneas indica que a verdadeira estabilidade depende de maturidade estrutural. A intervenção externa é importante, mas não substitui a transformação interna necessária para sustentar o sistema no longo prazo.

Do ponto de vista simbólico, Xerneas representa princípio de renovação que atua após perturbações. Ele não impede que a entropia se manifeste, mas cria condições para reorganização subsequente. Essa leitura aproxima-se da compreensão contemporânea de sustentabilidade, segundo a qual não se trata de evitar todas as crises, mas de desenvolver capacidade adaptativa.

Portanto, Xerneas não é apenas figura oposta a Yveltal, mas elemento complementar dentro da dinâmica ecológica representada no filme. Sua atuação demonstra que regeneração possui limites e custos, e que equilíbrio depende de alternância entre fases distintas do ciclo energético. A narrativa, assim, consolida a compreensão de que vida e morte não constituem antagonismos absolutos, mas momentos interdependentes de um mesmo processo sistêmico.

### 3.5 MEGA DIANCIE E A REORGANIZAÇÃO SOB PRESSÃO

A transformação de Diancie em sua forma Mega representa o momento culminante da alegoria ecológica construída ao longo do filme. Se o Domínio do Diamante simboliza um sistema fechado em crise, o Coração do Diamante representa seu núcleo energético em processo de entropia, Yveltal encarna a dissipação e Xerneas a redistribuição vital, a Mega Evolução de Diancie constitui a síntese desses movimentos. Ela não é apenas um aumento de poder individual, mas a expressão simbólica da reorganização estrutural sob pressão.

Ao longo da narrativa, Diancie demonstra insegurança quanto à sua capacidade de recriar o Coração do Diamante. Sua fragilidade inicial reflete a incapacidade do sistema de se autorregular adequadamente. Contudo, após enfrentar a crise externa representada por Yveltal e testemunhar a intervenção regeneradora de Xerneas, Diancie compreende que a solução não está em copiar forças externas, mas em desenvolver seu potencial interno.

Na teoria dos sistemas complexos, momentos de crise frequentemente desencadeiam reorganizações estruturais. Sistemas submetidos a perturbações intensas podem colapsar ou transformar-se em configurações mais adaptativas. Esse processo é conhecido como reorganização adaptativa. A Mega Evolução de Diancie simboliza exatamente esse salto qualitativo decorrente da pressão sistêmica.

A Mega Evolução, no universo Pokémon, é descrita como transformação temporária que libera poder latente do Pokémon quando há forte vínculo com seu treinador e presença de um dispositivo específico. No contexto do filme, essa transformação transcende a mecânica do jogo e assume dimensão

simbólica. Ela indica que o potencial de reorganização já existia, mas precisava de condições críticas para manifestar-se.

Figura 5 – Mega Diancie



Da esquerda para direita, Figura 1 Mega Diancie, Figura 2 Diancie. Fonte: The Pokémon Company (2014).

A imagem de Mega Diancie evidencia maior complexidade estrutural em relação à forma original. Seus cristais tornam-se mais numerosos e sofisticados, sugerindo expansão organizacional. A luminosidade intensificada indica aumento de capacidade energética. Diferentemente do Coração do Diamante antigo, que representava núcleo rígido e isolado, Mega Diancie simboliza energia integrada à própria estrutura viva do sistema.

Esse detalhe é fundamental. A solução para a crise não consiste simplesmente em restaurar o antigo Coração, mas em integrar a capacidade de geração energética à própria Diancie. O núcleo deixa de ser objeto externo fixo e passa a ser expressão de potência interna reorganizada. Em termos ecológicos, isso representa transição de modelo dependente de fonte concentrada para modelo mais integrado e distribuído.

A transformação ocorre após experiência de vulnerabilidade. Diancie não evolui por mera vontade de poder, mas porque enfrenta limites estruturais e reconhece sua responsabilidade coletiva. Esse processo dialoga com concepções contemporâneas de sustentabilidade que enfatizam aprendizado adaptativo diante de crises ambientais.

Outro aspecto simbólico relevante é que a Mega Evolução é temporária. Isso reforça a ideia de que reorganizações intensas consomem energia significativa e não podem ser mantidas indefinidamente. Sistemas adaptativos alternam momentos de estabilidade com momentos de reorganização profunda. A transformação não é estado permanente, mas mecanismo emergencial de ajuste estrutural.

Ao conseguir finalmente criar um novo Coração do Diamante estável, Diancie demonstra que a verdadeira sustentabilidade não advém de dependência externa, mas de maturidade interna. A crise inicial do reino não foi resolvida pela eliminação de Yveltal nem exclusivamente pela intervenção de Xerneas, mas pela transformação estrutural da própria governante.

Essa síntese narrativa consolida a leitura ecológica do filme. O equilíbrio ambiental não resulta da supressão da destruição, mas da capacidade de reorganização após dissipação energética. Mega Diancie representa essa reorganização: um sistema que, ao enfrentar entropia e perturbação, transforma-se em configuração mais adaptativa.

A narrativa encerra-se, assim, com imagem de estabilidade renovada. O novo Coração do Diamante não é simples réplica do anterior; é produto de processo de amadurecimento estrutural. O filme sugere que crises não devem ser interpretadas apenas como ameaças, mas como oportunidades de reorganização.

Portanto, Mega Diancie funciona como símbolo final da alegoria ecológica desenvolvida ao longo da obra. Ela integra os movimentos de desgaste, dissipação e regeneração em nova configuração energética, demonstrando que sustentabilidade depende de transformação contínua e capacidade adaptativa diante de pressões sistêmicas.

#### 4 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender *Pokémon the Movie: Diancie and the Cocoon of Destruction* como narrativa que ultrapassa a dimensão meramente aventuresca e apresenta estrutura simbólica compatível com princípios da ecologia sistêmica e da teoria dos sistemas complexos. Ao observar o enredo sob perspectiva interpretativa, tornou-se possível identificar que o filme constrói uma alegoria consistente dos ciclos naturais, articulando desgaste estrutural, dissipação energética, regeneração e reorganização adaptativa.

O Domínio do Diamante foi interpretado como representação de sistema fechado cuja estabilidade depende de núcleo energético centralizado. A deterioração do Coração do Diamante simboliza aumento progressivo de entropia e desgaste interno, demonstrando que crises não surgem exclusivamente por fatores externos, mas também por fragilidades estruturais acumuladas. Essa leitura dialoga com debates contemporâneos sobre sustentabilidade e vulnerabilidade de sistemas excessivamente dependentes de fontes energéticas únicas.

A emergência de Yveltal ampliou essa interpretação ao representar a dimensão da dissipação ecológica. Sua capacidade de drenar energia vital e petrificar organismos não foi compreendida como manifestação moral de maldade, mas como expressão simbólica da função da morte dentro dos ciclos naturais. A destruição, nesse contexto, não constitui aniquilação definitiva, mas etapa de redistribuição energética que antecede reorganização estrutural. Essa abordagem permite superar leituras simplistas de

oposição entre bem e mal, substituindo-as por compreensão sistêmica da interdependência entre forças aparentemente opostas.

A atuação de Xerneas reforçou essa dinâmica ao evidenciar que regeneração também possui custos e limites. Ao restaurar os organismos petrificados e, em seguida, assumir a forma de árvore, o personagem simboliza a necessidade de repouso e recomposição após intensa liberação de energia vital. A alternância entre Yveltal e Xerneas demonstra que equilíbrio ecológico não é estado fixo, mas movimento cíclico entre fases distintas do processo energético.

Por fim, a transformação de Diancie em Mega Diancie sintetiza a dimensão adaptativa da narrativa. A reorganização estrutural da protagonista, desencadeada pela pressão da crise, representa capacidade de sistemas complexos de se transformarem diante de perturbações intensas. O novo Coração do Diamante não é mera restauração do modelo anterior, mas resultado de amadurecimento interno e integração energética mais sofisticada. Essa transformação simboliza que sustentabilidade depende de aprendizado adaptativo e capacidade de reorganização contínua.

A narrativa analisada sugere, portanto, que destruição e regeneração não devem ser compreendidas como forças excludentes, mas como momentos complementares dentro de um ciclo maior. O equilíbrio emerge da interação dinâmica entre desgaste, dissipação e reorganização. Essa compreensão aproxima o filme de princípios científicos consolidados na ecologia contemporânea, ainda que apresentados em linguagem simbólica acessível ao público infantojuvenil.

Do ponto de vista acadêmico, a análise demonstra que produções culturais amplamente difundidas podem veicular estruturas simbólicas complexas capazes de dialogar com debates ambientais atuais. Ao traduzir conceitos como entropia, resiliência e reorganização adaptativa em narrativa visual, o filme contribui para formação de sensibilidade voltada à interdependência sistêmica.

Conclui-se, assim, que *Diancie and the Cocoon of Destruction* oferece leitura alegórica consistente dos ciclos naturais, evidenciando que crises não representam apenas ameaça, mas também possibilidade de transformação estrutural. A sustentabilidade, nesse contexto, não é preservação estática do passado, mas capacidade contínua de reorganização diante das pressões inevitáveis que caracterizam sistemas vivos.

## REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. São Paulo: Cultrix, 2014.

HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, Palo Alto, v. 4, p. 1–23, 1973.

LOVELOCK, James. *Gaia: cura para um planeta doente*. São Paulo: Cultrix, 2006.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ODUM, Eugene P.; BARRETT, Gary W. *Fundamentos de ecologia*. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2007.


PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

THE POKÉMON COMPANY. *Pokémon the Movie: Diancie and the Cocoon of Destruction*. Direção: Kunihiko Yuyama. Japão: OLM, 2014. Filme (77 min).

WALKER, Brian; SALT, David. *Resilience thinking: sustaining ecosystems and people in a changing world*. Washington, DC: Island Press, 2006.

**A FEIRA DE CARUARU NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE A PARTIR DO INVENTÁRIO DE RICARDO JOSÉ BEZERRA (1862)**

**THE CARUARU FAIR IN THE 19TH CENTURY: AN ANALYSIS BASED ON THE INVENTORY OF RICARDO JOSÉ BEZERRA (1862)**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-004>

**Mázio Miguel Silva dos Santos**  
Mestrando de História  
Universidade Católica de Pernambuco  
E-mail: [professormaziomiguel@gmail.com](mailto:professormaziomiguel@gmail.com)

**RESUMO**

O presente trabalho é um estudo de caso documental com abordagem qualitativa que propõe analisar a configuração econômica e social da feira de Caruaru ao longo da primeira metade do século XIX, utilizando como fonte primária o inventário post-mortem do comerciante Ricardo José Bezerra, falecido em 1862. A pesquisa fundamenta-se na História Social da Cultura Material e na microanálise qualitativa, buscando interpretar o inventário não apenas como uma lista de bens, mas como um artefato social que revela práticas comerciais e hierarquias simbólicas. Metodologicamente, os itens foram transcritos e organizados em categorias analíticas: ferragens, tecidos, miudezas, gêneros de consumo e força de trabalho (escravizados). Os resultados indicam que o inventariado integrava uma fração intermediária da elite local, atuando como um articulador entre o comércio urbano e o mundo rural. A diversidade do estoque revela que a feira de Caruaru funcionava como um centro multifuncional, atendendo desde as necessidades básicas de trabalhadores até o consumo de luxo de segmentos abastados. Conclui-se que o trabalho escravo era parte estruturante dessa economia urbana, sustentando o movimento mercantil da região.

**Palavras-chave:** Feira de Caruaru; Inventário Post-mortem; Cultura Material; Comércio Oitocentista; Agreste Pernambucano.

**ABSTRACT**

This study is a qualitative documentary case study that aims to analyze the economic and social configuration of the Caruaru fair during the first half and mid-nineteenth century, using as its primary source the post-mortem inventory of the merchant Ricardo José Bezerra, who died in 1862. The research is grounded in the Social History of Material Culture and in qualitative microanalysis, interpreting the inventory not merely as a list of assets, but as a social artifact that reveals commercial practices and symbolic hierarchies. Methodologically, the items were transcribed and organized into analytical

categories, including hardware and tools, textiles, small goods, consumer products, and labor force (enslaved individuals). The findings indicate that the deceased merchant belonged to an intermediate stratum of the local elite, acting as a mediator between urban commerce and the rural economy. The diversity of the inventory demonstrates that the Caruaru fair functioned as a multifunctional commercial center, supplying both the basic needs of workers and the luxury consumption of wealthier segments. It is concluded that enslaved labor constituted a structural element of this urban economy, sustaining the regional commercial dynamics.

**Keywords:** Caruaru Fair; Post-mortem Inventory; Material Culture; Nineteenth-Century Trade; Pernambuco's Agreste.

## 1 INTRODUÇÃO

A utilização dos inventários post-mortem como fonte para a pesquisa histórica remonta às transformações metodológicas ocorridas na historiografia a partir da segunda metade do século XX, especialmente sob a influência da chamada História Nova encabeçada pela Escola dos Annales. Com a ampliação do conceito de documento histórico e a valorização das práticas e estruturas sociais, os historiadores passaram a explorar sistematicamente documentos judiciais e notariais como os testamentos, registros de batismo, escrituras de compra e venda, e especialmente os inventários post-mortem, por sua riqueza informativa. Conforme ressaltado por Marc Bloch, “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (Bloch, 2001, p. 79).<sup>1</sup> Os inventários tornaram-se, assim, objetos de uma nova curiosidade historiográfica, passando a despertar o interesse dos historiadores para usá-los na pesquisa histórica.

A historiadora Júnia Ferreira Furtado (2009) observa que, em sua origem, o termo inventário correspondia exclusivamente ao registro dos bens a serem partilhados, enfatizando que as Ordenações Filipinas “não tratam dos inventários e sim da partilha dos bens do falecido e as formas de realizá-la, sendo o inventário parte desse processo” (Furtado, 2009, p. 102). Com o decorrer do tempo, contudo, a expressão passou a designar o conjunto do procedimento judicial, consolidando-se como sinônimo da partilha de bens deixados após a morte.<sup>2</sup> Assim, entende-se por inventário

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

<sup>2</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. “A morte como testemunho da vida”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009 (pp. 93-118).

[...] registro oficial do patrimônio deixado por pessoa falecida, do qual consta o tipo e o valor monetário dos bens acumulados ao longo da vida, bem como lista de créditos e débitos pendentes. Este registro é feito por autoridade pública e o documento assim produzido tem valor para definir, em caráter final, o que caberá, por partilha, aos herdeiros, após honrados os débitos com o Estado e com credores particulares (Magalhães et al., 2002, p. 2).<sup>3</sup>

Para Beatriz Magalhães (1989), cada inventário apresenta-se de forma singular, trazendo descrições detalhadas que permitem ao pesquisador uma visão minuciosa do cotidiano doméstico. É como se o documento oferecesse um olhar penetrante sobre os espaços da casa, os trajes, o mobiliário, os utensílios, a organização da despensa, o quintal, as propriedades rurais, as datas de mineração e, de modo especial, a força de trabalho existente.<sup>4</sup>

Segundo Carlos Bacellar (2011), o inventário corresponde ao registro oficial de todos os bens materiais deixados pelo falecido, servindo de base para o processo sucessório conforme as disposições testamentárias e a legislação vigente. Nesse procedimento, os bens eram arrolados e avaliados, incluindo-se também os indivíduos escravizados, quando presentes no patrimônio.<sup>5</sup>

A partir das considerações apresentadas pelos historiadores que se dedicaram ao estudo dos manuscritos de inventários, torna-se evidente a relevância de ampliar a utilização desses documentos no trabalho de reconstituição histórica. Eles não apenas permitem compreender aspectos da vida do indivíduo inventariado, mas também oferecem subsídios para analisar a sociedade em seu conjunto. Para Júnia Furtado (2009), quando organizados em séries dentro de um recorte temporal específico, tais registros podem revelar, inclusive, elementos das mentalidades próprias de determinada época.

Entretanto, o uso dos inventários como fonte histórica exige cautela. É necessário atentar para as limitações próprias desse tipo de documento, uma vez que, como adverte Júnia Furtado (2009), existe a possibilidade de haver distorções nas informações e, especialmente nos arrolamentos de bens, conforme os interesses dos herdeiros, muitos bens são omitidos e vários outros são super ou subavaliados. Assim, a análise crítica torna-se indispensável para que se possa extrair desses registros informações mais próximas da realidade social que se pretende investigar.<sup>6</sup>

Para Versiani e Vergolino (2003), indivíduos inventariados constituem uma amostra imperfeita da população respectiva. Isto diz muito sobre a natureza própria da fonte: sendo documentos produzidos por elites letradas e voltados ao ordenamento patrimonial, eles invisibilizam sujeitos que não deixaram herança

---

<sup>3</sup> MAGALHÃES, Beatriz R. SILVA, Vera A. C.; PEREIRA, Ana L. C.; CHEBLE, Gilson B. “Evolução da economia e da riqueza na comarca do Rio das Velhas – Capitania de Minas Gerais, 1713 – 1763”. X Seminário sobre a Economia Mineira, 18-22 jun. 2002, CEDEPLAR – UFMG.

<sup>4</sup> MAGALHÃES, Beatriz R. Inventários e sequestros: fontes para a história social. Revista do Departamento de História. 9 (1989): 31-45, FAFICH/UFMG.

<sup>5</sup> BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla B (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2011 (p. 23-79).

<sup>6</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. “A morte como testemunho da vida”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009 (pp. 93-118), p. 106.

formal. Assim, há uma sub-representação dos setores mais pobres e uma ênfase nos segmentos proprietários.<sup>7</sup>

Carlos Bacellar (2011) ressalta que nenhum documento deve ser considerado neutro, pois todo registro carrega as marcas e interesses de quem o produziu. Para o autor, cabe ao historiador compreender as fontes em seus contextos específicos, reconhecendo que eventuais imprecisões refletem, muitas vezes, a intencionalidade de seus autores. Além disso, enfatiza que os documentos do passado não foram produzidos com a finalidade de servir à pesquisa histórica, mas sim para responder a demandas e necessidades concretas de seu próprio tempo.<sup>8</sup> Assim, “o historiador precisa entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu” (Bacellar, 2011, p. 64). Ao analisar os perigos dos inventários, o autor afirma que

pelo fato de que tal documentação retrata o patrimônio de um indivíduo em um momento muito específico, e a qualidade desse patrimônio deve, necessariamente, ser considerada segundo esse momento. (...) Dito em outras palavras, as informações de cada inventário devem ser analisadas tendo, como pano de fundo, o ciclo de vida. (Bacellar, 2011, p. 69)

Um aspecto relevante a ser considerado na análise dessa fonte é apontado por Júnia Furtado (2009). A autora ressalta que os inventários não devem ser compreendidos apenas como registros da morte, mas, sobretudo, como testemunhos da vida em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, “nas mãos do historiador, eles podem se transformar em testemunhos sobre a morte, mas acima de tudo sobre a vida, em suas dimensões material e espiritual.” (Furtado, 2009, p. 93).

Outro aspecto importante refere-se à materialidade dos inventários, especialmente aqueles produzidos até as primeiras décadas do século XX, já que todos eram manuscritos elaborados pelos escrivães de cartório designados pelos juízes. Por essa razão, além da análise contextual, o historiador precisa dispor de conhecimentos básicos de paleografia, a fim de interpretar adequadamente as diferentes formas de escrita. Pequenos detalhes, como uma letra apagada, uma palavra mal identificada ou a confusão entre letras, podem gerar equívocos sérios na leitura de despachos judiciais, na identificação de herdeiros ou na descrição de objetos pertencentes ao inventariado. Apesar das limitações e riscos apontados, os inventários permanecem como uma fonte de grande valor para a pesquisa histórica. Superados os desafios de leitura e as possíveis distorções, cabe ao historiador analisar de que forma esses documentos são estruturados e quais elementos compõem sua organização. A partir dessa observação, torna-se possível

---

<sup>7</sup> VERGOLINO, José Raimundo Oliveira; VERSIANI, Flávio Rabelo. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. In: Estudos econômicos, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, ARIL-JUNHO, 2003, p. 363.

<sup>8</sup> BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla B (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2011 (p. 23-79), p. 96.

compreender como o inventário registra o patrimônio do falecido, como se dá a descrição e avaliação dos bens e de que maneira tais registros refletem as práticas sociais, econômicas e culturais do período estudado.

É nesse horizonte teórico que se insere o presente estudo. Tradicionalmente associada à circulação de gêneros agrícolas e à economia de subsistência regional, a feira de Caruaru no século XIX é frequentemente evocada como espaço popular de trocas, mas raramente analisada a partir de documentação capaz de revelar sua complexidade estrutural. Diante disso, o problema que orienta esta pesquisa consiste em compreender de que maneira a leitura qualitativa de um inventário post-mortem pode iluminar a estrutura econômica, as práticas comerciais e as hierarquias sociais que sustentavam a feira de Caruaru ao longo da primeira metade do século XIX.

O objetivo geral deste artigo é analisar a dinâmica da feira de Caruaru por meio do inventário do comerciante Ricardo José Bezerra<sup>9</sup>, falecido em 1862, buscando identificar indícios da organização do comércio urbano, da composição da clientela, das práticas de consumo e da articulação entre atividade mercantil e trabalho escravizado. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) examinar a diversidade e a natureza dos bens inventariados; (b) compreender a inserção social e econômica do comerciante na estrutura local; (c) identificar padrões de consumo e distinção social a partir da cultura material registrada; e (d) discutir a presença do trabalho escravizado no comércio urbano interiorano.

A escolha desse inventário justifica-se por sua riqueza documental e pelo volume expressivo de mercadorias e ativos registrados, permitindo uma microanálise qualitativa capaz de revelar aspectos estruturais da economia regional. Como aponta Carlo Ginzburg (1989), o “indício mínimo” pode iluminar estruturas maiores quando inserido em sua teia de relações, isto é, os pressupostos do paradigma indiciário, ao propor “um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (Ginzburg, 1989, p. 149).<sup>10</sup> Assim, ao privilegiar uma única fonte, não se pretende generalizar conclusões para toda a feira de Caruaru ou todo o Agreste pernambucano, mas demonstrar a potência heurística do estudo de caso na construção de interpretações mais amplas sobre a formação de mercados urbanos no interior do Império brasileiro.

Assim, este artigo parte do pressuposto de que os objetos listados no inventário não constituem apenas registros patrimoniais, mas vestígios materiais de práticas sociais, econômicas e simbólicas. Ao examinar ferragens, tecidos, utensílios, bebidas, moedas, propriedades e pessoas escravizadas, busca-se compreender a feira não apenas como espaço de troca de mercadorias, mas como lugar de articulação entre produção rural, comércio urbano, consumo diferenciado e relações de poder. A análise que se segue,

---

<sup>9</sup> Inventário de Ricardo José Bezerra de 1862. Documento manuscrito. LAPEH-UFPE. O inventário consultado não possui paginação ou numeração original. As citações são indicadas apenas pelo título e ano do documento.

<sup>10</sup> GINZBURG, Carlos. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

portanto, entende o inventário como artefato social capaz de revelar, por meio da materialidade, os contornos de uma economia urbana em formação no Agreste pernambucano oitocentista.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza documental e histórica, fundamentada na análise microanalítica de um inventário post-mortem datado de 1862. Trata-se de investigação centrada em fonte primária manuscrita, produzida no âmbito judicial, cuja finalidade original foi a partilha dos bens do comerciante Ricardo José Bezerra, falecido na cidade de Caruaru, então pertencente à província de Pernambuco.

A escolha metodológica pelo estudo de caso fundamenta-se na perspectiva do paradigma indiciário, conforme formulado por Carlo Ginzburg (1989), segundo o qual vestígios aparentemente fragmentários podem revelar estruturas sociais mais amplas quando contextualizados historicamente. Assim, parte-se do pressuposto de que a análise aprofundada de um único inventário, longe de limitar a interpretação, pode iluminar aspectos estruturais da economia urbana e das práticas comerciais do Agreste pernambucano em meados do século XIX.

### 2.1 DELIMITAÇÃO DA FONTE E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A fonte primária utilizada consiste no inventário de Ricardo José Bezerra, produzido em 1862 e atualmente preservado no Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEH/UFPE). O documento foi integralmente transcrito, respeitando-se sua estrutura original, a grafia e a organização interna das seções, com atenção às especificidades paleográficas próprias da documentação manuscrita oitocentista.

Embora o inventário tenha sido lavrado em 1862, não há informações precisas no documento acerca da idade do inventariado ou do momento exato de início de suas atividades mercantis. Assim, as análises aqui desenvolvidas referem-se ao contexto econômico de meados do século XIX, compreendendo que o patrimônio registrado sintetiza uma trajetória construída ao longo das décadas anteriores. Considerando a data de seu falecimento, é possível que Ricardo José Bezerra tenha vivido as diferentes fases político-administrativas de Caruaru, período em que ainda figurava como povoado (até 1848), a fase de Vila (1848–1857) e a elevação à condição de cidade (a partir de 1857), circunstância que reforça a necessidade de situar sua experiência econômica em um processo histórico mais amplo de transformação urbana e institucional.

Após a transcrição, procedeu-se à sistematização dos dados por meio da categorização dos bens inventariados. Os itens foram agrupados em categorias analíticas, tais como: (a) bens imóveis; (b) ferramentas e ferragens; (c) tecidos e fazendas; (d) utensílios domésticos; (e) gêneros alimentícios e bebidas; (f) miudezas e produtos de uso pessoal; (g) animais; e (h) pessoas escravizadas. Essa organização

permitiu identificar padrões de diversidade mercantil, níveis de sofisticação dos produtos e indícios da composição social da clientela.

Além da classificação temática, foram observados aspectos quantitativos e monetários, como valores atribuídos aos bens, formas de fracionamento das unidades de venda (côvados, dúzias, libras, canadas, garrafas) e a presença de moeda miúda, elementos que indicam práticas comerciais compatíveis com o varejo urbano e com a lógica das feiras livres.

## 2.2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A análise fundamenta-se na historiografia que valoriza os inventários como fontes privilegiadas para o estudo da história social e da cultura material, conforme discutido por Furtado (2009), Bacellar (2011) e Magalhães (1989). Considera-se que tais documentos não constituem registros neutros da realidade, mas construções jurídicas produzidas em contexto específico, sujeitas a omissões e distorções decorrentes de interesses familiares e econômicos.

Nesse sentido, os dados foram interpretados à luz do conceito de cultura material, entendida como conjunto de objetos que estruturam práticas sociais, organizam espaços domésticos e comerciais e expressam distinções simbólicas. Parte-se do entendimento de que os bens inventariados não possuem apenas valor econômico, mas também função social e identitária, sendo capazes de revelar hábitos de consumo, estratégias de afirmação social e formas de inserção no mercado regional.

A abordagem metodológica adotada também dialoga com estudos sobre escravidão urbana e economia interiorana, reconhecendo que a presença de pessoas escravizadas no inventário deve ser analisada tanto como força de trabalho quanto como ativo patrimonial, inserido em lógica econômica mais ampla.

Assim, a metodologia combina transcrição paleográfica, categorização temática, análise qualitativa interpretativa e contextualização historiográfica, buscando articular a dimensão material do inventário às estruturas econômicas e sociais que configuravam a feira de Caruaru ao longo da primeira metade do século XIX.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do inventário de Ricardo José Bezerra, datado de 1862, permitiu identificar elementos significativos para a compreensão da estrutura econômica, das práticas comerciais e das hierarquias sociais que configuravam a feira de Caruaru na primeira metade do século XIX. Os dados revelam não apenas a diversidade mercantil do estabelecimento analisado, mas também a inserção social do comerciante e a articulação entre comércio urbano, produção rural e trabalho escravizado.

### 3.1 O PERFIL DO COMERCIANTE E SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA LOCAL

O inventário revela um patrimônio diversificado, composto por bens móveis, imóveis urbanos e rurais, estoque comercial robusto, animais e quatro pessoas escravizadas. Tal composição patrimonial permite situar Ricardo José Bezerra em uma fração intermediária da elite local de Caruaru do século XIX, caracterizada pela combinação entre propriedade fundiária, atividade mercantil e investimento em mão de obra cativa.

No âmbito familiar, a inventariante é sua esposa, Francisca Maria da Conceição, e aparecem seis filhos vivos, além de quatro netos herdeiros de uma filha falecida. Esse núcleo familiar ampliado, com filhos homens e mulheres, já em idade de partilhar bens, sugere uma estrutura patriarcal estabelecida e consolidada. Os vínculos familiares, como os genros mencionados, possivelmente atuavam como agentes ou parceiros no próprio circuito comercial.

Do ponto de vista fundiário, o inventário registra diversas propriedades, como uma casa de taipa no lugar da Baixinha, um sítio com curral e casa de telha na Lagoa do Jucá, além de lotes de terra na Rua Preta, Sítio do Meio e Riacho da Raposa. A natureza desses imóveis, com destaque para o sítio com lagoa e curral, indica uma articulação entre o comércio urbano e atividades agropecuárias. Tais propriedades reforçam a condição de Ricardo enquanto proprietário multifuncional: um comerciante que não apenas vendia mercadorias, mas também controlava áreas produtivas e de abastecimento.

A posse de quatro escravizados, descritos com nomes, idades e valores individuais, entre eles, uma mulher de 28 anos avaliado em 950\$000 réis e um homem de 70 anos por 250\$000 réis, confirma seu pertencimento a um grupo com capacidade de investimento em mão de obra cativa, ainda que em escala moderada. Além disso, o inventário registra animais de carga e criação, como cavalos, bois e vacas, além de arreios e selas, elementos que reforçam seu papel no transporte e no abastecimento da feira.

A localização de sua loja, ainda que não especificada com exatidão, pode ser inferida como próxima ao núcleo da feira, dado que parte dos valores em dinheiro estava “na loja” e a estrutura do inventário separa claramente os bens domésticos dos bens comerciais. A coexistência de loja física com práticas próprias da feira (venda por unidade, variedade de estoques, moeda miúda) evidencia a flexibilidade desse comerciante, capaz de atuar nos dois espaços com naturalidade.

Assim, o conjunto de dados indica que Ricardo José Bezerra integrava uma fração intermediária da elite caruaruense: não era um grande proprietário de engenho nem um pequeno vendedor, mas um comerciante sólido, territorialmente fixado, com patrimônio diversificado e clientela plural, características típicas dos agentes centrais no desenvolvimento de localidades comerciais do Agreste oitocentista.

### 3.2 A VARIEDADE DE BENS: UM RETRATO DA FEIRA MULTIFUNCIONAL

O inventário de Ricardo José Bezerra, datado de 1862, revela uma impressionante diversidade de mercadorias, confirmando o papel da feira de Caruaru como centro de abastecimento multifuncional para a cidade e seu entorno rural. Os bens inventariados ultrapassam o mero comércio agrícola, abrangendo utensílios domésticos, ferramentas de trabalho, bebidas, artigos de vestuário, produtos importados e objetos de uso cotidiano. A multiplicidade de itens revela uma feira capaz de atender tanto às necessidades básicas da população quanto ao consumo de artigos de luxo ou distinção social.

A análise do inventário permite organizar os bens em grandes categorias:

1. Ferragens e ferramentas: pás, facas, esporas, cadeados, enxadas, navalhas. Indicam abastecimento de trabalhadores rurais e urbanos;
2. Tecidos e fazendas: peças de chita, algodão, mandaplan, gazimira, brim, cambrainha. Revelam a importância da feira na distribuição de tecidos para costureiras, artesãos e uso doméstico;
3. Miudezas e utensílios domésticos: pratos, copos, tigelas, bules, vassouras, espelhos. Demonstam a feira como espaço de aquisição de objetos do cotidiano;
4. Produtos de consumo alimentar e bebidas: açúcar mascavo, vinhos, licores, bolachas, fumo, cigarro. Apontam para práticas de lazer e hábitos de consumo populares;
5. Escravizados e animais: a presença de quatro escravizados e vários animais (bois, vacas, cavalos) revela a articulação entre o comércio urbano e o mundo rural.

#### 3.2.1 Ferragens e ferramentas

Os artigos de metal registrados no inventário revelam a importância da feira como centro de abastecimento de instrumentos de trabalho. Entre os bens listados encontram-se 6 pás (6.000 réis), 8 serrotes pequenos (8.000 réis), 36 pares de esporas de casquinho (14.400 réis), 5 facas de 6 polegadas e 14 de 8 polegadas (totalizando 4.260 réis), além de 9 ferros de cepilho, 5 enxadas e 2 machados, que somam mais de 5.000 réis. Destacam-se ainda 58 verrumas (4.640 réis) e 20 verrumas miúdas de guarnição (1.000 réis), compondo um conjunto expressivo de ferramentas destinadas a diferentes ofícios. Somados a limas, martelos, dobradiças e fechaduras, esses itens indicam que a clientela da feira incluía carpinteiros, sapateiros, lavradores e pequenos artesãos, todos dependentes desse espaço comercial para a aquisição e reposição de seus instrumentos de trabalho. Assim, mais do que simples mercadorias, as ferragens revelam a dinâmica produtiva local e a centralidade da feira na manutenção das atividades econômicas de povoados, vilas e cidades.

### **3.2.2 Tecidos e fazendas**

A seção de tecidos configura-se como uma das mais volumosas do inventário, reunindo centenas de peças e côvados, o que evidencia a relevância desse segmento no circuito comercial da feira. Entre os itens listados destacam-se 10 peças de algodão sucupira (46.000 réis), 11 peças de algodão carne de vaca (47.300 réis), 297 côvados de chita em retalhos (59.400 réis), 23 côvados de gazimira azul (46.000 réis), 30 varas de brim de Hamburgo (12.000 réis) e 66 côvados de alporca preta (46.200 réis), além de 6 cortes de colete de veludo ordinário (24.000 réis). A presença de tecidos finos e, em alguns casos, importados como gazineta, cambrinha, murçulina e baetilha de capucho, soma-se a um grande número de lenços, chapéus, fitas, gravatas e meias, indicando uma oferta diversificada. Esse conjunto revela que a feira atendia simultaneamente a uma clientela popular, voltada para tecidos de uso cotidiano, e a segmentos com maior poder aquisitivo, interessados em artigos de melhor acabamento e distinção social. Assim, os tecidos não apenas compunham um dos principais estoques mercantis, mas também refletiam a estratificação econômica e os padrões de consumo presentes no espaço urbano em formação.

### **3.2.3 Utensílios domésticos e gêneros de mesa**

A categoria de utensílios domésticos e gêneros de mesa revela um conjunto expressivo de objetos voltados ao consumo cotidiano e às práticas alimentares. Entre os itens registrados encontram-se 71 casais de pratos (14.200 réis), 18 casais de tigelas (3.600 réis), 61 pires (4.880 réis), 17 copos de vidro pequenos e 3 grandes, além de 34 candeeiros e 4 funis. Somam-se ainda 15 dúzias de fósforos de gás (4.800 réis), bem como bebidas diversas, como 8 garrafas de licor, 27 botijas de genebra, 23 de aguardente do reino e 12 garrafas e meia de vinho branco. Esse conjunto evidencia não apenas a circulação de objetos destinados à preparação e ao serviço de alimentos, mas também a presença de bebidas importadas e de maior valor agregado, indicando hábitos de consumo que ultrapassavam a mera subsistência. A diversidade desses produtos sugere um cotidiano marcado por práticas alimentares variadas e por momentos de sociabilidade, reforçando o papel da feira como espaço de abastecimento essencial, mas também como centro de consumo ligado ao convívio social e ao prazer.

### **3.2.4 Miudezas e produtos de uso pessoal**

A categoria de miudezas e produtos de uso pessoal reúne um conjunto significativo de itens ligados ao vestuário, ao cuidado individual e ao lazer. Entre os bens inventariados constam 28 pares de meias de algodão para senhora, 31 pares de meias ordinárias para homem, 16 pentes de chifre, 20 pentes ordinários e 3 pentes de alisar, além de 8 baralhos de cartas. Destacam-se ainda 105 cachimbos, 60 canudos para cachimbo e 3 caixas e meia de charutos, avaliadas em 6.000 réis. A presença desses artigos indica que a feira não se limitava ao fornecimento de bens de primeira necessidade, mas contemplava também produtos

voltados à aparência pessoal, ao hábito do fumo e às práticas recreativas. Jogos, tabaco e objetos de higiene e adorno revelam um mercado atento às dimensões mais amplas da vida cotidiana, reforçando o caráter da feira como espaço de sociabilidade, convivência e distinção social.

### **3.2.5 Bebidas e gêneros de consumo**

A categoria de bebidas e gêneros de consumo evidencia a circulação de produtos alimentares variados, alguns deles de caráter manufaturado ou importado. Entre os itens registrados destacam-se 1 arroba de café (8.000 réis), 16 garrafas de aguardente branca (1.600 réis), 6 libras de manteiga (3.000 réis) e 1 libra de açafão (1.000 réis), além de 4 canadas de vinho (ainda que em mau estado), aguardente misturada, vinagre, bolacha, pimenta, fumo, cera de carnaúba e sebo de Holanda. Esses produtos indicam que a feira abastecia não apenas cozinhas domésticas, mas também estabelecimentos como vendas e botecos locais, revelando uma rede de consumo mais complexa do que a simples comercialização de gêneros agrícolas frescos. A diversidade dos artigos permite afirmar, com base documental, que a feira de Caruaru funcionava como um amplo mercado varejista, onde se encontravam tanto instrumentos de trabalho quanto artigos de vestuário e alimentos variados, isto é, do canivete à gravata, do machado ao xale bordado, do toucinho ao vinho branco importado, consolidando-se como espaço central da vida econômica e social do lugar.

### **3.3 INDÍCIOS DA CLIENTELA E DA LÓGICA COMERCIAL**

A análise qualitativa do inventário de Ricardo José Bezerra permite entrever a composição da clientela que frequentava sua loja e, por extensão, a feira de Caruaru no século XIX. A diversidade dos produtos ofertados, os diferentes níveis de sofisticação dos itens e a amplitude de suas quantidades revelam um comércio estruturado para atender a múltiplos estratos sociais, tanto urbanos quanto rurais. Essa heterogeneidade aponta para uma lógica comercial fundamentada na flexibilidade, característica típica das feiras livres, onde conviviam práticas de varejo e abastecimento em pequena escala.

O inventário registra, por exemplo, 31 pares de meias ordinárias para homem, cujo valor acessível sugere consumo popular, ao lado de cortes de veludo, lenços de tafetá e gravatas finas, destinados provavelmente a fregueses com maior poder aquisitivo. Os artigos de lazer, como 8 baralhos de cartas, 105 cachimbos e 60 canudos, reforçam a ideia de que o espaço da feira e da loja era também um locus de sociabilidade, onde se adquiriam produtos associados ao tempo livre e à vida doméstica masculina.

Produtos utilitários básicos, como dezenas de utensílios de cozinha e higiene pessoal, demonstram a função da loja como ponto de abastecimento regular das famílias. Por outro lado, o registro de facas de luxo, xales de merinó, tecidos importados e bebidas, como vinho branco e licor, revela o atendimento a uma clientela exigente, possivelmente ligada à elite agrária regional ou às famílias de maior prestígio local.

Outro dado significativo é a fragmentação das unidades de venda. Os itens são registrados por unidade, dúzia, côvado, libra, garrafa, caneca ou canada, o que aponta para práticas de venda fracionada, compatíveis com uma lógica de comércio acessível e adaptável ao pequeno consumo. Além disso, o inventário menciona expressamente “dinheiro de cobre achado na loja”, indicativo de transações realizadas com moedas de menor valor, muito utilizadas nas feiras populares.

Esses elementos convergem para a caracterização da feira de Caruaru como um espaço de mercado inclusivo, que mobilizava diferentes públicos e práticas comerciais. A coexistência de produtos simples e sofisticados, a ampla gama de categorias e a linguagem comercial empregada no inventário demonstram que a loja de Ricardo José Bezerra estava plenamente integrada à lógica plural da feira livre: um lugar onde se encontravam agricultores, tropeiros, trabalhadores urbanos, senhoras de engenho e pequenos comerciantes, todos compondo o tecido econômico da cidade.

### 3.4 “AS COISAS FALAM”: O COTIDIANO E A INTIMIDADE DO COMERCIANTE.

A análise do inventário post-mortem de Ricardo José Bezerra, falecido em Caruaru em 1862, oferece uma rica oportunidade para acessar o cotidiano doméstico e comercial de um comerciante urbano no Agreste pernambucano oitocentista. Mais do que uma simples lista de bens, o documento permite vislumbrar os objetos que compunham o mundo material de um indivíduo situado na camada intermediária da elite local e, com isso, reconstruir práticas de vida, hábitos de consumo e estratégias de distinção social.

A diversidade e sofisticação dos produtos listados no inventário apontam para um estoque altamente segmentado, capaz de atender gostos distintos e reforçar hierarquias simbólicas. No setor têxtil, nota-se uma impressionante gama de tecidos finos e de importação, como os xales de merinó, lenços de tafetá, cortes de gorgurão para coletes, cortes de coletes de veludo bordado, gazinira azul, brim de Hamburgo, cambrinha, chitas francesas e castor, todos tecidos identificados com uso social refinado, masculino e feminino. A presença de tecidos finos não apenas amplia a oferta comercial do lojista, mas também sinaliza sua capacidade de incorporar os circuitos de prestígio no interior do Império.

No campo dos utensílios e objetos domésticos, observa-se a presença de itens voltados ao consumo cotidiano que extrapolam a mera funcionalidade, apresentando apelo estético e simbólico, como pratos finos, tigelas e xícaras de porcelana azul, copos de vidro, bules ornamentados, espelhos, baralhos de cartas, luvas femininas, chapéus para senhora e sapatos de marroquim. A coexistência desses bens sugere que o comércio local atendia não apenas a necessidades práticas, mas também a demandas relacionadas à apresentação pessoal, à respeitabilidade e ao decoro social. Tais produtos podem ser compreendidos como expressão de uma materialidade da distinção, conforme discutido pelos estudos sobre cultura material, nos quais o uso e a exibição de objetos finos operam como marcadores simbólicos de inserção social. À luz da noção de distinção proposta por Pierre Bourdieu (2007), o gosto funciona como princípio de classificação

social, na medida em que as preferências e escolhas de consumo distinguem os sujeitos e revelam sua posição nas hierarquias simbólicas. Assim, ainda que o inventário não permita acessar diretamente as disposições subjetivas dos consumidores, a presença desses artigos indica a circulação de práticas diferenciadas de consumo no interior da sociedade oitocentista.<sup>11</sup>

A alimentação também revela indícios de diferenciação. Entre os gêneros comercializados por Bezerra, constam bebidas importadas como vinho branco, licor, genebra e cerveja, além de azeite doce, açafraão, ervas e especiarias e cera de carnaúba, produtos que não compunham a dieta básica popular, mas sim os hábitos alimentares das camadas abastadas. O estoque desses itens indica não apenas o acesso a canais comerciais amplos, mas também a intenção de oferecer mercadorias que simbolizavam distinção e civilidade.

Também se destacam os itens ligados à higiene pessoal e ao asseio, como bacias e espelhos. O inventário registra, por exemplo, treze espelhos pequenos, pentes ordinários e de chifre. Tais bens sugerem um cuidado com a aparência e com a apresentação pública, o que se coaduna com a exigência de respeitabilidade típica de uma elite oitocentista. Assim, o corpo urbano era um dos espaços de construção de distinção social e os objetos de asseio e vestuário atuavam como ferramentas dessa modelagem.

A presença de artefatos de lazer também é reveladora. O inventário registra oito baralhos de cartas, 105 cachimbos e 60 canudos, além de mais de três caixas de charuto. Esses itens indicam práticas de sociabilidade masculina, em geral ligadas ao universo dos comércios, armazéns e feiras. Eram objetos que circulavam entre os balcões, os banquinhos e os cafés, reforçando vínculos entre clientes, vizinhos e parceiros de negócio.

No que tange ao vestuário, o inventário menciona gravatas, coletes de veludo, camisas, meias (28 pares femininas e 31 pares masculinas), lenços de tafetá, suspensórios e chapéus. As roupas, tecidos e adornos constituíam elementos centrais para a afirmação de uma imagem de ordem, sucesso e decoro. O fato de Ricardo manter esse tipo de estoque tanto para venda quanto, provavelmente, para uso próprio, é sinal de sua inserção em uma cultura de consumo urbana que articulava o corpo, a loja e a reputação.

Entre os bens descritos no inventário, encontra-se valor em moeda, “dinheiro de cobre achado na loja” (5000 réis). A quantidade de moeda é um indicativo da prática comum de realizar transações de pequeno valor, em espécie, condizentes com as operações diárias da feira.

Essa dimensão material da existência permite alcançar as experiências do passado em sua concretude sensível. Através dos objetos que Ricardo acumulou, usou, vendeu e conservou, podemos reconstruir não apenas os contornos de sua atividade econômica, mas também os gestos cotidianos que

---

<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007, p. 13.

estruturavam sua vivência: acender o candeeiro, medir o côvado de tecido, ajeitar a gravata, acender o cachimbo, conversar com o freguês.

A cultura material, assim compreendida, transforma o inventário em um documento vivo, que expressa não apenas a riqueza do comerciante, mas também os modos pelos quais ele habitava e atribuía sentido ao mundo. Nesse sentido, a cultura material que emerge do inventário não é apenas reflexo da economia, mas instrumento ativo na produção de identidades sociais. O comerciante oitocentista, especialmente em cidades médias como Caruaru, fazia-se respeitável tanto pelo que vendia quanto pelo que vestia, exibia, escrevia e usava. Os objetos, portanto, eram parte do próprio corpo social que ele desejava habitar.

### 3.5 ENTRE O BALCÃO E O CATIVEIRO: A PRESENÇA DE ESCRAVIZADOS NO COMÉRCIO URBANO

A presença de quatro escravizados no inventário de Ricardo José Bezerra oferece elementos importantes para discutir a articulação entre o trabalho cativo e a atividade comercial em Caruaru durante o período de povoado do século XIX. Embora frequentemente associada à lavoura canavieira do litoral, a escravidão era uma realidade também nos centros urbanos do interior, onde homens e mulheres escravizados eram empregados em múltiplas funções domésticas, artesanais e comerciais.

No documento analisado, são listados: Eugenia, cabra, 28 anos mais ou menos, avaliada em 950\$000 réis; José, de Angola, 70 anos, achacado, avaliado em 250\$000 réis; Izabel, cabra, avaliada em 210\$000 réis (tem direito a uma parte da escravizada); José, 6 meses, filho de Izabel (com direito a uma parte do escravizado). A presença de dois adultos em idade produtiva e um idoso, ambos avaliados com valores médios altos, sugere que eram empregados em funções econômicas ativas, possivelmente ligadas ao transporte de mercadorias, atendimento na loja ou tarefas domésticas relacionadas ao suporte do espaço comercial.

Autores como Marcus Carvalho (2010) destacam que, em centros urbanos como a Boa Vista, a maioria dos cativos registrados provavelmente estava empregada no trabalho doméstico, desempenhando funções como mucamas, lavadeiras, moleques de recado e tratadores de sítios e quintais. Contudo, parte desses escravizados também atuava no comércio de rua e nas feiras. Era comum, nesses contextos urbanos, que os cativos acumulassem funções, combinando atividades domésticas com ocupações comerciais, muitas vezes com relativa autonomia por meio do sistema de ganho.<sup>12</sup>

Embora o inventário não explicita as funções de cada cativo, é plausível que, no contexto da feira de Caruaru, esses indivíduos atuassem no carregamento de mercadorias, no deslocamento de gêneros entre

---

<sup>12</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo*. Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 72.

as propriedades do comerciante e o centro urbano, ou até mesmo na negociação direta com fregueses, especialmente nos dias de maior movimento.

Outro aspecto relevante diz respeito ao perfil etário e às classificações de cor atribuídas aos cativos. A predominância de crioulos no inventário reforça uma dinâmica já observada por historiadores em regiões do interior, como demonstrado por Versiani e Vergolino (2003), onde o uso de pessoas escravizadas nascidas localmente era mais frequente do que a presença de africanos recém-chegados. Esse dado permite refletir sobre a inserção gradual da escravidão urbana em uma lógica de “familiarização” do cativo, onde o escravizado convivía com a família senhorial e operava em espaços públicos.

Outro ponto importante é a classificação de cor atribuída aos cativos. Observa-se que Eugenia e Izabel foram identificadas como “cabras”. Nos dicionários coloniais e oitocentistas, o termo “cabra”, por exemplo, recebia múltiplos significados e ocupava lugar ambíguo no vocabulário social do período. Utilizado em diferentes contextos para designar indivíduos mestiços ou pessoas escravizadas, o termo podia referir-se a filhos de mulatos com negros ou indígenas, como observado por Ana Cortez (2015) para o Cariri cearense, mas também funcionava como marcador de tonalidade de pele, como “trigueiro”, “escuro”, “misturado” ou mesmo de pertencimento regional. Longe de constituir classificação jurídica formal, cabra operava como designação social informal, recorrente em anúncios e discursos cotidianos, revelando práticas locais de nomeação e hierarquização. Nesse sentido, as categorias raciais registradas no inventário devem ser compreendidas como construções sociais situadas, que expressam não apenas origem, mas também percepções sociais e gradações simbólicas no interior da sociedade escravista.<sup>13</sup>

Adicionalmente, o inventário não registra ferramentas agrícolas vinculadas à produção rural direta, mas há menção a animais de carga, arreios e selas. Isso sugere que os escravizados adultos poderiam também atuar como condutores de tropas ou auxiliares nos deslocamentos entre o sítio e a cidade, reforçando o papel do comerciante como articulador entre os espaços urbano e rural.

Por fim, o valor econômico dos escravizados registrados representa uma fração significativa do patrimônio total inventariado, reafirmando seu peso não apenas como força de trabalho, mas como ativo comercial valorizado. Assim, a presença de cativos na estrutura econômica de Ricardo José Bezerra confirma que a feira de Caruaru operava, ao menos parcialmente, com base na exploração do trabalho escravizado, mesmo em um momento já marcado por tensões abolicionistas e mudanças nas formas de trabalho.

Portanto, ao articular o balcão, a loja e o cativo, o inventário evidencia como a escravidão também estruturava os circuitos comerciais e o cotidiano de uma cidade do Agreste. Os escravizados não apenas

---

<sup>13</sup> CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. O Cabra do Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista. 2015. 354f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/25250>. Acesso em: 12 set. 2025.

circulavam pela feira, eles sustentavam, com seu trabalho invisível, parte do movimento mercantil que animava a economia local.

#### 4 CONCLUSÃO

A análise do inventário post-mortem de Ricardo José Bezerra, falecido em 1862, demonstrou a potência heurística dessa fonte para a compreensão da estrutura econômica e social da feira de Caruaru ao longo da primeira metade do século XIX. Partindo do problema de investigar em que medida um único inventário poderia iluminar a dinâmica comercial e as hierarquias sociais de um período que atravessa as distintas fases político-administrativas do núcleo urbano interiorano (povoado, vila e cidade), o estudo evidenciou que a documentação patrimonial, quando submetida a leitura crítica e contextualizada, permite acessar dimensões estruturais da economia urbana oitocentista.

Os resultados indicam que a feira de Caruaru operava como espaço multifuncional de abastecimento, articulando produção rural, comércio varejista, circulação de mercadorias importadas e consumo diferenciado. A diversidade do estoque mercantil revela um mercado capaz de atender simultaneamente trabalhadores rurais, artesãos, famílias urbanas e segmentos economicamente mais abastados. Ferragens, tecidos populares e finos, utensílios domésticos, bebidas importadas e artigos de uso pessoal coexistiam em um mesmo circuito comercial, evidenciando a complexidade da economia local.

O perfil patrimonial do comerciante analisado confirma a existência de uma fração intermediária da elite interiorana, composta por comerciantes-proprietários que integravam atividades mercantis, controle fundiário e investimento em mão de obra escravizada. A presença de pessoas escravizadas no inventário reafirma que o comércio urbano interiorano estava inserido na lógica escravista do Império, demonstrando que o cativo não se restringia às áreas de plantation, mas estruturava também os circuitos mercantis de povoados, vilas e cidades do Agreste.

Além disso, a leitura da cultura material registrada no inventário permitiu identificar práticas de distinção social e padrões de consumo que extrapolam a imagem tradicional da feira como espaço exclusivamente popular. Os objetos listados revelam não apenas transações econômicas, mas formas de sociabilidade, construção de respeitabilidade e afirmação simbólica no contexto urbano em formação.

Ao privilegiar a microanálise de um único documento, este estudo não pretende generalizar conclusões para todo o interior pernambucano, mas demonstrar que a abordagem qualitativa aprofundada pode revelar estruturas mais amplas da economia regional. O inventário analisado confirma que as feiras interioranas eram espaços complexos, integrados a redes comerciais mais amplas e sustentados por múltiplas formas de trabalho e capital.

Dessa forma, o artigo contribui para a historiografia sobre economia urbana, cultura material e escravidão no interior do Brasil oitocentista, ao evidenciar que a feira de Caruaru constituía não apenas um

mercado de gêneros agrícolas, mas um núcleo estruturante da vida econômica e social regional. O inventário, longe de ser mera lista patrimonial, emerge como artefato social capaz de revelar, por meio da materialidade, os contornos de uma economia urbana em consolidação no Agreste pernambucano.

## REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-79.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. O Cabra do Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista. 2015. 354f. – Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/25250>. Acesso em: 14 fev. 2026.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93-118.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.


INVENTÁRIO de Ricardo José Bezerra de 1862. Documento manuscrito. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPÉH), UFPE, Recife.

MAGALHÃES, Beatriz R. Inventários e sequestros: fontes para a história social. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, n. 9, p. 31-45, 1989.

MAGALHÃES, Beatriz R.; SILVA, Vera A. C.; PEREIRA, Ana L. C.; CHEBLE, Gilson B. Evolução da economia e da riqueza na comarca do Rio das Velhas – Capitania de Minas Gerais (1713-1763). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

VERGOLINO, José Raimundo Oliveira; VERSIANI, Flávio Rabelo. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun. 2003.

**O PAPEL DO CONTROLE EMOCIONAL NA PRODUTIVIDADE E BEM-ESTAR DOS  
PROFISSIONAIS NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL****THE ROLE OF EMOTIONAL CONTROL IN THE PRODUCTIVITY AND WELL-BEING OF  
PROFESSIONALS IN THE ORGANIZATIONAL ENVIRONMENT**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-005>

**Tainá Mendes Sousa**

Bacharel em Psicologia pela UNINASSAU  
E-mail: tainamendes250403@gmail.com

**Conceição de Maria Carvalho Mendes**

Doutora em Administração pela UNINTER, Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba. Professora efetiva da UESPI  
E-mail: mendesconceicao628@gmail.com

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo geral analisar como o controle emocional influencia a performance, o relacionamento interpessoal e o clima organizacional; e como objetivo específico revisar a literatura sobre as estratégias, fatores e impactos do controle emocional no âmbito profissional. A metodologia necessária para o alcance desses objetivos consiste na leitura e análise de artigos científicos, livros e capítulos de livros publicados, preferencialmente autores como Goleman (1995), Salovey; Mayer (1990), Brackett; Caruso (2007), dentre outros que discutem o tema controle emocional, inteligência emocional, e suas aplicações no ambiente de trabalho. A pesquisa dedutiva revelou que o controle emocional é uma habilidade fundamental para manter a saúde mental, melhorar as relações e aumentar a eficiência no trabalho.

**Palavras-chave:** Controle emocional; Produtividade e bem-estar; Ambiente organizacional.

**ABSTRACT**

This article aims to analyze how emotional control influences performance, interpersonal relationships, and organizational climate; and specifically to review the literature on the strategies, factors, and impacts of emotional control in the professional sphere. The methodology required to achieve these objectives consists of reading and analyzing scientific articles, books, and book chapters published, preferably by authors such as Goleman (1995), Salovey; Mayer (1990), Brackett; Caruso (2007), among others who discuss the topic of emotional control, emotional intelligence, and its applications in the workplace. Deductive research revealed that emotional control is a fundamental skill for maintaining mental health, improving relationships, and increasing efficiency at work.

**Keywords:** Emotional control; Productivity and well-being; Organizational environment.

## 1 INTRODUÇÃO

A inteligência emocional (IE) é um conceito que vem ganhando destaque no campo da psicologia e gestão ao longo das últimas décadas. Sua origem remonta às discussões sobre inteligência social e emocional, inicialmente exploradas por estudiosos como Edward Thorndike na década de 1920, que introduziu o termo "inteligência social" referindo-se à habilidade de entender e gerir as relações interpessoais (Thorndike, 1920).

No entanto, o conceito de inteligência emocional como conhecemos hoje foi popularizado na década de 1990 pelo psicólogo Daniel Goleman, que lançou seu livro "Inteligência Emocional" em 1995. Goleman argumentou que habilidades emocionais desempenham um papel fundamental no sucesso pessoal e profissional, destacando competências como autoconsciência, autorregulação, motivação, empatia e habilidades sociais (Goleman, 1995). Sua abordagem trouxe uma nova perspectiva à psicologia, enfatizando a importância das emoções na tomada de decisões e no comportamento humano.

Antes de Goleman, outros pesquisadores já haviam explorado aspectos relacionados. Salovey e Mayer (1990) definiram a IE como um subconjunto da inteligência que envolve a habilidade de perceber, entender, gerenciar e utilizar emoções de forma eficiente. Eles desenvolveram o "Modelo de Habilidades da IE" e realizaram estudos pioneiros nesta área, contribuindo para a fundamentação acadêmica do conceito.

Desde então, a pesquisa sobre IE tem evoluído rapidamente, levando ao desenvolvimento de diversas ferramentas de avaliação e aplicação prática em ambientes organizacionais, educacionais e clínicos. A sua importância é reconhecida por seu impacto na melhoria do bem-estar, no relacionamento interpessoal e no desempenho profissional (Mayer, Salovey & Caruso, 2004).

No cenário empresarial moderno, as emoções desempenham papel crucial no desempenho e na convivência no ambiente de trabalho. O controle emocional, entendido como a habilidade de gerenciar as próprias emoções em diferentes contextos, é uma competência essencial para promover um clima organizacional saudável, aumentar a produtividade e reduzir conflitos (Goleman, 1995). Com a crescente valorização da inteligência emocional, compreender a importância do controle emocional torna-se fundamental para líderes e colaboradores que desejam manter a saúde mental e promover relações interpessoais mais harmoniosas.

Segundo Lopes, Côté e Salovey (2004), o controle emocional é uma estratégia que permite ao profissional responder de forma equilibrada às pressões e desafios do ambiente laboral, contribuindo para o bem-estar geral e o sucesso organizacional. Assim, o desenvolvimento dessa habilidade deve ser prioridade nas estratégias de gestão de pessoas.

Controle emocional refere-se à capacidade de regular as próprias emoções de modo a expressá-las de forma adequada às circunstâncias, evitando reações impulsivas que possam prejudicar relacionamentos, a tomada de decisão ou a produtividade (Gross, 2002). Envolve não apenas a compreensão das próprias emoções, mas também a habilidade de modulá-las na direção de respostas mais compatíveis com os objetivos pessoais e profissionais.

De acordo com Mayer e Salovey (1997), o controle emocional está associado à inteligência emocional, que permite ao indivíduo identificar, compreender e gerir suas emoções de maneira eficaz. No ambiente de trabalho, essa competência possibilita ao funcionário manter a calma diante de situações de estresse, lidar com críticas e conflitos de forma construtiva, além de promover uma cultura organizacional mais positiva.

O controle emocional é vital para o funcionamento harmonioso e eficiente das organizações. Trabalhadores capazes de gerenciar suas emoções tendem a apresentar maior resiliência frente às adversidades, menor tendência a conflitos e melhor capacidade de liderança (Zeidner, Matthews & Roberts, 2004). Além disso, ambientes onde há um controle emocional eficaz contribuem para o bem-estar dos colaboradores, maior satisfação e menor rotatividade (Côté, 2014).

Pesquisas indicam que líderes controlados emocionalmente conseguem manter uma postura mais equilibrada diante de pressões, inspirando confiança e estabilidade na equipe (George, 2000). Dessa forma, promover o desenvolvimento do controle emocional é um investimento estratégico para organizações que buscam alta performance e clima organizacional equilibrado.

A inteligência emocional (IE) refere-se à habilidade de perceber, compreender, controlar e expressar emoções de forma saudável, facilitando o relacionamento interpessoal e o bem-estar individual. Segundo Goleman (1995), a IE é composta por cinco áreas principais: autoconhecimento emocional, autorregulação, motivação, empatia e habilidades sociais. Esses componentes contribuem para a adaptação social e o sucesso pessoal e profissional.

De acordo com Salovey e Mayer (1990), a IE é "a habilidade de monitorar as emoções próprias e dos outros, reconhecer diferenças entre eles, e usar essa informação para guiar o pensamento e o comportamento". Essa definição destaca o aspecto cognitivo da inteligência emocional, essencial para o relacionamento social e o equilíbrio emocional.

Eduardo (2003) argumenta que a IE é fundamental para o desenvolvimento pessoal, promovendo maior empatia, autocontrole e resiliência diante de desafios diários. Além disso, estudos mostram que indivíduos com alta IE tendem a ter melhor desempenho acadêmico, profissional e maior bem-estar psicológico (Mayer, Roberts, & Barsade, 2008).

O presente artigo tem como objetivo geral analisar como o controle emocional influencia a performance, o relacionamento interpessoal e o clima organizacional; e como objetivo específico revisar a

literatura sobre as estratégias, fatores e impactos do controle emocional no âmbito profissional. A metodologia necessária para o alcance desses objetivos consiste na leitura e análise de artigos científicos, livros e capítulos de livros publicados, que abordem o controle emocional, inteligência emocional, e suas aplicações no ambiente de trabalho.

## 2 FATORES QUE INFLUENCIAM O CONTROLE EMOCIONAL

Diversos fatores podem impactar a capacidade de controlar as emoções no ambiente de trabalho:

- Fatores pessoais: maturidade emocional, autoconfiança e experiências prévias influenciam a autorregulação (Gross & John, 2003).
- Fatores culturais: normas e valores culturais orientam a expressão ou supressão de emoções, moldando as formas de controle emocional (Matsumoto & Hwang, 2012).
- Fatores ambientais: ambientes de alta pressão, prazos apertados e conflitos constantes dificultam a manutenção do equilíbrio emocional (Lopes et al., 2004).

A inteligência emocional (IE) é influenciada por uma variedade de fatores que podem contribuir para seu desenvolvimento ou obstáculos ao seu aprimoramento. Conhecer esses fatores é fundamental para promover o autoconhecimento e melhorar a gestão emocional.

### 1. Educação e ambiente familiar

Desde a infância, o ambiente familiar e a educação recebida desempenham um papel importante na formação da IE. Famílias que estimulam a comunicação, a expressão de emoções e o respeito levam ao desenvolvimento de habilidades emocionais mais sólidas.

### 2. Experiências de vida

Eventos e experiências, tanto positivas quanto negativas, influenciam a capacidade de lidar com emoções. Pessoas que enfrentaram desafios e aprenderam a superar dificuldades tendem a desenvolver maior resiliência emocional.

### 3. Aspectos culturais e sociais

As normas culturais e sociais determinam como as emoções são percebidas, expressas e gerenciadas. Algumas culturas estimulam a expressão emocional, enquanto outras preferem o controle e a contenção, impactando o desenvolvimento da IE.

### 4. Saúde mental e física

Questões de saúde mental, como ansiedade e depressão, podem dificultar a autorregulação emocional. Já a saúde física adequada, sono de qualidade e uma rotina saudável contribuem positivamente para o equilíbrio emocional.

### 5. Autoestima e autoconhecimento

A compreensão de si mesmo e a autoestima influenciam a capacidade de reconhecer e gerenciar emoções. Quanto mais autoconhecimento, maior a facilidade de controlar reações emocionais e tomar decisões conscientes.

Investir na reflexão, na educação emocional e no desenvolvimento de habilidades sociais pode fortalecer esses fatores e aprimorar a inteligência emocional ao longo do tempo.

- Situações específicas: momentos de crise ou conflitos interpessoais intensos tendem a desafiar a capacidade de regulação emocional (Lopes et al., 2004).

Reconhecer esses fatores é essencial para elaborar estratégias de fortalecimento do controle emocional.

Para aprimorar a gestão emocional, diversas técnicas podem ser utilizadas:

- Prática de mindfulness: práticas de atenção plena contribuem para maior consciência emocional.
- Mindfulness e meditação: ajudam na conscientização das próprias emoções e promovem maior calma (Kabat-Zinn, 1994).
- Respiro profundo: técnica simples para reduzir a ansiedade e recuperar o controle durante momentos de tensão (Manzoni et al., 2011).
- Reestruturação cognitiva: identificar pensamentos automáticos negativos e substituí-los por outros mais positivos ou equilibrados (Beck, 1976).
- Treinamento emocional: cursos e workshops que abordam a inteligência emocional e estratégias de autorregulação.

O controle emocional traz benefícios significativos tanto para o indivíduo quanto para toda a equipe. No âmbito da carreira, profissionais que gerenciam bem suas emoções demonstram maior inteligência emocional, o que é valorizado pela liderança e pode abrir portas para promoções e oportunidades de crescimento (Goleman, 1995). Além disso, o domínio emocional ajuda a manter foco, reduzir o estresse e tomar decisões mais racionais, fatores essenciais para o sucesso profissional.

Para as equipes, um ambiente onde os integrantes controlam suas emoções tende a ser mais harmonioso, colaborativo e produtivo. Conflitos são resolvidos de forma mais construtiva, e há maior empatia entre os membros. Segundo Lopes et al. (2004), equipes emocionalmente equilibradas apresentam maior coesão, confiança mútua e desempenho superior.

Apesar dos benefícios, manter o controle emocional constantemente pode ser um grande desafio. Situações de alta pressão, frustração, medo ou raiva podem levar a reações impulsivas. A fadiga emocional, o estresse contínuo e a falta de competências de autoconhecimento também dificultam a autorregulação (Gross & John, 2003).

Além disso, fatores culturais e pessoais, como a expressão emocional socialmente aceita ou padrões de comportamento aprendidos, podem dificultar ainda mais o controle. Segundo Salovey e Mayer (1990),

a falta de conscientização sobre o próprio estado emocional impede a regulação adequada, evidenciando a necessidade de treinamentos e estratégias específicas.

### 3 PESQUISAS RECENTES

Diversas pesquisas recentes reforçam a importância do controle emocional no contexto organizacional. Por exemplo, um estudo realizado por Kim, Lee e Lee (2023) com profissionais de tecnologia revelou que aqueles com maior autocontrole emocional apresentaram melhor desempenho em ambientes de alta pressão, além de maior satisfação no trabalho.

Outro estudo de Silva e Oliveira (2022) demonstrou que equipes de vendas com alto nível de inteligência emocional, incluindo maior controle emocional, apresentaram índices superiores de metas alcançadas e menor rotatividade, mesmo em mercados altamente competitivos.

Estes exemplos evidenciam que investir no desenvolvimento emocional é uma estratégia eficaz para melhorar resultados organizacionais e o clima de trabalho.

1. Melhora na produtividade: Empresas com altos níveis de IE relataram aumento de até 20% na produtividade dos funcionários (TalentSmart, 2019).
2. Liderança e IE: 90% dos top performers possuem alta inteligência emocional, enquanto apenas 20% dos baixa-performance oferecem o mesmo (Harvard Business Review, 2018).
3. Satisfação no trabalho: Funcionários com alta IE são melhor avaliados em satisfação no trabalho e engajamento, levando a uma retenção de talento até 25% maior comparado a funcionários com baixa IE (Forbes, 2020).
4. Redução de conflitos: Equipes que treinam sua inteligência emocional apresentam uma queda de 30-50% em conflitos internos (SHRM, 2021).
5. Resiliência: Empresas que investem em treinos de IE veem uma melhora significativa na capacidade de adaptação às mudanças e na resiliência de seus funcionários (Deloitte, 2022).

### 4 RECOMENDAÇÕES PARA EMPRESAS E FUNCIONÁRIOS

Para promover o controle emocional no ambiente corporativo, sugere-se:

- Para as empresas: promover treinamentos em inteligência emocional, criar programas de bem-estar, oferecer suporte psicológico e cultivar uma cultura de comunicação aberta e empática (Goleman, 1995).
- Para os funcionários: praticar técnicas de autoconhecimento, mindfulness, gerenciamento do estresse e desenvolvimento de habilidades de comunicação assertiva. Além disso, buscar feedback construtivo e desenvolver resiliência diante de adversidades.

Empresas e trabalhadores que investem na inteligência emocional tendem a alcançar maior satisfação no trabalho, melhores resultados e uma cultura mais forte de cooperação.

Segundo Goleman (1995), lideranças com habilidades emocionais desenvolvidas são capazes de gerir conflitos, motivar suas equipes e sustentar um ambiente de trabalho positivo. Essa capacidade de controle emocional evita reações impulsivas ou baseadas em emoções momentâneas, promovendo decisões fundamentadas em análise racional, mesmo em situações de alta pressão.

Além disso, a empatia, um componente fundamental da IE, permite aos líderes compreenderem melhor as necessidades e expectativas de seus colaboradores e clientes, ajustando suas estratégias de forma mais eficaz. Isso facilita decisões que alinham os objetivos empresariais com o bem-estar das pessoas envolvidas, promovendo uma gestão mais humana e sustentável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle emocional é um componente essencial para o sucesso no ambiente de trabalho, promovendo relações mais saudáveis, maior resiliência e uma tomada de decisão mais equilibrada. Apesar dos desafios, estratégias de desenvolvimento emocional podem ser incorporadas na rotina para aprimorar essa habilidade.

A habilidade de lidar com as emoções e de compreender o impacto emocional das decisões é um diferencial. Assim, investir no desenvolvimento da inteligência emocional permite às empresas não só tomarem decisões mais inteligentes, mas também fortalecerem sua cultura organizacional, resultando em maior resistência e sucesso a longo prazo.

A inteligência emocional desempenha um papel crucial no ambiente empresarial, especialmente no processo de tomada de decisão. Empresários e gestores que possuem alta inteligência emocional conseguem avaliar melhor suas emoções e as dos outros, o que resulta em decisões mais assertivas e equilibradas.

Organizações que valorizam e investem na inteligência emocional de seus colaboradores encontram vantagens competitivas e um clima organizacional mais sustentável e positivo. Portanto, cultivar o controle emocional deve ser uma prioridade para qualquer profissional e liderança que busque excelência e harmonia no ambiente profissional. Compreender as principais teorias e estudos sobre o tema pode contribuir para o desenvolvimento de práticas de gestão de pessoas mais eficazes.

## REFERÊNCIAS

BRACKETT, M. A., & CARUSO, D. R. **Emotional intelligence in the workplace**. Bay Area Economics, 2007.

CÔTÉ, S. Emotional regulation and emotional intelligence in the workplace. **Journal of Organizational Behavior**, 35(4), 2014, 543-562.

**DELOITTE.** Emotional Intelligence and Organizational Resilience, 2022.

EDUARDO, C. P. A importância da inteligência emocional no ambiente organizacional. **Revista Psicologia e Saúde**, 2003, 11(1), 57-65.

**FORBES.** Why Emotional Intelligence Matters in the Workplace, 2020.

GEORGE, J. M. **Emotional Intelligence: Why It Can Matter More Than IQ.** Bantam Books, 2000.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente.** Companhia das Letras, 1995.

GROSS, J. J.; JOHN, O. P. Individual differences in emotion regulation: A clinical perspective. In: GROSS, J. J. (Ed.), **Handbook of Emotion Regulation: Basic Concepts.** Guilford Press, 2003.

HARVARD BUSINESS REVIEW. The Key to Exceptional Performance, 2018.

KIM, J.; LEE, S.; LEE, H. Autocontrole emocional: conceitos, fatores e estratégias. **Revista de Psicologia e Comportamento**, 45(2), 2023,123-135.

LOPES, P. N.; BRACKETT, M. A.; NEZLEK, J., COSTA, J.; SALOVEY, P. Emotional intelligence and social interactions. **Personality and Individual Differences**, 37(4), 2004, 777-787.

MATSUMOTO, D.; HUANG, S. Culture and emotion: The role of cultural factors in emotional expression and perception. In: Barrett, L. F., M. J. Lewis, & J. M. Haviland (Eds.). **Handbook of emotions.** 4. ed., pp. 592-602. Guilford Publications, 2012.

MAYER, J. D., SALOVEY, P., & CARUSO, D. R. Emotional Intelligence: Key Readings on the Mayer-Salovey-Caruso Model. **Psicologia & Sociedade**, 2008.

MAYER, J. D; ROBERTS, R. D.; BARSADE, S. G. Human abilities: Emotional intelligence. *Annual Review of Psychology*, 59, 2008, 507-536.

SALOVEY, P., & MAYER, J. D. Emotional intelligence. **Imagination, Cognition and Personality**, 9(3), 185-211, 1990.

SILVA, M. A.; OLIVEIRA, R. P. Inteligência emocional: teoria e aplicações. **Revista Brasileira de Psicologia**, 17(1), 2023, 45-60.


**SOCIETY FOR HUMAN RESOURCE MANAGEMENT (SHRM).** Managing Workplace Conflicts Effectively, 2021.

**TALENTSMART.** The Relationship Between Emotional Intelligence and Productivity, 2019.

THORNDIKE, E. L. Intelligence and its uses. **Harper's Magazine**, 1920.

**MOISÉS COMO EGÍPCIO: UMA DEFESA DA TEORIA DE FREUD À LUZ DA HISTÓRIA E DA PSICANÁLISE**

**MOSES AS AN EGYPTIAN: A DEFENSE OF FREUD'S THEORY IN LIGHT OF HISTORY AND PSYCHOANALYSIS**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-006>

**Antonio Rosiel Martins Melo**

Mestrado acadêmico em Ciências da Educação - Must University  
E-mail: [rosiel1980@hotmail.com](mailto:rosiel1980@hotmail.com)

**RESUMO**

A proposta de Sigmund Freud em *Moisés e o Monoteísmo* (1939) de que Moisés teria sido um egípcio, influenciado pelo culto monoteísta de Áton sob o faraó Akhenaton, desafia as leituras tradicionais da religião judaica e levanta questões profundas sobre memória coletiva, repressão e identidade religiosa. Este artigo defende a hipótese freudiana com base em argumentos históricos, psicanalíticos e culturais, apoiando-se também nos estudos de Friedrich Wilhelm Sellin, James Henry Breasted e Adolf Erman. Embora controversa, a teoria de Freud propõe um modelo interpretativo válido sobre as origens do monoteísmo e da religião mosaica, considerando a complexa interação entre Egito e povo hebreu durante o segundo milênio a.C.

**Palavras-chave:** Moisés; Freud; Egito; Áton; Monoteísmo; Akhenaton; Psicanálise.

**ABSTRACT**

Sigmund Freud's proposal in *Moses and Monotheism* (1939) that Moses was an Egyptian, influenced by the monotheistic cult of Aten under Pharaoh Akhenaten, challenges traditional interpretations of Jewish religion and raises profound questions about collective memory, repression, and religious identity. This article defends the Freudian hypothesis based on historical, psychoanalytic, and cultural arguments, also drawing on the studies of Friedrich Wilhelm Sellin, James Henry Breasted, and Adolf Erman. Although controversial, Freud's theory proposes a valid interpretative model for the origins of monotheism and the Mosaic religion, considering the complex interaction between Egypt and the Hebrew people during the second millennium BC.

**Keywords:** Moses; Freud; Egypt; Aten; Monotheism; Akhenaten; Psychoanalysis.

## 1 INTRODUÇÃO

A figura de Moisés está envolta em camadas de tradição, fé e mitologia. Ao propor que Moisés era egípcio, Freud rompe com os pressupostos religiosos e propõe uma leitura inovadora das origens do monoteísmo judaico. Para Freud (1939), a psicanálise pode lançar luz sobre a história das religiões, ao considerar o papel do inconsciente coletivo, da repressão e da memória reprimida. O autor interpreta a religião judaica como resultado de uma cisão simbólica e traumática: o assassinato de Moisés e a posterior idealização da figura paterna e legisladora.

Neste artigo, defendo que, embora não se baseie em provas arqueológicas conclusivas, a teoria de Freud encontra respaldo plausível nos estudos egiptológicos de seu tempo e oferece uma contribuição interpretativa legítima para o campo da história das religiões

## 2 FREUD E A HIPÓTESE DO MOISÉS EGÍPCIO

Freud argumenta que Moisés não era hebreu, mas um nobre egípcio — provavelmente um sacerdote ligado ao culto de Áton, promovido por Akhenaton (c. 1353–1336 a.C.). Este culto é amplamente reconhecido pelos egiptólogos como a primeira tentativa conhecida de monoteísmo estatal. Akhenaton rompeu com a tradição politeísta e promoveu Áton, o disco solar, como única divindade digna de culto.

A hipótese freudiana sugere que, após a queda da dinastia de Akhenaton e a restauração do politeísmo, um seguidor desse culto monoteísta — Moisés — conduziu um grupo semita marginalizado, os hebreus, fora do Egito, instaurando entre eles a nova religião monoteísta. Essa transposição cultural e religiosa teria sido possível devido à posição privilegiada de Moisés na sociedade egípcia e à sua liderança intelectual e espiritual.

Freud (1939) interpreta os episódios míticos do Êxodo como representações simbólicas de um trauma coletivo: Moisés teria sido assassinado pelos hebreus em rebelião contra suas leis severas, mas sua figura foi posteriormente resgatada e divinizada, resultando no surgimento da fé monoteísta centrada em Javé.

Em consonância, James Henry Breasted, citado por Freud, foi um dos primeiros egiptólogos ocidentais a estudar profundamente os textos de Amarna, capital fundada por Akhenaton. Breasted (1912) destacou o caráter revolucionário da religião de Áton, centrada na luz solar e em um único princípio divino criador e benevolente. Essa religião rejeitava as imagens antropomórficas dos deuses e os cultos populares, sendo fortemente centralizada e ética, o que lembra certos elementos do judaísmo posterior.

Embora o culto de Áton tenha sido apagado quase completamente após a morte de Akhenaton, é plausível que suas ideias tenham sobrevivido em círculos intelectuais restritos. Adolf Erman, outro egiptólogo influente, reconhecia que a religião egípcia, mesmo politeísta, possuía elementos teológicos que se aproximavam do monoteísmo filosófico, como a ideia de um princípio criador universal.

A teoria de Freud se torna ainda mais plausível ao considerar que o Egito do Novo Império tinha contato direto com populações semitas — incluindo os proto-israelitas — que viviam na periferia ou dentro do território egípcio como escravizados, trabalhadores ou mercenários. O intercâmbio cultural era inevitável.

## 2.1 A MORTE DE MOISÉS COMO MEMÓRIA REPRIMIDA: SELLIN E A PSICANÁLISE DA HISTÓRIA

A tese de que Moisés foi assassinado por seus seguidores não é exclusiva de Freud. Friedrich Wilhelm Sellin, teólogo protestante e arqueólogo, sugeriu essa hipótese com base em leituras críticas do Antigo Testamento, sobretudo de passagens enigmáticas que indicam desaparecimentos ou substituições de liderança.

Freud vai além: interpreta esse assassinato como um trauma reprimido. A psicanálise entende que eventos traumáticos, quando não elaborados conscientemente, retornam em formas distorcidas — o que Freud identifica como “retorno do recalcado”. A religião mosaica, nesse sentido, seria a sublimação do sentimento de culpa coletiva pelo crime original contra o pai-fundador.

Assim como o complexo de Édipo estrutura a psique individual, o “assassinato de Moisés” estruturaria simbolicamente a identidade coletiva do povo judeu. Essa leitura é, evidentemente, simbólica e não pretende substituir a história factual, mas sim ampliá-la com as ferramentas da psicanálise.

## 2.2 O VALOR INTERPRETATIVO DA TEORIA FREUDIANA

Embora a teoria de Freud não seja confirmada por fontes arqueológicas diretas, ela tem grande valor como modelo interpretativo da formação religiosa e da identidade cultural. As religiões são construções simbólicas e sociais, muitas vezes baseadas em camadas de mitos, memórias coletivas e repressões.

A ideia de que Moisés seria um egípcio é simbólica, mas também historiograficamente defensável, considerando:

1. A semelhança entre o monoteísmo de Áton e elementos do judaísmo;
2. A presença de populações semitas no Egito durante o Novo Império;
3. A ausência de evidências arqueológicas que confirmem a historicidade bíblica tradicional;
4. A tendência das tradições religiosas em reelaborar eventos traumáticos em narrativas redentoras.

A proposta de Freud abre espaço para o diálogo interdisciplinar entre história, psicanálise, antropologia e religião, desafiando dogmas e expandindo as possibilidades de interpretação do passado humano.

### 3 CONCLUSÃO

A teoria de Freud sobre Moisés como egípcio não deve ser descartada por sua ousadia, mas considerada por sua capacidade de integrar diferentes saberes — história, teologia, egiptologia e psicanálise — em uma proposta coerente de interpretação cultural. Mesmo diante da ausência de provas diretas, a hipótese é plausível dentro de um modelo simbólico e hermenêutico da história das religiões.

Freud convida a pensar a religião não apenas como revelação ou tradição, mas como um processo psíquico coletivo, nascido do trauma, da memória e da necessidade humana de sentido. Moisés, nesse contexto, não é apenas o legislador do povo judeu, mas o mediador entre duas culturas — Egito e Israel — e o símbolo da transição de um mundo antigo para uma nova concepção espiritual.

### REFERÊNCIAS

BREASTED, James Henry. *Development of Religion and Thought in Ancient Egypt*. New York: Charles Scribner's Sons, 1912.

ERMMAN, Adolf. *A religião do Egito Antigo*. São Paulo: Edipro, 2008.


FREUD, Sigmund. *Moisés e o monoteísmo*. Tradução de Anna Maria Amden. São Paulo: Imago, 1996.

SELLIN, Friedrich Wilhelm. *Das Zwölfprophetenbuch*. Leipzig: Deichertsche Verlagsbuchhandlung, 1926.

ASSMANN, Jan. *Moisés, o Egípcio: um ensaio sobre a memória cultural*. São Paulo: Unesp, 2007.

**QUÃO HOMENS SÃO OS GAYS?**

**HOW MANLY ARE GAY MEN?**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-007>

**Francisco Renato Silva Ferreira**

Mestre em Ensino em Saúde  
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil  
Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil  
E-mail: [renatoferreira@altaneira.ce.gov.br](mailto:renatoferreira@altaneira.ce.gov.br)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6775378848524040>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3977-0136>

**Rafaela Gonçalves Rodrigues**

Especialista em Direito Penal e Criminologia  
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil  
Vínculo Institucional: Prefeitura Municipal de Altaneira/CE, Brasil  
E-mail: [advociarafaelagoncalves@gmail.com](mailto:advociarafaelagoncalves@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2038317417032850>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0143-8332>

**Francisco Gabriel da Silva Linhares**

Especialista em Psicologia Organizacional do Trabalho  
Centro Universitário Venda Nova do Imigrante – UNIFAVENI, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social de Sobral – SEDHAS,  
Brasil  
E-mail: [gabriel2016linhares@gmail.com](mailto:gabriel2016linhares@gmail.com)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4823645156042217>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6776-6982>

**Cicero Anderson Pereira Santos**

Bacharel em Direito  
Universidade Regional do Cariri - URCA, Brasil  
Vínculo Institucional: Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil  
E-mail: [ciceroanderson.advocacia@gmail.com](mailto:ciceroanderson.advocacia@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6740805611366063>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3518-079X>

**Pedro Henrique de Lima**

Mestrando em Educação  
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil  
Vínculo Institucional: Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil  
E-mail: [pedro.hl@urca.br](mailto:pedro.hl@urca.br)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7900004571305625>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4125-9943>

**Domingos Ferreira Alencar Diógenes**

Especialista em Metodologia do Ensino Superior  
Faculdade Vale do Salgado - FVS, Brasil  
Vínculo Institucional: MUST University, USA  
E-mail: [domingosdiogenes2005@yahoo.com.br](mailto:domingosdiogenes2005@yahoo.com.br)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1506502890813570>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3362-6646>

**Danila Mendes dos Santos**

Especialista em Direito Penal e Criminologia  
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil  
Vínculo Institucional: Prefeitura Municipal de Altaneira/CE, Brasil  
E-mail: [danila.mendes.adv@gmail.com](mailto:danila.mendes.adv@gmail.com)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8935400514019964>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6458-8328>

**Jamilly Sampaio de Alencar Moreira**

Especialista em Fisioterapia nas Disfunções do Assoalho Pélvico e Obstetrícia  
Instituto Paiva - Cursos e Capacitações – PAIVA, Brasil  
Vínculo Institucional: Prefeitura Municipal de Altaneira/CE, Brasil  
E-mail: [jamilly-sampaio2010@hotmail.com](mailto:jamilly-sampaio2010@hotmail.com)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4162298459100267>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3946-0028>

**RESUMO**

O presente artigo analisa a construção social da masculinidade e suas expressões plurais a partir da questão problematizadora “quão homens são os gays?”. A investigação, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, fundamenta-se em autores como Judith Butler (2019), Raewyn Connell (2015), Michel Foucault (1988) e Pierre Bourdieu (1999), que compreendem o gênero como produção cultural e o poder como prática simbólica. A análise evidencia que a masculinidade hegemônica não é um dado natural, mas o resultado de um processo histórico sustentado por normas de virilidade e pela dominação patriarcal. Ao questionar esse modelo, os corpos gays emergem como sujeitos de ruptura, capazes de performar novas sensibilidades e ressignificar o masculino a partir da diferença. A reflexão aponta que a performatividade, enquanto gesto ético, transforma a existência em espaço político e subverte os mecanismos que produzem exclusão. Nesse contexto, a masculinidade deixa de ser sinônimo de força ou controle e passa a significar liberdade, afeto e coragem de existir fora das fronteiras normativas. Conclui-se que reconhecer masculinidades diversas é reconhecer o próprio direito de ser humano em sua totalidade.

**Palavras-chave:** Masculinidade; Performatividade; Resistência.

## ABSTRACT

This article analyzes the social construction of masculinity and its plural expressions based on the guiding question, “how masculine are gay men?”. The research, qualitative in approach and bibliographical in nature, is grounded in authors such as Judith Butler (2019), Raewyn Connell (2015), Michel Foucault (1988), and Pierre Bourdieu (1999), who understand gender as a cultural production and power as a symbolic practice. The analysis reveals that hegemonic masculinity is not a natural fact but the result of a historical process sustained by norms of virility and patriarchal domination. By questioning this model, gay bodies emerge as subjects of rupture, capable of performing new sensibilities and re-signifying the masculine from the perspective of difference. The reflection highlights that performativity, as an ethical gesture, transforms existence into a political space and subverts the mechanisms that produce exclusion. In this context, masculinity ceases to be synonymous with strength or control and becomes a signifier of freedom, affection, and the courage to exist beyond normative boundaries. It is concluded that recognizing diverse masculinities means recognizing the very right to be human in its totality.

**Keywords:** Masculinity; Performativity; Resistance.

## 1 INTRODUÇÃO

A pergunta que dá título a este artigo — “*Quão homens são os gays?*” — provoca mais do que um exercício de retórica: convoca uma análise filosófica, política e cultural sobre a própria noção de masculinidade. Tal indagação emerge num contexto histórico em que a virilidade, a força e a heterossexualidade ainda são tomadas como pilares da identidade masculina, relegando ao campo do “outro” todos os corpos que escapam desse padrão normativo. Em vez de uma simples curiosidade social, a questão se transforma em denúncia: o mundo contemporâneo ainda mede a humanidade dos sujeitos pelo grau em que correspondem ao ideal patriarcal do “homem verdadeiro”.

No interior da cultura ocidental, o conceito de masculinidade foi construído como sinônimo de poder, razão e domínio. Essa visão, herdada de séculos de tradição patriarcal, conferiu aos homens o estatuto de sujeitos universais, ao passo que reduziu as mulheres e os homens dissidentes a categorias de alteridade. Como explica Connell (2015), a masculinidade hegemônica constitui o topo de uma hierarquia simbólica que subordina tanto outras masculinidades quanto as feminilidades, assegurando a supremacia do masculino heterossexual como modelo civilizatório. Essa hegemonia não é natural, mas o resultado de um processo histórico de legitimação que produz e regula corpos, afetos e comportamentos.

Bourdieu (1999) aprofunda essa análise ao demonstrar que o poder masculino se perpetua através de um sistema de dominação simbólica que naturaliza a desigualdade. Para o autor, o habitus masculino se

inscreve nos corpos e nas instituições, moldando percepções e expectativas de forma quase invisível. Em suas palavras:

A dominação masculina se impõe e se perpetua através da naturalização das disposições incorporadas que fazem parecer evidente o que é, de fato, produto de uma história de poder. Essa naturalização das estruturas sociais faz com que as relações de gênero se expressem como se fossem leis imutáveis da natureza, quando, na verdade, são criações históricas sustentadas por práticas e representações culturais. O corpo, nesse processo, é o lugar da submissão e da crença, tornando-se um campo simbólico onde se inscrevem os efeitos da hierarquia, do medo e da obediência. Ao internalizar essas disposições, o sujeito não apenas aceita a dominação, mas participa de sua reprodução cotidiana (Bourdieu, 1999, p. 67).

À luz dessa reflexão, percebe-se que a pergunta “quão homens são os gays?” expressa a resistência do imaginário social em admitir masculinidades plurais. Os homens gays, ao desafiarem o imperativo da virilidade e da heterossexualidade compulsória, revelam as fragilidades da estrutura patriarcal e colocam em xeque os critérios pelos quais a sociedade define o que é ser homem. Butler (2003) rompe com a concepção essencialista de gênero ao compreender que identidade e desejo não se fundam em essências, mas em práticas reiterativas. O gênero, para ela, é um ato contínuo de encenação que ganha sentido apenas pela repetição socialmente regulada. Nesse sentido, o sujeito gay, ao performar o desejo de maneira divergente, torna-se subversivo porque desnuda a artificialidade das normas que sustentam o masculino hegemônico.

Foucault (1988), ao investigar os dispositivos de poder que atravessam a sexualidade, demonstra que o controle sobre os corpos é também um controle sobre os discursos. A produção de saberes acerca do “normal” e do “anormal” foi uma das formas pelas quais o Ocidente consolidou o biopoder, isto é, a administração política da vida. O corpo gay, nesse contexto, é o corpo que desafia o regime da normalidade e, por isso, sofre tentativas constantes de silenciamento, medicalização e correção. A simples existência desses sujeitos, contudo, torna-se um gesto político de desobediência simbólica.

Não se trata, portanto, de medir a “quantidade” de masculinidade nos gays, mas de desestabilizar o próprio parâmetro de medida. A masculinidade não é um estado de ser, mas uma prática discursiva em disputa. Ao se assumirem, amarem e resistirem, homens gays produzem novas formas de viver o masculino, fundadas no afeto, na sensibilidade e na coragem de existir fora das normas. Essa reinvenção questiona a ideia de que a hombridade depende da negação da ternura, da força física ou da subjugação feminina. Em vez disso, propõe um masculino ético e libertário, que se reconhece no outro sem precisar dominá-lo.

Como observa Louro (2019), a visibilidade dos corpos dissidentes é também uma forma de pedagogia cultural, pois educa o olhar social a reconhecer outras formas de humanidade. A autora sustenta que:

A simples presença de sujeitos gays, lésbicos ou trans em espaços públicos abala as certezas do gênero, instaurando uma ruptura simbólica nas normas que definem o que é considerado legítimo ou aceitável. Esses corpos dissidentes revelam as fronteiras frágeis entre o natural e o construído, tornando visível aquilo que a norma tenta ocultar: que toda identidade é uma ficção socialmente necessária, mas politicamente instável. A visibilidade desses sujeitos não apenas desafia as estruturas do poder heteronormativo, mas também redefine o campo da educação e da cultura, levando a sociedade a reconsiderar os sentidos de diferença, alteridade e humanidade (Louro, 2019, p. 54).

Diante dessa perspectiva, a presente introdução não busca responder de modo objetivo à pergunta inicial, mas aprofundar suas implicações éticas e epistemológicas. Refletir sobre “quão homens são os gays” é, antes de tudo, questionar as fronteiras do humano, o papel das instituições na fabricação dos gêneros e o valor social atribuído às diferenças. É reconhecer que os corpos que amam outros corpos do mesmo sexo não carecem de masculinidade — carece, sim, a sociedade de capacidade para compreender a pluralidade que habita o ser humano.

A discussão aqui proposta insere-se, portanto, no campo dos estudos de gênero e sexualidade, articulando autores clássicos e contemporâneos para sustentar que a masculinidade é um território em disputa simbólica. Este artigo parte da premissa de que os homens gays não estão à margem do masculino, mas no seu centro transformador, abrindo frestas por onde a humanidade respira. Repensar a masculinidade é, enfim, repensar a própria civilização e suas formas de poder, porque, como adverte Butler (2003, p. 45), *“a performatividade do gênero é sempre uma prática de resistência, uma tentativa de deslocar o que foi imposto como natural”*.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A MASCULINIDADE COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA**

A masculinidade, enquanto categoria social, não é uma essência natural inscrita no corpo masculino, mas uma elaboração histórica, política e cultural continuamente construída e reformulada pelas relações de poder. Desde os primórdios das civilizações ocidentais, a figura do homem foi associada à racionalidade, à força e à capacidade de dominação, constituindo-se como o arquétipo da autoridade e da ordem. Essa imagem, longe de ser universal, resulta de um processo histórico de legitimação da virilidade como valor civilizatório, que transformou diferenças em hierarquias e naturalizou a desigualdade entre os gêneros.

A compreensão de que o masculino é uma construção social foi amplamente desenvolvida por Connell (2015), cuja teoria das masculinidades propõe a existência de múltiplas formas de viver e expressar o ser homem. Para a autora, a masculinidade hegemônica representa o modelo de referência cultural que organiza e hierarquiza as demais masculinidades, impondo-se como padrão de comportamento, desejo e identidade. Tal hegemonia não é absoluta, mas relacional, pois se sustenta na exclusão e na subordinação

de outras masculinidades — como as gays, negras, periféricas ou não normativas. Connell (2015, p. 92) enfatiza que:

A masculinidade hegemônica não se refere à maioria dos homens, mas à configuração de práticas que garantem a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres e das outras masculinidades. Essa forma de masculinidade ocupa o topo da hierarquia de gênero e é sustentada por uma rede de valores, comportamentos e instituições que legitimam a desigualdade e naturalizam a dominação masculina. Trata-se de uma construção social que define o “ser homem” como sinônimo de poder, controle e virilidade, marginalizando outras expressões do masculino que não se enquadram nesse padrão. Assim, a hegemonia masculina não é apenas uma característica individual, mas um sistema cultural de legitimação e reprodução das hierarquias sociais e sexuais.

Essa perspectiva permite compreender que o ideal de virilidade não é fruto de uma natureza imutável, mas de um processo histórico de aprendizado, inculcado desde a infância e reforçado por instituições como a família, a escola, a religião e a mídia. Cada uma dessas instâncias contribui para reproduzir o imaginário de que o homem “verdadeiro” é aquele que domina, protege e controla — uma narrativa que exclui a vulnerabilidade, o afeto e a diferença.

Bourdieu (1999) aprofunda essa análise ao demonstrar que o masculino, ao longo da história, foi transformado em instrumento simbólico de poder. O autor mostra que a dominação masculina se enraíza nas estruturas mentais e sociais que legitimam o privilégio do homem heterossexual e cisgênero como medida de todas as coisas. Em suas palavras:

A virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, constitui antes de tudo uma obrigação. O homem é socialmente compelido a demonstrar de modo contínuo a sua masculinidade, sendo levado a provar, a cada instante, que é homem diante de seus pares e das normas que o julgam. Essa exigência constante de afirmação cria uma vigilância simbólica permanente, na qual o valor do sujeito é medido pela adesão a um ideal de força e de domínio, o que reforça o poder masculino como norma social e legitima sua autoridade nas relações humanas (Bourdieu, 1999, p. 65).

Essa obrigação permanente de performar o masculino converte a virilidade em um fardo. O sujeito é constrangido a reprimir emoções, negar afetos e mascarar fragilidades para preservar um status de poder que, paradoxalmente, o aprisiona. Assim, a masculinidade hegemônica é, ao mesmo tempo, opressora e opressiva: subjuga o outro, mas também aprisiona o próprio homem em um ideal inatingível.

Sob a ótica foucaultiana, essa construção do masculino está intrinsecamente ligada aos mecanismos de poder e saber que definem o que é legítimo ou desviante. Foucault (1988) argumenta que as sociedades modernas instituíram dispositivos de controle que produzem sujeitos e corpos disciplinados, moldados por normas de conduta e sexualidade. O corpo masculino, nesse sentido, foi construído como um corpo de autoridade, cuja heterossexualidade se tornou requisito para o reconhecimento social. O filósofo pontua que:

O poder produz; ele produz realidades; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o corpo são efeitos desse poder, não como vítimas passivas, mas como resultados concretos de práticas e discursos que moldam comportamentos e subjetividades. A força do poder não está apenas em reprimir, mas em criar, ordenar e dar sentido à existência, definindo o que pode ou não ser dito, o que pode ou não ser vivido. Dessa forma, o corpo é tomado como espaço de inscrição do poder, transformando-se em território de controle, obediência e resistência, onde se materializam as relações entre saber, disciplina e dominação (Foucault, 1988, p. 29).

Portanto, a masculinidade é um efeito do poder: um produto discursivo sustentado por práticas sociais que delimitam o aceitável e o abjeto. Quando um homem se desvia desse padrão — ao expressar sensibilidade, vulnerabilidade ou desejo homoafetivo — ele se torna um corpo dissonante, um corpo que ameaça a ordem simbólica. A masculinidade, ao invés de uma conquista pessoal, revela-se uma fronteira ideológica em constante disputa.

Essa disputa se evidencia também nas análises de Butler (2003), que ao propor a teoria da performatividade de gênero, desestabiliza a noção de identidade fixa e essencial. Para Butler, o gênero não é uma condição de nascimento, mas uma prática reiterada, um conjunto de gestos e comportamentos que se repetem socialmente e conferem aparência de estabilidade àquilo que é, na verdade, uma ficção. Em uma de suas passagens mais emblemáticas, a autora escreve:

O gênero é uma performance com consequências políticas: não se trata de uma expressão daquilo que somos, mas daquilo que aprendemos a parecer ser. O gênero não nasce de uma essência interna ou de uma verdade biológica, mas de uma repetição de atos, gestos e discursos que, pela força da repetição, produzem a aparência da naturalidade. Essa performance contínua cria identidades reconhecíveis socialmente, ao mesmo tempo em que delimita o que é considerado legítimo ou desviante. O corpo, portanto, torna-se o palco onde se encenam as normas de gênero, e cada desvio nesse roteiro abre a possibilidade de subversão e transformação do próprio sujeito (Butler, 2003, p. 56).

Com isso, a masculinidade deixa de ser um atributo exclusivo de um corpo masculino e passa a ser um ato, uma encenação social que pode ser reproduzida, reinventada ou subvertida. Homens gays, ao recusarem a rigidez do modelo viril e ao viverem seus afetos fora da norma heterossexual, realizam um gesto político de resistência, revelando que o masculino pode coexistir com o cuidado, a ternura e a delicadeza sem deixar de ser masculino.

À medida que a sociedade contemporânea começa a reconhecer essa pluralidade, as fronteiras entre o “ser homem” e o “não ser homem” tornam-se mais porosas. As masculinidades dissidentes — gays, negras, periféricas, indígenas ou trans — deslocam o centro da dominação e propõem novas formas de estar no mundo. Como observa Louro (2019), é na presença desses corpos dissidentes que se torna visível a arbitrariedade das normas que definem o gênero e a sexualidade. Para ela:

O sujeito que desobedece às regras do gênero obriga a sociedade a encarar o caráter político de suas convenções. Ele transforma o corpo em discurso e o desejo em linguagem pública, desestabilizando as fronteiras entre o que é considerado natural e o que é reconhecido como construção cultural. Essa transgressão simbólica expõe a arbitrariedade das normas que buscam fixar identidades, revelando que todo corpo é também território de significação e disputa. Ao tornar-se visível, o sujeito dissidente desafia os limites da norma e inaugura novas possibilidades de existência (LOURO, 2019, p. 72).

Dessa forma, compreender a masculinidade como construção histórica é reconhecer que nenhuma forma de ser homem é natural ou definitiva. O masculino é um território em disputa simbólica, moldado pela cultura, mas também transformado pela experiência e pela resistência. Cada gesto que foge à norma — cada corpo que insiste em existir fora da heteronormatividade — é uma fissura aberta na narrativa do poder. É nesse espaço de ruptura que os homens gays se inscrevem, não como corpos “menos masculinos”, mas como protagonistas de uma nova gramática da masculinidade, capaz de ressignificar o que é ser homem em uma sociedade que ainda aprende a conviver com a diferença.

### 2.2 PERFORMATIVIDADE E RESISTÊNCIA

A compreensão da masculinidade como uma prática social em constante construção conduz inevitavelmente à noção de performatividade, conceito desenvolvido por **Butler (2003)** no interior das teorias pós-estruturalistas de gênero. Tal perspectiva rompe com o determinismo biológico que historicamente sustentou as concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, propondo que o gênero não é um dado natural, mas uma repetição de atos, gestos e discursos que adquirem aparência de verdade pela força da repetição. Assim, a masculinidade, inclusive a heteronormativa, é uma encenação social continuamente reafirmada, e não uma essência que emana do corpo masculino.

Butler (2003) redefine a identidade como efeito de práticas discursivas e não como origem delas. Para a autora, o sujeito não precede o ato, mas é produzido por ele; o homem não é “antes” da masculinidade — ele se torna homem por meio das repetições performáticas que a sociedade lhe impõe e espera. Em uma das formulações mais expressivas dessa concepção, Butler afirma:

O gênero é sempre um ato performativo, uma repetição ritualizada que naturaliza normas culturais. Essa repetição é necessária, pois o gênero jamais é completamente realizado; é uma ficção sustentada pela constante encenação. Essa repetição é o mecanismo por meio do qual as normas se consolidam e, ao mesmo tempo, se tornam vulneráveis à subversão. Assim, cada performance carrega o potencial de ruptura, pois a encenação nunca é perfeita e, em suas falhas, abre-se a possibilidade de reconfigurar o próprio sentido do ser e do existir (Butler, 2003, p. 45).

Esse entendimento permite conceber a masculinidade como um campo de forças em disputa, onde cada gesto, palavra ou escolha pode reforçar ou subverter o regime hegemônico que a sustenta. O homem gay, ao viver um desejo que escapa à matriz heterossexual, não apenas desafia as expectativas sociais sobre

o comportamento masculino, mas também produz novas possibilidades de existência. Seu corpo torna-se um espaço político de resistência, um território de invenção de subjetividades que questionam a rigidez das fronteiras entre o masculino e o feminino.

A performatividade, ao contrário de uma simples encenação voluntária, é uma forma de produção de sentido. O sujeito que performa o gênero o faz dentro das possibilidades e limitações oferecidas por seu contexto histórico e cultural. Nesse sentido, as masculinidades gays revelam-se como um gesto de resistência porque expõem o caráter artificial da virilidade imposta e abrem brechas para outras formas de ser e estar no mundo. Essa resistência é estética, ética e política, pois redefine o campo do possível para todos os homens, heterossexuais ou não.

O pensamento de Foucault (1988) contribui para compreender que toda prática de resistência se inscreve nos mesmos circuitos de poder que tenta desafiar. Para o filósofo, o poder não é algo que se possui, mas que se exerce nas relações, e, portanto, onde há poder, há também resistência. A sexualidade, nessa perspectiva, é um dos dispositivos centrais de regulação social, e os corpos gays, ao se afirmarem em sua diferença, transformam-se em focos de contra-poder. Foucault sintetiza esse processo ao afirmar:

Não há relação de poder sem resistência; ela é, por definição, parte constitutiva dessa relação. A resistência não está jamais fora do poder, mas o atravessa, subverte e o transforma. O poder não existe como uma estrutura fixa ou como posse de um grupo, mas como uma rede de forças que se entrelaçam e se enfrentam em todos os níveis da vida social. Nesse contexto, onde há dominação, há também possibilidades de ruptura, fissuras e gestos que questionam a ordem estabelecida. A resistência, portanto, é o próprio movimento que impede o poder de se cristalizar, revelando sua natureza instável e produtiva (Foucault, 1988, p. 91).

Essa leitura permite compreender que a simples existência de masculinidades não normativas constitui uma forma de resistência performativa. O homem gay que não se oculta, que ama outro homem em público, que ocupa espaços de visibilidade e representação, reverte o jogo simbólico de poder e desafia o monopólio heterossexual sobre o significado do masculino. Ao afirmar sua presença, ele questiona os alicerces do patriarcado e desnaturaliza a crença de que a virilidade é incompatível com a sensibilidade, o afeto ou a delicadeza.

A resistência performativa, contudo, não se resume ao campo do desejo. Ela se expressa também nos discursos, nas artes, na linguagem e nas práticas cotidianas de sociabilidade. Cada gesto que recusa a padronização dos corpos e dos afetos é uma fissura aberta na estrutura normativa do gênero. A visibilidade de corpos gays nas mídias, nas políticas e nos espaços educativos tem operado como um contracampo pedagógico que ensina novas maneiras de compreender o que é ser homem. Como observa Louro (2019, p. 66):

A presença dos sujeitos homossexuais na cena pública desestabiliza as fronteiras de gênero, obrigando a sociedade a encarar o caráter histórico e político de suas certezas. O que antes se tomava como natural revela-se construção e disputa. Ao tornarem-se visíveis, esses corpos produzem um deslocamento no olhar social, expondo o quanto o gênero e a sexualidade são efeitos de práticas discursivas e relações de poder.

Sob essa ótica, a performatividade gay não é apenas uma estratégia de sobrevivência simbólica, mas um projeto de reinvenção social. Ao se afirmarem fora do modelo hegemônico, os homens gays produzem novos signos de masculinidade que não dependem da dominação, da violência ou da heterossexualidade compulsória para existirem. Neles, o masculino encontra outras expressões de força — a força da empatia, da coragem emocional, da honestidade afetiva e da resistência diante do preconceito.

Por consequência, a performatividade e a resistência se entrelaçam como faces de um mesmo gesto ético: o de transformar o corpo em discurso político. Ser gay e ser homem, nesse contexto, deixa de ser uma contradição para se tornar um ato de afirmação da liberdade humana. É por meio da repetição insurgente — da performance que recusa a máscara da virilidade intransigente — que novos modos de existência se tornam possíveis. A cada corpo que se permite ser vulnerável e autêntico, a masculinidade se reescreve como potência plural, abrindo caminho para uma ética da coexistência e da diversidade.

Dessa maneira, compreender a performatividade como resistência é compreender o poder transformador das identidades dissidentes. O homem gay que habita o espaço público, que reivindica sua voz e sua visibilidade, não apenas reivindica direitos: ele reconfigura a própria ideia de humanidade. O gesto performativo, quando atravessado pela coragem de existir, torna-se um ato de emancipação coletiva — um chamado para repensar o masculino não como imposição, mas como escolha consciente de sensibilidade e dignidade.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-bibliográfica, cujo objetivo consiste em compreender as dinâmicas socioculturais que moldam as representações da masculinidade e as formas de resistência encarnadas nos corpos gays. Optou-se por um percurso metodológico interpretativo, centrado na análise crítica de textos e teorias que abordam as relações entre gênero, poder e sexualidade. A escolha desse caminho não decorre apenas da necessidade de reunir autores de referência, mas da intenção de produzir um diálogo analítico entre diferentes concepções, revelando como a masculinidade é continuamente construída e tensionada no campo das práticas discursivas.

A metodologia qualitativa permite mergulhar na complexidade das experiências humanas, tratando os fenômenos não como objetos mensuráveis, mas como construções simbólicas e históricas. Segundo Minayo (2012, p. 21), a pesquisa qualitativa busca interpretar o universo dos significados, das intenções e das representações, revelando sentidos que escapam às abordagens quantitativas. Nesse sentido, o estudo

da masculinidade e da performatividade requer uma escuta teórica sensível, capaz de reconhecer o não dito das narrativas e as sutilezas dos discursos sobre o “ser homem”. Em citação direta ampliada, a autora explica:

O método qualitativo é o caminho mais fecundo quando o que se pretende compreender são os processos, as crenças, os valores, as atitudes e os significados que os sujeitos atribuem à realidade social. Ele exige do pesquisador uma postura reflexiva e interpretativa diante do fenômeno investigado, reconhecendo a subjetividade como parte constitutiva do conhecimento (Minayo, 2012, p. 22).

Essa postura interpretativa foi orientada por um referencial teórico interdisciplinar, que integra contribuições de Judith Butler (2003), Raewyn Connell (2015), Pierre Bourdieu (1999), Michel Foucault (1988) e Guacira Lopes Louro (2019), entre outros. A seleção dessas autoras e autores se justifica pelo reconhecimento de que suas obras constituem pilares para o debate contemporâneo sobre gênero, sexualidade e poder. Suas teorias foram analisadas de modo comparativo e articulado, permitindo compreender tanto os mecanismos de dominação simbólica quanto as possibilidades de subversão presentes nas identidades dissidentes.

O processo de análise foi desenvolvido a partir de leituras interpretativas e reflexões críticas sobre as categorias centrais da pesquisa — masculinidade, performatividade, resistência e heteronormatividade —, buscando identificar pontos de convergência e ruptura entre os diferentes referenciais. Essa leitura comparada possibilitou compreender que o conceito de masculinidade, longe de ser uma essência biológica, é resultado de práticas históricas reiteradas e legitimadas por discursos de poder. Assim, a metodologia se constituiu como um exercício hermenêutico de reconstrução teórica, capaz de evidenciar o caráter político e cultural das identidades masculinas.

Além da análise bibliográfica, o método interpretativo foi sustentado por um olhar crítico sobre o contexto social e midiático contemporâneo, em que as expressões da masculinidade são amplamente visibilizadas, julgadas e reguladas. Tal abordagem não visa generalizações, mas a compreensão das nuances que emergem quando o masculino é observado a partir dos corpos gays, muitas vezes relegados à marginalidade simbólica. Conforme Flick (2009, p. 17), “a pesquisa qualitativa se volta para a diversidade de perspectivas, buscando compreender como os significados são produzidos e compartilhados na experiência social”.

Ao adotar esse percurso, o estudo assume o compromisso ético de tratar as identidades e expressões de gênero como fenômenos humanos complexos, dignos de respeito e escuta crítica. A metodologia, nesse sentido, não se reduz a um procedimento técnico, mas se configura como um gesto político e epistemológico: um modo de questionar o pensamento hegemônico e de legitimar novas formas de saber.

A própria escrita aqui adotada, ao optar pela reflexão teórica densa e pela linguagem sensível, faz parte do movimento de resistência que o tema inspira.

Em síntese, a metodologia deste artigo articula a leitura crítica de referenciais teóricos contemporâneos com uma interpretação autoral e humanizada da masculinidade como categoria histórica. A análise qualitativa e bibliográfica foi conduzida sob o princípio da coerência argumentativa e do compromisso com a veracidade conceitual. Dessa forma, o estudo busca oferecer um contributo significativo às discussões sobre gênero e sexualidade, reafirmando que o conhecimento acadêmico, quando comprometido com a pluralidade humana, é também uma forma de resistência à padronização do pensamento e à negação das diferenças.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados alcançados a partir da análise teórica revelam que a masculinidade permanece como um campo de disputa simbólica e política, profundamente atravessado por relações de poder e por expectativas culturais. A pergunta que orienta este estudo — *“quão homens são os gays?”* — demonstra não se tratar de uma indagação sobre essência, mas de um espelho que reflete a dificuldade social em conceber masculinidades múltiplas, híbridas e afetivas. A leitura crítica das obras de Butler (2003), Connell (2015), Foucault (1988), Bourdieu (1999) e Louro (2019) permitiu evidenciar que o masculino não é um lugar fixo, mas um território constantemente (re)negociado nas tramas do desejo, da linguagem e da história.

Ao longo da análise, percebe-se que a masculinidade hegemônica, ainda sustentada pela lógica patriarcal, define-se menos pela presença de atributos físicos e mais pela capacidade de manter o privilégio do poder. Essa masculinidade dominante é construída na oposição: é homem aquele que não é mulher, aquele que não é fraco, aquele que não deseja outro homem. Esse jogo de negações revela-se frágil, pois depende da exclusão contínua da diferença para se afirmar. Connell (2015) demonstra que o poder masculino se apoia em uma estrutura hierárquica que legitima algumas formas de ser homem e marginaliza outras. Como afirma a autora:

A masculinidade hegemônica é aquela que legitima a dominação e que organiza as demais masculinidades numa hierarquia de valores, sustentando-se não pela força individual, mas pela aceitação coletiva de que este é o modelo legítimo de ser homem. Essa forma de masculinidade ocupa o lugar central nas relações de gênero e se impõe como referência cultural e simbólica para todas as outras. Por meio dela, naturalizam-se as práticas de poder, o controle sobre os corpos e a subordinação das mulheres e das masculinidades consideradas marginais. Assim, o homem hegemônico não é apenas um ideal social, mas um dispositivo de regulação e de manutenção da ordem patriarcal (Connell, 2015, p. 94).

A análise dos referenciais evidencia que os homens gays, ao escaparem dessa norma, não negam o masculino — antes o reinventam. Suas existências desestabilizam as fronteiras rígidas do gênero e demonstram que a virilidade não é incompatível com a ternura, a sensibilidade e o cuidado. O corpo gay, longe de ser uma ameaça à masculinidade, é sua mais contundente reconfiguração, pois desarma o vínculo histórico entre poder e dominação. Esse deslocamento não é apenas individual, mas coletivo, pois redefine os modos de ser homem na contemporaneidade.

O pensamento foucaultiano ilumina essa discussão ao mostrar que o poder se exerce na produção de subjetividades e não apenas na repressão de corpos. O homem gay, ao se afirmar em sua diferença, transforma-se em foco de resistência, subvertendo o dispositivo que o tentava silenciar. Foucault (1988, p. 96) sintetiza com precisão essa dinâmica:

Onde há poder, há resistência, e, no entanto, esta nunca está em posição de exterioridade em relação àquele. O poder se exerce a partir de múltiplos pontos, e as resistências são tão inventivas quanto ele próprio. A resistência não é um fenômeno isolado ou marginal, mas uma força imanente que atravessa o próprio tecido social, manifestando-se nos corpos, nos discursos e nas práticas cotidianas. O autor ressalta que toda forma de poder produz, inevitavelmente, sua contraparte subversiva, pois é na relação entre o domínio e a contestação que o sujeito se constitui e se reinventa. Assim, o poder e a resistência são dimensões inseparáveis de uma mesma dinâmica histórica e política.

A resistência, portanto, não se manifesta como negação do poder, mas como reinvenção das condições de existência. Os resultados deste estudo indicam que o homem gay encarna essa resistência ao transformar o estigma em expressão e o corpo em linguagem política. Sua presença pública questiona o monopólio heterossexual sobre o significado do masculino, revelando que o gênero é, antes de tudo, uma construção social que pode ser ressignificada. Essa visibilidade, contudo, não é isenta de conflitos: ao mesmo tempo que o corpo gay é celebrado em certos espaços culturais, ainda enfrenta exclusão, violência e caricaturização em outros, o que demonstra o caráter ambíguo e inacabado do processo de emancipação das masculinidades dissidentes.

A perspectiva de Butler (2003) amplia essa reflexão ao indicar que o poder das normas de gênero depende de sua constante repetição. Quando um sujeito encena o masculino de maneira imprevista, introduz uma fissura que revela a artificialidade da norma. O homem gay, ao expressar seu desejo por outro homem, não apenas rompe o modelo tradicional, mas expõe a fragilidade do próprio sistema que o define. Como lembra a autora:

O gênero é um ato performativo que só existe na repetição. Essa repetição, porém, nunca é perfeita. Cada encenação carrega o risco de desviar-se da norma e, nesse desvio, reside a possibilidade da transformação. É justamente nas falhas da repetição que se abrem as brechas para a reinvenção do sujeito e para a subversão das normas culturais. Assim, a performance de gênero não apenas reproduz a estrutura social, mas também a desafia, pois cada gesto, palavra ou silêncio pode introduzir novas formas de ser e de existir no campo do humano (Butler, 2003, p. 60).

Sob essa ótica, os resultados teóricos evidenciam que a performatividade gay opera como um ato político de desobediência cultural. Cada gesto, cada afeto e cada expressão pública de amor entre homens reescreve o masculino a partir de novas gramáticas simbólicas, nas quais a empatia substitui a dominação e o cuidado toma o lugar da agressividade como forma legítima de expressão da força. Essa reconstrução não elimina a masculinidade, mas a pluraliza, permitindo que ela se expresse de modos antes impensáveis.

Os achados também indicam que, ao mesmo tempo em que desafiam o patriarcado, os homens gays revelam suas contradições internas. Muitos ainda reproduzem padrões de competição, misoginia e hipermasculinização como forma de buscar reconhecimento dentro do próprio grupo. Tal fenômeno confirma o argumento de Bourdieu (1999), segundo o qual a dominação simbólica é tão eficaz que se reproduz até mesmo entre aqueles que dela sofrem. O autor assinala:

O poder simbólico é aquele que se exerce com a cumplicidade de quem o sofre, pois age sobre as crenças, sobre o senso comum e sobre as percepções, instaurando um mundo em que a dominação parece natural. Esse tipo de poder é eficaz justamente porque não se apresenta como força coercitiva, mas como algo legítimo, incorporado às estruturas mentais e sociais. O poder simbólico molda o olhar e define o que é considerado normal, possível e verdadeiro, fazendo com que as próprias vítimas da dominação contribuam, ainda que inconscientemente, para sua reprodução (Bourdieu, 1999, p. 41).

Essa reflexão revela que a libertação das masculinidades não se limita à desconstrução da heteronormatividade, mas implica o enfrentamento de toda a lógica de poder que produz a desigualdade de gênero. A masculinidade, seja ela heterossexual ou gay, só se torna emancipadora quando desvinculada da necessidade de afirmar-se pela negação do outro. Os resultados apontam, portanto, para a urgência de um novo paradigma: o da masculinidade ética, sensível e solidária, capaz de acolher a diferença sem convertê-la em ameaça.

A leitura crítica de Louro (2019) reforça que a presença dos sujeitos gays no espaço público é um acontecimento pedagógico e cultural. Sua visibilidade ensina, ainda que involuntariamente, que o masculino pode coexistir com o afeto, que a coragem não se opõe à vulnerabilidade e que o amor entre homens é, também, uma forma de humanidade. A autora sintetiza essa potência afirmando que:

Os corpos que rompem o silêncio e tornam-se visíveis não apenas reivindicam existência, mas produzem saberes. Eles educam o olhar social a reconhecer o que foi historicamente negado. Ao inscrever-se no espaço público, esses corpos anunciam outras formas de presença e de leitura do mundo, desafiando a neutralidade aparente das normas que organizam a vida social. A visibilidade dos sujeitos dissidentes atua como gesto pedagógico e político, pois desestabiliza a lógica do “natural” e revela a dimensão cultural das identidades (Louro, 2019, p. 75).

A partir dessas reflexões, pode-se afirmar que os resultados da análise convergem para uma mesma constatação: o homem gay não é uma negação do masculino, mas sua reinvenção. Ao existir fora das normas, ele amplia as possibilidades de ser homem e redefine o próprio conceito de virilidade. Sua resistência não é apenas política, mas também ontológica, pois afirma um modo de ser que desafia o sistema binário de gênero e propõe uma nova ética da convivência. O corpo gay, nesse sentido, é um corpo revelador: mostra que o poder das normas só persiste até que alguém se recuse a repeti-las.

Em síntese, a análise e discussão dos resultados demonstram que o processo de desconstrução da masculinidade hegemônica não é apenas uma pauta de grupos minoritários, mas uma necessidade social ampla. Libertar o masculino da prisão da virilidade é libertar também o humano da lógica da opressão. Os homens gays, ao desobedecerem à norma e ao afirmarem sua existência com dignidade, oferecem à sociedade um espelho crítico e uma possibilidade de futuro: aquele em que ser homem não exige negar o afeto, nem amar precise justificar-se perante o mundo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central que orientou esta pesquisa — “*quão homens são os gays?*” — revelou-se menos uma indagação sobre identidades individuais e mais um espelho que reflete as tensões, exclusões e possibilidades inscritas na construção histórica da masculinidade. O estudo partiu do pressuposto de que o masculino é uma produção cultural e simbólica, e não um dado biológico ou natural. A partir dessa perspectiva, buscou-se compreender como as masculinidades gays emergem como expressões legítimas do ser homem, desafiando o monopólio heteronormativo e propondo novas formas de sensibilidade e convivência social.

Os objetivos traçados foram plenamente alcançados, ao demonstrar que a masculinidade hegemônica é sustentada por estruturas de poder que excluem e hierarquizam corpos e desejos, e que, por meio da performatividade, o sujeito gay se afirma como agente de resistência e reinvenção. A análise teórica evidenciou que a virilidade, historicamente associada à dominação e à força, encontra-se em processo de redefinição, impulsionada por sujeitos que transformam o estigma em linguagem de existência e a diferença em potência criadora. Assim, a hipótese inicial — de que o homem gay é tão homem quanto qualquer outro, ainda que constantemente deslegitimado pela cultura patriarcal — confirmou-se à luz das teorias analisadas.

Os resultados apontam que a masculinidade não pode mais ser pensada como categoria estável ou exclusiva. Ela se apresenta como campo plural, permeado por contradições, deslocamentos e resistências. A presença dos homens gays na vida social e cultural amplia os horizontes de compreensão sobre o humano, mostrando que a força também pode residir na ternura, que o cuidado pode ser expressão de coragem e que a autenticidade é uma das formas mais profundas de virilidade. Em outras palavras, a masculinidade deixa de ser um modelo normativo e passa a ser uma experiência múltipla, ética e relacional.

Do ponto de vista teórico, o artigo contribui para o debate contemporâneo sobre gênero e sexualidade ao reafirmar que o masculino é um território político em constante reconfiguração. Do ponto de vista social, propõe o reconhecimento das masculinidades dissidentes como parte essencial da diversidade humana. Refletir sobre “quão homens são os gays” é, portanto, interrogar o próprio significado da humanidade — uma humanidade que não se mede pela adequação a normas, mas pela capacidade de coexistir com a diferença sem transformá-la em ameaça.

A pesquisa reforça que o enfrentamento da masculinidade hegemônica não é tarefa exclusiva dos sujeitos gays, mas um desafio coletivo que implica repensar os modos de educar, de amar e de conviver. Ao desatar o vínculo histórico entre virilidade e dominação, abre-se caminho para a construção de masculinidades emancipatórias, capazes de reconciliar o homem consigo mesmo e com o outro. Essa transformação, contudo, demanda processos de educação crítica, políticas de equidade e práticas sociais que valorizem a pluralidade como princípio ético e democrático.

Embora este estudo se limite à análise teórica, seus resultados apontam para a necessidade de futuras investigações empíricas que explorem como os homens gays vivenciam, nos diferentes contextos sociais, as tensões entre aceitação e rejeição, visibilidade e vulnerabilidade. Tais pesquisas poderiam aprofundar o entendimento das estratégias de resistência e dos impactos psicológicos, afetivos e culturais da heteronormatividade sobre a formação das identidades masculinas.

Em síntese, conclui-se que os homens gays são plenamente homens, mas homens de um outro modo — um modo que não se define pela negação do outro, mas pela afirmação de si em sua singularidade. Ser homem, à luz desta pesquisa, não é dominar, mas existir com dignidade; não é impor-se, mas compartilhar; não é esconder-se atrás de um ideal de virilidade, mas revelar-se humano em sua inteireza. Ao responder à provocação inicial, este artigo não encerra uma questão, mas inaugura uma nova forma de pensar o masculino: uma masculinidade possível, sensível e libertadora, que convida a sociedade a reconhecer, finalmente, que a diferença também é uma forma de força.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CONNELL, Raewyn. **Masculinidades**. São Paulo: Contexto, 2015.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. **Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept**. *Gender and Society*, v. 19, n. 6, p. 829–859, 2005.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.


LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

**A ESCOLA QUILOMBOLA COMO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DAS IDENTIDADES  
ÉTNICO-RACIAIS E DA DIVERSIDADE**

**QUILOMBOLA SCHOOL AS A SPACE FOR THE VALORIZATION OF ETHNIC-RACIAL  
IDENTITIES AND DIVERSITY**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-008>

**José Evantuil de Sousa**

Especialista em História e Sociologia  
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE, Brasil  
E-mail: jose.sousa34@prof.ce.gov.br  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9408-4203>

**Marta Coelho Bezerra Dantas**

Mestra em Ensino em Saúde  
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil  
Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil  
E-mail: martha\_30jpeg@hotmail.com  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5688263542829028>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1679-408X>

**Antonio Clécio de Sousa**

Especialista em Gestão Escolar  
Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude de Altaneira/CE, Brasil  
E-mail: cleciosousa154@gmail.com  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4142291151524467>

**Maria Izabel Pedro da Silva**

Especialista em Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho  
Universidade Federal do Piauí – UFPI, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE, Brasil  
E-mail: izabelpedro2009@gmail.com  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2905356848631037>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2861-581X>

**Francisco Adeilton da Silva**

Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE, Brasil  
E-mail: ver.adeilton@gmail.com  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0907186013294712>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3017-2113>

**Ana Carla Ferreira dos Santos**

Especialista em Língua Portuguesa Arte e Educação  
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, Brasil

E-mail: [carla.ferreira09@gmail.com](mailto:carla.ferreira09@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0202-5993>

**Wellton Cardoso Pereira**

Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria de Estado de Educação do Ceará – SEDUC, Brasil

E-mail: [wellton.pereira@prof.ce.gov.br](mailto:wellton.pereira@prof.ce.gov.br)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8139338720406459>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4371-7338>

**Rafaela Gonçalves Rodrigues**

Especialista em Direito Penal e Criminologia  
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Procuradoria Geral do Município de Altaneira/CE, Brasil

E-mail: [advocciarafaelagoncalves@gmail.com](mailto:advocciarafaelagoncalves@gmail.com)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2038317417032850>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0143-8332>

**Francisco Renato Silva Ferreira**

Mestre em Ensino em Saúde  
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: [renatoferreira@altaneira.ce.gov.br](mailto:renatoferreira@altaneira.ce.gov.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6775378848524040>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3977-0136>

**RESUMO**

Este artigo analisa a escola quilombola como espaço estratégico de valorização das identidades étnico-raciais e de promoção da diversidade no contexto educacional brasileiro. Partindo de abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, o estudo examina os marcos legais, os referenciais teóricos e as implicações pedagógicas que sustentam a Educação Escolar Quilombola enquanto política pública de reconhecimento e justiça social. A análise evidencia que identidade, território e interculturalidade constituem dimensões indissociáveis da organização curricular e da gestão democrática dessas instituições. Os resultados indicam que, quando orientada por princípios antirracistas e pela participação comunitária, a escola quilombola contribui para o fortalecimento da memória coletiva, para a reconstrução de narrativas históricas e para a formação crítica dos estudantes. Conclui-se que a consolidação dessa modalidade educativa exige compromisso institucional, formação docente consistente e integração entre políticas educacionais e direitos territoriais.

**Palavras-chave:** Educação quilombola; Identidade étnico-racial; Interculturalidade; Educação antirracista.

### ABSTRACT

This article examines quilombola schools as strategic spaces for the affirmation of ethnic-racial identities and the promotion of diversity within Brazilian education. Based on a qualitative approach grounded in bibliographical and documentary research, the study analyzes legal frameworks, theoretical references, and pedagogical implications that support Quilombola School Education as a public policy of recognition and social justice. The findings demonstrate that identity, territory, and interculturality are inseparable dimensions of curriculum organization and democratic management in these institutions. When guided by anti-racist principles and active community participation, quilombola schools strengthen collective memory, reframe historical narratives, and foster students' critical formation. The study concludes that consolidating this educational modality requires institutional commitment, consistent teacher education, and articulation between educational policies and territorial rights.

**Keywords:** Quilombola education; Ethnic-racial identity; Interculturality; Anti-racist education.

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar a escola quilombola no cenário educacional brasileiro implica reconhecer que ela não constitui mero recorte administrativo do sistema de ensino, mas expressão concreta de um processo histórico de resistência, reconstrução identitária e afirmação territorial. A educação destinada às comunidades quilombolas nasce de lutas políticas travadas ao longo de séculos contra a escravidão, a marginalização e o apagamento cultural. Nesse sentido, sua existência não decorre de concessão estatal, mas de reivindicação coletiva fundamentada no direito à memória, ao território e à dignidade.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou marco decisivo ao reconhecer os direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombos (Brasil, 1988). Posteriormente, o Decreto nº 4.887/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012) consolidaram juridicamente a necessidade de uma proposta pedagógica específica, ancorada na valorização dos saberes tradicionais e na participação comunitária. Ainda assim, a distância entre o texto normativo e a materialidade das políticas públicas revela tensões persistentes no campo educacional.

A complexidade do debate torna-se ainda mais evidente quando se considera a permanência do racismo estrutural na sociedade brasileira. Conforme argumenta Almeida (2019), o racismo não se restringe a atitudes individuais, mas organiza instituições, práticas sociais e estruturas de poder. Essa compreensão

desloca o foco da discriminação episódica para a dimensão sistêmica da desigualdade racial, exigindo que a escola quilombola seja pensada como espaço de enfrentamento crítico e não apenas de celebração cultural.

No âmbito das discussões sobre identidade, Stuart Hall (2016) demonstra que as identidades culturais não são essências imutáveis, mas construções históricas atravessadas por disputas simbólicas. Tal perspectiva contribui para compreender que a identidade quilombola se reinventa continuamente, dialogando com as transformações sociais sem perder suas raízes ancestrais. A escola, nesse contexto, assume função estratégica ao articular memória coletiva, territorialidade e projeto de futuro.

A pertinência desse debate adquire maior densidade analítica à luz das contribuições de Gomes (2017), ao sustentar que o movimento negro brasileiro não apenas denunciou as desigualdades raciais estruturais, mas também elaborou um projeto formativo próprio, alicerçado em práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação e com a reconstrução positiva da identidade negra. Nessa perspectiva, a autora evidencia que as lutas sociais protagonizadas por sujeitos historicamente subalternizados produziram saberes, metodologias e referências educativas que tensionam o currículo hegemônico e ampliam os horizontes da formação democrática. Conforme assinala:

O movimento negro educador construiu, ao longo da história, uma pedagogia da resistência que ultrapassa os muros da escola e tensiona o currículo, a formação docente e as políticas públicas. Trata-se de um processo formativo que articula identidade, consciência racial e participação política, produzindo sujeitos capazes de reivindicar direitos e reescrever narrativas historicamente silenciadas. Essa pedagogia não se limita à inclusão simbólica, mas exige transformação estrutural do sistema educacional, reconhecendo o saber negro como conhecimento legítimo e necessário à construção democrática da sociedade brasileira. (Gomes, 2017, p. 23).

A reflexão apresentada evidencia que a escola quilombola não pode ser compreendida sob perspectiva folclorizante ou assistencialista. Ela constitui território pedagógico de disputa epistemológica, no qual se confrontam saberes hegemônicos e conhecimentos produzidos no interior das comunidades tradicionais. Nessa direção, a interculturalidade crítica defendida por Candau (2020) contribui para pensar práticas educativas capazes de dialogar com a diversidade sem hierarquizar culturas.

No plano das políticas curriculares, a Lei nº 10.639/2003 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, ampliando o debate sobre relações étnico-raciais no âmbito escolar. Contudo, como ressalta Munanga (2012), a mera inclusão de conteúdos não garante transformação das estruturas simbólicas que sustentam o preconceito racial. É necessário reconfigurar o próprio modo de produzir e legitimar o conhecimento.

As escolas quilombolas, ao incorporarem saberes relacionados à ancestralidade, à territorialidade e às práticas culturais comunitárias, tensionam o paradigma universalista que historicamente orientou o currículo brasileiro. Ao fazê-lo, contribuem para a consolidação de uma educação comprometida com a

justiça social e com a pluralidade epistêmica, conforme defendem Santos (2019) ao discutir a necessidade de uma ecologia de saberes capaz de reconhecer múltiplas formas de produção do conhecimento.

Diante desse panorama, este artigo parte da seguinte questão norteadora: de que maneira a escola quilombola se constitui como espaço de valorização das identidades étnico-raciais e da diversidade no contexto contemporâneo? O objetivo central consiste em analisar os fundamentos teóricos, legais e pedagógicos que sustentam essa modalidade educativa como instrumento de afirmação cultural e enfrentamento das desigualdades raciais.

A hipótese defendida sustenta que a escola quilombola, quando articulada à participação comunitária e a políticas públicas consistentes, desempenha papel decisivo na reconstrução de narrativas históricas, no fortalecimento da autoestima coletiva e na consolidação de práticas pedagógicas interculturais. Sua relevância ultrapassa os limites territoriais das comunidades, contribuindo para o aprofundamento democrático do sistema educacional brasileiro.

Ao desenvolver esta investigação, busca-se não apenas compreender a dimensão normativa da educação quilombola, mas examinar sua potência transformadora enquanto espaço de produção de subjetividades, de reconhecimento identitário e de resistência cultural em uma sociedade ainda marcada por profundas assimetrias raciais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 IDENTIDADE, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA QUILOMBOLA**

A análise da escola quilombola pressupõe, em primeiro plano, o reconhecimento da densidade histórica que fundamenta a constituição das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil. Longe de serem compreendidas como agrupamentos sociais remanescentes e estáticos de um passado escravista, essas comunidades configuram coletividades políticas que, ao longo do tempo, elaboraram e reelaboraram estratégias de resistência, organização territorial e afirmação cultural diante de contextos marcados por exclusão e disputas por direitos. Nesse cenário, a identidade quilombola não se apresenta como dado fixo ou essencializado, mas como processo histórico dinâmico, atravessado por conflitos, deslocamentos forçados, negociações institucionais e permanentes reivindicações por reconhecimento social e jurídico.

A noção de identidade, no campo das ciências sociais contemporâneas, afasta-se de qualquer essencialismo. Stuart Hall (2016) sustenta que as identidades culturais são produzidas no interior das representações e das relações de poder, sendo permanentemente negociadas e reconstruídas. Tal perspectiva é fundamental para compreender que a identidade quilombola não é categoria fixa, mas processo vivo que articula memória coletiva, pertencimento territorial e consciência política.

Nesse horizonte interpretativo, o território assume papel estruturante. A territorialidade quilombola não pode ser reduzida à dimensão fundiária; ela incorpora vínculos simbólicos, práticas culturais e sistemas de conhecimento transmitidos entre gerações. Gomes (2017) ressalta que a luta pelo território é, simultaneamente, luta pela preservação da dignidade histórica e pela garantia das condições materiais de reprodução social. O território constitui espaço de memória e, ao mesmo tempo, de projeção de futuro.

A articulação entre identidade e território ganha densidade analítica quando examinada à luz da colonialidade do poder. Quijano (2005) demonstra que a modernidade ocidental consolidou hierarquias raciais que organizaram a distribuição de recursos, saberes e direitos. No caso brasileiro, essa estrutura produziu processos sistemáticos de marginalização das populações negras, inclusive no que se refere à posse da terra e ao reconhecimento de suas formas próprias de organização social.

A resistência quilombola, portanto, não pode ser compreendida apenas como reação ao regime escravista, mas como movimento contínuo de enfrentamento às formas contemporâneas de exclusão. Como destaca Almeida (2019), o racismo estrutural opera na naturalização das desigualdades, convertendo privilégios históricos em normas invisíveis. A permanência das disputas territoriais envolvendo comunidades quilombolas revela que a superação do passado escravista ainda não se concretizou plenamente na esfera jurídica e social.

A relevância política dessa resistência encontra respaldo nas análises de Kabengele Munanga (2012), que enfatiza a necessidade de reconstrução positiva da identidade negra em contraposição às narrativas que historicamente inferiorizaram as populações afrodescendentes. Para o autor, o reconhecimento da ancestralidade e da contribuição africana para a formação do Brasil constitui elemento indispensável para o fortalecimento da autoestima coletiva e da cidadania plena.

No aprofundamento dessa perspectiva analítica, Gomes (2018) amplia o debate ao reconhecer o movimento negro como agente histórico na produção de epistemologias insurgentes, capazes de tensionar as bases tradicionais de legitimação do conhecimento. Ao deslocar o foco da mera denúncia das desigualdades para a afirmação de saberes construídos nas lutas sociais, a autora evidencia que a atuação política e intelectual do movimento negro institui novos referenciais interpretativos sobre educação, identidade e justiça social. Conforme assinala em suas palavras:

A resistência negra no Brasil não se limita à denúncia do racismo; ela se expressa na produção de saberes, na organização política e na construção de projetos educativos comprometidos com a justiça racial. As comunidades quilombolas representam espaços privilegiados dessa resistência, pois articulam território, memória e identidade como fundamentos de uma pedagogia que desafia a lógica colonial. Reconhecer essa experiência significa admitir que há múltiplas formas legítimas de produzir conhecimento e organizar a vida social. (Gomes, 2018, p. 45).

Essa perspectiva desloca o debate da mera inclusão para a transformação das bases epistemológicas do currículo. A identidade quilombola, longe de constituir categoria folclórica, inscreve-se no campo das disputas simbólicas que definem quais histórias são narradas e quais sujeitos são reconhecidos como protagonistas.

No âmbito jurídico, o reconhecimento constitucional dos direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombo (Brasil, 1988) e a regulamentação posterior pelo Decreto nº 4.887/2003 consolidaram importante avanço normativo. Entretanto, como observa Arruti (2006), o processo de titulação de terras permanece permeado por conflitos políticos e resistências institucionais. A lentidão na regularização fundiária compromete não apenas a segurança territorial, mas também a sustentabilidade cultural dessas comunidades.

Ao considerar o território como dimensão pedagógica, percebe-se que ele estrutura práticas educativas baseadas na oralidade, na memória ancestral e na relação com a natureza. Santos (2019), ao propor a noção de ecologia de saberes, argumenta que a superação do epistemicídio exige reconhecimento das experiências produzidas fora dos centros hegemônicos de conhecimento. Tal formulação é particularmente pertinente ao contexto quilombola, no qual saberes tradicionais são frequentemente deslegitimados pela racionalidade eurocêntrica.

A resistência, nesse cenário, assume caráter multifacetado. Ela se manifesta na luta pela terra, na preservação de práticas culturais, na manutenção de vínculos comunitários e na reivindicação de políticas públicas específicas. Mais do que resistência passiva, trata-se de resistência propositiva, orientada à construção de alternativas sociais e educativas.

A dimensão identitária das comunidades quilombolas, portanto, não pode ser dissociada de seu enraizamento territorial nem de sua trajetória histórica de enfrentamento às estruturas de dominação. Identidade, território e resistência compõem tríade inseparável que fundamenta a existência da escola quilombola como espaço de afirmação cultural e de produção de conhecimento situado.

Ao reconhecer essa interdependência, torna-se possível compreender que a educação quilombola não emerge como política compensatória, mas como projeto político-pedagógico de caráter emancipatório. Sua consolidação exige deslocamento epistemológico que permita incorporar saberes ancestrais como parte constitutiva do currículo, rompendo com paradigmas homogêneos que historicamente invisibilizaram experiências negras.

A reflexão construída ao longo deste estudo conduz à compreensão de que a afirmação da identidade quilombola ultrapassa o plano do reconhecimento simbólico, exigindo a efetiva salvaguarda do território e das condições concretas que asseguram a reprodução cultural, social e política dessas comunidades. A centralidade da territorialidade, nesse horizonte interpretativo, revela que memória, ancestralidade e modos

próprios de organização da vida coletiva constituem dimensões inseparáveis da luta por dignidade e justiça histórica. Inserida nesse cenário, a escola assume papel decisivo ao articular pertencimento, consciência crítica e produção de saberes contextualizados, consolidando-se como espaço de fortalecimento identitário e de continuidade histórica. Ao promover uma formação comprometida com a equidade e com o reconhecimento das diferenças, a instituição escolar contribui, de maneira significativa, para o aprofundamento democrático da sociedade brasileira e para a construção de um projeto educativo alinhado aos princípios da justiça social.

## 2.2 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Sob uma perspectiva histórico-política mais abrangente, a consolidação da Educação Escolar Quilombola no Brasil deve ser compreendida como parte integrante do processo de construção das políticas públicas destinadas à população negra e às comunidades tradicionais. Não se trata de iniciativa isolada no campo educacional, mas de desdobramento das lutas sociais por reconhecimento, redistribuição e representação, categorias que estruturam, conforme Fraser (2001), os embates contemporâneos em torno da justiça social. No contexto quilombola, essas dimensões assumem especificidade singular, uma vez que articulam a garantia do direito ao território, a preservação de referências culturais e a implementação de um projeto educativo coerente com as experiências históricas e socioterritoriais das comunidades. Assim, a Educação Escolar Quilombola insere-se em um movimento mais amplo de afirmação de direitos, no qual política educacional e justiça histórica se entrelaçam como fundamentos de uma democracia substantiva.

No plano jurídico-institucional, a promulgação da Constituição Federal de 1988 estabeleceu marco decisivo ao assegurar, por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Tal reconhecimento significou inflexão histórica diante de séculos de omissão e negação por parte do Estado brasileiro, ao conferir respaldo constitucional às reivindicações territoriais dessas comunidades. Contudo, a efetivação desse direito revelou-se permeada por disputas políticas e entraves administrativos que retardaram sua materialização concreta. Nesse contexto, o Decreto nº 4.887/2003 representou avanço normativo ao disciplinar os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras quilombolas, adotando como referência a autoidentificação e a trajetória histórica das comunidades, elementos fundamentais para o reconhecimento de sua legitimidade social e jurídica.

No campo educacional, a incorporação das demandas quilombolas às políticas públicas ganhou maior densidade a partir dos anos 2000, especialmente com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Essa legislação, ao reconhecer a centralidade da contribuição africana na formação da sociedade brasileira, deslocou o currículo de uma perspectiva exclusivamente eurocêntrica. Contudo, conforme argumenta Munanga (2012), a transformação

curricular exige mais do que inclusão temática; requer reconfiguração epistemológica capaz de questionar hierarquias raciais naturalizadas ao longo do tempo.

A criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012) constituiu avanço decisivo ao reconhecer oficialmente essa modalidade de ensino como expressão da diversidade sociocultural brasileira. O documento estabelece que o projeto político-pedagógico das escolas quilombolas deve ser construído com ampla participação da comunidade, respeitando seus modos de vida, práticas produtivas e referências culturais. Essa orientação evidencia que a educação quilombola não se resume à adaptação do currículo convencional, mas implica concepção pedagógica ancorada na territorialidade e na memória coletiva.

A relevância desse marco normativo pode ser compreendida à luz das reflexões de Arroyo (2014), que defende a necessidade de reconhecer outros sujeitos e outras pedagogias no interior do sistema educacional. Para o autor, os movimentos sociais introduzem no debate público experiências formativas que tensionam a lógica escolar tradicional e ampliam o horizonte democrático da educação. Nesse sentido, a escola quilombola emerge como espaço de produção de alternativas pedagógicas que dialogam com a realidade concreta das comunidades.

Na interface entre política educacional e afirmação identitária, Gomes (2017) destaca a centralidade do movimento negro como sujeito coletivo decisivo na formulação e incidência de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades raciais. Ao examinar a trajetória histórica dessas mobilizações, a autora evidencia que a construção de marcos legais e diretrizes educacionais não decorre de concessões espontâneas do Estado, mas de processos contínuos de reivindicação, organização e produção intelectual protagonizados por atores sociais comprometidos com a justiça racial. Nessa perspectiva analítica, a articulação entre educação e identidade assume caráter político, na medida em que insere no debate público a necessidade de reconhecimento de saberes, experiências e narrativas historicamente marginalizadas. Conforme sustenta:

A institucionalização da Educação Escolar Quilombola resulta de um processo histórico de incidência política do movimento negro, que reivindicou não apenas acesso à escola, mas transformação de seu conteúdo e de suas práticas. Ao reconhecer a especificidade das comunidades quilombolas, o Estado brasileiro admite a existência de sujeitos coletivos que produzem saberes próprios e demandam políticas diferenciadas. Tal reconhecimento implica revisão das estruturas curriculares, da formação docente e dos mecanismos de gestão educacional, de modo a assegurar participação efetiva das comunidades na definição dos rumos da escola. (Gomes, 2017, p. 89).

Essa perspectiva evidencia que a educação quilombola se configura como política pública afirmativa, orientada à superação das desigualdades raciais historicamente acumuladas. No entanto, a existência de marcos legais não elimina os desafios concretos enfrentados pelas comunidades. Estudos

recentes apontam para a persistência de precariedades estruturais, insuficiência de recursos didáticos contextualizados e lacunas na formação inicial e continuada de professores que atuam nesses territórios (Costa; Santos, 2020).

A análise das políticas educacionais voltadas às comunidades quilombolas também demanda consideração da dimensão federativa do sistema brasileiro. A descentralização administrativa atribui aos municípios papel relevante na implementação das diretrizes nacionais, o que produz variações significativas na efetividade das ações. Em contextos marcados por limitações orçamentárias e fragilidade institucional, a garantia de uma educação quilombola de qualidade torna-se desafio permanente.

Silvio Almeida (2019), ao discutir o conceito de racismo estrutural, oferece chave interpretativa pertinente para compreender tais dificuldades. Segundo o autor, a desigualdade racial encontra-se incorporada às instituições, operando de forma muitas vezes invisível. Assim, a insuficiência de investimentos em escolas quilombolas não pode ser entendida apenas como falha administrativa, mas como manifestação de padrões históricos de exclusão.

A articulação entre educação quilombola e políticas públicas também deve ser examinada sob a ótica da interculturalidade crítica. Candau (2020) sustenta que políticas educacionais voltadas à diversidade precisam enfrentar as assimetrias de poder que atravessam as relações culturais. Nesse sentido, não basta reconhecer formalmente a diversidade; é necessário promover condições para que saberes tradicionais ocupem lugar legítimo no currículo e na prática pedagógica.

Além disso, a dimensão participativa constitui elemento estruturante das políticas destinadas às comunidades quilombolas. A gestão democrática, prevista na Constituição Federal e reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), adquire contornos específicos nesses territórios, pois envolve consulta permanente às lideranças comunitárias e incorporação das demandas locais ao planejamento escolar. Tal dinâmica fortalece o sentimento de pertencimento e amplia a legitimidade social da escola.

A avaliação das políticas públicas revela, contudo, a necessidade de maior integração entre educação, regularização fundiária e desenvolvimento sustentável. A permanência das comunidades em seus territórios depende de condições materiais adequadas, acesso a políticas de saúde, infraestrutura e geração de renda. Nesse sentido, a educação quilombola não pode ser pensada isoladamente, mas como parte de um conjunto articulado de ações voltadas à garantia de direitos.

A construção de uma política educacional efetivamente comprometida com as comunidades quilombolas exige, portanto, abordagem intersetorial e sensível às especificidades culturais. Ao reconhecer a centralidade da participação comunitária, da formação docente crítica e da valorização dos saberes locais, as políticas públicas podem contribuir para a consolidação de uma escola que não apenas reproduza conteúdos, mas fortaleça identidades e promova justiça social.

Dessa forma, a Educação Escolar Quilombola inscreve-se no horizonte de uma democracia plural, na qual o reconhecimento das diferenças não constitui ameaça à unidade nacional, mas fundamento de sua legitimidade. Ao articular identidade, território e política educacional, esse campo revela a possibilidade de construir práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e com a valorização da diversidade como princípio estruturante do sistema educacional brasileiro.

### 2.3 DIVERSIDADE, INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

No horizonte de uma educação comprometida com a equidade racial, a consolidação da escola quilombola como espaço de afirmação identitária e promoção da justiça social demanda a incorporação substantiva das categorias diversidade, interculturalidade e educação antirracista como eixos estruturantes do projeto pedagógico. Essas dimensões não podem ser reduzidas a formulações discursivas ou a diretrizes de caráter meramente transversal, sob pena de esvaziamento político e pedagógico. Ao contrário, configuram princípios epistemológicos capazes de redefinir os critérios de legitimidade do conhecimento, tensionar hierarquias historicamente naturalizadas e ampliar os modos de produção e circulação de saberes no interior da instituição escolar. Ao assumir tal perspectiva, a escola desloca-se de uma lógica assimilacionista para uma postura crítica e dialógica, na qual a pluralidade cultural se torna fundamento da prática educativa e condição para a construção de uma formação socialmente referenciada.

O debate contemporâneo acerca da diversidade educacional deslocou-se, nas últimas décadas, de uma perspectiva celebratória para uma abordagem crítica. Candau (2020) sustenta que reconhecer a pluralidade cultural implica enfrentar as relações de poder que produzem hierarquizações simbólicas entre grupos sociais. Nessa perspectiva, a diversidade não é compreendida como soma de diferenças isoladas, mas como campo de disputas que atravessa o currículo, a formação docente e as práticas institucionais.

A interculturalidade, quando analisada sob essa chave crítica, supera a ideia de coexistência harmoniosa entre culturas distintas. Trata-se de processo dialógico que reconhece conflitos históricos e busca transformá-los em possibilidade formativa. Walsh (2009) argumenta que a interculturalidade crítica emerge como projeto político-epistemológico comprometido com a descolonização do saber. Essa formulação é particularmente relevante no contexto quilombola, onde a presença de saberes ancestrais tensiona paradigmas educacionais centrados na tradição eurocêntrica.

O reconhecimento da diversidade étnico-racial no Brasil adquire centralidade no campo educacional a partir da promulgação da Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008. Esses dispositivos legais não apenas introduzem conteúdos específicos no currículo, mas sinalizam a necessidade de revisão profunda das narrativas históricas que sustentaram o mito da democracia racial. Como observa

Munanga (2012), o racismo brasileiro estruturou-se de maneira sofisticada, operando por meio da negação de sua própria existência.

A educação antirracista, nesse contexto, não pode ser reduzida a iniciativas pontuais ou datas comemorativas. Ela demanda reconfiguração das práticas pedagógicas e revisão das concepções de conhecimento que orientam o trabalho docente. Silvio Almeida (2019), ao discutir o conceito de racismo estrutural, demonstra que as desigualdades raciais encontram-se inscritas nas instituições e nos padrões de normalidade socialmente aceitos. Assim, combater o racismo na escola implica questionar estruturas institucionais e curriculares que reproduzem privilégios históricos.

No aprofundamento do debate sobre currículo e equidade racial, Gomes (2018) evidencia que a relação entre diversidade e justiça curricular ganha densidade quando se reconhece o movimento negro como protagonista na elaboração de uma pedagogia da resistência. Ao situar as lutas sociais como produtoras de saberes e de referências formativas próprias, a autora demonstra que a transformação curricular não se restringe à ampliação temática, mas implica revisão das bases epistemológicas que estruturam o conhecimento escolar. Tal perspectiva desloca o foco da mera inclusão para a construção de práticas educativas comprometidas com a superação das desigualdades e com a valorização das experiências históricas negras. Em reflexão elucidativa, a autora afirma:

A educação antirracista não se limita à inclusão de conteúdos sobre África ou cultura afro-brasileira; ela exige revisão crítica das práticas escolares que historicamente inferiorizaram corpos, saberes e experiências negras. Trata-se de uma perspectiva pedagógica que reconhece o racismo como problema estrutural da sociedade brasileira e assume o compromisso de enfrentá-lo por meio da formação de sujeitos conscientes de sua história e de seus direitos. Ao incorporar essa dimensão, a escola transforma-se em espaço de emancipação e de produção de novas narrativas identitárias. (Gomes, 2018, p. 67).

Tal compreensão amplia o horizonte da educação quilombola ao situá-la como território privilegiado de construção de práticas interculturais críticas. Ao integrar saberes tradicionais ao currículo formal, a escola rompe com a lógica monocultural que historicamente orientou o sistema educacional brasileiro.

O debate sobre interculturalidade também dialoga com a proposta de ecologia de saberes formulada por Santos (2019), segundo a qual a superação do epistemicídio exige reconhecimento da pluralidade de formas de conhecimento. No contexto das comunidades quilombolas, essa abordagem possibilita legitimar práticas agrícolas, narrativas orais, sistemas de organização comunitária e expressões artísticas como dimensões constitutivas do processo educativo.

Ademais, a formação docente emerge como elemento decisivo para a implementação de uma educação antirracista consistente. Estudos recentes apontam que muitos professores não receberam, em sua formação inicial, preparo adequado para abordar relações étnico-raciais de maneira crítica (Costa; Santos,

2020). Tal lacuna evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à formação continuada, capazes de articular fundamentos teóricos e práticas pedagógicas contextualizadas.

No plano curricular, a valorização da diversidade requer abordagem transversal que ultrapasse a fragmentação disciplinar. Arroyo (2014) argumenta que a presença de sujeitos historicamente subalternizados no espaço escolar desafia a própria organização do conhecimento, exigindo abertura a outras pedagogias e outras racionalidades. A escola quilombola, nesse sentido, configura-se como espaço de reinvenção curricular, no qual a memória coletiva e a experiência territorial tornam-se referências estruturantes.

Importa salientar que a interculturalidade crítica não elimina tensões; ao contrário, reconhece o conflito como elemento constitutivo do diálogo entre culturas. A superação do racismo demanda enfrentamento consciente das desigualdades e disposição para transformar práticas consolidadas. Tal postura implica revisão constante das concepções pedagógicas e abertura ao aprendizado com as comunidades.

A construção de uma educação antirracista na escola quilombola pressupõe, portanto, compromisso ético-político com a equidade racial e com a valorização da pluralidade cultural. Ao articular diversidade, interculturalidade e justiça social, o projeto pedagógico dessas escolas pode contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a historicidade das desigualdades e de atuar na transformação de suas realidades.

A análise desenvolvida permite afirmar que a consolidação de práticas interculturais críticas no contexto quilombola não representa concessão simbólica, mas requisito fundamental para o aprofundamento democrático do sistema educacional brasileiro. Ao reconhecer a legitimidade dos saberes ancestrais e promover diálogo horizontal entre diferentes matrizes culturais, a escola assume papel estratégico na construção de uma sociedade menos desigual e mais plural.

Em síntese, a diversidade, quando compreendida sob perspectiva crítica, deixa de ser categoria descritiva e transforma-se em princípio organizador da prática pedagógica. A interculturalidade, por sua vez, constitui método e horizonte ético para o diálogo entre saberes. Já a educação antirracista configura-se como compromisso permanente de desnaturalização das desigualdades. A convergência dessas dimensões fortalece a escola quilombola como espaço de afirmação identitária, produção de conhecimento situado e promoção de justiça social.

### **3 METODOLOGIA**

Sob o prisma epistemológico que orienta esta pesquisa, adotou-se abordagem qualitativa, sustentada por levantamento bibliográfico e análise documental, com o objetivo de examinar criticamente os

fundamentos teóricos, normativos e políticos que configuram a Educação Escolar Quilombola no Brasil, enfatizando a valorização das identidades étnico-raciais, da diversidade e da interculturalidade crítica. Tal delineamento metodológico justifica-se pela natureza complexa do objeto investigado, cuja compreensão exige leitura interpretativa rigorosa das categorias conceituais mobilizadas e dos marcos legais que regulam essa modalidade de ensino. Ao articular produção acadêmica contemporânea e dispositivos institucionais vigentes, a investigação busca apreender as tensões e convergências que atravessam o campo educacional, assegurando consistência analítica e coerência teórico-metodológica ao estudo.

A pesquisa qualitativa, conforme argumenta Minayo (2014), possibilita compreender fenômenos sociais complexos a partir da análise de significados, valores e processos históricos. Tal perspectiva revela-se pertinente ao estudo da escola quilombola, cuja constituição não pode ser dissociada das disputas simbólicas, territoriais e políticas que atravessam a sociedade brasileira. Ao privilegiar a interpretação crítica, buscou-se superar descrições meramente normativas, examinando os sentidos atribuídos à educação quilombola no campo acadêmico e nas políticas públicas.

O levantamento bibliográfico concentrou-se em produções publicadas entre 2003 e 2024, período marcado pela consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e pela ampliação do debate sobre relações étnico-raciais no âmbito educacional. Foram selecionadas obras de referência reconhecida nas áreas de educação, estudos culturais, políticas públicas e relações raciais, tais como Almeida (2019), Gomes (2017; 2018), Munanga (2012), Candau (2020), Arroyo (2014) e Santos (2019), além de documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 4.887/2003, a Lei nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012).

A análise documental seguiu os procedimentos indicados por Cellard (2008), considerando o contexto de produção dos textos normativos, suas intenções explícitas e as condições históricas de sua elaboração. Essa etapa permitiu identificar convergências e tensões entre os marcos legais e a produção acadêmica especializada, especialmente no que se refere à participação comunitária, à formação docente e à dimensão territorial da escola quilombola.

A organização dos dados foi realizada por meio de leitura exploratória, leitura seletiva e leitura analítica, conforme sistematizado por Gil (2019). Inicialmente, procedeu-se ao mapeamento das obras mais citadas e relevantes no campo da Educação Escolar Quilombola. Em seguida, foram identificadas categorias centrais relacionadas à identidade, território, diversidade, interculturalidade e políticas públicas. Por fim, desenvolveu-se a análise interpretativa, buscando estabelecer relações entre os referenciais teóricos e os dispositivos legais examinados.

O percurso analítico foi orientado pela perspectiva hermenêutica crítica, entendida como esforço de interpretação contextualizada dos textos e discursos. Nesse sentido, adotou-se postura reflexiva diante das

fontes consultadas, reconhecendo que todo documento é produzido em determinado horizonte histórico e ideológico. A esse respeito, Minayo (2014, p. 75) assinala:

A interpretação qualitativa exige do pesquisador não apenas domínio conceitual, mas sensibilidade histórica e ética. Os textos e documentos analisados não são neutros; carregam intencionalidades, disputas e projetos de sociedade. Compreendê-los implica situá-los no contexto de sua produção e examinar suas implicações para os sujeitos envolvidos. A pesquisa qualitativa, portanto, demanda rigor metodológico aliado à consciência crítica sobre o papel do pesquisador na construção do conhecimento.

Tal orientação teórica contribuiu para evitar reducionismos interpretativos e para assegurar coerência entre os objetivos do estudo e os procedimentos adotados. A triangulação entre literatura acadêmica e documentos normativos possibilitou maior consistência analítica, fortalecendo a validade interna da pesquisa.

A delimitação temporal do corpus buscou contemplar produções recentes, sem desconsiderar autores clássicos cuja contribuição permanece estruturante para o debate sobre relações étnico-raciais e educação. A seleção das fontes priorizou obras com circulação acadêmica consolidada, publicadas por editoras reconhecidas ou em periódicos indexados, garantindo respaldo científico às argumentações desenvolvidas.

A análise concentrou-se na identificação de eixos temáticos recorrentes, tais como reconhecimento identitário, justiça curricular, racismo estrutural, territorialidade e interculturalidade crítica. Esses eixos orientaram a construção do referencial teórico e fundamentaram a discussão apresentada nas seções anteriores, assegurando unidade argumentativa ao texto.

Importa ressaltar que o método adotado não se limitou à descrição normativa das políticas públicas, mas buscou compreender suas implicações práticas e simbólicas para as comunidades quilombolas. Ao articular teoria e legislação, a pesquisa procurou evidenciar tanto os avanços institucionais quanto os desafios persistentes na implementação da Educação Escolar Quilombola.

O rigor metodológico foi assegurado pela explicitação dos critérios de seleção das fontes, pela coerência entre objetivos e procedimentos e pela fundamentação teórica consistente. A opção por uma abordagem qualitativa bibliográfica e documental mostrou-se adequada ao propósito de analisar criticamente a escola quilombola como espaço de valorização das identidades étnico-raciais e da diversidade, permitindo aprofundamento conceitual e articulação interdisciplinar.

À vista dos procedimentos delineados, o caminho metodológico empreendido oferece sustentação sólida à análise apresentada, assegurando-lhe rigor científico, coerência interna e conformidade com as exigências acadêmicas vigentes. A articulação entre fundamentos teóricos, exame documental e interpretação crítica dos dados possibilitou a construção de um quadro analítico consistente, capaz de

dialogar com a complexidade do objeto investigado. Tal estrutura metodológica não apenas legitima as conclusões alcançadas, mas também reforça a credibilidade do estudo no âmbito da produção científica comprometida com a qualidade, a precisão conceitual e a responsabilidade epistemológica.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise do *corpus* teórico e normativo evidencia que a escola quilombola ocupa posição estratégica no enfrentamento das desigualdades raciais historicamente consolidadas no Brasil. O exame articulado entre produção acadêmica recente e marcos legais demonstra que essa modalidade de ensino não se limita a garantir acesso formal à educação, mas assume função estruturante na reconstrução de narrativas históricas, na valorização da ancestralidade e na afirmação de identidades coletivas.

Os resultados interpretativos indicam que a centralidade da territorialidade constitui elemento distintivo da Educação Escolar Quilombola. A legislação vigente reconhece a especificidade sociocultural dessas comunidades, contudo a análise revela que a efetividade das políticas depende da incorporação concreta do território como princípio pedagógico. Gomes (2017) sustenta que o território é dimensão constitutiva da identidade negra, pois articula memória, resistência e projeto coletivo. Quando a escola dialoga com as práticas produtivas, as narrativas orais e as experiências históricas da comunidade, fortalece vínculos de pertencimento e amplia o sentido social da aprendizagem.

Ao confrontar os referenciais teóricos com as diretrizes oficiais, observa-se que a participação comunitária aparece como eixo estruturante das políticas educacionais destinadas às comunidades quilombolas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola estabelecem a construção coletiva do projeto político-pedagógico como requisito fundamental (BRASIL, 2012). Tal orientação dialoga com a concepção de gestão democrática prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9.394/1996. Entretanto, a literatura aponta que a participação efetiva ainda enfrenta obstáculos decorrentes de assimetrias institucionais e limitações estruturais.

Nesse contexto, a contribuição de Arroyo (2014) ilumina a compreensão dos desafios enfrentados pelas escolas situadas em territórios historicamente marginalizados. Para o autor, o reconhecimento de outros sujeitos e outras pedagogias implica revisão das bases tradicionais do currículo. A análise dos dados confirma que, quando as escolas quilombolas incorporam saberes comunitários como parte integrante da proposta pedagógica, produzem deslocamento epistemológico significativo, rompendo com modelos homogêneos de ensino.

A discussão também evidencia a relevância da educação antirracista como fundamento transversal da prática escolar. Almeida (2019) argumenta que o racismo estrutural opera na naturalização das desigualdades, reproduzindo hierarquias mesmo em contextos aparentemente neutros. A partir dessa perspectiva, a presença da temática étnico-racial no currículo não pode ser episódica; ela precisa integrar a

formação crítica dos estudantes e orientar a atuação docente. O material analisado demonstra que a consolidação de uma educação antirracista depende de formação continuada consistente e de políticas públicas articuladas.

A interlocução com Munanga (2012) reforça essa interpretação ao destacar que a superação do racismo demanda reconstrução positiva da identidade negra. No âmbito da escola quilombola, essa reconstrução ocorre quando os estudantes reconhecem sua história como parte legítima da formação nacional. Tal processo contribui para o fortalecimento da autoestima coletiva e para o enfrentamento de estigmas socialmente disseminados.

A análise das políticas educacionais também revela avanços significativos no plano normativo, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008. Contudo, a literatura especializada adverte que a implementação dessas leis apresenta variações regionais e depende do comprometimento dos sistemas de ensino. Candau (2020) enfatiza que a interculturalidade crítica exige não apenas reconhecimento formal da diversidade, mas transformação das relações de poder que estruturam o cotidiano escolar. Essa constatação evidencia que a eficácia das políticas públicas está vinculada à capacidade de promover mudanças institucionais profundas.

A reflexão teórica proposta por Santos (2019) acerca da ecologia de saberes contribui para ampliar o horizonte interpretativo dos resultados. O autor argumenta que a superação do epistemicídio pressupõe reconhecimento da pluralidade de formas de conhecimento. Ao relacionar essa perspectiva com a realidade quilombola, verifica-se que a valorização de práticas tradicionais no currículo escolar constitui estratégia de resistência ao monopólio epistemológico ocidental. Tal reconhecimento fortalece a legitimidade dos saberes locais e amplia a democratização do conhecimento.

A interpretação dos dados permite ainda identificar tensões persistentes entre os dispositivos legais e as condições materiais de funcionamento das escolas quilombolas. Estudos recentes apontam que a precarização de infraestrutura, a rotatividade docente e a insuficiência de materiais didáticos contextualizados comprometem a plena realização dos objetivos estabelecidos pelas diretrizes nacionais. Essa constatação confirma a análise de Almeida (2019) acerca da reprodução estrutural das desigualdades no interior das instituições.

No que concerne à dimensão identitária, os resultados indicam que a escola quilombola desempenha papel formativo essencial ao articular memória histórica e consciência política. Gomes (2018) destaca que a pedagogia produzida no âmbito do movimento negro promove formação crítica voltada à emancipação. A análise realizada neste estudo converge com essa compreensão, evidenciando que a escola pode tornar-se espaço de fortalecimento da identidade coletiva quando reconhece a centralidade da ancestralidade no processo educativo.

A articulação entre diversidade, interculturalidade e políticas públicas revela que a Educação Escolar Quilombola contribui para a ampliação do conceito de cidadania no Brasil. Ao reconhecer a legitimidade de diferentes matrizes culturais, o sistema educacional aproxima-se de uma concepção democrática mais plural e inclusiva. Essa transformação, contudo, exige continuidade de investimentos, fortalecimento institucional e compromisso ético com a justiça racial.

A síntese interpretativa indica que os resultados obtidos confirmam a hipótese de que a escola quilombola, quando estruturada a partir de princípios participativos e interculturais, constitui espaço privilegiado de valorização das identidades étnico-raciais. A consolidação dessa modalidade educativa depende da articulação entre legislação, formação docente e reconhecimento efetivo do território como dimensão pedagógica.

Conclui-se que a análise realizada reafirma a relevância da Educação Escolar Quilombola como instrumento de transformação social. Ao integrar identidade, território e política educacional, essa modalidade de ensino fortalece práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e com a valorização da diversidade como princípio estruturante do sistema educacional brasileiro.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

À luz do percurso investigativo desenvolvido, reafirma-se que a escola quilombola se configura como espaço estratégico de valorização das identidades étnico-raciais e de afirmação da diversidade no contexto educacional brasileiro. O estudo partiu da premissa de que essa modalidade de ensino ultrapassa a condição administrativa de organização escolar diferenciada, assumindo caráter político-pedagógico vinculado à memória histórica, à territorialidade e à resistência cultural das comunidades quilombolas. A análise teórica e normativa realizada ao longo do trabalho permitiu demonstrar que tal compreensão encontra respaldo consistente tanto na produção acadêmica contemporânea quanto nos marcos legais vigentes.

No que se refere aos objetivos propostos, constatou-se que a Educação Escolar Quilombola, quando articulada à participação comunitária e à valorização dos saberes ancestrais, fortalece processos de reconhecimento identitário e amplia o horizonte democrático da escola pública. A investigação evidenciou que identidade, território e políticas públicas constituem dimensões interdependentes, cuja integração favorece a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social. A hipótese inicialmente defendida, segundo a qual a escola quilombola desempenha papel decisivo na reconstrução de narrativas históricas e no enfrentamento das desigualdades raciais, mostrou-se confirmada à luz dos referenciais analisados.

De modo articulado, os resultados indicam que a consolidação de uma educação quilombola efetivamente emancipatória depende de políticas públicas estruturantes, formação docente crítica e gestão

escolar participativa. A presença de dispositivos legais específicos representa avanço inegável; contudo, a materialização desses direitos exige superação de fragilidades institucionais ainda persistentes. O estudo demonstrou que a valorização da diversidade não se limita à inclusão temática no currículo, mas demanda transformação das bases epistemológicas que historicamente marginalizaram saberes produzidos em territórios quilombolas.

Cumpramos ressaltar que a análise desenvolvida contribui para o aprofundamento do debate acadêmico ao articular fundamentos teóricos sobre identidade e interculturalidade com a dimensão normativa da política educacional brasileira. Ao examinar a escola quilombola como espaço de produção de conhecimento situado, o trabalho amplia a compreensão sobre o papel da educação na promoção da equidade racial e na consolidação de uma cidadania plural. Tal contribuição se insere no esforço de fortalecer abordagens críticas capazes de dialogar com a complexidade das relações étnico-raciais no país.

Sob perspectiva reflexiva, reconhece-se que a consolidação da Educação Escolar Quilombola requer continuidade investigativa, especialmente no que concerne às práticas pedagógicas concretas desenvolvidas nos territórios e aos impactos dessas experiências na trajetória formativa dos estudantes. Estudos empíricos que explorem dimensões como currículo contextualizado, avaliação educacional e processos de formação continuada poderão oferecer subsídios adicionais para o aprimoramento das políticas públicas existentes.

Em síntese conclusiva, a escola quilombola revela-se espaço de resistência, afirmação cultural e produção de novas narrativas históricas. Ao integrar identidade, território e diversidade como eixos estruturantes do projeto pedagógico, essa modalidade de ensino contribui para o enfrentamento das desigualdades raciais e para o fortalecimento da democracia brasileira. A efetivação desse potencial transformador depende do compromisso contínuo do Estado, das comunidades e dos profissionais da educação com a construção de práticas educativas que reconheçam, respeitem e valorizem a pluralidade que constitui a sociedade nacional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Lei nº 10.639/2003**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Decreto nº 4.887/2003**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Lei nº 11.645/2008**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2012.

CANDAUI, Vera Maria. **Diferenças culturais e práticas pedagógicas: a educação intercultural em perspectiva**. Petrópolis: Vozes, 2020.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

FRASER, Nancy. Recognition without ethics? *Theory, Culture & Society*, London, v. 18, n. 2-3, p. 21-42, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.


QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía decolonial: in-surgir, re-existir y re-vivir. In: MEDINA, Patricia; WALSH, Catherine (org.). **Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009. p. 131-152.

**A PENA DE MORTE EM CARUARU (PE): ESCRAVIDÃO, SISTEMA CRIMINAL E  
CONSTRUÇÃO JORNALÍSTICA DA JUSTIÇA (1857-1859)**

**THE DEATH PENALTY IN CARUARU, PERNAMBUCO: SLAVERY, THE CRIMINAL  
JUSTICE SYSTEM, AND THE JOURNALISTIC CONSTRUCTION OF JUSTICE (1857-1859)**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-009>

**Mázio Miguel Silva dos Santos**

Mestrando em História

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

E-mail: [professormaziomiguel@gmail.com](mailto:professormaziomiguel@gmail.com)

**RESUMO**

O presente artigo analisa a aplicação da pena de morte no interior pernambucano a partir do caso do escravizado Quirino, condenado e executado em Caruaru entre 1857 e 1859 por crime de parricídio, com fundamento no artigo 192 do Código Criminal de 1830. O objetivo é compreender como o sistema criminal imperial operava nas comarcas interioranas e quais sentidos políticos, jurídicos e simbólicos foram atribuídos à pena capital para além da defesa direta da autoridade senhorial. Metodologicamente, a pesquisa adota a micro-história e o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, com base na análise das edições do Diário de Pernambuco e no cotejo com a legislação imperial vigente. Os resultados evidenciam que o julgamento, o pedido de graça ao Poder Moderador e o ritual público de execução demonstram a plena integração do interior ao aparato judicial do Império. Conclui-se que a pena de morte funcionou como dispositivo político-pedagógico, reafirmando a hierarquia familiar, a moral cristã e a ordem escravista, sendo amplificada pela imprensa como espetáculo moralizante e instrumento de legitimação da soberania estatal.

**Palavras-chave:** Pena de morte; Escravidão; Justiça imperial; Caruaru; Imprensa oitocentista.

**ABSTRACT**

This article examines the application of the death penalty in the interior of Pernambuco through the case of the enslaved man Quirino, sentenced and executed in Caruaru between 1857 and 1859 for parricide under Article 192 of the Brazilian Criminal Code of 1830. The objective is to understand how the imperial criminal justice system operated in inland districts and to analyze the political, legal, and symbolic meanings attributed to capital punishment beyond the direct defense of slaveholders' authority. Methodologically, the study adopts a microhistorical approach and Carlo Ginzburg's evidential paradigm, based on the analysis of editions of the *Diário de Pernambuco* and their comparison with the imperial legal

framework in force at the time. The findings demonstrate that the trial, the petition for imperial clemency submitted to the Moderating Power, and the public ritual of execution reveal the full integration of the interior into the Empire's judicial apparatus. The article concludes that the death penalty functioned as a political-pedagogical device, reaffirming family hierarchy, Christian morality, and the slaveholding order, while being amplified by the press as a moralizing spectacle and an instrument of state sovereignty.

**Keywords:** Death penalty; Slavery; Imperial justice; Caruaru; Nineteenth-century press.

## 1 INTRODUÇÃO

A aplicação da pena de morte no Brasil Império consolidou-se como um dispositivo central de controle social e manutenção da ordem escravista. Embora o tema seja amplamente debatido, a historiografia concentrou-se majoritariamente nas capitais provinciais e em casos regidos pela Lei de 10 de junho de 1835, voltada à proteção da autoridade senhorial. O presente artigo desloca o foco para o Agreste pernambucano ao analisar a trajetória do escravizado Quirino, cuja condenação e execução em Caruaru (1857-1859) apresentam uma singularidade jurídica: o réu foi sentenciado por parricídio com base no Artigo 192 do Código Criminal de 1830, e não pela lei de exceção de 1835, que costumava fundamentar a morte de escravos insurretos contra seus senhores. Busca-se compreender de que modo esse caso ilumina o funcionamento do sistema criminal imperial no interior e os sentidos atribuídos à pena capital para além da defesa imediata da autoridade senhorial.

Esta investigação preenche a lacuna documental apontada por André Carlos dos Santos (2012), que, ao estudar a pena capital em Pernambuco, não teve acesso aos detalhes do julgamento de Quirino. Ao recuperar as edições do periódico *Diário de Pernambuco*, especificamente a de 24 de julho de 1857, este estudo traz à luz o embate jurídico em plenário, incluindo os argumentos de legítima defesa.

Metodologicamente, o trabalho fundamenta-se na micro-história e no paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989), buscando nos fragmentos jornalísticos os indícios das tensões sociais no interior. Teoricamente, utiliza-se a perspectiva de Michel Foucault (1987) sobre o "espetáculo da punição" para compreender o ritual da execução de pena de morte.

## 2 METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa histórica de natureza qualitativa e documental, fundamentada nos pressupostos da história social do crime e do direito. O trabalho adota o método da micro-história, operando através da redução da escala de observação para esmiuçar as trajetórias individuais e os detalhes de um caso específico, a condenação e execução do escravizado Quirino (1857-1859), a fim de compreender as estruturas macroscópicas do Estado escravista e de seu aparato punitivo.

Para a construção da narrativa e análise dos dados, o procedimento metodológico estruturou-se em três eixos fundamentais:

- O Paradigma Indiciário e a Leitura "às Avessas": Utilizou-se o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989), voltando o olhar para os detalhes secundários, sinais e indícios presentes nas fontes que, muitas vezes, passam despercebidos em uma análise meramente formal.<sup>1</sup> Seguindo essa orientação, buscou-se ler os documentos "às avessas", questionando a intencionalidade dos produtores originais das fontes (agentes da elite jurídica e jornalística) para captar as tensões sociais e os silêncios sobre a agência da população escravizada.
- Tratamento das Fontes e o "Silêncio do Arquivo": Os autos originais do processo-crime de Quirino não foram localizados no Arquivo Nacional nem em instituições estaduais, a pesquisa assumiu o desafio metodológico de reconstruir o caso por meio da imprensa oitocentista. A fonte primária central foi o periódico Diário de Pernambuco, cujas edições de 1857 a 1859 forneceram os detalhes do julgamento e da execução. Essas informações foram cotejadas com o arcabouço legislativo da época, especificamente o Código Criminal de 1830, o Código de Processo Criminal de 1832 e a Lei de 10 de junho de 1835.
- Diálogo Historiográfico e Interdisciplinaridade: O trabalho estabeleceu um cotejo crítico com as obras de autores que versam sobre a pena de morte e a escravidão em Pernambuco e no Brasil, como André Carlos dos Santos (2012), Ricardo Pirola (2023) e João Luiz Ribeiro (2005). A análise foi enriquecida por uma perspectiva interdisciplinar, incorporando conceitos da sociologia do poder de Michel Foucault (1987), especificamente sobre o "teatro do medo" e o "espetáculo do suplício", para interpretar o ritual de execução pública como uma tecnologia política de controle social.

Dessa forma, a metodologia permitiu transformar os fragmentos dispersos na imprensa e na lei em uma análise histórica que recupera a dimensão pedagógica e simbólica da pena capital no interior pernambucano

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 O ESTADO ESCRAVISTA E SUAS FORMAS DE CONTROLE**

No Brasil do século XIX, o Estado escravista estruturou-se a partir de um complexo aparato de controle social que combinava repressão física, vigilância cotidiana, legislação e estratégias de dominação simbólica. Ao longo do Império, o poder de punir deixou de ser prerrogativa quase exclusiva dos senhores para se consolidar como atribuição do Estado, que passou a regular, sistematizar e burocratizar as formas

---

<sup>1</sup> Ginzburg, Carlos. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

de repressão. Essa transferência não significou a diminuição da violência, mas sua reorganização: a punição tornou-se instrumento político de preservação da hierarquia senhorial e de manutenção da ordem pública, agora legitimada por dispositivos legais e executada em nome da soberania imperial. É nesse quadro de centralização e racionalização do poder punitivo que se insere o caso de Quirino, cuja condenação deve ser compreendida como parte dessa engrenagem estatal de controle e disciplinamento da população escravizada.

Essa reorganização do poder punitivo não eliminou os mecanismos tradicionais de coerção corporal, ao contrário, incorporou-os ao aparato jurídico estatal. A violência física permanecia como elemento estruturante desse sistema. O açoite, amplamente utilizado na prática senhorial, recebeu previsão legal no Código Criminal de 1830. O artigo 60 previa a conversão de penas de prisão em açoites especificamente para escravizados, o que permitia que o condenado, após o suplício, retornasse ao trabalho sem comprometer os interesses econômicos do senhor. Segundo André Santos (2019), a punição corporal, assim, articulava disciplina e racionalidade produtiva: castigava-se o corpo, mas preservava-se a força de trabalho.<sup>2</sup>

Para além da legislação penal de alcance imperial, o controle também se manifestava no plano local. Nos centros urbanos, o controle assumia também formas mais cotidianas e menos espetaculares. As posturas municipais<sup>3</sup> impunham restrições à circulação de escravizados, como a exigência de “passes noturnos”, e proibiam ajuntamentos, batuques e manifestações consideradas desordeiras. Tais normativas evidenciam uma lógica permanente de vigilância, voltada à prevenção de revoltas e à contenção de sociabilidades autônomas. O espaço urbano tornava-se território regulado, no qual o corpo escravizado estava permanentemente sob suspeita.

O ordenamento jurídico foi central na consolidação do poder punitivo imperial. O Código Criminal de 1830 tipificou os crimes e fortaleceu a atuação do Estado na justiça penal. Já a Lei de 10 de junho de 1835 explicitou o caráter seletivo desse sistema ao estabelecer pena de morte obrigatória para escravizados que atentassem contra a vida de senhores, feitores ou seus familiares, limitando significativamente as possibilidades de defesa e recurso. Esse aparato não se restringiu aos grandes centros. Ao longo do século XIX, o Império expandiu a estrutura da justiça criminal para o interior, incluindo o Agreste e o Sertão pernambucano. A presença de magistrados, júris e forças policiais nessas regiões integrou uma estratégia

---

<sup>2</sup> Santos, André Carlos dos. O crime compensa? o preto Thomaz, seus crimes e a criminalidade escrava (1867-1871). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2019, p. 74-75.

<sup>3</sup> Os Códigos de Posturas são documentos compostos por diversas normas elaboradas pelas Câmaras Municipais com o intuito de manter a ordem vigente nas cidades e instaurar punições previstas para aqueles que as desobedecessem. As posturas municipais balizavam a relação entre público e privado, forjavam costumes que seriam aceitos nos lugares comuns a todos os cidadãos e o que deveria ficar restrito aos lares. In: Limeira, Aline de Moraes; Miranda, Ana Carolina de Farias. Um código para a história da educação: posturas como fonte e objeto. História da Educação, Porto Alegre, v. 26, e111818, 2022, p. 5. DOI: 10.1590/2236-3459/111818. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/k7CmzJP6KhqdTnNbfH8wm4x/>. Acesso em: 27.02.2026.

de afirmação do poder central, que, ao aplicar a legislação imperial em áreas distantes da capital, reafirmava sua soberania e incorporava esses territórios ao projeto político do Império.

Entre as diversas modalidades de punição previstas nesse sistema, a pena de morte ocupava posição singular, pois assumia dimensão pedagógica. As execuções públicas eram cuidadosamente organizadas para produzir impacto coletivo. Realizadas em praças e espaços abertos, diante de multidões e com a presença compulsória de escravizados da vizinhança, essas cerimônias convertiam o castigo em espetáculo. Para Ricardo Pirola (2023), o suplício não punia apenas o corpo do condenado, transmitia uma mensagem política: o Estado estava presente, vigilante e disposto a agir para preservar a ordem. Ao assistir à morte de um de seus iguais, a população cativa era convocada a internalizar o medo como mecanismo de autocontrole.<sup>4</sup>

### 3.2 PENA DE MORTE E CONTROLE DA ORDEM ESCRAVOCRATA

O estudo da pena de morte no Brasil, especialmente durante o período imperial, tem mobilizado importantes contribuições teóricas nas últimas décadas. As abordagens mais relevantes associam-se tanto à história do direito penal quanto às discussões sobre escravidão, poder e cultura punitiva. Entre os pensadores clássicos, destaca-se Cesare Beccaria, cuja obra “Dos delitos e das penas”<sup>5</sup> exerceu profunda influência na formação da cultura jurídica brasileira oitocentista. Embora Beccaria tenha defendido a abolição da pena capital, sua influência no Código Criminal de 1830 foi limitada, dado o contexto escravocrata e conservador que moldava as instituições jurídicas brasileiras.

Apesar da influência iluminista de Beccaria no pensamento jurídico moderno, o Brasil imperial manteve-se distante dessa tendência abolicionista. Nesse sentido, André Carlos Santos (2019), observa que o país estava na contramão da Europa na arte de punir, já que a pena de morte estava presente no código criminal de 1830 e foi utilizada ao longo do século XIX.<sup>6</sup> A pena capital foi incorporada ao ordenamento como forma de retribuição para diversos crimes, estando entre as disposições mais severas do diploma legal.

No campo dos estudos contemporâneos, autores como João Luiz Ribeiro (2005) e Gizlene Neder (2009) contribuem para a compreensão do uso da pena de morte como prática seletiva e racializada. Ribeiro (2005), ao analisar a Lei de 10 de junho de 1835, legislação voltada especificamente para a punição de escravizados, revela a lógica da pena como instrumento de controle social, que excluía essa população dos

---

<sup>4</sup> Pirola, Ricardo. *Escravos e rebeldes nos tribunais do Império: uma história social da lei de 10 de junho de 1835*. 2. Ed. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2023, p. 85.

<sup>5</sup> Beccaria, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

<sup>6</sup> Santos, André Carlos dos. *O crime compensa? o preto Thomaz, seus crimes e a criminalidade escrava (1867-1871)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2019, p. 103.

dispositivos de proteção legal, como o direito ao recurso e ao perdão imperial.<sup>7</sup> Neder (2009), por sua vez, aprofunda o vínculo entre práticas punitivas e discursos religiosos e jurídicos, demonstrando como a pena capital servia de mecanismo de regulação dos comportamentos desviantes sob uma ótica moral e disciplinadora.<sup>8</sup>

A aplicação da pena de morte aos escravizados foi examinada de forma aprofundada por André Carlos dos Santos, tanto em sua dissertação (2012) quanto em sua tese (2019). Em suas obras, o autor investiga, entre outros aspectos, a teatralização das execuções por enforcamento e a dimensão simbólica dessas punições na sustentação da ordem escravocrata. Em 2012, destaca como o suplício público funcionava como espetáculo de dominação, reafirmando a posição subordinada do corpo negro na hierarquia social brasileira.<sup>9</sup> Já em sua tese (2019), amplia essa abordagem ao analisar casos concretos, como o de Thomaz, nos quais a pena capital foi efetivamente aplicada. Sua interpretação evidencia a complexidade dos processos judiciais, a seletividade da justiça imperial e os rituais de execução como parte de uma pedagogia do medo mobilizada pelo Estado para preservar a disciplina social.<sup>10</sup>

No plano normativo, essas concepções se materializavam em dispositivos legais concretos do Código Criminal de 1830. Dentre vários dispositivos legais, destaca-se o artigo 192 deste código,<sup>11</sup> que tratava das transgressões contra a segurança pessoal e a vida, estabelecendo, em seu grau máximo, a condenação à morte. A leitura do artigo 192 evidencia que sua aplicação, no grau máximo, dependia da presença das circunstâncias agravantes previstas no artigo 16 do mesmo Código.<sup>12</sup> Assim, a condenação à morte não se restringia ao ato de matar, mas estava condicionada a fatores que intensificavam a gravidade do crime.

---

<sup>7</sup> Ribeiro, João Luiz. No meio das galinhas as baratas não têm razão: a lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

<sup>8</sup> Neder, Gizlene. Degredo e pena de morte no Brasil Império. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

<sup>9</sup> Santos, André Carlos dos. “O império contra-ataca”: a escravidão e a pena de morte em Pernambuco (1822-1860). Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento de História, Recife, 2012.

<sup>10</sup> Santos, André Carlos dos. O crime compensa? o preto Thomaz, seus crimes e a criminalidade escrava (1867-1871). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2019.

<sup>11</sup> Art. 192. Matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas no artigo dezesseis, números dois, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze e dezessete. Penas - de morte no grau máximo; galés perpetuas no médio; e de prisão com trabalho por vinte anos no mínimo. (Código Criminal de 1830).

<sup>12</sup> Artigo 16 – São circunstâncias agravantes.

2º. Ter o delinquente cometido o crime com veneno, incêndio ou inundação.

7º. Haver o ofendido a qualidade de ascendente, mestre ou superior do delinquente, ou qualquer outra que o constitua à respeito deste em razão de pai.

10º. Ter o delinquente cometido o crime com abuso da confiança nele posta.

11º. Ter o delinquente cometido o crime por paga ou esperança de alguma recompensa.

12. Ter precedido ao crime a emboscada, por ter o delinquente esperado o ofendido em um, ou diversos lugares.

13º. Ter havido arrombamento para perpetração do crime.

14º. Ter havido entrada ou tentativa para entrar em casa do ofendido com intento de cometer o crime.

17º. Ter precedido ajuste entre dois ou mais indivíduos para fim de cometer-se o crime.

(Código Criminal de 1830).

A radicalização legislativa de 1835 (criar pena de morte direcionada aos escravizados) não ocorreu em vazio político. Ela foi precedida por episódios de grande impacto social. Dois eventos foram cruciais para a criação dessa lei. Primeiro, a revolta das Carrancas que ocorreu em São João D’el Rei (MG), em 13 de maio de 1833. O objetivo da revolta era assassinar todos os brancos da região e tomar posse das propriedades. O grupo atuou na invasão das fazendas e morte de fazendeiros e familiares, a ação restringiu-se às fazendas da família Junqueira. Essa revolta teve o maior índice de condenação à pena de morte por enforcamento no Brasil império, sendo 16 escravos com esse destino. O segundo evento foi a revolta dos Malês, que ocorreu em Salvador (BA), em janeiro de 1835. Alguns escravos que vieram para o Brasil eram de religião islâmica e alfabetizados em árabe, os chamados malês. planejaram a tomada de Salvador e do Recôncavo Baiano. Apesar de uma relativa organização dos escravos, a revolta não saiu como esperado, por ter sido delatados por outros escravizados. A repressão do governo foi violenta. Tivemos condenação à morte, fuzilamentos e até deportação para a África.

Diante desse cenário de revoltas no período regencial, principalmente, de revoltas escravas, o poder institucional buscou fortalecer mecanismos legais de repressão e controle social. Nesse sentido, o Código Criminal de 1830 instituiu, no Capítulo IV (“Insurreição”), dispositivos específicos para coibir rebeliões escravas. O artigo 113 estabelecia que se consideraria crime de insurreição a reunião de vinte ou mais escravizados com o objetivo de obter a liberdade por meio da força, prevendo pena de morte aos “cabeças” no grau máximo, galés perpétuas no médio e quinze anos de galés no mínimo, enquanto aos demais participantes caberiam açoites. O artigo 114 determinava que, caso os líderes fossem pessoas livres, sofreriam as mesmas penas impostas aos líderes escravizados. Já o artigo 115 punia com prisão com trabalho, de oito a vinte anos, conforme o grau, aqueles que ajudassem, incitassem ou fornecessem meios materiais para a insurreição.

Assim, em 10 de junho de 1835, reforçando o espírito punitivo já presente no Código de 1830, foi promulgada a lei que previa a pena de morte aos escravos que atentassem contra a vida de seus senhores, feitores e familiares.<sup>13</sup> A condenação à morte poderia ser alcançada com dois terços dos votos do júri e, em sua formulação original, não previa recurso judicial nem pedido de graça imperial.

---

<sup>13</sup> Art. 1º Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave ofensa física a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres, que com eles viverem.

Se o ferimento, ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites a proporção das circunstâncias mais ou menos agravantes.

Art. 2º Acontecendo algum dos delitos mencionados no Art. 1.º, o de insurreição, e qualquer outro cometido por pessoas escravas, em que caiba a pena de morte, haverá reunião extraordinária do Júri do termo (caso não esteja em exercício) convocada pelo Juiz de Direito, a quem tais acontecimentos serão imediatamente comunicados.

Art. 3º Os Juízes de Paz terão jurisdição cumulativa em todo o município para processarem tais delitos até a pronúncia com a diligências legais posteriores, e prisão dos delinquentes, e concluído que seja o processo, o enviarão ao Juiz de Direito para este apresentá-lo no Júri, logo que esteja reunido e seguir-se os mais termos.

Art. 4º Em tais delitos a imposição da pena de morte será vencida por dois terços do número de votos; e para as outras pela maioria; e a sentença, se for condenatória, se executará sem recurso algum.

Para André Santos (2019), a lei acima estava em desacordo com a constituição e o poder moderador, pois, não abordava o pedido de graça, a comutação ou qualquer recurso de perdão ao trono imperial. A controvérsia levou à promulgação de novo decreto em 1837, cujo objetivo foi ajustar o dispositivo sem, contudo, admitir erro legislativo anterior.

para não demonstrar qualquer erro anterior, e não invalidar o artigo 4º da lei de 10 de junho de 1835, bem como o decreto de 11 de abril de 1829, este novo decreto declarava que apenas os escravos assassinos de seus senhores não gozariam do direito de graça. Ou seja, qualquer outro crime, ou contra qualquer outra pessoa, o escravo ainda poderia aventurar uma moderação da pena, e quiçá, o perdão imperial, mas, se a vítima fosse seu dono, o pedido nem seria ouvido. (Santos, 2019, p. 48)

Para além da dimensão estritamente normativa, a teoria de Michel Foucault (1987) permite compreender o papel simbólico e disciplinador da pena de morte no contexto do poder soberano. Na obra “Vigiar e punir” (1987), Foucault afirma que o suplício penal não é apenas uma forma extrema de punição, mas um ritual público cuidadosamente encenado, no qual o Estado exhibe sua força sobre os corpos dos condenados. A execução torna-se, assim, um espetáculo com função pedagógica: “uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune”.<sup>14</sup> No Brasil Império, essa lógica se manifesta nas execuções públicas de escravizados, como no caso de Quirino, cuja morte foi transformada em cortejo público, dramatizada pela imprensa e legitimada pelas instituições civis e religiosas. A partir de Foucault (1987), é possível entender a pena capital como um dispositivo de poder que combina punição física, teatralização simbólica e controle social, operando de forma eficaz na preservação da ordem escravocrata.

### 3.3 O SISTEMA JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO NAS DÉCADAS DE 1830 E 1850

Entre 1830 e 1850, o sistema judiciário de Pernambuco esteve inserido em um processo mais amplo de reorganização institucional promovido pelo Estado imperial brasileiro. A partir da independência e da promulgação da Constituição de 1824, consolidou-se o esforço de substituir as antigas Ordenações Filipinas por um ordenamento jurídico nacional capaz de estruturar a autoridade do governo central e disciplinar a sociedade escravista. O Código Criminal de 1830 e o Código de Processo Criminal de 1832 foram os pilares dessa transformação, inaugurando uma nova etapa na administração da justiça e na consolidação do poder estatal. Essas reformas são particularmente relevantes para o presente estudo porque reconfiguraram, ao mesmo tempo, a estrutura de funcionamento da justiça criminal e as condições jurídicas de aplicação, revisão e eventual comutação da pena de morte, tema central da análise que se desenvolve a seguir.

---

Art. 5º Ficam revogadas todas as leis, decretos e mais disposições em contrário. (LEI Nº 4 DE 10 DE JUNHO DE 1835.)

<sup>14</sup> Foucault, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 37.

Na década de 1830, a reforma judicial trouxe importantes inovações. O Tribunal do Júri foi instituído como mecanismo de participação leiga nos julgamentos criminais, estruturado em dois momentos distintos: o Júri de Acusação, responsável por decidir se havia elementos suficientes para levar o réu a julgamento, e o Júri de Sentença, incumbido de deliberar sobre a culpa ou inocência. Ao mesmo tempo, os juízes de paz, eleitos localmente, desempenhavam papel central na fase inicial dos processos, acumulando atribuições policiais e judiciárias. Além disso, o código de processo criminal de 1832 incorporou o habeas corpus, instrumento jurídico que impede prisões arbitrárias. Essa configuração revelava um modelo relativamente descentralizado, no qual as instâncias locais possuíam margem significativa de atuação.

Na década de 1840, as reformas do processo criminal reforçaram a centralização do poder e reduziram a autonomia das instâncias locais. A Lei de 3 de dezembro de 1841 extinguiu o Júri de Acusação, transferindo a chamada “formação da culpa” para delegados de polícia e juízes municipais, agora nomeados pelo Executivo central. Essa alteração reduziu a autonomia local e fortaleceu a intervenção direta do governo imperial nos processos criminais. No plano punitivo, esse mesmo movimento também alterou as condições de aplicação da pena capital. A exigência de unanimidade do júri para aplicação da pena de morte nos crimes comuns foi substituída pelo critério de dois terços dos votos, tornando mais viável a imposição da pena capital. Outra mudança significativa foi a instituição do recurso ex-officio. Sempre que uma sentença impusesse pena de morte ou galés perpétuas, o juiz de direito era obrigado a encaminhar o processo ao Tribunal da Relação para revisão obrigatória. Pernambuco sediava um desses tribunais no Recife, cuja jurisdição abrangia outras províncias vizinhas. Esse mecanismo reforçava o controle hierárquico e inseria as decisões locais em uma cadeia de supervisão mais ampla, vinculada ao centro político do Império.<sup>15</sup>

Na década de 1850, a justiça criminal tornou-se ainda mais articulada ao núcleo do poder imperial. O Decreto de 2 de janeiro de 1854 determinou que todas as sentenças de morte deveriam ser submetidas ao Poder Moderador antes de sua execução. Se anteriormente bastava a confirmação do Presidente da Província em certos casos, a partir desse momento nenhum condenado poderia ser executado sem que o Imperador, assessorado pelo Ministro da Justiça e pelo Conselho de Estado, examinasse os autos. O processo judicial convertia-se, assim, em matéria de alta política. O Ministério da Justiça analisava as circunstâncias do crime e aconselhava o monarca quanto à confirmação ou comutação da pena, inserindo a prática punitiva no âmbito das decisões soberanas.

Os dados da reunião do júri da Villa de Caruaru, em 19 de julho de 1854, ajudam a dimensionar a prática judicial no termo poucos anos antes da execução de Quirino. Naquela ocasião, foram julgados 19 processos envolvendo 21 réus, sendo 17 por crime de morte, mas apenas um resultou em condenação à

---

<sup>15</sup> Santos, André Carlos dos. “O império contra-ataca”: a escravidão e a pena de morte em Pernambuco (1822-1860). Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento de História, Recife, 2012, p. 63-67.

pena de morte. A maioria das sentenças converteu-se em galés perpétuas ou temporárias, além de outras penas privativas de liberdade, registrando-se ainda significativo número de apelações e recursos. Esses números indicam que, embora os crimes classificados como “de morte” fossem frequentes, a pena capital não se configurava como desfecho automático na comarca.<sup>16</sup> Nesse cenário, a condenação e posterior execução de Quirino, em 1859, destacam-se como evento de particular relevância, exigindo análise mais detida das circunstâncias jurídicas, morais e simbólicas que envolveram o caso.

### 3.4 CASOS DE PENA DE MORTE NO AGRESTE E SERTÃO

Os registros de penas de morte aplicadas ou processadas no Agreste e no Sertão da província de Pernambuco, ao longo do século XIX, evidenciam a atuação concreta do poder punitivo imperial nas regiões interioranas. Ainda que a documentação seja fragmentária em diversos casos, é possível identificar episódios que demonstram como a pena capital foi utilizada como instrumento de repressão exemplar e de reafirmação da autoridade estatal.

Em Garanhuns, no Agreste pernambucano, registra-se a execução de um escravizado chamado Antônio, ocorrida em 19 de julho de 1842. As fontes disponíveis informam apenas sua condição cativa e a data da execução, sem detalhar o crime cometido ou o nome de seu senhor.<sup>17</sup> Posteriormente, na mesma localidade, em 1854, os escravizados Isidoro e Silvestre foram condenados à morte pelo assassinato de seu senhor, José Basílio de Freitas Peixoto. No entanto, ambos tiveram a pena capital comutada por decisão da Princesa Isabel.<sup>18</sup>

No termo do Bonito, o escravizado Antônio, pertencente a Manoel Barbosa de Lima, assassinou seu senhor com quatro facadas em novembro de 1853, após ter sido castigado sob a acusação de furto de algodão. A sentença foi confirmada pelo ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, que assinou a ordem de execução em 8 de novembro de 1855.<sup>19</sup>

Em Caruaru, o caso de Quirino, executado em 1859, é um dos mais detalhados nas fontes. Quirino foi condenado à morte pelo júri local pelo crime de parricídio, acusado de assassinar seu próprio pai, Luiz. A execução ocorreu em 26 de janeiro de 1859, no lugar conhecido como Cafundó. Trata-se do caso que

---

<sup>16</sup> Diário de Pernambuco, 24.08.1854, fl. 2.

<sup>17</sup> Santos, André Carlos dos. “O império contra-ataca”: a escravidão e a pena de morte em Pernambuco (1822-1860). Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento de História, Recife, 2012, p. 140.

<sup>18</sup> Santos, André Carlos dos. “O império contra-ataca”: a escravidão e a pena de morte em Pernambuco (1822-1860). Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento de História, Recife, 2012, p. 127.

<sup>19</sup> Santos, André Carlos dos. “O império contra-ataca”: a escravidão e a pena de morte em Pernambuco (1822-1860). Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento de História, Recife, 2012, p. 148.

constitui o objeto central deste estudo e que será analisado de maneira aprofundada nas seções seguintes, a partir da articulação entre processo judicial, ritual de execução e contexto social do Estado escravista.

Ainda em Caruaru e no Bonito, as fontes mencionam condenações de homens livres. Em 1845, Manoel Giquiri foi condenado em Caruaru. No mesmo ano, no Bonito, os réus João Batista e Joaquim Ferreira também receberam sentença capital. No Brejo, em 1846, foram condenados à morte dois réus livres: Francisca Maria de Jesus e seu amante, Severino, acusados do assassinato do esposo dela, João Leite da Silva. Em Cimbres, no ano de 1851, registram-se duas condenações capitais de homens livres. Domingos Gomes de Aguiar foi condenado pelo assassinato de Luiz José de Oliveira, enquanto Manoel Francisco da Luz recebeu sentença de morte pela morte de José Marcelino Cordeiro da Fonseca.<sup>20</sup>

Em 1859, na localidade de Bezerras, ocorreu o caso dos escravizados Felipe e Severino, que espancaram seu senhor, Francisco Bezerra de Vasconcelos Santos. Apesar da gravidade do crime, ambos foram condenados a 500 açoites, e não à pena de morte. A decisão foi influenciada pelo elevado valor econômico dos escravizados naquele contexto, o que contribuiu para a substituição da execução por castigo corporal.<sup>21</sup>

No Sertão pernambucano e em áreas vizinhas, a documentação também aponta para a atuação da justiça criminal em casos graves. Em 1859, na então Villa Bella, atual Serra Talhada, o escravizado Balbino foi indiciado pelo assassinato do proprietário Manoel Ledo de Lima. O processo, além de tratar do crime em si, evidencia a expansão da estrutura judicial para o interior sertanejo como estratégia de contenção social e afirmação da soberania imperial em regiões distantes da capital provincial.<sup>22</sup> Já no sertão da Paraíba, o caso de Donato e Joana, julgado em 1847 pelo Tribunal da Relação de Pernambuco, revela outra faceta da justiça imperial. Embora Donato tenha confessado o assassinato de Anselmo Lauriano Teixeira, o juiz de direito aplicou a pena de galés perpétuas, fundamentando-se no artigo 94 do Código de Processo Criminal, que vedava a imposição da pena de morte quando a única prova fosse a confissão. O episódio demonstra que, mesmo em um sistema marcado pela severidade, havia limites processuais e interpretações jurídicas que podiam impedir a execução.<sup>23</sup>

Estudos sobre o Médio Sertão do São Francisco entre 1830 e 1880 indicam ainda a ocorrência de crimes considerados graves e passíveis de penas severas, embora nem sempre as fontes preservem os nomes

---

<sup>20</sup> Santos, André Carlos dos. “O império contra-ataca”: a escravidão e a pena de morte em Pernambuco (1822-1860). Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento de História, Recife, 2012, p. 126.

<sup>21</sup> Santos, André Carlos dos. “O império contra-ataca”: a escravidão e a pena de morte em Pernambuco (1822-1860). Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento de História, Recife, 2012, p. 127.

<sup>22</sup> Torri, Nathalia Pereira. Crime e morte no Pernambuco oitocentista (1859-1861): o caso do assassinato de Manoel Ledo de Lima. Relatório técnico (mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife: 2024.

<sup>23</sup> Pirola, Ricardo. Escravos e rebeldes nos tribunais do Império: uma história social da lei de 10 de junho de 1835. 2. Ed. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2023, p. 223.

individuais dos condenados. Essa fragmentação documental reforça a dificuldade de quantificar o número total de sentenças capitais na região, mas confirma a presença constante da justiça criminal imperial no interior.

### 3.5 O ESTUDO DE CASO DE QUIRINO

#### 3.5.1 O julgamento de Quirino: conflito, narrativa e disputa

A história da condenação à morte do escravo Quirino foi mencionada por Nelson Barbalho no livro “Caruru, Caruaru” (1972). No capítulo 12 (nótula 12), o autor registra alguns julgamentos e execuções ocorridos em Caruaru, em 1857, utilizando como fonte o Diário de Pernambuco. Contudo, Barbalho limita-se a reproduzir trechos do jornal, sem desenvolver qualquer análise crítica do episódio.<sup>24</sup> Esta seção propõe-se, portanto, a examinar essa fonte de maneira mais aprofundada.

O caso de Quirino também foi estudado por André Carlos dos Santos em sua dissertação (2012), dedicada à pena de morte em Pernambuco, bem como em sua tese (2019). Em seus trabalhos, o autor analisou a execução de Quirino a partir das notícias referentes à sua morte, uma vez que não teve acesso às edições do Diário de Pernambuco que descrevem detalhadamente o julgamento. Ainda assim, mesmo com documentação limitada, André Santos conseguiu avançar significativamente na reconstrução do caso e de seu contexto, oferecendo importante contribuição para a compreensão da pena capital no interior pernambucano. Permaneceram, contudo, algumas lacunas, por ele próprio assinaladas: “O nome de seu senhor; a atividade que exercia; se trabalhava no campo ou na cidade; se era de portas pra dentro ou pra fora; quando e por quais motivos matou seu pai etc.”.<sup>25</sup> O autor sugere, inclusive, que os autos do processo poderiam estar no Arquivo Nacional, embora não tenha conseguido localizá-los, situação que também se repetiu em nossa busca. Nesta seção, o objetivo é reconstruir o julgamento a partir do relato jornalístico e analisar como acusação e defesa disputaram sentidos jurídicos (culpa, agravantes, atenuantes e legítima defesa) em torno de um crime classificado como parricídio.

O julgamento, entretanto, permaneceu como uma zona de sombra documental. Ao recuperar as edições do Diário de Pernambuco de 24 de julho de 1857, este estudo amplia o quadro anteriormente delineado, permitindo observar o embate jurídico em plenário: os argumentos da defesa, a invocação das circunstâncias atenuantes e agravantes, as disputas em torno da idade do réu e da alegação de legítima defesa, elementos que até então figuravam apenas de maneira presumida. Sem invalidar as interpretações já consolidadas, a incorporação dessas fontes possibilita aprofundar o debate historiográfico, deslocando o

---

<sup>24</sup> Barbalho, Nelson. Caruru, Caruaru: nótulas subsidiárias para a história do Agreste de Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE. Caruaru: prefeitura Municipal, 1972, p. 143-153.

<sup>25</sup> Santos, André Carlos dos. “O império contra-ataca”: a escravidão e a pena de morte em Pernambuco (1822-1860). Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento de História, Recife, 2012, p. 149.

foco exclusivo do ritual da execução para o conflito judicial que a antecedeu e oferecendo uma compreensão mais densa da atuação do sistema criminal imperial no caso de Quirino.

No dia 24 de julho de 1857, durante a décima primeira sessão de julgamentos realizada na vila de Caruaru, foi levado ao tribunal do júri o caso do escravizado Quirino, descrito nos autos como solteiro, com idade ignorada, aparentando cerca de 24 anos, agricultor, de estatura regular e corpo robusto, analfabeto. A acusação que recaía sobre ele remontava ao dia 24 de junho de 1856, quando, segundo a denúncia, teria assassinado o próprio pai, Luiz, também escravizado e já de idade avançada. O crime ocorrera com o uso de uma foice de roçar. Conforme relatado em plenário, o primeiro golpe foi desferido por trás, atingindo a vítima pelas costas, elemento que a acusação destacaria como indício de surpresa e agravamento moral do delito.<sup>26</sup> Ambos pertenciam ao mesmo senhor, José Francisco Florêncio Junior, e residiam na localidade da Malhada de Pedra.<sup>27</sup> O crime ocorreu na casa do pai, espaço que integrava a pequena unidade doméstica daquela família cativa<sup>28</sup>, composta ainda pela mãe e por uma irmã do réu, mencionada na fonte. Não se pode descartar, contudo, a possibilidade de existência de outros irmãos ou parentes que não foram registrados na notícia, pois só foram citados os elementos relevantes para a acusação. Após o fato, Quirino foi recolhido à cadeia em 12 de julho de 1856, permanecendo preso até o julgamento realizado no ano seguinte.<sup>29</sup>

O episódio, portanto, não se deu em ambiente de trabalho coletivo ou em confronto externo, mas no interior da moradia familiar, revelando um cenário de convivência cotidiana entre parentes submetidos à mesma condição jurídica e à mesma autoridade senhorial. A tragédia inscreveu-se, assim, no espaço íntimo da família escrava,<sup>30</sup> transformando a habitação, lugar de sociabilidade e proteção possível, em palco de violência extrema.

---

<sup>26</sup> Diário de Pernambuco, 24.07.1857.

<sup>27</sup> Diário de Pernambuco, 18.07.1856.

<sup>28</sup> O cenário do crime cometido pelo escravizado Quirino em 1856, na vila de Caruaru, oferece indícios fundamentais sobre a organização da vida doméstica cativa no interior pernambucano. Durante o julgamento, a defesa fundamentou parte de sua argumentação ao mencionar que o réu negava o fato de estar "em casa de seu pai" no momento do assassinato de Luiz, o que evidencia que os escravizados daquela localidade possuíam habitações individuais ou familiares. Essa realidade converge com as pesquisas de Caetano De Carli (2007) sobre a vida escrava no sertão de Pernambuco, que demonstram que, em regiões pecuaristas, os cativos raramente viviam em senzalas coletivas nos moldes das grandes plantations açucareiras. Em vez disso, a morada típica era composta por casebres ou casas de pau-a-pique que cercavam a casa senhorial, compartilhando o espaço com agregados e vaqueiros livres. De acordo com De Carli, essas habitações eram construções rústicas e pequenas, com paredes de barro, teto de palha e chão de terra batida. A existência desse tipo de moradia redimensionava a sociabilidade dos escravos para um campo mais íntimo, permitindo a consolidação de laços de parentesco e a criação de uma rede fundamental de proteção social e solidariedade familiar, mesmo sob o jugo da escravidão. In: CARLI, Caetano de. A família escrava no sertão de Pernambuco (1850-1888). 2007. Dissertação de Mestrado em História Social - UNB: Brasília, 2007, p. 45.

<sup>29</sup> Diário de Pernambuco 18.07.1856.

<sup>30</sup> Segundo Manolo Florentino e José Góes (2017), a família escrava possuía caráter político, na medida em que ampliava o raio das alianças e das redes de solidariedade, envolvendo não apenas cativos da mesma unidade produtiva, mas também escravos de outros senhores, libertos e, ocasionalmente, proprietários. Tal configuração favorecia a formação de vínculos que transcendiam a simples coabitação doméstica, produzindo redes de proteção e mediação de conflitos. A tolerância e, em muitos casos, o incentivo dos senhores à constituição de núcleos familiares escravizados não deve ser compreendida apenas como concessão humanitária, mas como estratégia de estabilização social. No interior desses grupos parentais, as expectativas de conflito tendiam

No tribunal do júri, a acusação fundamentou sua prova no depoimento da mãe do acusado, “dissera que seu filho (o parricida) tendo sido castigado por seu infeliz marido, como pai, fizera ouvir queixumes do castigo que estava recebendo”.<sup>31</sup> Ao saber dessas queixas a mãe foi até o lugar e ao chegar “encontrara ao seu infeliz marido banhado em seu próprio sangue, e a seu filho únicas pessoas, que existiam no lugar do delito”.<sup>32</sup> Quem acompanhava a mãe no momento que fora ao encontro do marido e amparou seu choro foi sua filha. Ela também tentou impedir que seu irmão fugisse do lugar.

A acusação finaliza marcando na lei sua pena: “deu-se prova para as agravantes dos §§ 4, 6, 7 e 15, do artigo 16 e pediu-se em conclusão o máximo do artigo 192”.<sup>33</sup> O artigo 192 em sua forma mais severa é a pena de morte. No texto da lei,

Art. 192. Matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas no artigo dezesseis, números dois, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze e dezessete.  
Penas - de morte no grau máximo; galés perpetuas no médio; e de prisão com trabalho por vinte anos no mínimo. (Código Criminal de 1830).

Para fazermos as correlações com as agravantes do artigo 16 que o réu Quirino foi incriminado, temos:

Artigo 16 – São circunstâncias agravantes.  
4º Ter sido o delinquente impellido por um motivo reprovado, ou frívolo.  
6º Haver no delinquente superioridade em sexo, forças, ou armas, de maneira que o ofendido não pudesse defender-se com probabilidade de repelir a ofensa.  
7º. Haver o ofendido a qualidade de ascendente, mestre ou superior do delinquente, ou qualquer outra que o constitua à respeito deste em razão de pai.  
15. Ter sido o crime cometido com surpresa.  
(Código Criminal de 1830).

A defesa de Quirino trabalhou com dois pontos de argumentação. No primeiro ponto, que ele era inocente. No segundo ponto, dada a hipótese de Quirino ter matado o pai, a pena recebida era desarrazoável. Que ele deveria receber uma pena menor que a morte.

Inicialmente, na primeira linha de defesa a estratégia era negar o fato, desqualificar a testemunha e questionar a arma utilizada no crime, de modo que a dúvida pairasse no ar e ficasse apenas boatos e nenhuma prova do crime. No jornal, o redator descreve a defesa da seguinte maneira:

---

a tornar-se mais moderadas, uma vez que a preservação da unidade familiar implicava cálculo de riscos e contenção de rupturas violentas. Essa relativa “paz das senzalas” contribuía para a manutenção da ordem senhorial, funcionando como mecanismo indireto de disciplina e de reprodução da dominação. In: Florentino, Manolo; Góes, José Roberto. A paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2017, p. 76.

<sup>31</sup> Diário de Pernambuco, 24.07.1857.

<sup>32</sup> Diário de Pernambuco, 24.07.1857.

<sup>33</sup> Diário de Pernambuco, 24.07.1857.

Disse-se que o acusado negara o fato, que ele não estivera em casa de seu pai, quando fora morto, e sim nesta vila, o que provava que não ter sido ele acusado o autor de uma morte feita distante daqui. Que isto é tanto mais certo, quando se vê que dos autos não constava haver testemunha de vista, que todas juravam de ouvida voga, o que não constitui prova, máxime em crime tão grave. Que a informação da mãe do acusado não prova o fato, dado mesmo o caso que uma informação servisse de prova, o que negava; 1º, por que ela (informante) não vira o acusado seu filho matar a seu marido e pai. 2º, por que não afirma que a foice estava ensanguentada, 3º, por que ainda quando essa foice estivesse ensanguentada, não servia isso de prova, por que bem podia ter sido tinta por sangue de algum animais irracional; e 4º finalmente, por que bem podia ser que algum outro individuo fosse o assassino. (Diário de Pernambuco, 24.07.1857)

No segundo ponto da estratégia, a defesa afirma que Quirino agiu em legítima defesa. Ele apenas se defendeu dos ataques do pai. Imaturo, um menor de 21 anos. O crime não fora cometido de propósito e de caso pensado, tudo isso era resultado de defesa. Além disso, buscaram desqualificar as agravantes dos parágrafos §§4, 6, 15. O parágrafo sete não tem como negar porque é uma relação de pai e filho.

Assim, se confirmada a hipótese de Quirino ter matado o pai, caberiam algumas circunstâncias atenuantes, isto é, uma forma de reduzir a pena imposta a um acusado de um crime. A defesa busca imputar o §1 e o 10 do artigo 18 do código criminal. No texto da lei: “Art. 18. São circunstâncias atenuantes dos crimes: 1º Não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal, e direta intenção de o praticar; 10. Ser o delinquente menor de vinte e um anos.”<sup>34</sup> Observa-se a controvérsia na idade de Quirino, a acusação infere 24 anos, já a defesa afirma que Quirino é menor de 21 anos. A disputa pela idade incidia diretamente na possibilidade de reconhecimento da atenuante prevista no artigo 18, 10º (menoridade), elemento capaz de rebaixar o grau de culpabilidade atribuído ao réu e influenciar a dosimetria da pena.

No jornal, o redator descreve a segunda parte da defesa da seguinte maneira:

Depois disse-se que dada a hipótese de ter sido o acusado o autor da morte de seu infeliz pai (o que negava) tinha ele a seu favor a circunstância atenuante da defesa; por que estando ele a ser castigado injustamente por seu pai, sentido dessa injustiça, a consciência de sua inocência, ofuscara-lhe a razão, pelo que ficava demonstrado a não existência da agravante de §4.

Que não houve superioridade em armas e nem forças, porque a luta se travara; pois quando havia luta, se não podia dizer existira a circunstância agravante do §6.

Deu-se prova para a circunstância atenuante do §1, do art. 18.

Negou-se a circunstância agravante do §15; pois para haver surpresa, que é um ataque súbito e repentino, que tira e tolhe toda a medida de precaução, o que se não dera, por causa da provocação, a defesa empregada não podia ser classificada como surpresa.

Disse-se que o acusado era menor de vinte e um anos, e que a circunstância da ascendência só prejudicava ao acusado e tinha aplicação quando o crime era cometido de propósito e caso pensado, e não quando era resultado da defesa.

Terminou-se dizendo que se o acusado tinha cometido mereceria outra pena não a de morte. (Diário de Pernambuco, 24.07.1857)

Na réplica, a acusação reorganizou sua intervenção em dois movimentos. No primeiro momento, reafirmou o valor da argumentação da mãe, reforçado por outra testemunha; A acusação rebateu a ideia de

---

<sup>34</sup> Código criminal de 1830.

legítima defesa, isto é, não existiu defesa por parte do acusado porque não se teve agressão. A correção que o pai dá no filho não configura como tal, e por último, que todo filho deve obediência aos pais e não pode ser juiz da quantidade e da qualidade do castigo recebido. No segundo momento, abordou as atenuantes e agravantes do caso. Sobre a atenuante, negou-se o §1 do artigo 18 (Não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal, e direta intenção de o praticar). A lógica seria, se o advogado confessa que o crime foi por legítima defesa, logo, era o acusado de pleno conhecimento do mal que poderia causar. Para finalizar a réplica, a acusação desenvolve uma nova linha de pensamento para provar a agravante do §6 do artigo 16 (Haver no delinquente superioridade em sexo, forças, ou armas, de maneira que o ofendido não pudesse defender-se com probabilidade de repelir a ofensa). A acusação afirma que existiu surpresa porque um pai quando corrige a um filho não espera ser atacado por ele, além disso, o primeiro golpe fora dado por trás.

Nas palavras do redator, a réplica se constrói da seguinte maneira:

#### Replica

Foram sustentados os argumentos da acusação, e disse-se que a mãe do acusado contara o fato de modo a ser acreditada, fato que fora em parte presenciado por uma das testemunhas, que vira a foice ensanguentada; que não houvera defesa por que não se dera agressão, sendo que o castigo que fora infligido pelo infeliz assassinado ao acusado, simples bastonadas dadas por um velho, o acusado deveria tê-las recebido ou suportado com resignação; por que todo filho deve obediência a seu pai e não pode ser juiz da quantidade e qualidade do castigo.

Negou-se a atenuante do §1, por que o advogado confessara fora o crime praticado em defesa, o que era oposto a falta de pleno conhecimento do mal, além de que a prática de repetir voluntariamente golpes dá mostras de que quem assim pratica obra com inteiro conhecimento do mal que pratica.

Renovou-se a argumentação para provar a agravante do §6.

Disse-se que houve surpresa por que um pai quando corrige a um filho não espera a recompensa que dera o acusado ao seu infeliz pai; e mais por que o primeiro golpe fora dado por detrás.

Disse-se ainda que a circunstância da ascendência, sendo conexa e inseparável do delito, dava-se necessária e infalivelmente, por que é uma qualidade e a quantidade era inerente e inseparável a pessoa. (Diário de Pernambuco, 24.07.1857)

No quarto e último bloco, a tréplica, o advogado insistiu até quando pode na argumentação de que o réu Quirino não matou o pai. Findados os argumentos para sustentar essa linha de defesa, mudou a estratégia. O Réu Quirino confessa o crime e que o fizera em sua defesa. Buscando sua inocência, o advogado traçou 3 argumentos. O primeiro, que o filho tem o direito de se defender de castigos injustos e excessivos. O segundo, que o pai estava muito velho e que não podia afirmar que foi o golpe de foice que o matou. E por último, que a defesa instantânea não dá tempo para reflexão, que agiu por instinto. Assim, não teve a intenção de matar. Concluiu-se pedindo absolvição.

A argumentação da defesa, ao sustentar que Quirino reagira a castigos “injustos ou excessivos”, insere-se em uma estratégia jurídica mais ampla identificada por Ricardo Pirola (2012) ao analisar os tribunais do Império. O autor demonstra que advogados frequentemente mobilizavam a noção de “mau cativo” para humanizar o réu escravizado, apresentando-o não como agente naturalmente violento, mas como sujeito que reagia a abusos e violações dos limites moralmente aceitáveis da autoridade. Ao sugerir

que castigos desproporcionais “irritam e não corrigem”, a defesa em Caruaru operava dentro dessa mesma gramática jurídica, deslocando o foco do crime para a legitimidade da violência sofrida. A presença desse tipo de argumentação no interior pernambucano indica que as estratégias de atenuação desenvolvidas nos grandes centros também circulavam nas comarcas do Agreste, evidenciando a integração de Caruaru à cultura legal do Império.<sup>35</sup>

Fechado o quarto bloco de debate e todas as considerações o júri de Caruaru anuncia a sentença: foi condenado a pena máxima, pena de morte!

Nas palavras do jornal, temos:

Treplica

Houve insistência no alegado; isto é que não fora o acusado o assassino de seu pai; mas admitido, não só podia deixar de confessar que o fizera em sua defesa, e que se não deve dizer que o filho não tem direito de repelir o castigo que lhe dá o pai, quando o castigo não é injusto ou excessivo, por que então desaparecem as relações naturais, e existe em toda sua plenitude o direito de defesa, que é direito natural, vindo daí que os castigos desproporcionados irritam e não corrigem.

Disse-se que sendo o paciente já velho e estando resvalando-se para a tumba, não se podia com certeza dizer que foram antes esses ferimentos que, por graves, o mataram, do que o estarem heios seus dias.

Disse-se ainda que a defesa instantânea não dá tempo a reflexão, que o agente obra instintivamente, que a sua razão está ofuscada, e que não houve intenção. Concluiu-se pedindo absolvição.

Foi condenado a pena última.

(Diário de Pernambuco, 24.07.1857)

A documentação sugere que o condenado Quirino foi mandado a casa de detenção do Recife para esperar os trâmites finais do seu processo-crime.

A condenação de Quirino, pelo artigo 192 do Código Criminal de 1830, e não pela Lei de 10 de junho de 1835, usualmente aplicada a escravizados que atentavam contra seus senhores, confere ao caso uma especificidade significativa. Tratava-se de parricídio, crime que, no imaginário jurídico e moral oitocentista, ultrapassava o simples homicídio para configurar violação da ordem natural e cristã fundada na autoridade paterna. A figura paterna, mesmo quando exercida por um homem escravizado, representava autoridade moral, ordem doméstica e princípio natural de obediência, fundamentos amplamente legitimados pela cultura jurídica e cristã do período. Como demonstra João Fragoso (2024), a sociedade imperial estruturava-se a partir de uma concepção hierárquica e orgânica, na qual as desigualdades eram percebidas como naturais e necessárias à manutenção da ordem. Nesse horizonte mental, a autoridade paterna constituía expressão concreta dessa lógica hierárquica, mesmo no interior das famílias escravizadas.<sup>36</sup> Ainda que pai e filho fossem escravizados, a condição de ascendência preservava valor simbólico e jurídico, como evidencia a insistência da acusação na agravante relativa à qualidade de

<sup>35</sup> Pirola, Ricardo Figueiredo. A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2012, p. 252.

<sup>36</sup> Fragoso, João. A sociedade perfeita: as origens da desigualdade social no Brasil. São Paulo: Contexto, 2024.

“ascendente” prevista no artigo 16. O debate em plenário evidencia que a acusação insistiu na ascendência como agravante moral e jurídica, enquanto a defesa buscou deslocar a culpa para a violência do castigo e para a ausência de intenção deliberada, fazendo da audiência um confronto sobre autoridade doméstica e limites da punição. Segundo nossa hipótese, ao punir exemplarmente o filho que mata o pai, o Estado imperial não reafirmava apenas a disciplina escrava, mas também a sacralidade da hierarquia familiar e a moral cristã que sustentavam a arquitetura social do Império. Nesse sentido, o caso de Quirino revela que a pena capital, no interior pernambucano, operava igualmente como instrumento de proteção da ordem doméstica e da autoridade natural, para além da defesa direta da autoridade senhorial.

### 3.5.2 O pedido de Graça e a soberania imperial

O pedido de graça no Brasil do século XIX representava a expressão mais visível do Poder Moderador e da soberania imperial. Previsto no artigo 101, inciso VIII, da Constituição de 1824, o direito de perdoar ou comutar penas colocava o Imperador como instância suprema da justiça, acima das decisões ordinárias dos tribunais. Essa prerrogativa, herdada das tradições políticas europeias, reafirmava o monarca como fonte última da justiça e como “pai” da nação, capaz de suspender a execução da lei em nome da utilidade pública ou da misericórdia. Ao longo das décadas de 1820 a 1850, porém, essa prerrogativa sofreu tensões, especialmente nos casos envolvendo escravizados. A lei de 1826 determinava que nenhuma sentença de morte poderia ser executada sem prévia submissão ao Imperador, mas o decreto de 1829 autorizou a execução imediata de escravos que assassinassem seus senhores. A Lei de 10 de junho de 1835 tentou restringir recursos nesses casos, embora decretos posteriores tenham reafirmado o direito constitucional de petição de graça. O marco definitivo da centralização ocorreu com o Decreto de 2 de janeiro de 1854, que tornou obrigatória a remessa de todos os processos de pena de morte ao Poder Moderador antes da execução. Essa arquitetura normativa e burocrática é decisiva para compreender o caso de Quirino, pois evidencia como a pena capital no interior dependia, em última instância, da soberania imperial exercida por meio do Poder Moderador.

Na prática, a decisão imperial era resultado de um processo burocrático complexo: o pedido, redigido pelo advogado ou curador do réu, passava pelo juiz de direito, pelo Presidente da Província e pelo Ministério da Justiça, sendo analisado pelo Procurador da Coroa e pela Seção de Justiça do Conselho de Estado antes de chegar ao Imperador, que decidia de forma sucinta, geralmente pela expressão “como parece”.

A partir da década de 1850, e de modo ainda mais sensível após a repercussão do caso Motta Coqueiro (1855), D. Pedro II intensificou a prática de comutar penas de morte em galés perpétuas, prática que esvaziou progressivamente a aplicação efetiva da pena capital. Essa “economia do perdão” articulava soberania, cálculo político e racionalidade econômica, sobretudo após o fim do tráfico negreiro em 1850,

preservando a autoridade da lei ao mesmo tempo em que evitava execuções, o que gerou críticas de setores das elites escravistas preocupados com a disciplina nas senzalas.<sup>37</sup>

Foi nesse contexto institucional, em que nenhuma sentença capital poderia ser executada sem a deliberação do Poder Moderador, que se inscreveu o caso de Quirino. Em 12 de dezembro de 1857, o Diário de Pernambuco noticiou que o escravizado Quirino encontrava-se preso sob acusação de parricídio, isto é, o assassinato de seu pai, Luiz, e, em conformidade com a legislação vigente, o juiz de direito da comarca do Bonito remeteu à Secretaria da Justiça o processo e o respectivo relatório, instruindo o pedido de graça. Enquanto aguardava a decisão imperial, o condenado permaneceu recolhido, na expectativa de que a pena capital fosse comutada por punição mais branda.

Contudo, após o trâmite burocrático regular, o jornal publicou, em 30 de novembro de 1858, o aviso oficial expedido pelo Ministério da Justiça informando que, tendo sido o processo apresentado a S. M. o Imperador, com o relatório do juiz e ouvido o conselheiro procurador da Coroa e a Seção de Justiça do Conselho de Estado, o monarca não julgara o réu digno de sua imperial clemência, determinando-se, portanto, que se fizesse executar a sentença proferida. Nas palavras do jornal:

Dito ao juiz de direito da comarca do Bonito.

Declarando-se no aviso junto por copia expedido pela ministério da justiça em 26 de outubro próximo findo, que tendo sido presente a S. M. o Imperador, com officio desta presidência do 1 de dezembro último, o traslado do processo do reu escravo Quirino, condenado a morte pelo júri do termo de Caruaru por crime de parricídio, e o relatório do respectivo juiz de direito, houve o mesmo augusto senhor por bem, depois de ouvido o conselheiro procurador da coroa, e a Seção de justiça do conselho do Estado, não julgar o mencionado réu digno de sua imperial clemência, cumpre que Vmc. Faça executar a sentença contra ele proferida. (Diário de Pernambuco, 30.11.1858).

Assim, nos termos do artigo 38 do Código Criminal de 1830, que estabelecia à força como forma de execução, estava selado o destino de Quirino.

### **3.5.3 O espetáculo da execução: ritual, corpo e pedagogia**

De acordo com o jornal Diário de Pernambuco de 01 de fevereiro de 1859, no dia 20 de janeiro de 1859 chegaram a Caruaru o escravo Quirino, para ser enforcado, e seu carrasco, o preto Florêncio José Baptista. Para isso, deu-se início a construção da dita forca, erguida no cafundó, rua por trás da igreja da Nossa Senhora da Conceição, antigo caminho para a fazenda Santa Rosa (atualmente compreende a atual rua Tobias Barreto e arredores).

A pacata cidade de Caruaru, na província de Pernambuco, amanheceu tumultuada em 26 de janeiro de 1859. O público de curiosos, inclusive vindos das vilas vizinhas, nas vésperas afluíram à cidade crescendo

---

<sup>37</sup> Santos, André Carlos dos. “O império contra-ataca”: a escravidão e a pena de morte em Pernambuco (1822-1860). Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento de História, Recife, 2012, p. 147.

número de pessoas, que, ansiosos se apresentavam ao lugar da execução do negro Quirino. Por volta das 10h, uma quarta-feira,<sup>38</sup> o réu Quirino fechou os olhos para sempre, pagando pelo crime de parricídio.

Em 4 de fevereiro de 1859, o Diário de Pernambuco publicou a narrativa detalhada da execução de Quirino (ver apêndice). A análise desse relato, confrontada com os artigos 40, 41 e 42 do Código Criminal de 1830, permite verificar que o ritual de execução foi conduzido conforme as determinações legais vigentes.

O artigo 40 estabelecia que o réu, “com o seu vestido ordinário, e preso”, deveria ser conduzido pelas ruas mais públicas até a forca, acompanhado pelo juiz criminal, pelo escrivão e pela força militar requisitada, precedido pelo porteiro, que lia em voz alta a sentença.<sup>39</sup> O jornal descreve exatamente esse procedimento: a força composta por praça de linha, polícia e guarda nacional, estava posicionada em frente à cadeia; o porteiro do júri leu a sentença em voz alta; e o condenado foi conduzido em cortejo público até o local da execução.

Os artigos 41 e 42 determinavam que o juiz criminal presidisse o ato até sua conclusão e que fosse lavrada certidão da execução para juntada aos autos, além de disciplinarem a entrega do corpo aos familiares.<sup>40</sup> O relato do Diário de Pernambuco confirma a presença do juiz municipal e das execuções criminais, Dr. José Maria Freire Gameiro Junior, que presidiu o ato conforme previsto na lei.

A comparação entre norma e narrativa evidencia que o jornal registrou os elementos centrais do ritual jurídico: a leitura pública da sentença, o cortejo pelas ruas principais, a presença da força armada e a presidência do juiz. A execução assumiu caráter público e solene, reafirmando a dimensão exemplar da pena capital. Preso ao carrasco e com a corda ao pescoço, Quirino percorreu as vias centrais da cidade até o local da forca, em um cortejo que materializava, diante da população, a autoridade da lei e do Estado.

O mapa a seguir indica o provável trajeto percorrido entre a cadeia e o local da execução.

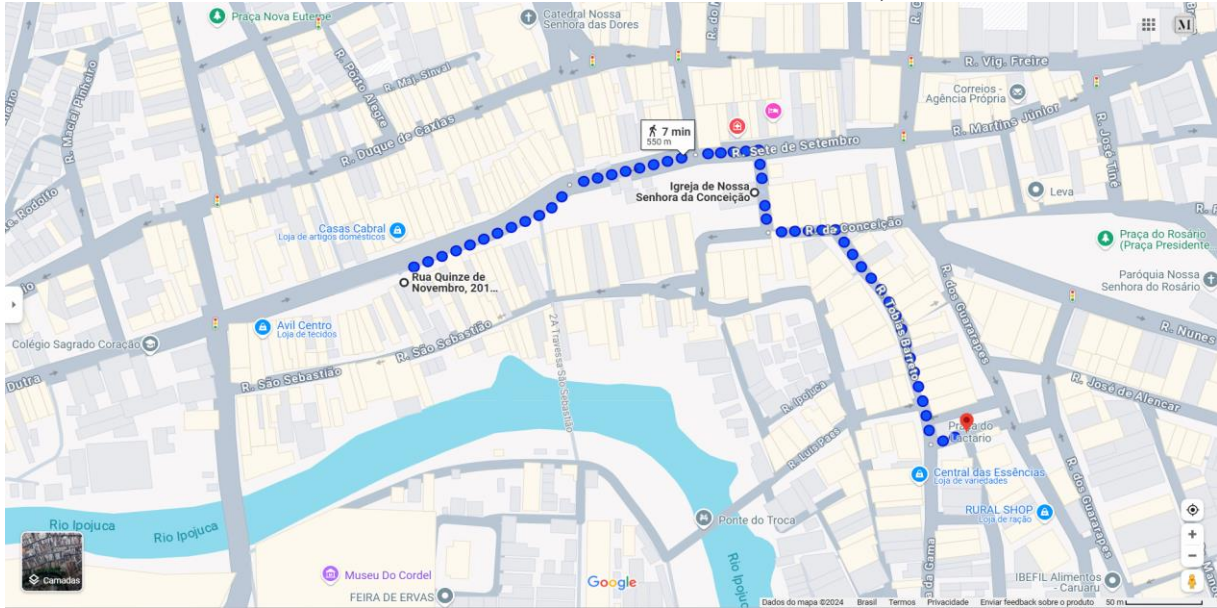
---

<sup>38</sup> A escolha do dia levava em consideração o artigo 39 do código criminal de 1830, em que diz que a pena “nunca se fará na véspera de domingo, dia santo, ou de festa nacional” (Código Criminal de 1830).

<sup>39</sup> Código criminal de 1830.

<sup>40</sup> Código criminal de 1830.

MAPA ATUAL DE CARUARU: POSSÍVEL TRAJETÓRIA DO ESCRAVO, DA CADEIA À FORCA.



Fonte: Produzido pelo autor (2026), a partir de Google Maps.

Possivelmente, a rua principal que o condenado percorreu foi a rua da frente, também chamada da feira, a mais movimentada e principal de Caruaru. A localização da cadeia pública, segundo Nelson Barbalho (1974), ficava nessa rua. O prédio que seria a cadeia pública também serviria de sede da Câmara Municipal de Caruaru, sala das audiências, salão do Juri, quartel de destacamento local. “O novo prédio, também localizado na parte de baixo da rua da frente, com fundos para o médio rio Ipojuca, (...) Dali até a baixinha onde morava o escrivão Gregório Francisco do Torres e Vasconcelos (baixinha de Gregorinho) logo passava a denominar-se, oficialmente, de rua da cadeia”.<sup>41</sup>

A execução pública de Quirino evidencia a teatralização da pena de morte no Brasil Imperial, entendida como a encenação ritualizada do suplício diante da coletividade. Historicamente, as execuções foram organizadas como espetáculos públicos, carregados de dramatização e simbolismo, com a finalidade de reforçar o poder do Estado e moldar a percepção social sobre a ordem e a punição. Essa dimensão dialoga diretamente com a análise de Michel Foucault (1987), para quem o “espetáculo da punição” não visava apenas castigar o corpo do condenado, mas tornar visível a soberania, reafirmar hierarquias e produzir o medo como mecanismo de controle, cumprindo uma função pedagógica. No caso de Quirino, o teatro penal manifesta-se na presença de autoridades civis, militares e religiosas, no cortejo pelas ruas mais públicas, na leitura solene da sentença, em cada gesto do carrasco, do padre, da multidão, do próprio condenado e, sobretudo, na falha inicial da execução, que mobilizou a multidão e exigiu a repetição do enforcamento, intensificando o caráter dramático do ato. Assim, a punição ultrapassou o âmbito jurídico e converteu-se em gesto comunicativo do Estado, especialmente significativo por envolver um escravizado condenado por

<sup>41</sup> Barbalho, Nelson. País de Caruaru: subsídios para a história do agreste. Recife: CEPE; Caruaru: FAFICA/PMC, 1974, p. 75.

parricídio, reafirmando o domínio senhorial e a ordem escravista por meio da exposição pública do corpo punido.

Dos elementos ritualísticos e dramáticos da execução de Quirino que destacaremos é o momento em que ocorreu uma falha na execução, a corda arrebentou e o corpo caiu estendido no terreno. O povo extasiado ao ver toda aquela cena, ouviu-se: “misericórdia, meu Deus!” No Brasil, nas falhas de execução pública a igreja católica não podia fazer nada.

Na Europa a Misericórdia assessorava o padecente de justiça desde o momento de sua ciência em ser executado; além de encher de pompa todo o cortejo, seu porta-estandarte era o primeiro expectador ao pé da forca, pois aguardava um momento como esse: qualquer falha na execução, e ele logo estendia sobre o condenado o manto da Misericórdia como sinal do livramento divino. Mas essa tradição europeia que não atravessou o Atlântico; no Brasil, a forca jamais perdia a sua presa. (Santos, 2012, p. 153).

Na encenação da execução da pena de morte, alguns personagens assumiam papéis centrais e merecem análise específica. Entre eles, destacam-se o carrasco e o vigário, figuras indispensáveis à concretização e à ritualização do suplício.

No que se refere ao carrasco, o Florêncio José Baptista, descrito como um homem preto que estava preso e que veio a Caruaru para exercer essa função. A notícia de jornal dizia que “corre como certo que Baptista se recusa a exercer tal ofício”.<sup>42</sup> O carrasco tira a vida de uma pessoa de forma consciente, às vezes é possível que seja carrasco de um companheiro de cela, alguém conhecido ou outro escravo, como é o nosso caso. No Brasil império

Os principais candidatos a essa tarefa são os outros presos sentenciados à morte. A eles é oferecido ser executor de algum outro infeliz. Aceitando e exercendo bem a funesta função, poder-lhe-ia ser concedido o perdão e a comutação da sentença para a de galés ou prisão perpétua. Mas mesmo com essa possibilidade, conseguir um carrasco não é fácil. Talvez os condenados pensando no pós-morte não queriam ser julgados, no além, por mais homicídios. (Junior, 2015, p. 46).<sup>43</sup>

Se o carrasco representava o braço material da execução, outra presença igualmente significativa era a do vigário. Nos jornais, ganhou destaque o padre Antônio Freire de Carvalho. Quirino ficou na cadeia de Caruaru por 6 dias, de 20 a 26 de janeiro. Nesse intervalo, o padre chegou a visitá-lo várias vezes, “quase que o não deixou se não para cumprimento dos deveres de seu ministério”.<sup>44</sup> Sendo o condenado católico, deveria o padre escutar suas preces, confissões e comungá-lo. A igreja católica se fazia presente junto ao condenado “desde o momento da ciência de sua execução, o faziam comungar e além de fornecerem ‘a

<sup>42</sup> Diário de Pernambuco, 01.02.1859.

<sup>43</sup> Junior, Cláudio Roberto Antunes Scherer. Corda branca em carne negra: Os escravos e a pena de morte por enforcamento no Brasil Império. ANALECTA Guarapuava, Paraná v.14 n. 1 p. 37 - 54 Jan./Jun. 2013/2015. Disponível em: file:///C:/Users/mazio/Downloads/3771-17430-1-PB.pdf. Acesso em: 23.02.2026.

<sup>44</sup> Diário de Pernambuco, 04.02.1859.

veste de linha branco com que (era) costume' padecerem, ainda ajuntavam as pessoas que quisessem seguir o cortejo".<sup>45</sup> Para André Santos (2012), a presença da Igreja Católica era uma forma de salvação da alma do condenado, já que o corpo o Estado já tinha selado seu destino.

No dia da execução, o padre Antônio Freire caminhou pausada e solenemente durante o cortejo até a forca ao lado de Quirino. Nos últimos minutos de vida do condenado o padre atuava com "palavras cheias de unção saiam de seus lábios, lágrimas profundas de dor intensa banhavam seu rosto, dor profunda magoava-lhe o coração, a caridade".<sup>46</sup>

Se a execução pública produziu um espetáculo visível no espaço urbano de Caruaru, seu alcance não se limitou ao instante do suplício. O ritual jurídico, cuidadosamente encenado diante da multidão, prolongou-se no plano narrativo, onde a pena capital ganhou novos sentidos e foi reinscrita como lição moral. É nesse desdobramento discursivo que a atuação da imprensa se revela decisiva para compreender a construção do imaginário penal oitocentista.

#### **3.5.4 Imprensa e construção do imaginário penal**

O Diário de Pernambuco, enquanto veículo de circulação pública no século XIX, não atuava como mero registrador dos acontecimentos, mas como agente ativo na produção de sentidos sociais. A cobertura da execução de Quirino evidencia essa função. A linguagem adotada pelo jornal é marcada por dramatização, adjetivação moralizante e forte carga emocional, elementos que ultrapassam a simples narrativa factual e inserem o episódio em um enquadramento pedagógico e normativo.

Expressões como "infeliz Quirino", "velho pai", "crime horroroso" e "misericórdia, meu Deus!" indicam uma intencionalidade emocional que ultrapassa a objetividade jornalística. Estimular empatia seletiva, mas ao mesmo tempo reafirmar a culpa como incontestável. O uso de adjetivos moralizantes e a narrativa cadenciada, que acompanha os passos de Quirino desde a prisão até a forca, constituem uma estratégia textual de teatralização, na qual o jornal assume o papel de cronista de um ritual de justiça e redenção. O texto dramatiza o momento da execução: "o carrasco segurando o infeliz pelos pés", "um brado de – misericórdia meu Deus!". Isso constrói a cena como um espetáculo moral, comovente, que reforça a presença do Estado como "justo" e "necessário". O vigário é descrito como "santo", "cheio de unção", com "lágrimas profundas". Isso associa a execução a uma experiência de redenção e reforça a função salvífica da punição, não só do corpo, mas da alma. O momento em que a corda se rompe e o corpo do condenado cai ao chão, por exemplo, é descrito com forte carga dramática: "Não é possível descrever o que em

---

<sup>45</sup> Santos, André Carlos dos. "O império contra-ataca": a escravidão e a pena de morte em Pernambuco (1822-1860). Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento de História, Recife, 2012, p. 122.

<sup>46</sup> Diário de Pernambuco, 04.02.1859.

semelhante momento se passou no interior de tantos indivíduos de condições diversas”. A narrativa é carregada de metáforas, pausas dramáticas e construção de suspense, o que distancia o texto do estilo puramente jornalístico e o aproxima da literatura de cunho pedagógico/moral. Esse tipo de linguagem configura o texto como uma peça moralizante, e não meramente informativa, na qual o leitor é convidado a compartilhar da comoção pública e a internalizar a lição social do castigo.

Nesse sentido, o jornal participa da encenação do poder punitivo. Como argumenta Michel Foucault (1987), o suplício público transforma o corpo do condenado em suporte visível da soberania. No caso de Quirino, a imprensa amplia esse efeito ao converter o ritual jurídico em espetáculo discursivo, reforçando a autoridade do Estado e naturalizando a violência institucional como instrumento legítimo de preservação da ordem escravista.

#### 4 CONCLUSÃO

Ao recuperar o debate jurídico do julgamento, e não apenas o ritual da execução, este estudo amplia o campo de análise da pena de morte no interior pernambucano, superando a limitação documental anteriormente existente na historiografia.

O estudo do caso de Quirino em Caruaru permite concluir que a pena de morte no Brasil Imperial não era apenas um desfecho jurídico, mas um dispositivo político-pedagógico central para a manutenção da ordem escravista. A análise do processo revela que a justiça oitocentista operava sob uma assimetria profunda: enquanto o Código Criminal de 1830 buscava uma modernização técnica, a convivência com leis de exceção e ritos sumários reafirmava o controle sobre o corpo negro por meio do terror.

A pesquisa demonstra que a execução pública funcionava como o "teatro do medo" descrito por Foucault (1987), onde o suplício de Quirino serviu para "inculcar o medo" e dar uma "satisfação ao povo". O episódio em que a corda da forca se rompeu e o réu foi obrigado a subir ao patíbulo uma segunda vez é emblemático: ele expõe o conflito entre o sentimento de misericórdia da multidão e o rigor inflexível da soberania estatal, que não permitia que falhas técnicas impedissem a vingança da lei.

Cabe ainda sublinhar que Quirino foi condenado à morte com fundamento no artigo 192 do Código Criminal de 1830, e não pela Lei de 10 de junho de 1835, dispositivo excepcional voltado especificamente à repressão de crimes cometidos por escravizados contra seus senhores. Essa distinção não é meramente técnica. Ao ser julgado pelo Código comum, seu caso desloca-se do campo estrito da defesa da autoridade senhorial para o da proteção da ordem moral e jurídica considerada universal. A execução, portanto, não se justificava pela preservação direta da disciplina escrava contra o senhor, mas pela reafirmação de uma hierarquia tida como natural e inviolável, inscrita na ascendência paterna e legitimada pelo ordenamento imperial.

A atuação da imprensa, especificamente do Diário de Pernambuco, revelou-se fundamental para a construção do imaginário penal da época. O jornal não agiu como mero relator, mas como um agente moralizante que, ao utilizar adjetivos como "infeliz Quirino" ou "crime horroroso", validou a violência institucional como um ato necessário de redenção social. Essa cobertura midiática ajudou a naturalizar a ideia de que a "sociedade estava vingada" através do enforcamento.

O caso de Quirino também evidencia a efetiva presença do aparato judicial imperial no interior pernambucano. A realização do julgamento pelo júri local, a observância das formalidades legais, o encaminhamento do pedido de graça ao Poder Moderador e a execução conduzida segundo os dispositivos do Código Criminal demonstram que a comarca de Bonito com sede em Caruaru estava plenamente integrada ao sistema penal do Império. Longe de representar espaço periférico ou juridicamente marginal, o interior participava ativamente da engrenagem judicial e política que sustentava a ordem escravista. A força erguida em Caruaru não foi um gesto isolado, mas expressão concreta da interiorização do poder soberano. A ampliação de estudos para outros processos julgados no interior de Pernambuco poderá contribuir para aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento do sistema judiciário nas comarcas interioranas, bem como para mapear os tipos de crime mais recorrentes e compreender as dinâmicas culturais que estruturavam as relações sociais na região.

Por fim, cabe destacar o paradoxo da condição jurídica do escravizado: ele era considerado uma "coisa" sem direitos civis, mas era subitamente "humanizado" para ser responsabilizado criminalmente e sofrer o suplício. Embora as execuções tenham declinado após 1850 devido ao encarecimento do valor de mercado dos cativos, o caso de Quirino em 1859 mostra que, para crimes considerados "contra a natureza", como o parricídio, a soberania imperial e o Poder Moderador ainda priorizavam o castigo exemplar sobre a clemência. Assim, a força em Caruaru permanece como um vestígio de um Estado que utilizava o corpo do condenado para grafar sua autoridade e garantir a estabilidade da hierarquia senhorial.

## REFERÊNCIAS

BARBALHO, Nelson. Caruru, Caruaru: nótuas subsidiárias para a história do Agreste de Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE. Caruaru: prefeitura Municipal, 1972

BARBALHO, Nelson. País de Caruaru: subsídios para a história do agreste. Recife: CEPE; Caruaru: FAFICA/PMC, 1974.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

CARLI, Caetano de. A família escrava no sertão de Pernambuco (1850-1888). 2007. Dissertação de Mestrado em História Social - UNB: Brasília, 2007.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2017.

FRAGOSO, João. *A sociedade perfeita: as origens da desigualdade social no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2024.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

GINZBURG, Carlos. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NEDER, Gizlene. *Degredo e pena de morte no Brasil Império*. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

JUNIOR, Cláudio Roberto Antunes Scherer. *Corda branca em carne negra: Os escravos e a pena de morte por enforcamento no Brasil Império*. ANALECTA Guarapuava, Paraná v.14 n. 1 p. 37 - 54 Jan./Jun. 2013/2015. Disponível em: <file:///C:/Users/mazio/Downloads/3771-17430-1-PB.pdf>. Acesso em: 23.02.2026.

LIMEIRA, Aline de Moraes; MIRANDA, Ana Carolina de Farias. *Um código para a história da educação: posturas como fonte e objeto*. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 26, e111818, 2022. DOI: 10.1590/2236-3459/111818. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/k7CmzJP6KhqdTnNbfH8wm4x/>. Acesso em: 27.02.2026.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2012.

PIROLA, Ricardo. *Escravos e rebeldes nos tribunais do Império: uma história social da lei de 10 de junho de 1835*. 2. Ed. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2023.

RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SANTOS, André Carlos dos. *“O império contra-ataca”: a escravidão e a pena de morte em Pernambuco (1822-1860)*. Dissertação (mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento de História, Recife, 2012.

SANTOS, André Carlos dos. *O crime compensa? o preto Thomaz, seus crimes e a criminalidade escrava (1867-1871)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2019.

TORRI, Nathalia Pereira. *Crime e morte no Pernambuco oitocentista (1859-1861): o caso do assassinato de Manoel Ledo de Lima*. Relatório técnico (mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife: 2024.

## APÊNDICE

### Documento 1: Jury de Caruaru (24/08/1854)

Villa de Caruarú 19 de julho de 1854.

N. B. — Na reunião deste jury houveram 15 dias de sessões; julgaram-se 19 processos com 21 réos, sendo 17 por crime de morte, 3 por ferimentos, e um por furto de escravos, dos quaes foram condemnados: 1 à pena de morte, 8 a galés perpetuas, 1 a galés temporarias por 20 annos, 1 a dias por 8 mezes, 1 a 14 annos de prisão simples, 1 a 11 annos e 8 mezes, 1 a 9 annos, e 8 mezes; 1 a 7 annos, e 8 absolvidos. Houveram 12 appellacções ex-officio do juiz, 2 recursos do promotor, 1 dos réos, e 6 protestos por novo julgamento por parte dos réos.

### Documento 2: prisão de Quirino (18/07/1856)

Em o mez passado, no dia 24, o preto Quirino, escravo de Jose Francisco Florencio Junior, na Malhada da Pedra, matou com uma foice a seu proprio pai, o preto Luiz. Factos iguaes a este são raros e bem raros, e a não ser a necessidade de fielmente noticiar todos os acontecimentos, por certo que deixaria no olvido o com que me occupo. O parricida foi recolhido a cadeia no dia 12 e vai ser processado.

### Documento 3: Julgamento (24/07/1857)

11. julgamento.

Compareceu Quirino (escravo) preto, solteiro, idade (ignorada) que representa ter 24 annos, agricultor, cabellos proprios, estatura regular, corpo reforçado, feições e aspecto proprios da côr, não lê e nem escreve, accusado por ter morto ao proprio pai no dia 24 de junho do anno passado, com uma foice de roçar.

Accusação.

A materia da accusação foi desenvolvida segundo o exigia a gravidade do delicto, que sendo bem pouco commum horrorisa a quem quer que delle se occupe. A accusação não foi extensa; procurou-se firmar a prova no depoimento da mãe do accusado, que tendo sido inquirida como informante, dissera que seu filho (o parricida) tendo sido castigado por seu infeliz marido, como pai, fizera ouvir queixumes do castigo que estava recebendo, o que a movera a dirigir-se ao lugar, que pouco distava, o que feito encontrara a seu infeliz marido banhado em seu proprio sangue, e a seu filho unicas pessoas, que existiam no lugar do delicto.

Disse-se que à presença da mãe do accusado, este procurara fugir, sendo obstado por uma irmã que acudira ao choro, sendo repellida grosseiramente motivo porque se não poderá conservar na posse do accusado.

Deu-se prova para as aggravantes dos §§ 4, 6, 7 e 15, do art. 16 e pediu-se em conclusão o maximo do art. 192.

Defeza.

Disse-se que o accusado negára o facto, que elle não estivera em casa de seu pai, quando fôra morto, e sim nesta villa, o que provava não ter sido elle accusado o auctor de uma morte feita distante daqui. Que isto lhe tanto mais certo, quando se vê que dos autos não constava haver testemunha de vista, que todas juravam de ouvida voz, o que não constitue prova, maxime em crime tão grave. Que a informação da mãe do accusado não prova o facto, dado mesmo o caso que uma informação servisse de prova, o que negava; 1.º, por que ella (informante) não vira o accusado seu filho matar a seu marido e pai; 2.º, por que não affirmava que a foice estava ensanguentada; 3.º, por que ainda quando essa foice estivesse ensanguentada, não servia isso de prova, por que bem podia ter sido tinta por sangue de algum animal irracional; e 4.º finalmente, por que bem podia ser que algum outro individuo fosse o assassino.

Depois disse-se que dada a hypothese de ter sido o accusado o auctor da morte de seu infeliz pai (o que negava) tinha elle a seu favor a circumstancia attenuante da defeza; por que estando elle a ser castigado injustamente por seu pai, sentido dessa injustiça, a consciencia de sua innocencia, offuscara-lhe a razão, pelo que ficava demonstrado a não existencia da aggravante do § 4.

Que não houve superioridade em armas e nem forças, porque a luta se travára; pois quando havia luta, se não podia dizer existia a circumstancia aggravante do § 6.

Deu-se prova para a circumstancia attenuante do § 1.º do art. 18.

Negou-se a circumstancia aggravante do § 15; pois para haver surprêza, que ha um ataque subito e repentino, que tira e tolhe toda a medida de precaução, o que se não dera, por causa da provocação, a defeza empregada não podia ser classificada como surprêza.

Disse-se que o accusado era menor de vinte e um annos, e que a circumstancia da ascendencia só prejudicava ao accusado e tinha applicação quando o crime era commettido de proposito e caso pensado, e não quando era resultado da defeza.

Terminou-se dizendo que se o accusado tinha commettido mereceria outra pena que não a de morte.

Replica.

Foram sustentados os argumentos da accusação, e disse-se que a mãe do accusado contára o facto de modo a ser acreditada, facto que fôra em parte presenciado por uma das testemunhas, que vira a foice ensanguentada; que não houvera defeza por que não se dera aggressão, sendo que o castigo que fôra infligido pelo infeliz assassinado ao accusado, simples bastonadas dadas por um velho, o accusado deveria tê-las recebido ou supportado com resignação; por que todo filho deve obediencia a seu pai e não pode ser juiz da quantidade e qualidade do castigo.

Negou-se a atenuante do § 1.º, por que o advogado confessára fôra o crime praticado em defeza, o que era opposto à falta de pleno conhecimento do mal, além do que a pratica de repetir voluntariamente golpes dá mostras de que quem assim pratica obra com inteiro conhecimento do mal que pratica.

Renovou-se a argumentação para provar a aggravante do § 6.

Disse-se que houve surprêza por que um pai quando corrige a um filho não espera a recompensa que dera o accusado ao seu infeliz pai; e mais por que o primeiro golpe fôra dado por detraz.

Disse-se ainda que a circumstancia da ascendencia, sendo connexa e inseparavel do delicto, dava-se necessaria e infallivelmente, por que he uma qualidade e a qualidade era inherente e inseparavel à pessoa.

Treplica.

Houve insistencia no allegado; isto he que não fôra o accusado o assassino de seu pai; mas admittido, não se podia deixar de confessar que o fizera em sua defeza, e que se não deve dizer que o filho não tem direito de repellir o castigo que lhe dá o pai, quando o castigo não he injusto ou excessivo, por que então desaparecem as relações naturaes, e existe em toda sua plenitude o direito de defeza, que he direito natural, vindo dahi que os castigos desproporcionados irritam e não corrigem.

Disse-se que sendo o paciente ja velho e estando resvalando-se para a tumba, não se podia com certeza dizer que foram antes esses ferimentos que, por graves, o mataram, do que o estarem cheios seus dias.

Disse-se ainda que a defeza instantanea não dá tempo a reflexão, que o agente obra instinctivamente, que a sua razão está offuscada, e que não houve intenção. Concluiu-se pedindo absolvição.

Foi condemnado a pena ultima.

#### Documento 4: Pedido de Graça (12/12/1857)

Dito — Ao juiz de direito do Bonito, inteirando-o de ter remittido à secretaria da justiça o processo e o relatorio com que S. mc. instruiu o recurso de graça interposto officialmente da sentença proferida no tribunal do jury de Caruarú, pelo qual foi condemnado à pena de morte o preto Quirino, escravo, pela morte do preto Luiz, tambem escravo, de José Francisco Florencio.

#### Documento 5: Pedido de Graça negado (30/11/1858)

Dito ao juiz de direito da comarca do Bonito.

— Declarando-se no aviso junto por copia expedido pelo ministerio da justiça em 26 de outubro proximo findo, que tendo sido presente a S. M. o Imperador, com officio desta presidencia do 1.º de dezembro ultimo, o traslado do processo do réo escravo Quirino, condemnado a morte pelo jury do termo de Caruarú por crime de parricidio, e o relatorio do respectivo juiz de direito, houve o mesmo augusto senhor por bem, depois de ouvido o conselheiro procurador da corôa, e a secção de justiça do conselho de

estado, não julgar o mencionado réo digno de sua imperial clemencia, cumpre que Vmc. faça executar a sentença contra elle proferida.

Documento 6: Quirino chega a Caruaru (01/02/1859)

O preto Quirino, que tem de ser inforcado, por haver morto a seu proprio pai e o preto Florencio José Baptista, que veio para servir de carrasco, aqui chegaram no dia 20 e ignoravam o fim para que vinham a esta cidade; sendo que corre como certo que Baptista se recusa a exercer tal officio.

Hoje principia a preparar-se a forca que vai affincada ao norte da cidade.

Documento 7: Execução (24/07/1859)

COMARCA DO BONITO

A execução do réo Quirino, condemnado a morte por crime de parricidio, que teve lugar a 26 de janeiro de 1859, na cidade de Caruarú.

No lugar do C. fundo, desta cidade, pelas 10 horas da manhã, onde préviamente fôra, a mandado do juiz das execuções, affixada a forca na qual se havia de dar a morte ao criminoso Quirino, foi este effectivamente morto.

De vespera affluiram à cidade crescido numero de pessoas, que, anciosos se apresentavam ao lugar da execução.

A hora marcada, achando-se reunida a força, que se compunha de praças de linha, policia e guarda nacional, e que estava postada em frente da cadeia, foram presentes o réo Quirino, o réo Florencio José Baptista (carrasco) e ahi leu o porteiro do jury a sentença que condemnou ao infeliz Quirino à pena de morte por haver assassinado seu velho pai. Grande multidão affluio ao lugar, e pondo-se em marcha a força apenas se ouvia a voz do porteiro que continuava a ler a sentença.

As vistas dos circumstantes estavam fixadas em um ponto unico, sobre o infeliz Quirino, a direita de quem caminhava pausada e solememente o nosso muito digno vigario, o padre Antonio Freire de Carvalho, e atraz o preso Florencio José Baptista, que na destra segurava a corda que pendia do pescoço do infeliz... era o carrasco!!..... O silencio dominava, a multidão crescia, e o protagonista desse drama lugubre era indifferente a tudo quanto o cercava.

Chegados que foram ao lugar da execução, a força tomou posição, o juiz que presidia ao acto, tomou o lugar que a lei lhe tem marcado, e o infeliz caminhou com passo firme para junto da forca, onde pediu perdão a todos quantos havia offendidos com seu crime, e declarou que de todo o coração perdoava a todos aquelles que haviam concorrido para sua morte. Subio a escada com facilidade e só, no alto o carrasco principiou a sua missão por amarrar uma corda com o laço, que devia tirar-lhe a vida, ao que se prestou o infeliz sem a menor repugnancia.

A anciedade da multidão crescia, um movimento surdo e continuado se fez ouvir em todo espaço ocupado pela multidão, que testemunhava a acção da lei sobre um criminoso, o carrasco segurando o infeliz pelos pés, e fez gyrrar sobre si mesmo.

Não he possivel descrever o que em semelhante momento se passou no interior de tantos individuos de condições diversas e do pobre infeliz, que impellido pela força do carrasco e repellido pela fraqueza da corda que devia separar-lo do meio de nós, ficou estendido sobre o terreno. Um brado de — misericordia meu Deus! — se fez ouvir... eram as mulheres, homens e meninos, que presentes estavam, que se haviam horrorizado com o acto.

O infeliz foi de novo guiado para o sacrificio, para consummacão do qual havia sido destinado. Ajudado subio segunda vez a escada, onde novo laço prendeu-lhe o pescoço, que deslocando-se deu a morte ao infeliz, que hoje ocupa espaço nas entranhas da terra. «Consummatum est!»

A sociedade está vingada e a lei foi cumprida. Em todo o correr do drama horroroso com que me occupo, um vulto bem saliente se fez conhecer, mostrou um espirito evangelico, superior a todo o elogio. O nosso vigario, tendo visitado dias continuados ao infeliz Quirino, quasi que o não deixou se não para cumprimento dos deveres de seu ministerio.

Era sublime, era digno de admiração, vêr-se o ministro do Altar, compenetrado de sua santa missão, dominado de espirito evangelico, procurar arrancar uma alma da perdição. Palavras cheias de unção saham de seus labios, lagrimas profundas de dôr intensa banhavam seu rosto, dôr profunda magoava-lhe o coração, a caridade, essa santa virtude que faz dos fracos fortes, dos pobres ricos, exprime tudo quanto se pode dizer do padre Antonio Freire de Carvalho.

O Dr. José Maria Freire Gameiro Junior, juiz municipal e das execuções criminaes procedeo, como funcionario que se compenetra do cumprimento de seus deveres.

## **FONTES**

### **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**

Diário de Pernambuco, 24.08.1854. Ed. 00193, folha 2.

Diário de Pernambuco, 18.07.1856. Ed. 00169, folha 2.

Diário de Pernambuco, 24.07.1857. Ed. 00167, folha 2.

Diário de Pernambuco, 12.12.1857. Ed. 00285, folha 1.

Diário de Pernambuco, 30.11.1858. Ed. 00275, folha 1.

Diário de Pernambuco, 01.02.1859. Ed. 00025, folha 2.

Diário de Pernambuco, 04.02.1859. Ed. 00027, folha 2.

**Fontes impressas:**

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1824.

BRASIL. Lei de 11 de setembro de 1826. Determina que nenhuma sentença de morte será executada sem prévia submissão ao Imperador. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1826.

BRASIL. Decreto de 11 de abril de 1829: Autorizou a execução imediata (sem consulta ao trono) de escravizados que assassinassem seus senhores. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1829.

BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. Lei de 16 de dezembro de 1830. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1830.

BRASIL. Código de Processo Criminal de Primeira Instância. Lei de 29 de novembro de 1832. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1832.

BRASIL. Lei de 10 de junho de 1835. Determina pena de morte para escravos que atentarem contra a vida de seus senhores, feitores e familiares. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835.

Decreto de 9 de março de 1837: Reafirmou o direito constitucional de petição de graça para os condenados pela Lei de 1835.


Lei de 3 de dezembro de 1841 (Reforma do Código de Processo Criminal): Centralizou a justiça criminal, extinguiu o júri de acusação e instituiu o recurso ex-officio.

Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842: Organizou a execução da reforma judiciária de 1841.

BRASIL. Decreto nº 1.310 de 2 de janeiro de 1854. Determina a obrigatoriedade da remessa dos processos de pena de morte ao Poder Moderador antes da execução. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854.

**PERSPECTIVAS DO PODER NA GESTÃO PÚBLICA: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DAS PREMISSAS FOUCAULTIANAS EVIDENCIADAS EM ARTIGOS CIENTÍFICOS**

**PERSPECTIVES ON POWER IN PUBLIC MANAGEMENT: AN INTERPRETATION BASED ON FOUCAULTIAN PREMISES EVIDENCED IN SCIENTIFIC ARTICLES**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-010>

**Wallace Barbosa dos Santos Pereira**

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2384029485714496>

**Márcio Achtschin Santos**

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1328175237194027>

**Edimilson Eduardo da Silva**

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5887149011826134>

**Raquel Cristina Lucas Mota**

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3195133365600672>

**Agnaldo Keiti Higuchi**

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0511427601778113>

**RESUMO**

O artigo teve como objetivo analisar como as relações de poder influenciam a gestão pública, a partir de uma perspectiva foucaultiana. Na visão foucaultiana, o Biopoder exerce controle sobre a vida social por meio de estratégias disciplinares e regulatórias. Com foco na questão central das influências do Biopoder e da Biopolítica. O estudo examina a relação entre a gestão públicas e as práticas administrativas na formação de normas sociais e na validação de estruturas de poder. Neste contexto, o discurso é fundamental para a validação de decisões administrativas que podem manter desigualdades estruturais, mesmo quando apresentadas como benéficas para a sociedade. Foi utilizada uma abordagem metodológica que consiste em uma revisão bibliográfica sistemática qualitativa, centrada em artigos indexados na base de dados Web of Science, entre 2020 e 2024. A análise dos dados evidencia a influência da biopolítica nas práticas de gestão, abrangendo a normalização de comportamentos e exclusões seletivas fundamentadas em critérios sociais e econômicos. A conclusão do artigo aponta que a compreensão crítica das dinâmicas do Biopoder e da Biopolítica pode fomentar práticas administrativas mais inclusivas e equitativas, essenciais em um contexto global de crises sanitárias e sociais. A aplicação dos conceitos de Foucault permite uma análise mais detalhada das dinâmicas de poder, contribuindo para a promoção de uma gestão pública ética e equitativa.

**Palavras-chave:** Biopoder; Biopolítica; Gestão Pública; Relações de Poder.

## ABSTRACT

The article aimed to analyze how power relations influence public management from a Foucauldian perspective. In Foucault's view, biopower exercises control over social life through disciplinary and regulatory strategies. Focusing on the central issue of the influences of biopower and biopolitics. The study examines the relationship between public management and administrative practices in the formation of social norms and the validation of power structures. In this context, discourse is fundamental to the validation of administrative decisions that can maintain structural inequalities, even when presented as beneficial to society. A methodological approach consisting of a systematic qualitative literature review was used, focusing on articles indexed in the Web of Science database between 2020 and 2024. The data analysis highlights the influence of biopolitics on management practices, covering the normalization of behaviors and selective exclusions based on social and economic criteria. The article concludes that a critical understanding of the dynamics of biopower and biopolitics can foster more inclusive and equitable administrative practices, which are essential in a global context of health and social crises. The application of Foucault's concepts allows for a more detailed analysis of power dynamics, contributing to the promotion of ethical and equitable public management.

**Keywords:** Biopower; Biopolitics; Public Management; Power Relations.

## 1 INTRODUÇÃO

O debate acerca do poder no contexto da gestão pública, permeia o campo científico desde outrora, suscitando discussões sobre as influências e implicações do uso do poder no processo de gestão pública. Na perspectiva conceitual proposta na teoria foucaultiana o discurso acerca das relações de poder no campo institucional apresenta uma nova leitura acerca do uso do poder no âmbito da gestão pública, e de como essas relações de poder podem impactar diretamente os processos gestores em instituições públicas.

Tendo a compreensão de que o poder não deve ser vislumbrado enquanto centralizado em uma única instituição ou indivíduo, mas sim disseminado em toda a sociedade, na premissa foucaultiana o poder deveria ser compreendido através da análise do discurso oficial, bem como das práticas de poder que moldam desde os primórdios a gestão pública (Foucault, 1998; Foucault, 2009).

Aspectos estes que incidiram diretamente ou indiretamente sobre as formas que os órgãos públicos atuam na vida de todos os cidadãos. Isso é relevante para a gestão pública, pois permite analisar como as decisões e práticas burocráticas afetam as vidas das pessoas comuns e como as relações de poder se manifestam em níveis locais.

Outrossim, compreende-se que no processo de gerenciamento em suas múltiplas facetas se encontram presentes as relações de poder que se configuram como elemento importante no processo de

entender a dinâmica organizacional e todo o processo gestor, influenciando ainda o comportamento de todos os agentes públicos no contexto da gestão e prestação de serviços.

Diante disto, se postula a seguinte problemática: Como as relações de poder influenciam as práticas administrativas e as dinâmicas da gestão pública?

A partir desta problemática o estudo examina a relação entre a gestão pública e as práticas administrativas na formação de normas sociais e na validação de estruturas de poder. De modo, ao realizar uma investigação de como relações de poder se manifestam nas práticas da gestão pública. Explorar o papel do discurso na legitimação das relações de poder na perspectiva foucaultiana na gestão pública.

Deste modo, pensar um estudo que detém como premissa a análise das relações de poder no âmbito da gestão pública a partir das proposições foucaultianas em virtude da vasta contribuição de Michel Foucault ao estudo concernente aos discursos de poder e controle na sociedade.

Portanto, ao se propor uma discussão acerca das influências das relações de poder na gestão pública com base na abordagem foucaultiana, mostra-se relevante porque fornece uma lente analítica para compreender as complexas dinâmicas de poder que moldam a governança pública e influenciam as vidas das pessoas. Isso pode levar a uma gestão pública mais transparente, responsável e orientada para o bem-estar da sociedade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 AS RELAÇÕES DE PODER EM MICHEL FOUCAULT

Foucault (1988) pontua que o poder não deveria ser compreendido enquanto uma instituição e nem como a influência da qual alguns possam vir por lançar mãos, poder então deveria ser vislumbrando enquanto uma dada situação estrategicamente configurada de maneira complexa a ser empreendida em uma sociedade.

Portanto, para Foucault (2005)

O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas mesmo sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (Foucault, 2005, p. 35).

A partir desta premissa, pode-se conceber no pensamento foucaultiano o poder não como algo palpável, mas sim, enquanto sendo um substrato que está presente em todas as relações, e, desta forma, a perspectiva de relações de poder emergem como sendo o nó condutor de toda a análise sobre o poder no pensamento de Foucault. Ou seja, “conceber o poder como relação implica afirmar sua existência

exclusivamente como ato, daí a afirmação de que o poder se exerce, é operatório, em detrimento do suposto que se possa tê-lo, de que seja uma propriedade” (Santos, 2016, p. 270).

Assim, as relações de poder no pensamento foucaultiano são caracterizadas pela sua singularidade, pois devem ser compreendidas mediante o fenômeno que se é observado, bem como pelos aspectos inerentes que fundamentam cada localidade, e diante da intencionalidade das estratégias de poder utilizadas, uma vez, que estas sempre possuíram uma estratégia – um vetor – sem que haja necessariamente uma deliberação realizada por um indivíduo e ou instituição em específico, em outras palavras, o poder, no âmbito das relações de poder, sempre estará pulverizado por todo o corpo social (Foucault, 2012).

Em sua vasta obra Foucault delineou novas compreensões acerca do debate sobre o poder na sociedade como um todo. Se afastando do debate clássico tecido até então, Foucault se dirige a compreender as manifestações do poder na sociedade, sob três perspectivas: a) Poder Soberano; b) Poder Disciplinar; e c) Biopoder.

O Poder Soberano é compreendido como aquele que predominou no período pré-capitalista, ou seja, no sistema monárquico, compreendido como o direito que o soberano detinha de determinar as normas e regras sobre as vidas de seus súditos. Neste processo, toda e qualquer violação das normas e regras, seriam compreendidas como uma violação direta a figura do próprio soberano, e, portanto, com um crime a autoridade do monarca, que assim, poderia exercer o seu direito de punir todos que descumprissem as regras. De modo que a pena, deveria:

Em primeiro lugar, produzir certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar a hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ele não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos: desde a decapitação \_ que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e um só e num só instante: o grau zero do suplício \_ até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, através do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo: a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em “mil mortes” e obtendo, antes de cessar a existência, *the most exquisite agonies* (Foucault, 2009, p. 35).

Neste cenário, constata-se que a punição buscava assim de tudo, reestabelecer a ordem e o poder do soberano, tendo o ritual do suplício, o papel de fomentar como base da comunicação do crime com a pena, a justiça também representa o agravamento da punição em relação à transgressão. Ela simultaneamente revela a verdade e o poder, servindo como o cerimonial que encerra a investigação e celebra a autoridade do soberano (Foucault, 2009).

Por sua vez, o Poder Disciplinar detém como objetivo máximo oportunizar os meios necessários para a produção, fabricação, modificação de corpos doces e que podem ser moldados e disciplinados em favor das necessidades sociais. Sendo assim produzidos corpos submissões a ordem sociopolítica, favorecendo a distribuição de indivíduos sob uma ordem organizacional, que controla as atividades de cada

indivíduo, ou seja, na perspectiva foucaultiana. O poder disciplinar configura-se como um leque de estratégias e dispositivos organizados no espaço e tempo, destinados a formação do corpo, formando-se assim uma política de coerção direcionada a dominação e manipulação dos movimentos do corpo (Foucault, 2009).

Por conseguinte, observa-se que o poder disciplinar se vale das funções da gestão do tempo e da regulamentação dos horários como uma técnica de disciplina. O controle sobre o tempo representa uma maneira de exercer controle sobre os indivíduos e organizá-los no espaço. De modo que, esta gestão do tempo dar-se-á de maneira semelhante em diferentes instituições, como por exemplo: hospitais, escolas, prisões. Mas sempre objetivando exercer o poder disciplinador de “domesticação” dos corpos (Foucault, 2009).

Para Foucault (2009) o poder disciplinar detém ainda três especificidades (hierarquização, normalização e exame), próprios do ato disciplinar que corroboram para tornar o exercício do poder mais eficiente, minimizando custos econômicos, resistências políticas e visibilidade externa, além de assegurar que os efeitos oriundos do poder social sejam maximizados e ampliados. Estabelecendo conexões entre o aumento econômico do poder e os efeitos dos dispositivos em que o poder opera.

No que concerne ao Biopoder, este configura-se como uma modalidade de poder sobre a vida – diferente do poder soberano – pois articula-se sobre o processo de administrar a vida de uma população, centrando-se na vida não de apenas um indivíduo, mas sim, massificando-se e focalizado na população como um todo.

[...] completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetra-lo, perpassa-lo, modifica-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de "fazer" viver e de "deixar" morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: O direito de fazer viver e de deixar morrer (Foucault, 2005, p.287).

Assim, Foucault (2005) apresenta uma nova tecnologia de poder que não descarta as formas anteriores, mas as assimila e as transforma, em um processo que não exclui a técnica disciplinar, mas a embute e a utiliza implantando-se nela. Desta forma, sua grande inovação (do biopoder como técnica) está em seu foco, pois volta-se para algo maior, ou seja, exercer o controle na gestão da vida em sua totalidade, na vida dos indivíduos em sua coletividade.

Com destaca Foucault (2005), esta nova técnica:

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica e - diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo - a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie (Foucault, 2005, p. 288).

Neste contexto, a tecnologia do Biopoder contempla processos de regulação de questões como a saúde pública, a sexualidade, a reprodução e demais camadas inerentes a vida biológica e social da população. Portanto, Foucault (1988) salienta que o Biopoder se manifesta por meio de instituições, regulamentações e discursos que buscam controlar e normalizar a vida das pessoas, muitas vezes em nome do bem-estar da sociedade. Assim, as técnicas disciplinares não desaparecem, mas são ressignificadas, servindo como ferramentas para essa forma mais abrangente de controle, que visa a vida e os processos que a sustentam em escala global.

## 2.2 AS RELAÇÕES DE PODER NA GESTÃO PÚBLICA: ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE O TEMA

A partir da premissa foucaultiana acerca da existência de micropoderes (Foucault, 2012) existentes na sociedade e de como esses se relacionam e correlacionam no processo de formação e reformulação das dinâmicas sociais, tornar-se possível pensar a aplicabilidade destas premissas no contexto da gestão pública. Nessa perspectiva, constata-se que a abordagem foucaultiana corrobora a análise da gestão pública ao disponibilizar ferramentas conceituais poderosas para analisar as dinâmicas de poder na gestão pública, questionar estruturas e práticas institucionais e buscar formas mais transparentes, equitativas e eficazes de governança.

Por sua vez, na ótica do estado democrático de direito, imputam o pleno desenvolvimento da máquina estatal em todas as suas idiosincrasias, para que todos os processos inerentes ao Estado funcionem e o bem público seja de fato promovido a toda a sociedade.

Neste contexto, Costa, Guerra e Leão (2013) pontuam que no campo da administração:

[...] em suas diversas áreas, depara-se cotidianamente com uma série de fenômenos que envolvem relações de caráter inter e intraorganizacionais, cujos jogos de poder e princípios compartilhados requerem mais que uma explicação: impõem aos pesquisadores a necessidade de compreensão, do pleno entendimento dessas realidades em suas particularidades e complexidades (Costa; Guerra; Leão, 2013, p. 175).

Implicando diretamente para a necessidade de se pensar os processos organizacionais não somente pelo plano “individual”, mas sim, através de uma perspectiva pluralista e concernente a realidade socioeconômica em que se encontra a sociedade.

Por sua vez, no âmbito da Gestão pública, constata-se em Costa, Guerra e Leão (2013) que:

[...] que as ideias desse filósofo podem colaborar com o auxílio da governabilidade, uma vez que irão gerar conhecimento acerca das relações do Estado com a sociedade e com as demais empresas do Terceiro Setor. A partir de tais entendimentos é possível traçar agendas de política públicas e programas governamentais, bem como levantar dados de análise da relevância da atuação dessas políticas na percepção da sociedade, sendo um gerador de justiça e equidade e cumprindo um dos papéis fundamentais do Estado (Costa; Guerra; Leão, 2013, p. 176).

Portanto, as premissas contidas da tecnologia foucaultiana do biopoder, corroborariam para a análise das influências das políticas governamentais, concomitantemente as práticas administrativas podem influenciar a vida de todos os cidadãos, nos mais diversos campos de sua vida.

Ou seja, conceito de biopoder se relaciona com a gestão pública na medida em que as políticas e práticas governamentais têm um impacto direto na vida e na biologia dos cidadãos. Assim, compreender as implicações do biopoder no campo da gestão pública, contribui para a compreensão de como o poder é exercido de maneira mais ampla sobre a sociedade, para além das costumeiras formas de controle político, e de que forma a gestão pública pode desempenhar papel fundamental neste contexto.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica sistemática com o objetivo de desenvolver processos de levantamento, análise e interpretação de dados a partir de artigos publicados sobre a temática.

Deste modo, o intuito desta pesquisa foi aprofundar o conhecimento acerca dos processos envolvidos nas relações de poder no âmbito da gestão pública.

Para tanto a pesquisa se desenvolveu através dos seguintes processos:

- **Pesquisa Bibliográfica:** através deste procedimento buscou-se a construção de uma base teórica para compreender as relações de poder no contexto da gestão pública. Sendo executado o seguinte protocolo:
  - I. Local da pesquisa: foi realizada na plataforma *Web of Science*, mediante as palavras-chaves: gestão pública, biopoder e biopolítica;
  - II. Critérios de inclusão: artigos de acesso aberto, publicados no período de 2020 a 2024.

Após a realização dos destes processos foram encontrados ao todo 30 artigos que compuseram a base de dados analisada. No que concerne a análise de dados da pesquisa, esta foi realizada a partir de uma perspectiva qualitativa, permitindo uma compreensão profunda das dinâmicas de poder no contexto da gestão pública, a partir de três categorias, conforme o Quadro abaixo.

Quadro 1 – Definição e descrição das categorias de análise

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>	<b>Base Teórica</b>
Biopolítica	Modalidade de poder sobre a vida que atua em nível populacional, operando o direito de “fazer viver e deixar morrer”. Regulando aspectos como saúde, natalidade, sexualidade e bem-estar. Incorporando técnicas disciplinares e buscando gerir processos coletivos como nascimento, morte, doenças, produção.	Foucault (1988; 2005; 2009)
Governamentalidade	Espaço institucional onde se manifestam relações de poder que influenciam a vida dos cidadãos por meio de decisões e práticas burocráticas. Deve ser analisada considerando os micropoderes, os discursos oficiais e as práticas de controle. O uso da biopolítica permite compreender como políticas públicas interferem diretamente na biologia e na vida social dos indivíduos.	Costa; Guerra; Leão (2013) Foucault (1988; 2005; 2009; 2012)
Relações de Poder na Gestão Pública	Não está centralizado, mas pulverizado em práticas e discursos. Funciona em rede, circulando entre os indivíduos que o exercem e o sofrem simultaneamente. Influencia a dinâmica organizacional, o comportamento dos agentes públicos e as estratégias de gestão. Permite compreender as relações de controle, dominação e legitimação por meio de discursos institucionais.	Foucault (2005; 2012) Santos (2016)

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelos autores (2025).

A escolha destas categorias permitiu a construção de uma narrativa que destaque as interações de poder dentro contexto da gestão pública. Assim, essa metodologia de análise permitirá uma compreensão mais abrangente e detalhada das relações de poder e da biopolítica na gestão pública.

#### 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Esta sessão busca apresentar as contribuições dos autores para as categorias de análise, culminando com um quadro síntese das principais contribuições por categoria.

##### 4.1 BIOPOLÍTICA: DA REGULAÇÃO DA VIDA À GESTÃO DAS POPULAÇÕES

No que tange à categoria Biopolítica, esta revela a presença de uma complexa rede de mecanismo de poder que se expandem sobre todos os aspectos do indivíduo – vida, morte, e a regulação das populações – tendo nas premissas foucaultianas, que apresenta a biopolítica como a gestão da vida e da morte provocando a transcendência de um mero aspecto biológico, configurando-se em um campo político fundamental.

A partir desta premissa Abramowicz (2020) faz uso do conceito de necropolítica para tecer premissas sobre o papel do Estado na definição de quais visões são passíveis de preservação ou descarte, essa perspectiva de do Estado enquanto agente de fazer viver ou deixar morrer e corroborada por Leal

(2020) ao evidenciar um racismo de Estado que hierarquiza e exclui, reforçando um aspecto da biopolítica enquanto sendo uma tecnologia que regula populações através de distinções raciais e econômicas.

Morel e Mizoguchi (2021) aprofundam essa análise, conectando biopolítica, racismo e necropolítica, e sustentando que a gestão da vida está fortemente associada à formação de hierarquias sociais fundamentadas em diferenças raciais e econômicas. A biopolítica, nesse contexto, rege não apenas a vida, mas também a morte, legitimando práticas de segregação e extermínio em favor de estruturas econômicas e políticas predominantes. Conforme os autores, a raça constitui uma construção política essencial para legitimar a exclusão e a violência (Abramowicz, 2020; Pimentel Filho, 2020).

Timurturkan (2020) expande essa análise ao enfatizar de que maneira as estruturas de poder influenciam a vida por meio de discursos culturais, médicos e políticos. Ele analisa a medicalização de práticas naturais, como a amamentação, que se tornam objeto de monitoramento e intervenção. Esses discursos normativos, que moldam comportamentos e sustentam normas de saúde pública, colocam o corpo feminino como o principal objeto de controle biopolítico (Fokin, 2021).

Destarte, a biopolítica enquanto instrumento de poder opera de maneiras distintas conforme o sistema político e as condições sociais, sendo empregada para controle, regulação e exclusão, conforme analisado por diversos autores (Bracke; Aguilar, 2020; Biasoli; Farias; Borile Júnior, 2022; Barbaruk, 2023; Einboden et al., 2024; Schwiertz, 2024).

Chan (2024) destaca que, em regimes autoritários, a biopolítica desempenha um papel crucial na garantia da conformidade da população com os valores e normas impostos pelo Estado. Por meio de ações repressivas e de monitoramento, o poder centralizado amplifica sua legitimidade. Essa abordagem se diferencia das democracias, nas quais a biopolítica é frequentemente mediada pela participação pública, ao mesmo tempo que organiza e controla populações, evidenciando como as práticas biopolíticas são moldadas pelo contexto político (Triantafillou, 2022).

Outrossim, constata-se que a evolução do biopoder para o controle dos corpos e da vida dos indivíduos detém impacto significativo em função do capitalismo. Chávez (2022) ao analisar as relações de trabalho, evidencia como as tecnologias de controle influenciam desde aspectos relativos à reprodução até a saúde pública como mecanismo para a garantia da manutenção da conformidade social e o pleno funcionamento do capitalismo contemporâneo.

A discussão é exponenciada ao se discutir em contextos de crise e controle estatal, que se constituem em catalizadores para a visibilidade da biopolítica, neste contexto, Popov (2022) ao analisar o contexto da pandemia de COVID-19, argumenta como as medidas de isolamento e vacinação intensificaram o controle governamental exercido sobre os corpos e movimentos individuais.

Por fim, no âmbito da biopolítica os debates de Quiñones (2023) e Giacóia Junior (2023) introduzem as perspectivas de ‘dever de morrer’ e ‘vida nua’, respectivamente. No primeiro é descrito o surgimento da

uma dimensão pela qual a morte é controlada, sob os prismas e resistência e conformidade as demandas neoliberais. Já o segundo, evidencia a redução dos indivíduos ao seu aspecto biológico mais básico, desprovidos de seus direitos políticos (Triantafillou, 2022).

#### 4.2 GOVERNAMENTALIDADE: O ESTADO COMO AGENTE BIOPOLÍTICO

Pensar a Gestão pública no âmbito da biopolítica é um exercício para a construção de uma compreensão desta não apenas como um aparato burocrático, mas sim, enquanto um campo ativo de fomento e implementação de dispositivos de controle e gestão dos indivíduos. Neste ensejo, a premissa da governamentalidade proposta por Foucault é analisada por Aleikseivz (2020) e Gamboa (2021) sendo elemento *sine qua non* para o entendimento dos processos de regulação coletiva implementados pelo Estado.

Esse enfoque é reforçado por Barbaruk (2023), que ressalta a influência da biopolítica na gestão pública ao incorporar conhecimentos biológicos nas práticas gerenciais, evidenciando a convergência entre ciência e administração na constituição de corpos sociais.

A gestão pública, de forma geral, favorece a continuidade das desigualdades, ao invés de promover a inclusão, como ressalta Abramowicz (2020). O autor destaca que as políticas públicas muitas vezes favorecem a exclusão de determinados grupos sociais, utilizando a violência estatal contra populações marginalizadas como um elemento central. A orientação para a preservação da ordem estatal é clara em regimes autoritários, como apontado por Chan (2024), em que a gestão pública prioriza a estabilidade e a lealdade ao poder central em detrimento do envolvimento popular.

Destarte, observa-se que a gestão pública se torna um instrumento para a organização e padronização de práticas sociais, ao lançar mãos das tecnologias disciplinares e biopolíticas no contexto da busca pela eficiência do trabalho e da reprodução da ordem econômica capitalista (Chávez, 2022).

Pimenta Filho (2020) ao analisar os contextos das reformas previdenciárias, destaca o emprego dos dispositivos biopolíticos pela gestão pública para a manutenção do controle populacional, de modo a não mais auxiliar os trabalhadores, mas sim, regular seu uso e descarte no mercado de trabalho. No mesmo cenário, as medidas adotadas em contexto pandêmico, evidenciam a capacidade da gestão pública de empregar tecnologias avançadas para prover o monitoramento dos deslocamentos e a concomitante reorganização da sociedade em resposta a emergências sanitárias (Popov, 2022).

Todavia, constata-se que as influências das óticas neoliberais demonstram, como salientado por Mota (2022) e Imaicela-Reyes (2021) que estas premissas moldam as práticas e objetivos da gestão pública no intuito de atender as demandas econômicas, priorizando assim, aspectos de eficiência e controle. Atuando, desta forma, para a maximização da vida enquanto valor econômico, ou seja, revelando-se assim,

uma lógica de custo-benefício, pela qual a vida dos indivíduos é subordinada a sua utilidade econômica (Quiñones, 2023).

Schwartz (2024), por sua vez, mostra como as políticas migratórias são ferramentas centrais na gestão pública moderna, ao atuarem como conectores para os interesses econômicos neoliberais à exclusão, gerenciando tanto trabalhadores quanto controlando fronteiras.

Outro aspecto relevante para a analítica refere-se ao papel da gestão pública na reprodução valores sociais e na reprodução de comportamentos. Imaicela-Reyes (2021), Yarkeev e Popov (2022), Naterstad (2023) e Renata (2023) destacam o papel de instituições como escolas e hospitais na gestão de corpos e no reforço de normas sociais conservadoras em contextos culturais específicos. Por outro lado, Patnaik (2023) apresenta um contraponto ao analisar a resposta da gestão pública de Odisha à pandemia, caracterizada por políticas inclusivas e integradas, demonstrando uma forma de biopolítica afirmativa e colaborativa. Essa diversidade de abordagens ilustra como a gestão pública, em suas diferentes configurações, atua como um campo central para a aplicação e manifestação da biopolítica.

#### 4.3 PODER NA GESTÃO PÚBLICA: TECNOLOGIAS DE CONTROLE E DISPUTAS SUBJETIVAS

A perspectiva do poder no âmbito da gestão pública, sob um crivo da biopolítica foucaultiana, emerge com um conjunto de estratégias e tecnologias voltadas para a regulação da vida e dos corpos. Neste bojo a noção de poder disciplinar é basilar, como destacado por Pimentel Filho (2020) ao descrever como o controle dos corpos e comportamentos é utilizado para a promoção da eficiência econômica, ao passo que se transforma instituições em espaços para normalização da vida. Popov (2022) corrobora a esta perspectiva ao discutir como os aspectos de vigilância sanitária, foram adotadas pela gestão pública no contexto pandêmico, para promover a proteção coletiva e a restrição de liberdades individuais durante a pandemia, onde a biopolítica foi utilizada como instrumento de justificação das ações.

Destarte, observa-se que o exercício do poder em muitos cenários é seletivo e direcionado, como por exemplo no contexto da violência estrutural contra minorias e ou em casos de justificação de mortes como ‘acidentes’ em situações de repressão estatal (Abramowicz, 2020). De modo que, em cenários em que há a subordinação dos corpos aos interesses do Estado, pela qual o poder se explicita mediante a gestão pública fundamentada em tecnologias disciplinares e biopolíticas em busca da consolidação do controle estatal sobre os indivíduos, de modo que REPETINDO, em cenários extremos o poder na gestão pública enquanto extensão da lógica biopolítica, converte-se como motor de controle populacional e racial através de dispositivos de vigilância e classificação (Chávez, 2022; Fernández, 2023; Bufkin, 2024).

Não obstante, a relação entre governamentalidade e poder é analisada ainda no contexto da gestão pública não apenas como coercitiva, mas estratégica, em um processo que cria subjetividades e molda o agir das populações mediante o uso de tecnologias de poder que regulam a vida social e biológica (Giacóia

Junior, 2023). Mota (2022) corrobora esta perspectiva ao caracterizar o poder administrativo como uma arte de governar balizada na racionalização e eficiência, operando em níveis micro e macro para atender às exigências do capitalismo neoliberal.

Outrossim, no tensionamento entre o poder soberano e as demandas oriundas do mercado, Scwartz (2024) pondera que a gestão pública se utiliza do primeiro para proteger seu espaço território enquanto faz uso do biopoder para a gestão das populações de forma funcional. Para Silva, Almeida e Pagni (2021) no contexto brasileiro, há o uso do poder soberano para governança híbrida, onde o racismo estrutural e a necropolítica são utilizados para a manutenção da hegemonia de grupos dominantes, promovendo assim, a limitação de avanços em políticas de igualdade no país.

Para Jenkins (2021) o poder disciplinar não atuaria apenas no processo punitivo de corpos desviantes, mas também no modelamento e recompensando conformidades, oportunizando a consolidação dos padrões sociais, mecanismos que corroboram para o reforçamento das desigualdades estruturais e na perpetuação de exclusões. Todavia, nos processos de controle e resistência, Quiñoes (2023) evidencia que o biopoder organiza indivíduos como corpos produtivos, mas mesmo nestes cenários há resistências, que podem provocar o rompimento deste controle, afirmando nestes contextos a subjetividade individual.

Em todos os casos, a análise do poder na gestão pública revela a constante tensão entre liberdade e submissão, onde as formas de controle se diversificam e se adaptam às exigências sociais, econômicas e políticas.

#### 4.4 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

A partir das análises realizadas para cada categoria é apresentado no Quadro 2, a síntese com as principais contribuições para cada categoria.

Quadro 2 – Síntese dos resultados da pesquisa

<b>Categoria</b>	<b>Principais resultados</b>
<b>Biopolítica</b>	a) Regulação da vida e da morte com base em critérios raciais e econômicos (Abramowicz, 2020; Leal, 2020; Morel; Mizoguchi, 2021);
	b) Controle dos corpos via medicalização e normas de saúde (Timurturkan, 2020; Fokin, 2021);
	c) Ampliação do controle estatal em contextos de crise, como a pandemia (Popov, 2022);
	d) Adaptação conforme o regime político: repressão x regulação (Triantafillou, 2022; Chan, 2024).
<b>Governamentalidade</b>	a) Aplicação de tecnologias de controle e regulação dos corpos (Aleikseivz, 2020; Gamboa, 2021; Barbaruk, 2023);
	b) Manutenção de desigualdades sociais e repressão estatal (Abramowicz, 2020; Chan, 2024);
	c) Subordinação da vida a critérios de eficiência e custo-(Imaicela-Reyes, 2021; Mota, 2022; Quiñones, 2023);
	d) Reforço de normas conservadoras via instituições públicas (Imaicela-Reyes, 2021; Yarkcev; Popov, 2022).
<b>Poder na Gestão Pública</b>	a) Disciplinarização dos corpos para fins de eficiência e controle estatal (Pimentel Filho, 2020; Chávez, 2022);
	b) Legitimidade da violência e da repressão institucional (Abramowicz, 2020; Fernández, 2023);
	c) Criação de subjetividades e governamentalidade estratégica macro (Mota, 2022; Giacóia Junior, 2023);
	d) Resistência aos dispositivos de poder e crítica ao racismo estrutural (Silva; Almeida; Pagni, 2021; Quiñoes, 2023).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A categoria evidencia como eixo central a articulação entre poder, corpo e vida, tangenciando como o Estado atua de forma seletiva na determinação de quais vidas devem ser preservadas ou descartadas. Neste interim, conceitos como necropolítica e racismo de Estado (Abramowicz, 2020; Leal, 2020; Morel; Mizoguchi, 2021) emerge a profundidade dos processos hierárquicos que modelam a ação pública sobre os corpos, configurando as práticas de exclusão balizadas em marcadores sociais.

Outrossim, a prática do controle do corpo por intermédio da medicalização (Timurturkan, 2020; Fokin, 2021) associado a vigilância intensificada em contextos de crise (Popov, 2022) exacerbam os cenários pelos quais a biopolítica é utilizada em múltiplas facetas se adaptando a diferentes modos de gestão, de modo que sua flexibilidade corrobora para sua utilização por diferentes regimes políticos, seja repressivo ou democrático (Triantafillou, 2022; Chan, 2024).

Por sua vez, na categoria governamentalidade, observa-se que sua atuação não se restringe a gestão de serviços, mas na operação de tecnologias de poder direcionadas a normalização e ao controle social, de modo que a gestão pública aqui é compreendida como um campo ativo no processo da incorporação dos saberes científicos ao gerenciamento da vida coletiva (Aleikseivz, 2020; Gamboa, 2021; Barbaruk, 2023). Processos estes que tendem a reproduzir as desigualdades estruturais presentes na sociedade, o que vem por privilegiar a manutenção do *status quo* (Abramowicz, 2020; Chan, 2024).

Destarte, a lógica neoliberal vem por penetrar nos modos de gestão pública, incutindo a perspectiva da priorização da eficiência e submete a vida à racionalidade econômica (Imaicela-Reyes, 2021; Mota,

2022; Quiñones, 2023). Ao passo que, instituições como escolas e hospitais, corroboram para o reforçamento de normas conservadoras e atuam como espaços de reprodução ideológica e disciplinar (Imaicela-Reyes, 2021; Yarkeev; Popov, 2022).

Por fim, na categoria poder na gestão pública é revelado um conjunto de técnicas e racionalidades destinadas ao provimento do controle do corpo e à conformação da vida produtiva dos indivíduos. Assim, a utilização de dispositivos disciplinares para o alcance da eficiência trabalho (Pimentel Filho, 2020; Chávez, 2022) traz a luz a internalização da lógica do capital nas estruturas de gestão pública. Ao passo que a presença da violência institucionalizada é justificada em decorrência da necessidade de provimento de segurança ou estabilidade, processos estes que escancaram a seletividade do poder estatal sobre as vidas que podem ou não serem eliminadas ou abandonadas (Abramowicz, 2020; Fernández, 2023).

Aspectos estes que evidenciam o caráter estratégico do poder, pois, corrobora para a constituição de indivíduos governáveis através de dispositivos que operam em nível micro e macro (Mota, 2022; Giacóia Junior, 2023). Fatores estes que não impedem o surgimento de resistências que desafiam a hegemonia e revelam as fissuras nos mecanismos de dominação (Silva; Almeida; Pagni, 2021; Quiñones, 2023).

## 5 CONCLUSÃO

O intuito deste estudo foi examinar as influências do biopoder e da biopolítica na gestão pública, à luz da perspectiva de Foucault. Com base na questão apresentada, foram examinados os efeitos das relações de poder nas práticas administrativas, na legitimação de discursos e no impacto direto na gestão pública e na vida dos cidadãos.

A perspectiva foucaultiana demonstrou que o poder, entendido como uma relação estratégica, transcende instituições e indivíduos, configurando-se como uma rede difusa que permeia as práticas administrativas. No âmbito da gestão pública, o biopoder emerge como uma forma de poder direcionada à regulação da vida social, sendo notável por sua habilidade em impactar corpos e populações por meio de estratégias regulatórias e disciplinares. Em oposição ao poder soberano, que se baseava em punições e submissões diretas, o biopoder afeta a vida e a gestão da sociedade de maneira abrangente, com impactos significativos na saúde pública, na educação e em outros setores fundamentais.

Essa estratégia indica uma transição de práticas coercitivas para abordagens mais sutis e abrangentes de controle e regulamentação. Além disso, a biopolítica, enquanto uma abordagem teórica, evidencia a relação intrínseca entre as políticas públicas e a administração da vida, bem como a formação de normas sociais. Após a análise das práticas administrativas, constatou-se que o discurso é crucial para a legitimação das estruturas de poder, influenciando a elaboração de políticas e o desempenho dos agentes públicos.

Essa legitimidade é frequentemente respaldada por narrativas que associam decisões administrativas ao benefício social, ainda que, em numerosos casos, acabem por manter desigualdades estruturais. A

pesquisa também demonstrou que a gestão pública, em diferentes contextos históricos e sociais, desempenha um papel fundamental na implementação de estratégias de exclusão e inclusão seletiva, preservando hierarquias sociais e econômicas.

Exemplos como a adoção de práticas de controle populacional e a normalização de comportamentos demonstram a presença do biopoder nas políticas públicas, afetando diretamente a vida dos cidadãos e as interações entre o Estado e a sociedade. Simultaneamente, a abordagem foucaultiana oferece ferramentas críticas para reanalisar essas práticas.

Por meio dessa análise, torna-se possível questionar as estruturas de poder que impactam a gestão pública e propor alternativas mais transparentes e inclusivas. Essas considerações têm grande relevância em um contexto global impactado por crises sanitárias e sociais, onde a biopolítica é frequentemente invocada para legitimar a adoção de medidas de controle em favor da segurança e do bem-estar coletivo.

Assim, a análise foucaultiana das relações de poder na esfera pública ressalta a complexidade e profundidade dessas dinâmicas, sugerindo que a governança democrática deve levar em conta não apenas a eficiência técnica, mas também os impactos éticos e sociais das práticas administrativas. Compreender o conceito de biopoder e biopolítica no domínio público permite a realização de análises críticas e propostas, favorecendo uma gestão mais justa e equitativa.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. Children and war: the stray bullets! *Childhood and Philosophy*, Volume 16, 2020. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000625292000012>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

ALEIKSEIVZ, R. A. The twists of a concept: the critique of "power" in Michel Foucault. *GRIOT - Revista de Filosofia*. Volume 20, Edição 3. 2020. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000581935900006>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

BARBARUK, Y. V. Biopolitical studies and research of biopolitics. *Filosofskii Zhurnal*. Volume 16, Edição 3. 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001081153500013>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

BIASOLI, L. F.; FARIAS, A. B.; BORILE JÚNIOR, E. Bioética e eugenia: pressupostos biopolíticos da manipulação genética. *GRIOT - Revista de Filosofia*. Volume 22, Edição 1, 2022. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000778831300023>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

BRACKE, S.; AGUILAR, L.M.H. "They love death as we love life: The Muslim Question" and the biopolitics of replacement. *British Journal of Sociology*. Volume 71, Edição 4. 2020. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000515927000001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

BUFKIN, S. The hunger strike as a biopolitical technology: re-reading the 1981 Irish republican prison protest. *Cultural Studies*, 2024. Disponível em: Acesso em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09502386.2024.2405584>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

CHAN, K. N. Public administration in authoritarian regimes: propositions for comparative research. *Asia Pacific Journal of Public Administration*. Volume 46, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23276665.2024.2306554>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

CHÁVEZ, D. Marx and Foucault: subsumption of labour, discipline and biopower. *Revista Internacional de Sociologia*, Volume 80, Edição 3, 2022. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000876368500001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

COSTA, F. Z. N.; GUERRA, J. R. F.; LEÃO, A. L. M. S. O solo epistemológico de Michel Foucault: possibilidades de pesquisa no campo da administração. *Revista de Ciências da Administração*, vol. 15, núm. 35, enero-abril, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2735/273528929013.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

EINBODEN, R. et al. Embroidering Infertility: Using Art to Reveal and Resist Technobiopower in In Vitro Fertilisation Experiences. *Body & Society*, Volume 30, Edição 3, 2024. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001153569800001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

FERNÁNDEZ, D. L. The Tin Drum: Biopolitics and Phatic Violence. *THEMATA - Revista de Filosofia*, Edição 67, 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001046387500005>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

FOKIN, C. V. Zombie of biopower: is the concept outdated? *POLITEIA - Journal of Political Theory Political Philosophy and Sociology of Politic*, Volume 97, Edição 4. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000751887200003>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). 4ª tiragem. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2005.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 25ª ed. Tradução Roberto Machado. São Paulo. Editora Graal. 2012.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. 37. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GAMBOA, R. H. The absolutist state and the Protestant reform as the threshold of biopolitics. *Reflexion Política*, Volume 23, Edição 48, 2021. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000740706000009>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

GIACÓIA JUNIOR, O. Reflections on Biopolitics: Subjectivation, Bare Life and Life Forms. *Revista de Filosofia Aurora*. Volume 35, 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001124235800010>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

IMAICELA-REYES, M. K. ¿Educar o evitar el pensamiento? Un análisis sobre el lenguaje y el poder. *Cuestiones Políticas*, Vol. 39, Nº 70, 2021. Disponível em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/cuestiones/article/view/36853/39824>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

JENKINS, S. Constructing Ableism. *Genealogy*, 5 (3), 66, 2021. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000702365500001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

LEAL, G. D. Biopolitics in Brazil: colonia's state racismo. *GRIOT - Revista de Filosofia*. Volume 20, Edição 3. 2020. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000581935900022>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

MATIAS-PEREIRA, J. *Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais*. São Paulo: Atlas, 3ª ed., 2010.

MOREL, M. S.; MIZOGUCHI, D. H. Becoming black: race, identity and biopolitics. *Quaderns de Psicologia*, Volume 23, Edição 3, 2021. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000772574900009>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

MOTA, T. Biopolitics and agonistics: from Foucault to negri and hardt. *KRITERION -Revista de Filosofia*. Volume 63, Edição 152. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000865945000011>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

NATERSTAD, T. B. The Reproduction of Nationalism and the Nationalism of Reproduction: Putin's Biopolitics of Defending Tradition, 2012-2021. *Nationalities Papers*, 1–20, 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001127408500001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

PATNAIK, S. M. Managing the Disaster of Covid-19: An Analysis of Public Policy in Odisha on India's East Coast. *Etnoantropoloski Problemi - Issues in Ethnology and Anthropology*, Volume 18, Edição 1, 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000975432000006>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

PIMENTEL FILHO, J. E. From discipline to necropolitics, the role of work and security in foucault and nowadays. *GRIOT - Revista de Filosofia*. Volume 20, Edição 1. 2020. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000514209600011>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

POPOV, D. V. Vita COVIDa as a Biopolitical Modality of Life in a Pandemic. *Sociologiceskoe Obozrenie*, Volume 21, Edição 2, 2022. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000821690600002>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

QUINOÑES, J. L. G. Neoliberalism and the duty to die: biopolitical and psychopolitical perspectives. *ISEGORIA*, Edição 68, 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001060172000017>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

RETANA, C. Pregnant bodies: biopolitical aspects around pregnancy in three Costa Rican films. *Eleuthera*, Volume 25, Edição 2, 2022. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001206961300001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

ROUSE, C. M. Necropolitics versus biopolitics: spatialization, white privilege, and visibility during a pandemic. *Cultural Anthropology*, Volume 36, Edição 3. 2021. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000686904400003>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

SANTOS, P. R. A concepção de poder em Michel Foucault. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*. v. 16, n. 28, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1504>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.


SCHWIERTZ, H. Foucauldian perspectives on migration and society: The epistemological-political grids of "people" and "population". *European Journal of Social Theory*, 1–21, 2024. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:001332441600001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

SILVA, D. J.; ALMEIDA, J. R.; PAGNI, P. A. Governmentality, necropolitics, black childhood and education of the face. *Childhood and Philosophy*, Volume 17, 2021. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000715442300016>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

TIMURTURKAN, M. Biopower, Nutrition, and Motherhood: The Cultural and Political Appearances of Breastfeeding. *Istanbul Universitesi Sosyoloji Dergisi - Istanbul University Journal Of Sociology*, Volume 40, Edição 1, 2020. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000559381600011>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

TRIANTAFILLOU, P. Biopower in the age of the pandemic: the politics of COVID-19 in Denmark. *European Societies*, Volume 24, Edição 5, 2022. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000781632100001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

YARKEEV, A. V.; POPOV, D. V. Biopolitical revolution: pro et contra. *POLITEIA - Journal of Political Theory Political Philosophy and Sociology of Politics*, Volume 105, Edição 2, 2022. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000821218800001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

**A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA EM MEMÓRIA E CULTURA****ORAL HISTORY AS A RESEARCH METHODOLOGY IN MEMORY AND CULTURE** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-011>**Ana Luiza Souza e Silva**

Bacharel em Psicologia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9144683980427041>**Felipe Eduardo Ferreira Marta**

Doutor em História

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6116223353042882>**RESUMO**

A memória é um campo de pesquisa interdisciplinar e subjetivo que tem recebido foco no ambiente acadêmico, para compreender seu caráter subjetivo é preciso atentar-se às metodologias que abarquem essas especificidades, ao decorrer desse capítulo será discutida a História Oral enquanto possibilidade para tal. Esse texto é de abordagem qualitativa e trata-se de uma pesquisa bibliográfica a partir de duas categorias de análise: História Oral; Relações entre oralidade, memória, espaço e cultura. Na primeira discute-se o caráter teórico-metodológico da História Oral, em seguida a sua relação com memória e espaço, culminando na compreensão de possibilidades de seu uso na pesquisa. A partir desse debate percebe-se que a metodologia da História Oral é uma ferramenta de grande potencial para a pesquisa em memória, especialmente no contexto cultural.

**Palavras-chave:** História Oral; Memória; Cultura.**ABSTRACT**

Memory is an interdisciplinary and subjective research field that has received focus in the academic environment. To understand its subjective character it is necessary to pay attention to the methodologies that fulfill these specified requirements. Throughout this chapter it will be discussed Oral History as a possibility for such. This text is of a qualitative approach and it is a bibliographical research which analyses 2 categories: Oral History; Relationship between orality, memory, space and culture. In the first we argue about the theoretical-methodological aspects of Oral History, in the following will be discussed its relationship with memory and space, concluding in the understanding of possibilities of its use in research.

Through this debate it is noticed that Oral History as a methodology is a potential tool for the research in memory, especially in the cultural context

**Keywords:** Oral History; Memory; Culture.

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em memória tem sua importância por documentar fragmentos de identidade de pessoas, lugares e eventos, pois “sem memória não há identidade, não há autoconhecimento e, assim, abre-se espaço para toda a sorte de abusos e violências” (Mendes; Marta, 2022, p. 13), dessa forma esse registro não interfere apenas no passado, mas também presente e futuro. Assim, “começa-se a atribuir à memória uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações” (Bosi, 2003, p. 36). Porém o caráter subjetivo da pesquisa exige abordagens que possam se afastar do objetivismo científico, enquanto mantém o rigor metodológico.

A memória é um fenômeno complexo debatido por diferentes áreas do conhecimento enquanto objeto de pesquisa, por este motivo torna-se necessário destacar a interdisciplinaridade intrínseca ao tema para que seja possível ter um entendimento mais abrangente sobre o mesmo, levando em consideração as discussões da psicologia, da história, das ciências sociais, da filosofia e outros campos do saber.

Devido ao caráter subjetivo e interdisciplinar da memória ela se afasta da ciência positivista, abrindo espaço para novas formas de um fazer científico, exigindo metodologias que abarquem suas complexidades, partindo de uma abordagem qualitativa, que trata da “compreensão das relações e atividades humanas com os significados que as animam” (Minayo; Sanches, 1993, p. 245).

Nesse sentido, a entrevista de história oral é uma fonte intencionalmente produzida, não se tratando nem da história de fato nem de uma história menos confiável devido à sua carga subjetiva, mas sim uma metodologia que permite o acesso e registro de histórias dentro da história (Alberti, 2008) que serão usadas para a produção de dados e devem ser criticamente analisadas junto à documentos e referenciais teóricos.

A história oral, segundo Portelli (1997), busca realizar investigações por meio de conversas sobre as experiências e memórias dos sujeitos entrevistados. Dessa maneira, permite que os pesquisadores ampliem suas compreensões nas entrevistas, uma vez que cada pessoa traz algo único ao tema estudado. É preciso também entender que a história oral não consiste apenas em meras entrevistas, mas sim que estas devem estar diretamente ligada aos objetivos e discussões da pesquisa e atreladas à questão ética de respeitar as memórias das pessoas e sua dimensão política de fazer circular o debate sobre elas. Assim como ter em mente que a entrevista deve ser seguida das outras etapas para poder ser considerada enquanto instrumento dessa metodologia.

É também papel da universidade acadêmica, por meio de pesquisas e intervenções, ecoar as vozes que são habitualmente silenciadas e, pesquisar a temática da memória cultural é encontrar lugar para uma arte que resiste ao esquecimento apesar de não ser vista cotidianamente em espaços oficiais da cidade, pois ao reconhecer a importância de democratização do acesso à cultura e seus meios de produção, é preciso questionar quem tem o direito de ocupar esses lugares e quem decide quem tem esse direito.

Dessa forma, parte-se do objetivo de investigar as contribuições da história oral como metodologia de pesquisa no campo da memória, com ênfase nas memórias culturais e em sua relação com espaço, oralidade e produção artística, para alcançar o mesmo pretende-se a) compreender o caráter teórico-metodológico da história oral, identificando seus fundamentos epistemológicos e procedimentos técnicos, destacando sua dimensão política; b) analisar a relação entre oralidade e memória e cultura e c) refletir sobre as possibilidades de utilização da história oral na pesquisa em memória cultural, particularmente em contextos urbanos e artísticos.

Para compreender o caráter teórico-metodológico da história oral fundamenta-se especialmente nas reflexões de Alessandro Portelli e Verena Alberti, evidenciando que a metodologia vai além da simples entrevista, envolvendo planejamento, ética, análise crítica e devolutiva aos colaboradores. Na relação entre memória, oralidade, espaço e cultura partiu-se das discussões de Halbwachs e Ecléa Bosi, que elaboraram pesquisas na área da memória e como o espaço físico é tomado por lembranças; Derek Pardue e Lucas Oliveira no que se trata da ocupação de espaços na cidade e acesso à cultura e Augusto Boal para discutir o conceito de arte e cultura.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa em memória tem sua importância por documentar fragmentos de identidade de pessoas, lugares e eventos, pois “sem memória não há identidade, não há autoconhecimento e, assim, abre-se espaço para toda a sorte de abusos e violências” (Mendes; Marta, 2022, p. 13), dessa forma esse registro não interfere apenas no passado, mas também presente e futuro. Assim, “começa-se a atribuir à memória uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações” (Bosi, 2003, p. 36). Porém o caráter subjetivo da pesquisa exige abordagens que possam se afastar do objetivismo científico, enquanto mantém o rigor metodológico.

Dessa maneira, optou-se por trabalhar com a abordagem qualitativa, que, como discutido por Minayo e Sanches (1993) trabalha com a aproximação do sujeito e objeto, sendo ambos da mesma natureza, focando na complexidade dos fenômenos, fatos e processos, para além do que se observa ao estabelecer interferências e, a partir das relações, construir significados. O foco de análise parte então das relações, dos processos e fenômenos impossíveis de serem operacionalizados a partir de variáveis, tal qual é o campo de

estudo da memória.

Para a investigação proposta foi utilizado como método a pesquisa bibliográfica, que “tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas.” (De Souza; De Oliveira; Alves, 2021, p. 65). Dessa forma, foram selecionados livros e artigos sobre a temática visando organizar em 2 categorias de análise: História oral; Relações entre oralidade, memória e espaço e cultura.

A amostra foi composta de 13 livros, sendo: 4 sobre as teorias mais clássicas da memória (Halbwachs, 1990; Bergson, 1964 e Ricoeur 1987; 1994), 3 que aplicam essas teorias em contextos mais atuais (Bosi, 2003; Assman, 2011 e Huyssen 2004), 3 sobre a metodologia história oral, seus aspectos teórico-metodológicos e aplicações (Alberti, 2008 e Meihy, 2004; 2019) e 3 que tratam do aspecto cultural (Boal, 1996; 2009; 2019) e 8 artigos, sendo: 1 tratando da interdisciplinaridade da memória (Farias, 2016), 4 relacionando memória com oralidade ou história oral (Smolka, 2000; Pollak, 1989 e Portelli 1996; 1997), 1 discutindo a dimensão psicológica e política da memória (Ansara, 2008), 1 sobre história oral como metodologia de pesquisa no contexto cultural (Mendes; Marta, 2022) e 1 sobre o direito à cidade (Derek; Pardue, 2018).

A seleção foi feita a partir de estudos das disciplinas do mestrado em Memória Linguagem e Sociedade da Universidade do Sudoeste da Bahia (PPGMLS-UESB) e a amostra foi lida, fichada e criticamente analisada e comparada para redigir o corpo de análise desse capítulo.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A história oral é um processo que se constitui a partir de diversos procedimentos, iniciando a partir da elaboração de um projeto. Assim, como discutido por Meihy e Holanda (2019), este deve prever o planejamento das entrevistas e gravação, como definição do local de realização, tempo de duração, autorização de seu uso e outros aspectos; a transcrição; produção e revisão do material escrito e a devolução desse material, primeiramente ao grupo entrevistado e em seguida enquanto publicação.

Segundo Portelli (1997), essa metodologia busca realizar investigações por meio de conversas sobre as experiências e memórias dos sujeitos entrevistados. Dessa maneira, permite que os pesquisadores ampliem suas compreensões nas entrevistas, uma vez que cada pessoa traz algo único ao tema estudado. Esse tipo de pesquisa demanda que o pesquisador atue de forma ética, pois o compromisso com a honestidade reflete o respeito pessoal e intelectual tanto para com os entrevistados quanto em relação ao material coletado (Portelli, 1997).

### 3.1 ASPECTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS DA HISTÓRIA ORAL

Dessa forma é possível entender que a história oral não consiste apenas na entrevista, mas sim que esta deve estar diretamente ligada aos objetivos e discussões da pesquisa e atrelada à questão ética de respeitar as memórias da pessoa e sua dimensão política de fazer circular o debate sobre elas, assim como seguida das outras etapas para poder ser considerada enquanto instrumento dessa metodologia. Por isso antes de tudo é preciso “ter bem claro por que, como e para que se fará uma pesquisa utilizando história oral” (Alberti, 2008) para que não se cometam os erros comuns listados pela autora de se colocar na missão de *dar voz* aos vencidos ou de descredibilizar os relatos, evitando também a dicotomia simplificadora da memória oficial contra a memória dos dominados.

Para evitar essa dualidade Alberti (2008) recomenda se familiarizar com os estudos acadêmicos já produzidos sobre a história oral, dessa forma a metodologia não será usada apenas como uma receita ou passo a passo de como fazer uma entrevista, mas sim abrir espaço para a discussão de vários ângulos da memória de um mesmo objeto de pesquisa.

Respondendo às questões norteadoras acima citadas: por que trabalhar com história oral? Um motivo listado pode ser a falta de documentos oficiais e acadêmicos sobre o tema, principalmente quando se trata da história ou memória de um contexto local. Porém a escolha da metodologia vai muito além disso, afinal “a história que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (Bosi, 2003, p. 15). Dessa maneira, não é sobre dar voz, mas sim dar ouvidos, oferecer um espaço de escuta à diversidade de memórias e acolher a subjetividade desse campo de pesquisa, não como substituto de documentos oficiais, mas sim complementar aos mesmos, abrigando diferentes possibilidades, como explicitado nas palavras de Portelli (1996)

No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada. (p. 7-8).

Em sequência é feita outra pergunta: como realizar uma pesquisa a partir da história oral? A própria Alberti (2008) responde de forma clara e detalhada, relatando que parte-se primeiro da elaboração do projeto, determinando o tema, objetivos e a questão formulada de forma explícita. Depois deve-se definir a quantidade de pessoas e qual grupo que será entrevistado, fazendo uma lista extensa, porém flexível de possíveis entrevistados, deve-se levar em conta, sempre que possível, selecionar pessoas que tenham papéis diferentes na relação com a temática, para que se tenha contato com versões variadas. Em seguida entra-se em contato com essas pessoas e organiza-se os materiais, como o termo de compromisso livre e

esclarecido (TCLE), equipamento para gravação, anotações e o que mais for necessário à realização da entrevista (Alberti, 2008). Estando definida a população entrevistada são elaborados os roteiros de entrevista.

Com a preparação realizada pode-se iniciar o processo de entrevista, nesse momento o ideal é que seja criado um ambiente de igualdade na diferença, pois o pesquisador causará afetos diversos dependendo de quem será entrevistado, por exemplo ser visto como um acadêmico pode causar admiração, fazendo com que o indivíduo tente impressioná-lo ou uma sensação de afastamento, criando possíveis omissões. Portanto é preciso que haja um esforço para tornar essa relação o mais confortável possível. Outras questões técnicas apresentadas por Alberti (2008) para a realização da entrevista são

- Reservar um tempo relativamente longo para a realização da entrevista.
- Ao iniciar a gravação, gravar uma espécie de "cabeçalho" da entrevista, informando o nome do entrevistado, do(s) entrevistador(es), a data, o local e o projeto no qual a entrevista se insere.
- Usar, de preferência, perguntas abertas.
- Ser simples e direto ao formular as perguntas.
- Aproveitar outros recursos que estimulem o depoimento (fotografias, recortes de jornal, documentos e menção a fatos específicos).
- Reservar uma parte da entrevista para a discussão e a análise de alguns temas mais relevantes.
- Avaliar e analisar constantemente a entrevista (enquanto é gravada e, mais tarde, quando é objeto de análise).
- Decidir sobre quando encerrar a realização de entrevistas com base no avanço da investigação.
- Duplicar a gravação. (p. 190-191)

Após a realização das entrevistas é feita a transcrição das mesmas e em sequência a análise, momento no qual se reflete sobre os depoimentos, fazendo uma revisão crítica dos mesmos, levando em consideração que deve-se

- lidar com recuos e avanços no tempo;
- refletir sobre a parcimônia do discurso dos entrevistados, se for o caso;
- estar atento às repetições como uma possível fonte de informações importantes;
- "ouvir" o que as entrevistas "dizem" (narrativa do entrevistado & condições de sua produção);
- O atentar também para relatos, interpretações e pontos de vista "desviantes";
- ser fiel à lógica e às escolhas do entrevistado;
- atentar para a ocorrência de narrativas especialmente pertinentes;
- chegar a alguns padrões;
- estabelecer tipologias, se for o caso;
- comparar o que dizem as entrevistas com outros documentos;
- tomar os fatos (o que realmente aconteceu) e suas representações simultaneamente. (Alberti, 2008, p. 191).

Destaca-se a importância de respeitar o ponto de vista dos indivíduos entrevistados, afinal “Não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro” (Portelli, 1996, p. 4), não se trata de acreditar sem questionar naquilo que é dito, ou ignorar a história oficial em detrimento do relato, mas sim compreender que o entrevistado acredita naquilo que diz e é então a verdade dele.

É preciso também destacar que existem formas diferentes de se trabalhar com a história oral, que a rigor, divide-se em três subgrupos: 1) História oral de vida; 2) História oral temática e 3) Tradição oral. Na primeira “parte-se do universo escolhido pelo entrevistado, de forma centrífuga, onde o foco é a sua própria

trajetória” (Mendes e Marta, 2022, p. 6), nesse caso abrange-se mais da história de vida do entrevistado e pode fornecer detalhes mais ricos de suas relações com a temática proposta, esse detalhamento exige maior tempo a ser dedicado para as entrevistas, podendo inclusive necessitar de mais de um encontro, o que pode ser uma limitação a depender dos prazos. Outra dificuldade que pode surgir é o indivíduo não perpassar o tema de interesse do pesquisador em seu relato.

A segunda categoria faz o caminho inverso: “o entrevistador apresenta o tema e, a partir dele, insere o entrevistado de forma centrípeta, descartando e contornando temáticas definidas como não-interessantes à abordagem” (Mendes e Marta, 2022, p. 6). Nesse caso garante-se que a temática indicada pelo pesquisador será discutida e destrinchada, porém perde-se parte importante da história de vida do entrevistado que pode contribuir para o debate mesmo que indiretamente.

A terceira abordagem é a da tradição oral, que apresenta uma trajetória mais voltada a compreender a memória de um grupo, assim “obtem-se um retrato das memórias coletivas de determinados grupos acerca de temas passados de geração a geração de forma espontânea”. O que define o caminho a ser seguido são os objetivos da pesquisa, assim como limitações temporais e o foco do pesquisador.

A última pergunta feita por Alberti (2008) é: para que utilizar a história oral? É preciso que a pesquisa retorne em primeira mão para aqueles que contribuíram com sua construção, as pessoas que foram entrevistadas não são consideradas uma fonte de dados passiva não são eles que fornecem os  *fatos*  para que depois seja feita a  *filosofia* , ou seja, o relato daquilo que ocorreu para que depois o pesquisador faça a reflexão sobre o que foi dito (Portelli, 1996). Ao invés disso são colaboradores ativos que intervêm no material pesquisado e a eles deve ser feita a devolutiva do mesmo, para que seja garantido um dos princípios da história oral: a preservação da memória em face ao esquecimento.

### 3.2 RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA, ORALIDADE, ESPAÇO E CULTURA

O debate em torno da memória só é possível ao retomar o princípio de que seu campo é multidisciplinar. Existe o aspecto biológico, as redes de neurônios interligados que se comunicam entre si e tornam possível o armazenamento de informações “O Conhecimento reside no cérebro físico materializado em complexas redes neuronais vivas e pulsativas que se expandem e retraem a todo instante” (Boal, 2009, p. 28), mas este é apenas um dos aspectos que cerca esse tema tão complexo, afinal “o pensamento, que nelas flui, é imaterial: é o Conhecimento em sua constante transformação: é a sua própria transformação” (Boal, 2009, p. 28).

Para entender as relações da memória é preciso, segundo Farias (2016) compreender “a articulação entre a passagem do tempo e as alternativas de transmissão e expressão das experiências” (p. 114), a linguagem seria, então, a expressão máxima da memória, a forma pela qual ela será transmitida, seja em relato oral, escrito ou até mesmo traduzido em figuras e interpretações cênicas.

Desde já fica estabelecida a conexão entre memória e temporalidade, trata-se de “uma maneira de lidar, isto é, um modo de saber para tratar da sucessão dos eventos, dentro de uma programação que distingue entre a perspectiva (o futuro) e a circunstância (o presente), considerando o tema do antecedente (o passado)” (Farias, 2016, p. 117). Trata-se portanto de uma forma de estudo da sucessão de eventos, que segundo Ricoeur (1994) são os acontecimentos, pontuais ou não, curtos ou longos, que provocam mudança no interior da narrativa, como por exemplo início ou fim de um processo e, a partir dele, as narrativas e discursos em discussão e seus significados, entendendo que “o discurso constitui lembranças e esquecimentos, que ele organiza e mesmo institui recordações, que ele se torna um locus da recordação partilhada” (Smolka, 2000, p. 187).

Bosi (2003) acrescenta outra categoria ao dizer que a memória seleciona os acontecimentos no tempo e no espaço, todavia elas não são escolhas arbitrárias, mas sim revelam um vínculo afetivo, sendo trabalho do pesquisador identificá-lo. O esquecimento, da mesma forma, aparece no debate enquanto condição da memória, pois a mesma tem também o papel de selecionar aquilo que é recordado e o que será relatado, assim “esquecimento, omissões, os trechos desfiados de uma narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas” (Bosi, 2003, p. 18).

São esses procedimentos da memória que, Segundo Portelli (1996) constituem a oralidade, “o trabalho da consciência manifesta-se na entrevista pelo fatigante trabalho da palavra. As interrupções, digressões, repetições, correções que caracterizam a narração” dessa forma é inviável extrair da memória o *fato puro* seja por meio do documento oficial ou do depoimento oral, pois ambos serão “carregados de representações ideológicas” (Bosi, 2003, p. 19) daqueles que fazem o relato.

Ao propor a construção de uma história complementar àquela das fontes oficiais, a história oral apresenta um compromisso político de ouvir a voz das diversidades que usualmente são apagados e que, a partir dela “têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias” (Meihy, 2002, p. 39), trazendo assim as subjetividades para a cena.

Esse aspecto subjetivo aparece também nas discussões de Halbwachs (2004) quando afirma que os espaços assumem diferentes imagens e significados para grupos distintos. Dessa forma locais como ruas, casas, escolas e outros tantos são pensados diferentes por indivíduos, dependendo do grupo social ao qual pertencem. Para uma criança, por exemplo, se configuram de uma maneira, que não é a mesma para os adultos, pois, para estes, o mundo se expande e ganha maior significância, já que é nele que se constroem seus laços sociais mais fortes, solidificados ao longo do tempo. Além disso, Halbwachs (1990) afirma que

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras [...] Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa [...] cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável. [...] (p. 133).

Assim, quando o grupo ocupa um espaço e o toma como parte da construção de sua identidade, “ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo a que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem” (Halbwachs, 1990, p. 133), ou seja, o grupo carregará consigo a memória daquele espaço, assim como o espaço abrigará as marcas deixadas pelo grupo, contando também sua história com o passar dos anos.

Dessa maneira podem-se estabelecer a oralidade, o tempo e o espaço “como categorias fundamentalmente contingentes de percepção historicamente enraizadas, estão sempre intimamente ligadas entre si de maneiras complexas, e a intensidade dos desbordantes discursos de memória” (Huysen, 2004, p. 10). O espaço, nessa perspectiva, atua como quadro dinâmico de recordações, moldando a forma como os grupos interpretam e revivem o passado a partir do presente. De acordo com Halbwachs (1990, p. 159), “todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos”, ou seja, é através da interação com os lugares físicos enquanto marcos sociais que os indivíduos e grupos dão forma ao que se denomina de memória coletiva, que pode ser legitimada em registros históricos oficiais ou deslegitimada

Essa deslegitimação é tão política quanto a recordação oficial, já que nos dois casos se trata de legitimação e poder. A recordação que se seleciona e conserva nesse caso presta-se a dar fundamentação não ao presente, mas ao futuro, ou seja, ao presente que deve suceder à derrubada das relações de poder ora vigentes. (Assman, 2011, p. 152)

Assim, se faz preciso pensar a arte, em diálogo com as lutas urbanas, oportunizando uma ressignificação das maneiras de viver, perceber a cidade e preservar a memória. Essa preservação só é possível porque “[...] mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.” (Pollak, 1989, p.12).

O teatro é em essência uma manifestação artística relacional pois parte sempre do conflito, do diálogo, mesmo o monólogo pressupõe uma relação entre ator e público, observador e observado. A sua história surge com o “canto ditirâmico: o povo livre cantando ao ar livre” (Boal, 2019, p. 127), as pessoas eram ao mesmo tempo atores e contempladores de suas ações. Por essas particularidades o teatro é conhecido como arte da presença, porém, para ser possível ser uma arte presente, precisa-se de um espaço.

A arte que é pensada nesta pesquisa baseia-se na poética do oprimido, que nela “cria-se o diálogo; mais do que se permite, busca-se a transitividade, interroga-se o espectador e dele se espera resposta.

Sinceramente” (Boal, 1996, p. 46). Ou seja, uma arte que não busca a catarse e sim a transformação social, que tem por objetivo o acesso à cultura e aos meios de produção para que os espectadores possam também criar.

Sendo assim, para conceituar arte, contracultura e cultura de resistência ao longo da discussão será construído o diálogo com Augusto Boal em justaposição com o sentido de criação para Henri Bergson. Entendendo que a arte nos move para o domínio da intuição, afastando-se da inteligência, nos desligando dos nossos hábitos cotidianos, apresentando às possibilidades de originalidade e novidade na relação pessoa-matéria (Bergson, 1964).

Porém é impossível falar em arte e cultura sem levar em consideração a materialização do local no qual ela está. Sendo assim, reivindica-se o direito à cidade, mas qual direito? “Direito à integralidade dos lugares da cidade? Direito ao ir-e-vir que, normativamente, deveria contemplar a própria existência do espaço urbano? Ou direito de ocupá-lo com corpos, desejos e processos criativos?” (Pardue; Oliveira, 2018, p. 3). A partir dessas perguntas norteadoras e leituras que construíram esse texto, questiona-se: qual o local de expressão da memória e arte nas cidades?

Pode-se pensar a partir desse questionamento as possibilidades ou impossibilidades de adentrar equipamentos públicos culturais, compreendendo que quando os locais são fechados ou o acesso é negado ou cobrado este é um silenciamento de artistas independentes que não conseguem articular seus recursos afim de adentrar espaços privados ou que não alcançam os requisitos para editais. Essa fragmentação cumpre um importante papel, aqueles que a determinam têm o poder sobre a narrativa, podem escolher qual história contar, além de quem a relatará e como ela será apresentada à plateia (Boal, 2009).

Refletir criticamente sobre essa relação oprimido/opressor e seu lugar na memória cria espaço para o novas possibilidades de existências, relações e papéis, pois desse modo se torna possível resistir contra essa condição possibilitando o desenvolvimento de um novo sujeito sócio-histórico (Ansara, 2008). E assim a questão urbana precisa ser campo aberto de contestação social, cultural e política (Pardue; Oliveira, 2018, p. 4), para que seja discutido amplamente o acesso aos espaços.

Dessa forma não basta apenas a existência de prédios voltados para veiculação artística e sua simbologia para quem o ocupou em algum momento, é necessário garantir o “direito de ocupar fisicamente, criar materialidades e bens simbólicos, de performar corpos e fluxos de desejos, de narrar histórias, inventar novas memórias; ou do direito de combater, com os mecanismos apropriados a cada grupo identitário, a vulnerabilidade” (Pardue; Oliveira, 2018, p. 3-4). Retomando para a discussão o argumento de Boal (2020) de que o acesso à cultura e seus meios de produção é uma das possibilidades de combate para grupos marginalizados, pois assim podem contar a história do seu ponto de vista, além de refletir sobre essa realidade, tornando possível transformá-la.

Para compreender melhor esses aspectos, podem ser realizadas entrevistas baseadas na metodologia

da história oral .

Além de entrevistas, a metodologia busca analisar também documentos oficiais, que podem ser encontrados em arquivos municipais, e câmara de vereadores por exemplo, além de documentação extraoficial que podem aparecer nos arquivos pessoais de pessoas entrevistadas. Pode-se utilizar também de notícias veiculadas a mídias nacionais e locais, de forma online ou impressa.

Para que seja possível fazer um registro fidedigno das entrevistas devem ser utilizados os seguintes materiais: roteiro de entrevista semiestruturada, com abertura para intervenções e elaborações do entrevistado além de dar liberdade à curiosidade do pesquisador, celular ou outro equipamento com gravador de voz, sendo sugerido o uso de pelo menos dois aparelhos caso um venha a falhar, caderno de anotações e transcrição e descrição daquilo que foi dito pelos entrevistados, separando a seguir em categorias de análise, para investigar, junto aos referenciais teóricos o sentido que criam a partir de suas perspectivas sobre o tema. Dessa forma “a experiência experienciada, como vivida, permanece privada, mas o seu sentido, a sua significação, torna-se pública” (Ricoeur, 1987; p.27-8).

#### **4 CONCLUSÃO**

A partir da pesquisa bibliográfica desenvolvida pretendeu-se investigar as possíveis contribuições da história oral para a pesquisa em memória, especialmente no contexto das memórias culturais, a partir de estudo em livros e artigos que abrangem essas temáticas.

Primeiramente foi discutido o caráter teórico-metodológico da história oral, que, segundo Portelli (1997), busca realizar investigações por meio de conversas sobre as experiências e memórias dos sujeitos entrevistados. Desde o princípio fica estabelecida a relação entre essa metodologia e a memória, ambas de essência subjetiva, buscando ouvir narrativas e compreender seus vínculos afetivos e o impacto que eles causam.

Em seguida aprofundou-se o estudo sobre a conexão entre oralidade e memória, acrescentando a temática do espaço, que é descrito por Halbwachs (1990; 2024) enquanto um quadro social da memória, sendo junto com a linguagem parte da constituição da mesa. Demonstrou-se também que as narrativas não são meros registros factuais, mas construções simbólicas atravessadas por afetos, silêncios e escolhas, conforme discutido por Ecléa Bosi. Assim, confirmou-se que a subjetividade não compromete o rigor científico, mas amplia as possibilidades interpretativas. Na sequência essas relações são colocadas no contexto de uma memória cultural.

No que se refere à articulação entre memória e espaço, as contribuições de Maurice Halbwachs permitiram compreender que os lugares não são apenas cenários neutros, mas quadros sociais da memória, carregados de significados construídos coletivamente. Dessa forma, foi possível atingir o objetivo de analisar a dimensão espacial da memória cultura. A discussão também evidenciou a dimensão política da

história oral, ao reconhecer seu papel na ampliação de vozes historicamente silenciadas e na problematização do acesso aos espaços culturais, em diálogo com as reflexões de Augusto Boal sobre arte, cultura e transformação social.

Assim, ao perpassar por essas categorias de análise percebe-se que a história oral, quando articulada a outras fontes documentais e referenciais teóricos, não substitui a história oficial, mas a complementa, ampliando o campo das possibilidades interpretativas. Dessa forma, a metodologia da história oral pode ser de grande contribuição para a investigação proposta, pois acolhe as subjetividades que envolvem a temática, complementa as fontes consideradas oficiais com outras perspectivas diversas e apresenta novas possibilidades de estudos.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In Basseni, Carla (org.). Fontes históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto. p. 155-203, 2008.
- ANSARA, Soraia. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. Revista Psicologia Política. São Paulo, v. 8, n. 15, p. 31-56, 2008.
- ASSMANN, Aleida. Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.
- BERGSON, Henri. A Evolução Criadora. Rio de Janeiro: Delta, 1964
- BOAL, Augusto. Teatro Legislativo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BOAL, Augusto. A Estética do Oprimido: reflexões errantes sobre o pensamento do ponto de vista estético e não científico. Rio de Janeiro: Garamond, 2009
- BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.
- BOSI, Éclea. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021.
- FARIAS, Edson. Multimodalidade da memória e a sociologia dos a priori sociais. Arquivos do CMD, Volume 4, N.1. Jan/Jun, 2016, p. 112-155.
- HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. Revista dos tribunais, São Paulo. 1990.
- HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. 2. ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019

MENDES, Plácido O; MARTA, Felipe E.F.; A História Oral como Instrumento de Pesquisa em Memória Coletiva na Cena Rock de Vitória da Conquista-BA in: FERREIRA, Heridan, J. G. P. (org.) A cultura em uma perspectiva multidisciplinar. Ponta Grossa, PR: Atena, 2022.

MEIHY, João C. S. B. Manual de história oral. São Paulo: Loyola, 2002

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Pública, São Paulo, v. 9, n. 3, 1993, p. 239-262.

PARDUE, Derek; OLIVEIRA, Lucas A. Direito à cidade: problema teórico e necessidade empírica. Plural: Revista de Ciências Sociais, v. 25, n. 2, p. 1-19, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, 1996, p. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. São Paulo: Projeto História, 1997.


Ricoeur, Paul. Teoria da Interpretação. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.

RICOUER, Paul. Tempo e Narrativa (Tomo I). Campinas: Papyrus, 1994

SMOLKA, Ana L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. Educação & Sociedade, 2000, p. 166–193.

**ENTRE O CAIS E A CADEIA: A ESCRAVIDÃO URBANA EM MANAUS (1850–1888) E A  
FORMAÇÃO DE UMA URBANIDADE AMAZÔNICA**

**BETWEEN THE WHARF AND THE JAIL: URBAN SLAVERY IN MANAUS (1850–1888) AND  
THE FORMATION OF AN AMAZONIAN URBANITY**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-012>

**Felipe A. O. Cantalice**

Mestrando

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

E-mail: [cantalicedm@yahoo.com.br](mailto:cantalicedm@yahoo.com.br)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8398844302616365>

**RESUMO**

A historiografia brasileira sobre escravidão urbana formou-se principalmente a partir de cidades atlânticas de grande escala, como Rio de Janeiro e Salvador. Nesse processo, a Amazônia acabou aparecendo apenas de forma marginal, muitas vezes tratada como experiência periférica ou numericamente pouco relevante. Este artigo examina a escravidão urbana em Manaus entre 1850 e 1888, partindo da hipótese de que a escala relativamente reduzida da escravaria, associada à geografia fluvial da cidade e à expansão da economia da borracha, produziu uma configuração particular de urbanidade escravista. A pesquisa analisa registros censitários, matrículas de escravos, documentação policial e hemeroteca manauara, procedendo por leitura indiciária e cruzamento seriado quando a documentação permite. A análise sugere um deslocamento nas formas de controle: a mobilidade urbana tornava mais difícil a vigilância direta, enquanto o sistema de escravos de ganho ampliava a circulação cotidiana dos cativos. Nesse contexto, a polícia municipal aparece frequentemente como mediadora entre poder público e autoridade senhorial. Os igarapés e subúrbios ofereceram possibilidades de fuga e invisibilidade social inexistentes nas cidades de tabuleiro do Sudeste. A escravidão manauara foi, em última instância, uma forma de baixa intensidade coercitiva direta e alta intensidade disciplinar institucional, que antecipou as modalidades de controle do trabalho livre pós-1888.

**Palavras-chave:** Escravidão urbana; Manaus; Amazônia Imperial; Escravos de ganho; Resistência escrava; Urbanização.

**ABSTRACT**

Brazilian historiography on urban slavery has largely developed from large Atlantic cities such as Rio de Janeiro and Salvador. In this process, the Amazon has often been treated as a marginal or numerically secondary experience. This article examines urban slavery in Manaus between 1850 and 1888, arguing that

a relatively smaller enslaved population, combined with the city's fluvial geography and the expansion of the rubber economy, produced a specific configuration of enslaved urbanity. Based on documentary historical research using census materials, slave registration records, police documentation, and the local press, the study relies on indicative reading and serial cross-referencing whenever the sources allow. The analysis suggests a shift in the dynamics of control: urban mobility made direct surveillance more difficult, while the slave hire and earnings system expanded the daily circulation of enslaved people. In this context, municipal policing frequently appears as a mediator between public authority and master power. Igarapés and suburban areas created possibilities of flight and social invisibility that differed from the better-studied urban settings of southeastern Brazil. Ultimately, Manaus slavery combined low levels of direct coercion with high levels of institutional discipline, anticipating post-1888 modalities of labor control.

**Keywords:** Urban slavery; Manaus; Imperial Amazon; Slave hire; Slave resistance; Urbanization.

## 1 INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira sobre escravidão urbana tomou forma, nas últimas décadas do século XX, a partir de três grandes centros: Rio de Janeiro, Salvador, e mais recentemente Recife e São Paulo. Essas investigações privilegiaram cidades de grande porte demográfico, onde a escravidão atingia números expressivos. Na capital do Império, segundo o censo de 1872, havia 78.855 escravos, aproximadamente 30% da população. A escravidão urbana ali aparecia como fenômeno massivo, visível, estruturante das relações sociais cotidianas.

A Amazônia, quando mencionada, figurava como exceção. A escassez numérica de escravos na região, 1.183 indivíduos matriculados em toda a Província do Amazonas em 1873, parecia incompatível com a relevância analítica conferida às experiências urbanas do litoral atlântico. Patrícia Sampaio, em sua tese sobre formação social de Manaus, dedicou atenção à escravidão, mas enquadrando-a como elemento secundário frente ao trabalho indígena e à imigração. Nesse cenário, a escravidão urbana amazônica acabou ocupando posição secundária na historiografia: números aparentemente modestos, séries documentais incompletas e a impressão recorrente de que se tratava de experiência marginal dentro do sistema escravista brasileiro.

Este artigo inverte essa perspectiva. A reduzida escala da escravidão em Manaus, combinada com a especificidade geográfica da cidade fluvial e com a dinâmica da economia da borracha, produziu uma configuração particular de escravidão urbana. Não se trata, portanto, de um fenômeno simplesmente menor que o das grandes capitais atlânticas, mas de uma experiência histórica estruturada por condições urbanas e geográficas distintas. Uma forma onde a mobilidade espacial substituíu a vigilância direta; onde o sistema de escravos de ganho se impôs sobre o trabalho doméstico; onde a polícia municipal funcionava como braço

executivo da violência senhorial; onde a geografia dos igarapés e dos subúrbios criava possibilidades de fuga e invisibilidade social inexistentes nas cidades de tabuleiro do Sudeste

Busco demonstrar como essas condições materiais geraram uma urbanidade escravista específica, irreduzível aos modelos desenvolvidos para as grandes capitais atlânticas. Mapeio a composição e distribuição ocupacional da escravaria urbana manauara entre 1850 e 1888; analiso as formas de controle senhorial mediadas pela polícia municipal; identifico estratégias de resistência escrava, especialmente a fuga e a inserção clandestina no tecido urbano; e examino as articulações entre trabalho escravo negro e trabalho indígena nas obras públicas de urbanização.

A escravidão aparece aqui como elemento constitutivo da modernidade amazônica. A cidade que emergiu na Belle Époque, com seus palacetes e teatros, construiu-se sobre o trabalho escravo e indígena que a erguera. Fundamento sistematicamente ocultado pelas narrativas de progresso.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa assume caráter histórico-documental, com abordagem qualitativa e procedimento de análise indiciária. O corpus de fontes primárias articula documentação administrativa, seriada e impressa, distribuído em quatro eixos: registros censitários e fiscais (Recenseamento Geral do Império de 1872, Matrícula de Escravos de 1873, relatórios anuais da Presidência da Província do Amazonas); documentação policial e judiciária (Livros de Registro de Ocorrências da Delegacia de Manaus, 1858-1881, processos criminais da Relação do Amazonas, Códigos de Posturas municipais); hemeroteca (periódicos manauaras da década de 1850 a 1888, especialmente A Província do Amazonas e O Amazonas, consultados via Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional); e fontes notariais e paroquiais (inventários post-mortem, registros de batismos da Freguesia da Conceição, contratos de aluguel de escravos).

O procedimento analítico combina leitura indiciária de casos singulares (anúncios de fugidos, registros de prisão, inventários de pequenos e médios proprietários) com cruzamento seriado quando a documentação permite. Isso ocorre principalmente com os dados censitários e a série policial dos anos 1860-1870. A análise do léxico moralizador da imprensa segue as orientações de Sidney Chalhoub, atentando para as categorias de “ordem”, “moralidade” e “vadiagem” como operadores de classificação social.

A discrepância entre diferentes registros estatísticos como o Recenseamento de 1872, a Matrícula de Escravos de 1873 e os relatórios provinciais exige cautela interpretativa. Neste trabalho, tais números são utilizados principalmente como indicadores aproximados de distribuição populacional e ocupacional, sendo sempre confrontados com outras evidências documentais.

A comparação com a historiografia urbana (Karasch, Reis, Machado, Soares) funciona como contraponto estrutural. Não para “aplicar” modelos, mas para evidenciar as especificidades amazônicas. O

ponto é delicado porque a documentação manauara apresenta lacunas irremediáveis. Os Livros de Registro da Delegacia de Polícia conservam-se de forma irregular, com intervalos de dois a três anos sem registros. A série da Alfândega de Manaus, embora existente, nem sempre permite precisar quantitativamente os desembarques de escravos devido à omissão de informações sobre condição jurídica dos “passageiros”. Os jornais da década de 1850 são raros e fragmentários. Diante dessas lacunas documentais, a análise evita pretensões de quantificação absoluta. Sempre que possível, os indícios encontrados em uma fonte são confrontados com outras séries documentais, permitindo identificar padrões recorrentes mesmo quando a documentação não oferece continuidade completa.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Manaus não era uma cidade de ruas. Era uma cidade de águas. Fundada à margem do Rio Negro, próximo à confluência com o Solimões, sua topografia original era definida por igarapés que a cortavam em múltiplas direções, criando uma geografia insular onde a comunicação se dava predominantemente por canoas. Elevada à categoria de cidade em 24 de outubro de 1848, alterou sua denominação de Barra do Rio Negro para Manaus apenas em 4 de setembro de 1856. Quando da mudança de denominação, ainda não existia um sistema viário minimamente estruturado. As construções concentravam-se na chamada Cidade Velha, área próxima ao porto, enquanto os quintais e roçados se estendiam até onde a mata permitia.

Essa configuração espacial tinha implicações diretas sobre as formas de escravidão. Diferentemente de Salvador ou Rio de Janeiro, onde o recolhimento noturno dos escravos era fiscalizado através de batidas policiais nas ruas, em Manaus o controle dependia da vigilância dos pontos de desembarque. Nesse contexto, o porto assumia papel central na organização da vida urbana. Mais do que simples infraestrutura de transporte, ele operava como ponto de circulação e classificação social, por onde transitavam mercadorias, trabalhadores livres, marinheiros e também pessoas escravizadas. Era ali que chegavam os barcos vindos de Belém, trazendo escravos procedentes do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Era ali também que se processava a distribuição desses trabalhadores para as diferentes atividades urbanas.

Os registros da Alfândega de Manaus indicam a presença recorrente de “passageiros negros” nos vapores que passaram a operar regularmente na região a partir da década de 1850. Os livros de movimentação do porto registram desembarques periódicos de grupos de escravos transportados desde Belém. Nem sempre a documentação permite precisar quantitativamente esses desembarques. O que se observa é um movimento recorrente, em diferentes momentos, que sugere renovação periódica da escravaria local e reposicionamentos internos no mercado de trabalho urbano.

A geografia fluvial criava mobilidade peculiar. Os escravos de Manaus não estavam confinados a uma única residência ou quintal. Circulavam constantemente entre a cidade e os seringais, entre o porto e os subúrbios, entre as margens do Negro e os igarapés que cortam o bairro de Educandos. Essa circulação

era facilitada pela própria estrutura urbana, onde a distância entre centro e periferia não se media em ruas, mas em minutos de canoa.

O censo de 1872 registrou 979 escravos na Província do Amazonas, sendo a maioria concentrada em Manaus. A Matrícula de Escravos de 1873, todavia, apontava 1.183 indivíduos, revelando as inconsistências próprias dos aparatos estatísticos imperiais. Mais relevante que a precisão quantitativa é a distribuição ocupacional: 602 escravos urbanos contra 581 rurais. Em uma província cuja imagem histórica se associa predominantemente ao extrativismo da borracha, a escravidão urbana representava quase metade do total

Essa distribuição refletia a função de Manaus como entreposto comercial. A cidade não produzia apenas para o exterior; distribuía mercadorias para o interior, processava produtos, prestava serviços aos seringalistas que aí descansavam entre uma safra e outra. Nesse contexto, a mão de obra escrava destinava-se menos às grandes plantações inexistentes na região e mais ao comércio, ao transporte, aos serviços pessoais e às obras públicas que transformavam a vila fluvial em capital provincial.

A composição por sexo evidenciava preponderância feminina nos espaços domésticos. Das 227 mulheres escravizadas dedicadas ao serviço de casa, a maioria concentrava-se nas residências de comerciantes portugueses, funcionários públicos e militares de alta patente. Mas essa distribuição não esgota a complexidade do trabalho escravo feminino. As mulheres escravizadas em Manaus transitavam entre múltiplas funções: lavadeiras, costureiras, engomadeiras, cozinheiras, ferreiras e, notadamente, vendeiras de rua.

Os anúncios de jornais da época revelam uma economia simbólica peculiar. Em 14 de abril de 1865, A Província do Amazonas publicou: “Vende-se uma negra de 18 anos, boa cozinheira, de boa figura e saúde perfeita”. Em 3 de agosto de 1872, outro anúncio: “Vende-se uma preta de 25 anos, excelente lavadeira e passadeira, de beleza regular, sem vícios. Preço: 800\$000”. Expressões como “boa figura”, “beleza regular” e “sem vícios”, frequentes nesses anúncios, revelam critérios morais e corporais utilizados na avaliação das escravizadas, indicando como o corpo feminino também era integrado às lógicas de valorização econômica do mercado escravista.

Se em Salvador a escravidão urbana foi caracterizada, segundo João José Reis, pela predominância do trabalho doméstico e pela centralidade dos engenhos de rapadura urbanos, em Manaus a configuração foi outra. O sistema de escravos de ganho assumiu proporções que transformaram a própria natureza da escravidão urbana.

Senhores médios e pequenos proprietários alugavam seus cativos para terceiros ou os mandavam às ruas com a obrigação de entrega diária de quantias preestabelecidas. Essa prática, longe de representar mera exploração econômica, implicava negociação constante sobre tempos, espaços e autonomia. O escravo de

ganho movimentava-se pela cidade com relativa liberdade de locomoção, estabelecendo redes de clientela, acumulando pequenos capitais, negociando com o senhor os termos da remessa diária.

Os registros policiais permitem entrever aspectos da economia do ganho e do modo como ela era policiada no cotidiano. Em ocorrências da década de 1860, a exigência de guias e autorizações aparece como mecanismo de controle sobre escravizados que circulavam pela cidade em atividades remuneradas, especialmente nas zonas próximas ao porto e ao comércio. A própria linguagem administrativa usada nessas anotações deixa ver uma tensão recorrente: o trabalho urbano oscilava, mas a disciplina não oscilava. Quando a circulação era enquadrada como irregular ou suspeita, a resposta institucional tendia a converter precariedade em falta moral, aproximando o ganho das categorias policiais de desordem e vadiagem. O efeito era claro: a rua, que dava margem de autonomia, também ampliava as possibilidades de punição.

As mulheres escravizadas também participavam intensamente do sistema de ganho. As vendeiras de quitutes, de frutas, de água, de lenha, eram figuras cotidianas nas ruas de Manaus. O jornal *O Amazonas*, em 12 de setembro de 1874, publicou reclamação assinada por “diversos comerciantes e moradores da cidade, queixando-se da multidão de negras vendeiras que infestam as ruas do comércio, perturbando o sossego público com suas gritarias e promovendo exemplos tristes de moralidade”. O texto prossegue: “Ditas negras, na maioria escravas de ganho, passam o dia em conversações com marinheiros desembarcados e outros elementos de má vida”.

A linguagem moralista esconde realidade mais complexa. As “conversações com marinheiros” podiam ser, de fato, práticas de prostituição, mas também representavam formas de sociabilidade, construção de redes de proteção, obtenção de pequenas vantagens em uma economia onde a mulher escravizada negociava não apenas mercadorias, mas também favores e solidariedades. A “gritaria” era, ao mesmo tempo, forma de anunciar o produto e de marcar presença no espaço público.

A mobilidade dos escravos de ganho criava problemas específicos de controle. Diferentemente do escravo doméstico, cujo paradeiro era verificável na residência senhorial, o escravo de ganho podia desaparecer por horas, dias, semanas. Os anúncios de escravos fugidos publicados nos jornais manauaras revelam essa preocupação. Em 7 de julho de 1869, *A Província do Amazonas* publicou: “Fugiu do meu poder o escravo Francisco, de cor preta, estatura mediana, aproximadamente 30 anos, falante, que trabalha como ganho na venda de água pelas ruas”. Em 23 de novembro de 1876, outro anúncio: “Fugiu a escrava Raimunda, parda, 25 anos, boa figura, que trabalha como ganho na costura e lavagem de roupa. É muito falante e astuta”.

A recorrência desses anúncios, que aparecem com frequência nos jornais da década de 1870, sugere que a fuga era estratégia frequente entre escravos de ganho. A mobilidade urbana, que tornava possível o trabalho autônomo, tornava também possível a fuga. A cidade, com seus becos, seus igarapés, sua população

miscigenada onde 87% dos negros e pardos eram livres segundo o censo de 1872, oferecia condições de invisibilidade social inexistentes no campo.

A arquitetura do controle escravista em Manaus diferenciava-se das fazendas de café ou das charqueadas sulinas pela ausência de feitores e capitães do mato. A vigilância direta, inviável no labirinto de ruas, igarapés e becos da cidade, foi substituída por aliança funcional entre senhores e poder público. A polícia municipal assumiu funções disciplinadoras privatizadas, aplicando castigos físicos "a requisição do senhor" em cativos enviados às cadeias para "correção".

Essa característica polícia como extensão do poder senhorial, foi identificada por Maria Helena Machado em sua pesquisa sobre São Paulo, onde a "justiça das fazendas" coexistia com a justiça estatal. Em Manaus, todavia, a fusão era mais completa. Não havia espaço para justiça paralela; a própria polícia estatal executava a violência privada dos escravocratas.

Os registros da Delegacia de Polícia de Manaus, preservados no Arquivo Público do Estado do Amazonas, documentam dezenas de casos de escravos encaminhados à cadeia mediante requisição senhorial entre 1858 e 1881. Os motivos variavam: desobediência, insolência, suspeita de furto, tentativa de fuga, "má conduta". O procedimento era padronizado: o senhor comparecia à delegacia, solicitava a prisão do escravo. Os registros sugerem que, em muitos casos, a solicitação do senhor era suficiente para que a autoridade policial efetuasse a prisão do escravizado, evidenciando a forte articulação entre poder senhorial e aparato policial na administração cotidiana da disciplina escrava.

Em 14 de outubro de 1858, o escravo Francisco, de propriedade do comerciante Antônio José Coelho, foi recolhido à cadeia "para correção de seus desmandos", conforme requerimento do senhor. Permaneceu encarcerado por doze dias, recebendo alimentação às custas do proprietário. Em 3 de agosto de 1881, a escrava Maria, pertencente à família Pinto e Albuquerque, foi detida "a pedido de seus senhores, para ser corrigida de sua teimosia e desobediência". O registro não especifica o castigo aplicado, mas menciona que Maria foi "posta à ordem" após três dias.

A cadeia pública funcionava, assim, como extensão da casa senhorial. O espaço de reclusão estatal era utilizado para aplicação de violência disciplinar que o senhor não desejava ou não podia executar diretamente. Havia, nisso, uma economia da crueldade: a delegação do castigo físico à polícia permitia ao senhor manter distância simbólica da violência, ao mesmo tempo em que garantia sua efetividade através da coerção estatal.

Mas a polícia não se limitava às prisões requisitadas. Atuava também na fiscalização da mobilidade escrava, na captura de fugidos, na repressão às "assembleias de negros". O Regulamento de Posturas da Câmara Municipal de Manaus, de 1862, estabelecia que "os escravos que andarem pelas ruas após o toque de recolher, sem guia de seu senhor ou licença escrita, serão presos e conduzidos à cadeia, onde ficarão à disposição do Juiz de Paz para serem castigados com trinta açoites". O recolhimento noturno, instrumento

de controle social em todas as cidades escravistas brasileiras, adquiria em Manaus contornos específicos devido à geografia local. A fiscalização concentrava-se nos pontos de desembarque dos vapores e nas pontes sobre os igarapés, únicas passagens obrigatórias entre diferentes zonas da cidade.

A violência policial não se dirigia apenas aos escravos. Os homens livres pobres, os “vadios”, os “desordeiros”, eram igualmente alvo da repressão. Mas há diferença crucial. Enquanto o homem livre, uma vez punido, retornava à sociedade sem vínculos de dependência, o escravo retornava ao senhor, que pagava pelos dias de prisão e pelos alimentos. A cadeia, nesse sentido, funcionava como mecanismo de reprodução da propriedade escrava, garantindo a devolução do corpo submisso.

Os processos criminais da Relação do Amazonas, depositados no Arquivo Nacional, revelam casos extremos dessa lógica. Em 1874, o escravo João foi acusado de haver ferido seu senhor, o tenente-coronel Manoel Gonçalves, durante discussão sobre o valor da remessa diária. O processo é instrutivo: apesar da gravidade da acusação, violência contra o senhor era crime hediondo no direito escravista, João foi absolvido por “falta de provas”. O despacho do juiz, todavia, determinou que ele permanecesse “à disposição do senhor, que deverá tomar as providências necessárias para evitar novos desmandos”. A “providência necessária”, no contexto, era a venda para outra localidade ou a prisão requisitada. A justiça criminal, mesmo quando absolvía, remetia o escravo à violência privada.

A fuga foi, talvez, a forma mais radical de resistência à escravidão em Manaus. Mas não a única. A geografia fluvial da cidade criou possibilidades específicas de mobilidade e de invisibilidade social. Os igarapés que cortavam a cidade funcionavam como vias de fuga. A fuga por água era mais rápida e menos arriscada que a fuga por terra, especialmente considerando a densidade da mata amazônica que cercava a cidade. Os escravos fugidos podiam, em poucas horas de canoa, alcançar comunidades ribeirinhas onde a presença de negros livres e escravos fugidos era tolerada, quando não incentivada.

Em 15 de março de 1864, A Província do Amazonas publicou: “Fugiu da casa de sua senhora, na rua de São Sebastião, a escrava Izabel, de cor preta, 20 anos, boa figura, falante. Diz-se que se encontra em companhia de um marinheiro português, morador no bairro do Educandos”. O bairro do Educandos, localizado à margem de igarapé que desembocava no Rio Negro, era zona de pescadores, marinheiros e gente de “má vida”. A menção ao “marinheiro português” sugere redes de proteção que atravessavam estatutos jurídicos: homens livres, muitas vezes estrangeiros, que ofereciam abrigo e possibilidade de fuga para o interior.

A fuga para o interior era estratégia frequente. Os seringais, embora dependentes de trabalho escravo e indígena, também empregavam mão de obra livre, e a identificação de escravo fugido em gleba distante era praticamente impossível. Os anúncios de jornais frequentemente mencionavam a suspeita de que o fugido tivesse seguido “para cima”, isto é, rumo ao alto Rio Negro ou aos afluentes do Solimões.

Mas havia também a fuga para o próprio tecido urbano. A população miscigenada de Manaus, onde pardos livres constituíam a maioria, permitia a “passagem à clandestinidade” de que fala Florestan Fernandes em relação a São Paulo. Escravos de cor parda, com traços fenotípicos não marcados, podiam integrar-se à massa de trabalhadores livres, alugando casas, obtendo empregos, construindo novas identidades.

Em 8 de dezembro de 1875, O Amazonas publicou: “Fugiu o escravo José, mulato claro, cabelos anelados, dentes limados na frente, aproximadamente 25 anos. É muito inteligente e sabe ler e escrever. Diz-se que anda “intitulando-se forro e procura emprego de caixeiro em algum comércio”. A expressão “intitulando-se forro” é reveladora. José não fugia apenas da casa senhorial; fugia da própria condição jurídica, construindo identidade de homem livre que dependia menos da distância geográfica que da capacidade de performar a liberdade no espaço urbano. A alfabetização rara entre escravos, mas não incomum nas cidades (metrópoles) onde havia escolas para negros livres, não temos registros precisos dessa modalidade de escola em Manaus.

A geografia dos subúrbios completava o quadro. Áreas como o Educandos, a Colônia, o bairro da Raiz, funcionavam como zonas de transição entre a cidade e a mata, onde a presença do Estado era tênue e as redes de solidariedade comunitária substituíam as instituições oficiais. Os registros policiais frequentemente mencionam a recaptura de escravos fugidos “vagando pelos subúrbios”, “escondido em casa de pretos forros”, “morando com mulher parda no bairro da Raiz”.

A fuga, nesse contexto, não era necessariamente projeto de retorno à África ou de busca de quilombos remotos. Era, muitas vezes, projeto de inserção urbana, de construção de vida possível nos interstícios da cidade escravista. A “clandestinidade” adquiria em Manaus contornos específicos: não a fuga para o campo, mas a fuga para o subúrbio; não a busca de territórios autônomos, mas a integração à massa de trabalhadores livres que sustentava a economia urbana.

A construção do espaço urbano manauara entre 1850 e 1888 dependeu crucialmente do trabalho escravo e indígena. Mas essas duas formas de trabalho não operavam em compartimentos estanques; articulavam-se de maneiras complexas que revelam as ambiguidades jurídicas e sociais da escravidão na Amazônia.

O Regulamento das Missões de 1845, vigente até 1866, estabelecia a contratação de índios para obras públicas mediante pagamento de salários, em tese assegurando seu retorno às aldeias ao término dos contratos. Na prática, a distinção entre trabalho escravo e trabalho indígena “assalariado” diluía-se na precariedade comum das condições laborais. Os índios recrutados pela Diretoria Geral de Índios trabalhavam lado a lado com escravos negros nas obras de calçamento, de construção de pontes, de abertura de ruas.

Os registros da Câmara Municipal de Manaus, para o ano de 1865, mostram a contratação de “dez escravos negros e quinze índios da aldeia de São José” para os trabalhos de terraplenagem da rua do Comércio. Os negros eram pagos aos seus senhores, na forma de aluguel diário de 600 réis; os índios recebiam diretamente 400 réis, mas com a obrigação de entregar metade ao cacique da aldeia. A diferença de tratamento era clara, mas a condição de trabalho a mesma: jornadas de dez horas, alimentação precária, alojamento em ranchos de taipa, aproximava mais do que separava as duas categorias.

A presença de escravos em obras públicas era fenômeno corrente. O próprio Patrício, mencionado no censo de 1872 como escravo de quatorze anos exercendo “cargo de confiança”, trabalhava em obras de alvenaria na construção do novo prédio da Câmara Municipal. Seu senhor, o major Antônio Ferreira de Souza, recebia 800 réis diários pelo aluguel do escravo, quantia que superava em muito o valor da remessa exigida no sistema de ganho. Patrício, apesar da idade, era considerado “habilidoso no ofício”, havendo aprendido a trabalhar com pedra e cal junto a mestres-de-obras portugueses.

A convivência entre escravos negros e índios assalariados criava solidariedades que transpunham estatutos jurídicos. Em 1871, um processo da Relação do Amazonas registra a fuga conjunta de “o escravo Francisco e o índio João, ambos trabalhadores na obra do cais do porto”. Os dois haviam desaparecido na mesma noite, levando consigo ferramentas de trabalho. O índio João, teoricamente livre e contratado, optou pela fuga ao lado do escravo Francisco, sugerindo que a condição de trabalhador na obra pública, longe de garantir direitos, aproximava mais do que separava as duas categorias.

A Lei de Terras de 1850 e o Regulamento das Missões criaram, na Amazônia, situação jurídica peculiar. Enquanto no resto do Império a lei extinguiu a possibilidade de acesso à terra por meio da posse, na Amazônia as “terras devolutas” permaneciam disponíveis para o estabelecimento de aldeias indígenas. Isso significava que o índio, ao contrário do escravo negro, mantinha acesso a território de reprodução social, a aldeia, que funcionava como contraponto à exploração do trabalho urbano. Mas essa possibilidade era cada vez mais teórica: o recrutamento forçado, as epidemias, a pressão dos seringalistas sobre as terras indígenas, reduziam a efetividade dessa proteção jurídica.

A década de 1870 assistiu a intensificação do trabalho escravo nas obras públicas. A transformação de Manaus em capital da recém-criada Província do Amazonas, em 1850, e a elevação à categoria de cidade, em 1848, exigiram investimentos em infraestrutura urbana que a Câmara Municipal não podia realizar apenas com mão de obra indígena. Os escravos alugados tornaram-se solução frequente, criando mercado formal de locação de trabalho escravo que operava paralelamente ao sistema de ganho informal.

Os contratos de aluguel de escravos, registrados em cartório, revelam termos padronizados: o locatário, a Câmara Municipal, a Companhia de Navegação, particulares realizando construções, pagava ao senhor valor diário fixo, assumindo a responsabilidade pela alimentação e pelo alojamento do escravo. A Câmara, em seus registros contábeis, distinguia cuidadosamente os gastos com “aluguel de escravos” dos

gastos com “contratação de índios”, como se a natureza jurídica diferente justificasse a inclusão em rubricas distintas. Mas para o trabalhador, negro ou índio, a experiência do trabalho era semelhante: a mesma pedra, a mesma cal, o mesmo sol, o mesmo comando do mestre-de-obras.

A década de 1870 marcou inflexão decisiva nas condições da escravidão urbana em Manaus. A aceleração da economia da borracha, aproximando-se do boom que caracterizaria os anos 1880 e 1890, transformou a cidade em polo de atração de capitais e trabalhadores. Essa transformação teve efeitos contraditórios sobre a escravidão: por um lado, elevou os preços dos cativos, tornando a propriedade escrava indicador de solvência comercial; por outro, intensificou as pressões abolicionistas e as fugas, colocando em questão a própria viabilidade do sistema.

O censo de 1872 registrou 979 escravos na província; a Matrícula de 1873, 1.183. Em 1884, segundo dados da Presidência da Província, havia 2.419 escravos. Esse crescimento, aparentemente contraditório em contexto de pressões abolicionistas, explica-se pelo tráfego interprovincial. A Lei Eusébio de Queirós (1850), extinguindo o tráfego atlântico, e a Lei do Ventre Livre (1871), libertando os nascidos a partir daquela data, tornaram a escravidão instituição sem reposição natural. Mas a possibilidade de comprar escravos de outras províncias manteve vivo o mercado interno.

Manaus tornou-se destino de escravos vendidos pelas províncias em crise. Os jornais da década de 1870 estão repletos de anúncios de “chegada de negrada” procedente do Maranhão, do Piauí, da Bahia. Em 12 de abril de 1875, O Amazonas anunciou: “Acaba de chegar do Maranhão o vapor Maranhão, trazendo para venda quinze escravos de ambos os sexos, em boas condições de saúde. Interessados dirigir-se ao armazém de João Pereira, na rua do Comércio”. A menção ao “armazém” é significativa: os escravos eram mercadoria como outra qualquer, armazenada e exposta à venda no mesmo espaço das borrachas e dos gêneros secos.

A valorização dos cativos alterou as estratégias senhoriais. A venda tornou-se alternativa à manutenção, especialmente considerando as dificuldades de controle na cidade. Senhores médios, que nos anos 1860 mantinham dois ou três escravos para trabalho doméstico e de ganho, passaram a vendê-los para comprar títulos da dívida pública ou investir no comércio de borracha. A escravidão, antes forma de acumulação, transformava-se em ativo líquido a ser realizado.

Mas a mesma valorização que incentivava a venda também incentivava a fuga. Os escravos, cientes de seu preço elevado, negociavam com mais dureza as condições do ganho, exigiam melhor tratamento, fugiam com mais frequência. Os anúncios de fugidos na década de 1870 são mais detalhados que os anteriores, como se a identificação tivesse tornando-se mais difícil. Em 23 de setembro de 1878, A Província do Amazonas publicou: “Fugiu a escrava Raimunda, parda clara, cabelos crespos, aproximadamente 30 anos, boa figura, falante, que trabalha como ganho na costura. Veste-se bem, usa chapéu de palha e sapatos de cetim. É muito astuta e pode estar “intitulando-se forra”. Oferece-se recompensa de 60\$000”. A

recompensa elevada, a descrição detalhada do vestuário, a menção à astúcia, revelam escravidão onde o controle se tornava cada vez mais difícil e caro.

A Lei do Ventre Livre de 1871 introduziu novas dinâmicas. Os filhos de escravos nascidos a partir daquela data eram, em tese, libertos, mas ficavam sob “tutela” dos senhores até os oito anos de idade, quando deveriam ser entregues ao Estado ou resgatados pelos pais. Na prática, a lei funcionou como mecanismo de extorsão: senhores exigiam dos pais o pagamento do “valor da criança” para libertá-la, criando mercado paralelo de alforrias infantis.

Os registros paroquiais de Manaus permitem acompanhar parcialmente esse processo. O livro de batismos da Freguesia da Conceição, para os anos 1872-1880, registra 134 nascimentos de filhos de escravas, sendo que em 89 casos (66%) o pai é identificado como “forro” ou “livre”. Essa identificação paterna, rara nos registros anteriores, sugere estratégia de proteção: ao registrar o pai livre, a mãe escravizada criava condições jurídicas para futura reivindicação de liberdade da criança. O compadrio com pessoas livres, a construção de redes de parentesco que transpunham a condição escrava, eram formas de resistência silenciosa, mas efetiva.

A imprensa manauara da década de 1870 reflete as tensões crescentes. Os jornais abolicionistas, como O Libertador (fundado em 1880), denunciavam os “escândalos da escravidão” e defendiam a imigração europeia como alternativa. Os jornais conservadores, como A Província do Amazonas, rebatiam argumentando que a escravidão era “necessária aos costumes locais” e que a “ingratidão dos escravos” justificava a manutenção do sistema. O debate, aparentemente ideológico, escondia interesses materiais claros: os abolicionistas eram, em geral, comerciantes ligados ao capital estrangeiro, interessados em trabalho livre; os escravocratas eram proprietários rurais e comerciantes de menor porte, dependentes da mão de obra escrava para atividades de menor lucratividade.

A cidade crescia, se transformava. Novos bairros surgiam, novas ruas se abriam, novos edifícios públicos se erguiam. E nesse processo, a escravidão urbana ia se tornando anacrônica não apenas moralmente, mas economicamente. O trabalho escravo, adequado às atividades domésticas e às obras públicas, mostrava-se inadequado às novas demandas do comércio de borracha, que exigia trabalhadores especializados, móveis, capazes de operar máquinas e lidar com contratos complexos. No caso de Manaus, a década de 1870 já revela sinais de tensão entre a escravidão urbana e as transformações econômicas associadas à expansão da economia da borracha. A abolição de 1888, nesse sentido, ocorre em contexto no qual o sistema escravista enfrentava dificuldades crescentes de adaptação às novas dinâmicas urbanas e comerciais.

## 4 CONCLUSÃO

Quando da proclamação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, havia na Província do Amazonas 2.419 escravos, segundo dados oficiais. Em Manaus, a maioria deles concentrava-se em atividades domésticas e de serviço pessoal, já que as obras públicas haviam sido, nos anos anteriores, progressivamente “libertadas” através da contratação de trabalhadores livres. A abolição, quando veio, foi quase reconhecimento de fato: a escravidão já não era economicamente relevante para a cidade que se projetava como capital da borracha.

Mas essa invisibilidade tardia não deve ocultar a centralidade do trabalho escravo na formação urbana de Manaus. Entre 1850 e 1888, escravos negros construíram as ruas, calçaram os igarapés, ergueram os primeiros edifícios públicos, atenderam nas casas comerciais, transportaram mercadorias no porto, venderam quitutes nas esquinas. Sua presença foi menos numerosa que no Rio de Janeiro ou em Salvador, mas não menos significativa. A escala reduzida da escravidão em Manaus produziu, paradoxalmente, forma mais intensa de exploração, onde a mobilidade urbana exigia vigilância policial constante e onde a fuga era sempre iminente.

A geografia fluvial de Manaus criou configuração específica de escravidão urbana, marcada pela circulação constante, pela dificuldade de controle, pela possibilidade de invisibilidade social. Os igarapés foram, ao mesmo tempo, vias de escoamento da produção e caminhos de fuga; o porto foi, simultaneamente, porta de entrada de novos cativos e ponto de partida para a liberdade; os subúrbios funcionaram como zonas de reprodução da escravaria e como territórios de autonomia relativa. A polícia municipal funcionou como extensão do poder senhorial, aplicando castigos físicos e prisões a pedido de proprietários, em fusão entre Estado e interesses privados que tornava a violência disciplinar mais efetiva e menos visível. A escravidão urbana na Amazônia deve ser entendida como parte da formação da modernidade regional, ligada à economia da borracha e à urbanização da cidade. Não como resíduo arcaico, mas como elemento constitutivo de processo de modernização capitalista.

A historiografia da escravidão urbana brasileira precisa incorporar essa experiência amazônica. Não para simplesmente “incluir a Amazônia” no mapa nacional da escravidão, mas para compreender que a diversidade das formas de escravidão urbana é irreduzível a modelos únicos.

Duas pistas de investigação futura se abrem a partir deste estudo. Uma diz respeito às trajetórias pós-abolição dos escravos urbanos manauaras: onde foram parar os 2.419 libertos de 1888? Como se deram os processos de inserção no mercado de trabalho livre, de mobilidade social, de construção de identidades em cidade que crescia vertiginosamente? Outra pista concerne às redes de solidariedade e compadrio que atravessavam a condição escrava: os registros paroquiais sugerem estratégias de proteção familiar, mas a documentação ainda não permite mapear com precisão essas redes. Investigações de prosopografia, ainda incipientes para a Amazônia Imperial, poderiam avançar significativamente nessa direção.

A memória desses trabalhadores sobrevive nas toponímias esquecidas, a Rua da Cadeia, onde se processava a violência policial; o Largo do Pelourinho, onde se executavam castigos públicos; o bairro do Educandos, onde se refugiavam os fugidos. Sobrevive também nos registros paroquiais, nos processos criminais, nos anúncios de jornais que testemunham urbanidade construída pela dor e pela resistência. Compreender a escravidão urbana em Manaus implica reconhecer que a modernidade amazônica, longe de excepcionalidade, inscreveu-se na lógica escravista brasileira, adaptando-a às possibilidades e limites de cidade fluvial em franca expansão capitalista.

Entre o cais e a cadeia, entre o porto e o igarapé, entre a casa senhorial e a rua do ganho, viveu população escravizada que construiu Manaus sem nela ter sido incluída. Recuperar suas trajetórias é devolver à história da cidade seus agentes silenciados, é reconhecer que a urbanidade amazônica foi, desde suas origens, produto de lutas e negociações entre liberdade e escravidão.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. Fundo Alfândega de Manaus. Série Livros de Registro de Entrada e Saída de Embarcações. Livros 1-5, 1853-1870. Manaus.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. Fundo Delegacia de Polícia de Manaus. Série Livros de Registro de Ocorrências. Livros 1-7, 1858-1881. Manaus.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. Fundo Presidência da Província do Amazonas. Série Matrícula de Escravos. Livros 1-3, 1873-1881. Manaus.

BRASIL. Lei n. 486, de 9 de outubro de 1856. Eleva a vila de Manaus à categoria de cidade. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1856. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1857, p. 23-24.

BRASIL. Recenseamento geral do Império do Brasil que se fez no dia 1º de agosto de 1872. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1873-1876.

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS. Regulamento de Posturas da Câmara Municipal de Manaus. Manaus: Typographia do Diário do Amazonas, 1862.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Edusp, 2014.

PARÁ. Lei Provincial n. 145, de 24 de outubro de 1848. Eleva a vila de Barra do Rio Negro à categoria de cidade. Coleção das Leis Provinciaes do Pará de 1848. Belém: Typographia de Santos & C., 1849, p. 45-46.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SAMPAIO, Patrícia M. Os fios de Ariadne: tipologias de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Manaus: EDUA, 1997.

SAMPAIO, Patrícia M. O trabalho escravo na Amazônia Imperial: uma análise a partir de fontes primárias. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 177-200, 2004.

SOARES, Luiz Carlos. O "povo de cor" na capital do Império: escravidão, liberdade e alforria no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

A Província do Amazonas, Manaus, 14 abr. 1865, p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A Província do Amazonas, Manaus, 7 jul. 1869, p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.


A Província do Amazonas, Manaus, 23 nov. 1876, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A Província do Amazonas, Manaus, 15 mar. 1864, s.p. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O Amazonas, Manaus, 8 dez. 1875, s.p. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS  
IMPACTOS NA RECONFIGURAÇÃO CURRICULAR**

**TEACHER TRAINING IN THE AGE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND ITS IMPACTS  
ON CURRICULUM REDESIGN**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-013>

**Roberto Pires Oliveira**

Bacharel em Engenharia de Sistemas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: robertopiresx@yahoo.com.br

**Hevelynn Franco Martins**

Doutora em Biotecnologia  
Universidade Estadual de Feira de Santana  
E-mail: hevelynn\_martins@hotmail.com

**Edna Margarita Pardo Prieto**

Doutora em Biotecnología Animal  
Universidade Estadual Paulista UNESP, Campus de Botucatu  
E-mail: margaritapardop@gmail.com

**José Leonardo Diniz de Melo**

Doutorando em Educação  
Centro Internacional de Pesquisa Integralize  
E-mail: dinizleonardo152@gmail.com

**Pedro Henrique Farias Vianna**

Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos  
Universidade Federal de Roraima  
E-mail: pedrofanna@gmail.com

**Creilson de Jesus Conceição**

Mestre em Matemática  
Universidade Federal de Sergipe  
E-mail: creilson santos@hotmail.com

**Victor Belmonte Major de Paula**

Mestre em Educação  
Universidade de Taubaté  
E-mail: vb.depaula7@gmail.com

**Telmo Rosa Nogueira**

Mestre em Educação Inclusiva  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
E-mail: telmo.nogueira.uemg.t5@gmail.com

**Lucas Almeida**

Mestrando em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês  
Universidade de São Paulo  
E-mail: lucas-almeida@usp.br

**Walter Machado de Amorim**

Mestrando em Ciências da Educação  
Ivy Enber Christian University  
E-mail: walte20@hotmail.com

**Tiago Henrique da Silva**

Mestrando em Engenharia Ambiental  
Universidade Federal de Pernambuco  
E-mail: tiagoh99@gmail.com

**Carlos Malan de Souza Fonseca Júnior**

Licenciado em Letras com Habilitação em Línguas Portuguesa e Inglesa  
Universidade de Pernambuco  
E-mail: carlosmalanfonseca@gmail.com

## RESUMO

A expansão das tecnologias digitais tem provocado mudanças significativas em diferentes setores da sociedade, incluindo o campo educacional, onde a inteligência artificial vem assumindo um papel cada vez mais relevante na organização dos processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, observa-se que a presença dessas tecnologias tem impulsionado reflexões sobre a necessidade de repensar a formação de professores e a estrutura curricular das instituições de ensino, uma vez que os profissionais da educação precisam desenvolver novas competências para atuar em ambientes educacionais cada vez mais mediados por tecnologias digitais. Diante desse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a inteligência artificial tem impactado a formação de professores e contribuído para processos de reconfiguração curricular no contexto educacional. Assim, o objetivo deste estudo consiste em analisar, por meio de uma revisão de literatura, como a expansão da inteligência artificial tem influenciado a formação docente e quais são suas implicações para a reorganização curricular na educação. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir de uma revisão de literatura com caráter exploratório e descritivo. Para a composição do corpus de análise foram selecionadas produções científicas publicadas entre os anos de 2010 e 2025, obtidas por meio de buscas nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo. Ao final do processo de seleção foram incluídos 12 trabalhos, sendo 10 artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos, 1 resumo expandido publicado em anais de congresso e 1 livro de referência na área educacional. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise temática, que permitiu identificar os principais eixos de discussão presentes na literatura sobre inteligência artificial, formação docente e reconfiguração curricular. Os resultados da pesquisa indicam que

a expansão da inteligência artificial tem promovido transformações relevantes no campo educacional, especialmente no que se refere à necessidade de desenvolver competências digitais e pedagógicas na formação de professores. Os estudos analisados apontam que a presença dessas tecnologias tem impulsionado processos de inovação pedagógica, ampliado possibilidades de personalização da aprendizagem e incentivado a reformulação dos currículos educacionais para incorporar novas competências relacionadas ao pensamento crítico, à resolução de problemas e ao uso ético das tecnologias digitais. Ao mesmo tempo, a literatura destaca desafios relacionados à formação docente, à mediação pedagógica e às implicações éticas do uso de sistemas inteligentes na educação. Conclui-se que a inteligência artificial tem contribuído para impulsionar processos de reconfiguração curricular e para ampliar o debate sobre a formação de professores diante das transformações tecnológicas contemporâneas. Nesse sentido, o estudo reforça a importância de fortalecer programas de formação inicial e continuada que preparem os docentes para utilizar tecnologias digitais de forma crítica, pedagógica e socialmente responsável, contribuindo para a construção de práticas educativas mais inovadoras e alinhadas às demandas educacionais atuais.

**Palavras-chave:** Inteligência artificial; Formação de professores; Currículo educacional; Tecnologias digitais.

### ABSTRACT

The expansion of digital technologies has brought about significant changes in different sectors of society, including the educational field, where artificial intelligence is assuming an increasingly relevant role in the organization of teaching and learning processes. In this context, it is observed that the presence of these technologies has driven reflections on the need to rethink teacher training and the curricular structure of educational institutions, since education professionals need to develop new skills to work in educational environments increasingly mediated by digital technologies. Given this scenario, the following research problem emerges: how has artificial intelligence impacted teacher training and contributed to curricular reconfiguration processes in the educational context? Thus, the objective of this study is to analyze, through a literature review, how the expansion of artificial intelligence has influenced teacher training and what its implications are for curricular reorganization in education. Methodologically, the research is characterized as a qualitative study, developed from a literature review with an exploratory and descriptive character. For the composition of the analysis corpus, scientific productions published between 2010 and 2025 were selected, obtained through searches in the Google Scholar and SciELO databases. At the end of the selection process, 12 works were included: 10 scientific articles published in academic journals, 1 extended abstract

published in conference proceedings, and 1 reference book in the educational field. The data were analyzed using thematic analysis, which allowed the identification of the main axes of discussion present in the literature on artificial intelligence, teacher training, and curriculum reconfiguration. The research results indicate that the expansion of artificial intelligence has promoted relevant transformations in the educational field, especially regarding the need to develop digital and pedagogical skills in teacher training. The analyzed studies point out that the presence of these technologies has driven pedagogical innovation processes, expanded possibilities for personalized learning, and encouraged the reformulation of educational curricula to incorporate new skills related to critical thinking, problem-solving, and the ethical use of digital technologies. At the same time, the literature highlights challenges related to teacher training, pedagogical mediation, and the ethical implications of using intelligent systems in education. It concludes that artificial intelligence has contributed to driving curricular reconfiguration processes and broadening the debate on teacher training in the face of contemporary technological transformations. In this sense, the study reinforces the importance of strengthening initial and continuing training programs that prepare teachers to use digital technologies in a critical, pedagogically, and socially responsible way, contributing to the construction of more innovative educational practices aligned with current educational demands.

**Keywords:** Artificial intelligence; Teacher training; Educational curriculum; Digital technologies.

## 1 INTRODUÇÃO

A incorporação de tecnologias digitais nos processos educacionais tem promovido transformações significativas nas formas de ensinar, aprender e produzir conhecimento. Entre essas transformações, destaca-se o avanço da inteligência artificial, que vem se consolidando como um recurso capaz de apoiar práticas pedagógicas, otimizar processos de avaliação e ampliar possibilidades de personalização do ensino. Nesse contexto, a formação de professores passa a ocupar um lugar central nas discussões educacionais, uma vez que os docentes são agentes fundamentais na mediação entre as tecnologias emergentes e o desenvolvimento do processo educativo.

A presença cada vez mais frequente de ferramentas baseadas em inteligência artificial no cotidiano escolar tem provocado mudanças relevantes na organização das práticas pedagógicas e na própria concepção de currículo. Plataformas educacionais inteligentes, sistemas de recomendação de conteúdos e recursos automatizados de acompanhamento da aprendizagem vêm alterando a dinâmica das salas de aula e demandando novas competências por parte dos profissionais da educação. Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre como os cursos de formação docente estão se reorganizando para preparar professores capazes de atuar de forma crítica, ética e pedagógica em ambientes educacionais mediados por tecnologias avançadas.

A relevância dessa temática se evidencia pela crescente influência da inteligência artificial em diferentes setores da sociedade, incluindo o campo educacional. A discussão sobre a formação docente diante dessas transformações não se limita ao domínio técnico das ferramentas digitais, mas envolve também aspectos pedagógicos, epistemológicos e curriculares. Assim, compreender os impactos da inteligência artificial na formação de professores contribui para fortalecer debates acadêmicos voltados à inovação educacional, ao desenvolvimento profissional docente e à construção de práticas pedagógicas mais alinhadas com as demandas contemporâneas.

Apesar do avanço das tecnologias educacionais, ainda se observa uma lacuna significativa no que diz respeito à integração sistemática da inteligência artificial nos processos formativos dos professores. Muitos currículos de formação inicial e continuada ainda apresentam limitações quanto à abordagem crítica e pedagógica dessas tecnologias, o que pode dificultar a preparação dos docentes para lidar com novos desafios educacionais. Nesse sentido, emerge o seguinte problema de investigação: de que maneira a presença crescente da inteligência artificial influencia a formação de professores e quais são seus impactos na reconfiguração curricular nos contextos educacionais?

A escolha desse tema justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate acadêmico sobre as mudanças que vêm ocorrendo na formação docente em decorrência das transformações tecnológicas. À medida que a inteligência artificial passa a desempenhar um papel mais ativo na produção, organização e disseminação do conhecimento, torna-se fundamental compreender como os currículos formativos podem ser reestruturados para atender às novas demandas educacionais. Assim, discutir a formação de professores nesse contexto contribui para ampliar reflexões sobre inovação pedagógica, desenvolvimento profissional e atualização das práticas educativas.

Diante dessas considerações, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar, por meio de uma revisão de literatura, como a formação de professores vem sendo impactada pela expansão da inteligência artificial e de que forma essas transformações têm contribuído para processos de reconfiguração curricular no campo educacional. Busca-se, portanto, identificar tendências, desafios e possibilidades apontadas pela produção científica recente, destacando aspectos relevantes para a formação docente em ambientes educacionais tecnologicamente mediados.

Este estudo apresenta relevância tanto no âmbito científico quanto no campo prático da educação. Do ponto de vista acadêmico, contribui para sistematizar reflexões presentes na literatura sobre a relação entre inteligência artificial, formação docente e currículo. Já no âmbito educacional, pode oferecer subsídios para pesquisadores, gestores e formadores de professores interessados em compreender os caminhos possíveis para integrar de maneira crítica e pedagógica as tecnologias emergentes nos processos formativos, fortalecendo práticas educativas mais reflexivas, inovadoras e socialmente comprometidas.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de uma revisão de literatura com caráter exploratório e descritivo, cujo objetivo foi compreender como a formação de professores tem sido impactada pela expansão da inteligência artificial e quais são suas implicações na reconfiguração curricular no campo educacional. A revisão de literatura foi adotada como estratégia metodológica por permitir a análise e a sistematização do conhecimento científico já produzido sobre o tema, possibilitando identificar tendências, desafios e perspectivas apontadas por diferentes autores no contexto das transformações tecnológicas aplicadas à educação.

Para a composição do corpus de análise foram estabelecidos critérios de seleção previamente definidos, considerando publicações científicas produzidas no período entre 2010 e 2025, com o intuito de reunir estudos recentes e relevantes sobre a temática investigada. A busca pelos materiais foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo. Ao final do processo de seleção foram incluídos 12 trabalhos, sendo 10 artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos, 1 resumo expandido publicado em anais de congresso e 1 livro de referência na área educacional, todos considerados pertinentes para a análise proposta.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise temática, que permitiu identificar e organizar os principais eixos de discussão presentes nos trabalhos selecionados, possibilitando a construção de categorias analíticas relacionadas à formação docente, às transformações curriculares e aos impactos da inteligência artificial no campo educacional. No que se refere às considerações éticas, o estudo respeitou os princípios de integridade acadêmica, garantindo a correta citação das fontes utilizadas e a fidelidade às ideias dos autores analisados. Como limitação da pesquisa, destaca-se o fato de que a investigação se baseia exclusivamente em fontes bibliográficas, o que restringe a análise às produções disponíveis na literatura científica, não contemplando dados empíricos provenientes de experiências práticas em contextos educacionais específicos, aspecto que poderá ser explorado em estudos futuros.

## 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Fiorucci (2025), a incorporação da inteligência artificial no campo educacional tem promovido mudanças significativas nas formas de produção, disseminação e organização do conhecimento, uma vez que sistemas inteligentes possibilitam novas estratégias de ensino, análise de dados educacionais e personalização da aprendizagem, contribuindo para ampliar as possibilidades pedagógicas e fortalecer processos educativos mais dinâmicos e interativos, contudo tais avanços tecnológicos também demandam reflexões críticas sobre o papel do professor, sobre a mediação pedagógica e sobre a necessidade de preservar a dimensão humana da educação diante da crescente presença de tecnologias digitais no ambiente escolar.

Segundo Mathias e Schuhmacher (2025), a presença cada vez mais intensa das tecnologias digitais nos ambientes educacionais exige que a formação docente seja repensada de maneira crítica e contextualizada, uma vez que os professores precisam desenvolver competências que lhes permitam compreender, selecionar e utilizar recursos tecnológicos de forma pedagógica, ética e responsável, contribuindo para a construção de práticas educativas que integrem inovação tecnológica e desenvolvimento humano, além de favorecer a preparação de profissionais capazes de atuar em contextos educacionais cada vez mais mediados por tecnologias digitais.

Conforme Campos e Lastória (2020), a utilização da inteligência artificial no campo educacional tem possibilitado o desenvolvimento de ferramentas capazes de apoiar o ensino e a aprendizagem por meio da análise de dados educacionais, da adaptação de conteúdos às necessidades dos estudantes e da automação de processos pedagógicos, permitindo ampliar o acompanhamento do desempenho acadêmico e favorecer estratégias de ensino mais personalizadas, contudo a incorporação dessas tecnologias também exige uma reflexão crítica sobre seus impactos pedagógicos, sociais e éticos no contexto educacional.

Segundo Secchin *et al.* (2024), a presença crescente da inteligência artificial no campo educacional tem impulsionado processos de reconfiguração curricular, uma vez que as instituições de ensino precisam adaptar seus currículos para contemplar novas competências relacionadas ao pensamento crítico, ao uso responsável das tecnologias e à compreensão dos sistemas digitais que permeiam a sociedade contemporânea, tornando necessário desenvolver propostas curriculares mais flexíveis, interdisciplinares e alinhadas às demandas tecnológicas e sociais emergentes.

Na visão de Blauth e Scherer (2020), o desenvolvimento de competências digitais na formação de professores constitui um elemento essencial para a integração efetiva das tecnologias no processo educativo, uma vez que os docentes precisam compreender não apenas o funcionamento técnico das ferramentas digitais, mas também suas possibilidades pedagógicas, didáticas e metodológicas, de modo a promover práticas educativas que utilizem a tecnologia como recurso para ampliar as oportunidades de aprendizagem e estimular a construção do conhecimento de forma crítica e reflexiva.

Conforme Coelho *et al.* (2025), a formação continuada de professores constitui um elemento fundamental para acompanhar as transformações educacionais impulsionadas pelas tecnologias digitais e pela inteligência artificial, uma vez que a rápida evolução dessas ferramentas exige atualização constante dos profissionais da educação para que possam compreender seus potenciais pedagógicos e utilizá-las de maneira crítica e significativa no processo de ensino e aprendizagem, nesse contexto programas de capacitação, cursos de aperfeiçoamento e iniciativas institucionais voltadas à inovação educacional tornam-se essenciais para fortalecer o desenvolvimento profissional docente e promover práticas pedagógicas capazes de integrar recursos tecnológicos às demandas formativas contemporâneas.

De acordo com Silva *et al.* (2023), a utilização de sistemas baseados em inteligência artificial no campo educacional tem ampliado as possibilidades de personalização da aprendizagem ao permitir a análise de dados relacionados ao desempenho dos estudantes e a adaptação de conteúdos de acordo com suas necessidades individuais, o que possibilita o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais flexíveis e centradas no aluno, favorecendo o acompanhamento mais preciso das dificuldades e potencialidades dos estudantes e contribuindo para a construção de experiências educativas mais inclusivas, dinâmicas e alinhadas aos diferentes ritmos de aprendizagem presentes no contexto escolar.

Segundo Kenski (2010), mesmo diante do avanço das tecnologias digitais e da crescente presença de sistemas inteligentes nos ambientes educacionais, o professor continua desempenhando um papel essencial na mediação do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que sua atuação envolve orientar os estudantes na construção do conhecimento, estimular o pensamento crítico e promover reflexões sobre o uso consciente e responsável das tecnologias, nesse sentido a presença docente permanece indispensável para garantir que os recursos tecnológicos sejam utilizados como instrumentos pedagógicos capazes de potencializar a aprendizagem sem substituir a dimensão humana e social do processo educativo.

Consoante Fiorucci (2025), a utilização de sistemas baseados em inteligência artificial no campo educacional pode favorecer processos de inovação pedagógica ao possibilitar novas formas de interação entre estudantes, professores e conteúdos educacionais, contribuindo para o desenvolvimento de ambientes de aprendizagem mais interativos, colaborativos e orientados por dados, contudo a efetividade dessas inovações depende diretamente da preparação dos professores para compreender as potencialidades e limitações dessas tecnologias e integrá-las de maneira crítica e pedagogicamente significativa às práticas de ensino.

Segundo Floridi *et al.* (2018), o avanço da inteligência artificial em diferentes setores da sociedade tem gerado importantes discussões relacionadas às questões éticas, especialmente no que se refere ao uso de dados, à transparência dos algoritmos e à responsabilidade social no desenvolvimento e aplicação dessas tecnologias, no campo educacional essas reflexões tornam-se ainda mais relevantes, uma vez que o uso de sistemas inteligentes envolve informações sensíveis sobre estudantes e processos de aprendizagem, tornando necessário que professores e instituições educacionais desenvolvam práticas responsáveis que garantam a proteção de dados, a equidade educacional e a utilização ética das tecnologias digitais.

De acordo com Kehl *et al.* (2025), a transformação digital que caracteriza a sociedade contemporânea tem provocado mudanças profundas na organização curricular das instituições educacionais, uma vez que o currículo escolar precisa incorporar conhecimentos, habilidades e competências relacionadas ao uso crítico das tecnologias digitais, ao desenvolvimento do pensamento computacional e à capacidade de resolver problemas em contextos cada vez mais mediados por tecnologias,

o que exige processos de reconfiguração curricular capazes de integrar inovação pedagógica, interdisciplinaridade e formação cidadã no contexto educacional.

Na perspectiva de Leite (2021), a educação digital deve ir além da simples utilização de recursos tecnológicos no ambiente escolar, sendo necessário promover uma formação que desenvolva nos estudantes a capacidade de compreender criticamente os impactos sociais, culturais e econômicos das tecnologias digitais, incentivando o uso responsável e consciente dessas ferramentas na produção e no compartilhamento de informações, de modo que a escola contribua para a formação de cidadãos capazes de atuar de forma ética, crítica e participativa em uma sociedade cada vez mais conectada.

Segundo Rodrigues (2022), os desafios da formação docente na cultura digital envolvem a necessidade de desenvolver competências pedagógicas, tecnológicas e críticas que permitam aos professores atuar de maneira significativa em ambientes educacionais cada vez mais mediados por tecnologias digitais, o que exige processos formativos capazes de integrar teoria e prática, estimular a experimentação pedagógica e promover o desenvolvimento de metodologias inovadoras que contribuam para tornar o processo de ensino e aprendizagem mais dinâmico, participativo e alinhado às demandas da sociedade contemporânea.

Conforme Secchin et al. (2024), a expansão da inteligência artificial no campo educacional tem apresentado desafios relevantes para instituições de ensino e para os profissionais da educação, especialmente no que se refere à necessidade de repensar práticas pedagógicas, currículos e processos de formação docente, uma vez que a presença crescente dessas tecnologias exige que professores e estudantes desenvolvam competências relacionadas ao pensamento crítico, à análise de dados e ao uso responsável das tecnologias digitais, contribuindo para a construção de uma educação mais alinhada às transformações sociais e tecnológicas contemporâneas.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os estudos analisados evidenciam que a inserção da inteligência artificial no campo educacional tem provocado transformações significativas na forma como o ensino e a aprendizagem são concebidos e organizados, especialmente no que se refere à ampliação do uso de tecnologias digitais no cotidiano escolar. Nesse contexto, os trabalhos revisados apontam que a presença de sistemas inteligentes, plataformas educacionais e ferramentas baseadas em dados tem contribuído para modificar práticas pedagógicas e ampliar possibilidades didáticas. Esses resultados indicam que a educação passa por um processo de adaptação às novas demandas tecnológicas da sociedade contemporânea, exigindo mudanças estruturais nos processos de formação docente e na organização curricular das instituições de ensino.

Outro eixo recorrente identificado na literatura refere-se à necessidade de fortalecimento da formação de professores para atuar em ambientes educacionais mediados por tecnologias avançadas. Os estudos analisados indicam que muitos docentes ainda enfrentam dificuldades relacionadas ao domínio pedagógico das ferramentas digitais e ao uso crítico da inteligência artificial no processo de ensino. Dessa forma, a literatura destaca que programas de formação inicial e continuada precisam incorporar discussões mais aprofundadas sobre tecnologia, inovação pedagógica e competências digitais, de modo a preparar os professores para lidar com os desafios e as possibilidades que emergem com a presença da inteligência artificial na educação.

Os resultados também apontam que a reconfiguração curricular constitui um dos principais impactos da expansão das tecnologias digitais e da inteligência artificial no campo educacional. A análise dos trabalhos revela que diversas propostas curriculares vêm sendo reformuladas com o objetivo de incorporar competências relacionadas ao pensamento crítico, à resolução de problemas, ao pensamento computacional e ao uso ético das tecnologias digitais. Nesse sentido, os estudos convergem ao afirmar que os currículos educacionais precisam tornar-se mais flexíveis, interdisciplinares e alinhados às demandas de uma sociedade cada vez mais marcada pela presença de tecnologias inteligentes.

Outro aspecto evidenciado na literatura refere-se ao potencial da inteligência artificial para promover processos de personalização da aprendizagem. Diversos estudos apontam que sistemas inteligentes podem contribuir para analisar dados educacionais e oferecer conteúdos adaptados às necessidades individuais dos estudantes, favorecendo estratégias pedagógicas mais centradas no aluno. Entretanto, embora os autores reconheçam as possibilidades oferecidas por essas tecnologias, também ressaltam a importância de manter a mediação pedagógica do professor como elemento central no processo educativo, evitando que o ensino se torne excessivamente automatizado ou dependente de sistemas tecnológicos.

Além das possibilidades pedagógicas, os estudos revisados também destacam preocupações relacionadas às implicações éticas do uso da inteligência artificial na educação. Entre os principais pontos discutidos na literatura estão questões relacionadas à privacidade dos dados educacionais, à transparência dos algoritmos e ao risco de reprodução de desigualdades sociais por meio de sistemas automatizados. Esses aspectos reforçam a necessidade de que a formação docente contemple debates éticos e críticos sobre o uso das tecnologias digitais, permitindo que professores e estudantes compreendam não apenas o funcionamento dessas ferramentas, mas também seus impactos sociais e educacionais.

Os resultados também revelam convergências importantes entre os autores analisados no que diz respeito ao papel central do professor na mediação do uso das tecnologias educacionais. Mesmo diante do avanço da inteligência artificial e da automação de determinados processos pedagógicos, a literatura aponta que a atuação docente continua sendo fundamental para orientar os estudantes, promover reflexões críticas

e garantir que as tecnologias sejam utilizadas de forma significativa no processo de construção do conhecimento. Dessa forma, os estudos reforçam a ideia de que a inteligência artificial deve ser compreendida como um recurso de apoio à prática pedagógica, e não como substituta da atuação do professor.

A análise dos trabalhos permite compreender que a formação de professores na era da inteligência artificial demanda uma abordagem mais integrada entre tecnologia, pedagogia e currículo. Os resultados indicam que a preparação docente precisa contemplar não apenas o domínio técnico das ferramentas digitais, mas também o desenvolvimento de competências críticas, éticas e pedagógicas que permitam utilizar essas tecnologias de maneira consciente e responsável. Assim, os achados da pesquisa contribuem para responder ao problema investigado ao evidenciar que a inteligência artificial tem impulsionado processos de reconfiguração curricular e exigido novas perspectivas para a formação de professores, destacando a importância de repensar práticas formativas alinhadas às transformações educacionais contemporâneas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises realizadas ao longo deste estudo permitiram compreender que a presença crescente da inteligência artificial no campo educacional tem provocado mudanças relevantes nos processos de formação docente e na organização curricular das instituições de ensino. A revisão da literatura evidenciou que essas transformações estão relacionadas principalmente à incorporação de tecnologias digitais nos ambientes de aprendizagem, ao desenvolvimento de novas competências pedagógicas e à necessidade de currículos mais flexíveis e alinhados às demandas tecnológicas contemporâneas. Dessa forma, pode-se afirmar que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, uma vez que foi possível identificar, a partir dos estudos analisados, os principais impactos da inteligência artificial na formação de professores e na reconfiguração curricular no contexto educacional.

No que se refere ao problema de pesquisa, os resultados indicam que a inteligência artificial tem influenciado diretamente as discussões sobre formação docente, exigindo que professores desenvolvam competências relacionadas ao uso crítico e pedagógico das tecnologias digitais. A literatura analisada demonstra que a reconfiguração curricular tem se consolidado como uma estratégia necessária para integrar conhecimentos tecnológicos, competências digitais e abordagens pedagógicas inovadoras aos processos formativos. Nesse sentido, observa-se uma convergência entre os autores quanto à necessidade de fortalecer programas de formação inicial e continuada que preparem os professores para atuar de forma reflexiva e responsável em ambientes educacionais cada vez mais mediados por tecnologias inteligentes.

Apesar das contribuições apresentadas, este estudo possui limitações relacionadas ao fato de se tratar de uma revisão de literatura, o que restringe a análise às produções científicas disponíveis sobre o tema, sem a realização de investigação empírica em contextos educacionais específicos. Ainda assim, os resultados obtidos contribuem para ampliar as discussões sobre a relação entre inteligência artificial, formação docente e reconfiguração curricular, apontando a necessidade de aprofundar pesquisas que investiguem, na prática, como essas transformações estão sendo implementadas nas instituições de ensino. Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas que analisem experiências concretas de integração da inteligência artificial na formação de professores, bem como investigações que explorem estratégias pedagógicas e curriculares capazes de potencializar o uso crítico e responsável dessas tecnologias no campo educacional.

## REFERÊNCIAS

- BLAUTH, Ivanete Fátima; SCHERER, Suely. Formação de professores para integração de tecnologias digitais ao currículo: Uma narrativa e muitas ações. **Revista e-Curriculum**, [S. l.], v. 18, n. 4, p. 1748–1770, 2020. DOI: 10.23925/1809-3876.2020v18i4p1748-1770. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/47762>. Acesso em: 18 fev. 2026.
- CAMPOS, Luis Fernando Altenfelder de Arruda; LASTÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco. Semiformação e inteligência artificial no ensino. **Pro-Posições**, v. vol. 31, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/212770>. Acesso em: 18 fev. 2026.
- COELHO, Nicole Caroline *et al.* **A formação continuada de professores em inteligência artificial.** *Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP*, 2025. Disponível em: [https://congressos.ifsp.edu.br/conict/article/view/479?utm\\_source](https://congressos.ifsp.edu.br/conict/article/view/479?utm_source). Acesso em: 18 fev. 2026.
- FIORUCCI, Rodolfo. Educação e Inteligência Artificial: Inovação pedagógica, tecnológica e curricular. **SciELO Preprints**, 2025. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.14514. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/14514>. Acesso em: 18 fev. 2026.
- FLORIDI, Luciano *et al.* AI4People – An ethical framework for a good AI society. **Minds and Machines**, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11023-018-9482-5>. Acesso em: 19 fev. 2026.
- KEHL, Solange Triunfo *et al.* Transformação do currículo escolar com a inclusão de mídias digitais. **Revista DCS**, v. 22, n. 82, p. e3382-e3382, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/3382>. Acesso em: 19 fev. 2026.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** Campinas: 8ª Ed. Papirus, (2010).
- LEITE, Bruno Silva. Tecnologias digitais e metodologias ativas: Quais são conhecidas pelos professores e quais são possíveis na educação?. **VIDYA**, Santa Maria (RS, Brasil), v. 41, n. 1, p. 185–202, 2021. DOI: 10.37781/vidya.v41i1.3773. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/3773>. Acesso em: 20 fev. 2026.

MATHIAS, Francisca; SCHUHMACHER, Vera Rejane Niedersberg. Formação continuada: os professores de e os desafios frente às novas tecnologias e à inteligência artificial. **Devir Educação**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. e-940, 2025. DOI: 10.30905/rde.v9i1.940. Disponível em: <https://devireducao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/940>. Acesso em: 18 fev. 2026.


RODRIGUES, Daniela Gureski et al. Metodologias ativas a partir de uma visão inovadora. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, p. e11611628939-e11611628939, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/28939>. Acesso em: 20 fev. 2026.

SECCHIN, Roberta Davel *et al.* A integração de tecnologias de inteligência artificial no currículo: Implicações para a formação de professores. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 10, p. 4082–4103, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i10.16398. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16398>. Acesso em: 18 fev. 2026.

SILVA, Keila Ramos da *et al.* Inteligência artificial e seus impactos na educação: uma revisão sistemática. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 11, p. e4114353-e4114353, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/4353>. Acesso em: 19 fev. 2026.

**ENTRE EMANCIPAÇÃO E SUBMISSÃO: *SENHORA*, DE JOSÉ DE ALENCAR**

**BETWEEN EMANCIPATION AND SUBMISSION: *SENHORA*, BY JOSÉ DE ALENCAR**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-014>

**Bruna Silva Vieira de Araújo**

Especialista em Literatura e Ensino  
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)  
E-mail: [bsilvavieiradearaujo@gmail.com](mailto:bsilvavieiradearaujo@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9786912336785550>

**Wanderson de Freitas dos Santos**

Doutorando em Literatura  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
E-mail: [freitaswanderson93@gmail.com](mailto:freitaswanderson93@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2553937644895741>

**Wanessa de Sousa Santos**

Mestranda em Letras  
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)  
E-mail: [wannesshsousa123@gmail.com](mailto:wannesshsousa123@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5023029225173487>

**Thiago Muniz da Silva**

Doutorando em Literatura  
Universidade Federal de Santa Catarina  
E-mail: [munizpib2017@gmail.com](mailto:munizpib2017@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5712513687209459>

**Hádrya Jacqueline da Silva Santos**

Mestra em Letras  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
E-mail: [hadryasantos@gmail.com](mailto:hadryasantos@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0770235609343049>

**Mirna Rocha Silva**

Mestra em Letras  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
E-mail: [mirnarochasilva@gmail.com](mailto:mirnarochasilva@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3482173094319325>

**Natal da Silva dos Santos**

Especialista em Educação e Linguagem na Escola  
Universidade de Brasília (Unb)  
E-mail: [natalmendes25@gmail.com](mailto:natalmendes25@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2210795559921713>

## RESUMO

Este artigo analisa a construção da personagem Aurélia Camargo no romance *Senhora* (1875), de José de Alencar, com o objetivo de compreender em que medida a protagonista pode ser interpretada como figura de autonomia feminina ou se sua trajetória reafirma os limites impostos pelas relações de gênero na sociedade brasileira do século XIX. Parte-se da hipótese de que, embora Aurélia aparente romper com os padrões femininos de seu tempo ao assumir posição de poder econômico e conduzir a negociação de seu casamento, sua experiência permanece marcada pelos valores românticos que vinculam a mulher ao amor e à conjugalidade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, baseada em análise literária da obra e em revisão bibliográfica da crítica literária e dos estudos de gênero. A análise demonstra que a emancipação da personagem se revela parcial e contraditória, uma vez que sua trajetória culmina na reafirmação da ordem conjugal e das estruturas sociais que regulam as relações entre homens e mulheres na sociedade imperial brasileira.

**Palavras-chave:** *Senhora*; Aurélia Camargo; Emancipação; Romance urbano.

## ABSTRACT

This article analyzes the construction of the character Aurélia Camargo in the novel *Senhora* (1875), by José de Alencar, in order to examine to what extent the protagonist may be interpreted as a figure of female autonomy or whether her trajectory ultimately reaffirms the limits imposed by gender relations in nineteenth-century Brazilian society. The study is based on the hypothesis that, although Aurélia appears to challenge the feminine norms of her time by assuming economic power and orchestrating the negotiation of her own marriage, her experience remains shaped by romantic ideals that associate women with love and conjugal life. Methodologically, this is a qualitative and exploratory study grounded in literary analysis of the novel and in a review of scholarship in literary criticism and gender studies. The analysis shows that the character's autonomy proves to be partial and contradictory, since her trajectory ultimately culminates in the reaffirmation of the conjugal order and of the social structures that regulate relations between men and women in imperial Brazilian society.

**Keywords:** *Senhora*; Aurélia Camargo; Emancipation; Urban novel.

## 1 INTRODUÇÃO

Publicada em 1875, a obra *Senhora*, de José de Alencar, ocupa lugar de destaque no romance urbano brasileiro do século XIX, não apenas por tematizar os costumes da elite fluminense do Segundo Reinado, mas também por problematizar relações entre dinheiro, casamento, poder e gênero no interior da sociedade

imperial. Entre os diversos elementos que conferem densidade à narrativa, destaca-se a construção de Aurélia Camargo, personagem cuja trajetória articula, de forma complexa, autonomia aparente, desejo amoroso, ressentimento e submissão. Mais do que heroína romântica, Aurélia constitui uma figura contraditória, por meio da qual o romance encena os limites da liberdade feminina em uma ordem social profundamente patriarcal.

Essa ambivalência pode ser compreendida à luz da interpretação de Roberto Schwarz (2000), para quem o romance brasileiro do século XIX frequentemente expressa as contradições entre as formas literárias modernas importadas da Europa e a estrutura social brasileira, marcada por relações patriarcais e pelo sistema de favor.

No contexto do Brasil oitocentista, a condição da mulher, sobretudo entre as camadas dominantes, permanecia fortemente vinculada à autoridade masculina, ao casamento como instituição reguladora da vida social e à lógica patrimonial que submetia afetos e escolhas individuais aos interesses econômicos e familiares. Nesse cenário, a personagem de Alencar adquire especial relevância, pois sua aparente capacidade de decisão e de controle — intensificada pela posse da fortuna herdada — não elimina sua inscrição em uma estrutura simbólica que continua a definir a mulher a partir do amor, da conjugalidade e da dependência de legitimação masculina.

A partir dessa perspectiva, este artigo busca investigar o seguinte problema: em que medida Aurélia Camargo, em *Senhora*, representa uma figura de autonomia feminina e em que medida sua trajetória reafirma os mecanismos de subordinação próprios da sociedade do Brasil Imperial? A hipótese que orienta esta reflexão é a de que Aurélia encena uma forma de liberdade apenas parcial e contraditória: embora aparente romper com os padrões femininos de seu tempo, sua experiência permanece delimitada pelos valores românticos e pelas estruturas patriarcais que organizam o casamento, o amor e a posição social da mulher.

Desse modo, o objetivo deste estudo é analisar a personagem Aurélia como expressão das contradições de gênero presentes na sociedade brasileira do século XIX, observando como sua trajetória evidencia a tensão entre poder e submissão, independência e sujeição, desejo de autonomia e permanência da ordem patriarcal. Para tanto, toma-se *Senhora* não apenas como narrativa sentimental, mas como texto literário que, ao representar o universo urbano da elite imperial, permite problematizar as formas pelas quais a literatura participa da construção, da reprodução e da crítica das relações sociais de seu tempo.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de análise literária da obra e de revisão bibliográfica. O estudo apoia-se em contribuições da crítica literária, dos estudos de gênero e da sociologia da literatura, a fim de compreender tanto a construção estética da personagem quanto as implicações ideológicas presentes em sua

representação. Também se mobilizam reflexões acerca do romance urbano e da condição feminina no Brasil oitocentista, de modo a situar a narrativa de Alencar em seu horizonte histórico e cultural.

A relevância do estudo reside no fato de que esse romance de Alencar permanece como obra central para a compreensão das articulações entre literatura, sociedade e gênero no século XIX brasileiro. Ao analisar Aurélia Camargo entre a liberdade e a subordinação, pretende-se contribuir para uma leitura crítica do romance, indicando que a força da personagem não se resolve em emancipação plena, mas antes revela as fissuras e os limites de uma sociedade que, embora em processo de modernização, mantinha intactos muitos dos fundamentos de sua organização oitocentista.

## **2 O ROMANCE URBANO E A CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL IMPERIAL**

O Romantismo brasileiro constituiu um momento decisivo para a consolidação da literatura nacional, especialmente após a Independência política do país. Ao longo do século XIX, a produção literária passou a buscar temas, personagens e cenários capazes de representar a sociedade brasileira em suas especificidades históricas e culturais. Nesse processo, o romance tornou-se um dos principais instrumentos de interpretação da realidade social, permitindo a representação dos costumes, das relações familiares e das tensões presentes na vida cotidiana da sociedade imperial. Como observa Coutinho (1999), o Romantismo desempenhou papel fundamental na formação da literatura brasileira, contribuindo para a construção de uma identidade cultural própria e para o desenvolvimento de uma produção literária voltada para a realidade nacional.

Nesse contexto, José de Alencar destacou-se como um dos principais romancistas do período, tendo desempenhado papel central na consolidação do romance brasileiro. Suas obras buscaram representar diferentes dimensões da sociedade do século XIX, explorando temas ligados à formação histórica do país, à natureza, às relações sociais e aos costumes urbanos. A produção romanesca do autor costuma ser agrupada em diferentes vertentes temáticas, entre as quais se destacam o romance indianista, o romance regionalista, o romance histórico e o romance urbano. Este último assume especial importância por retratar a vida social da Corte e os valores que orientavam a elite urbana do Império.

O romance urbano, também conhecido como romance de costumes, caracteriza-se por representar o cotidiano das cidades, focalizando as relações sociais, os comportamentos e os valores predominantes na vida burguesa do século XIX. Nesse tipo de narrativa, o espaço urbano torna-se cenário privilegiado para a observação das práticas sociais, das convenções morais e das disputas simbólicas que estruturam a convivência entre os indivíduos. Como destaca Tufano (1989), o romance urbano brasileiro desenvolve temas ligados à vida social da capital do Império, explorando a diversidade dos tipos humanos e os problemas sociais decorrentes do crescimento das cidades.

Nesse sentido, o romance *Senhora* insere-se no conjunto das narrativas urbanas de José de Alencar, ao retratar os costumes da elite fluminense e as relações sociais que organizavam a vida da sociedade imperial. Ambientada no Rio de Janeiro, então capital do Império, a obra apresenta um universo marcado por bailes, encontros sociais, negociações matrimoniais e disputas por prestígio e riqueza. Ao mesmo tempo, o romance expressa a forte influência que o dinheiro e a posição social exerciam sobre as relações afetivas e familiares.

Entre os elementos centrais que estruturam a narrativa dessa obra de Alencar, destaca-se a importância atribuída ao casamento como instituição social e econômica. No contexto do século XIX, o matrimônio frequentemente ultrapassava a dimensão afetiva, sendo também um mecanismo de organização patrimonial e de manutenção do prestígio social das famílias. Nesse cenário, o dote desempenhava papel fundamental nas alianças matrimoniais, funcionando como elemento de negociação entre as famílias e influenciando diretamente as escolhas conjugais. Conforme observa Nazzari (2001), o dote constituía uma instituição herdada da tradição europeia, sendo amplamente utilizada nas sociedades de origem portuguesa como forma de garantir segurança econômica às mulheres e de fortalecer alianças familiares.

Essa lógica social revela o modo como as relações afetivas estavam profundamente condicionadas por interesses econômicos e por expectativas sociais rigidamente estabelecidas. Assim, o casamento tornava-se frequentemente uma espécie de contrato social, no qual o amor era subordinado a critérios de conveniência financeira e prestígio social. Nesse contexto, a literatura romântica brasileira, especialmente o romance urbano, passou a explorar criticamente essas relações, representando as tensões entre sentimento e interesse que permeavam a vida social da época.

Paralelamente a essas questões, é importante considerar a posição ocupada pelas mulheres na sociedade imperial brasileira. No século XIX, a organização social ainda estava fortemente estruturada em torno de valores patriarcais que atribuíam papéis distintos a homens e mulheres. Enquanto aos homens cabia a atuação nos espaços públicos, ligados à política, ao trabalho e à vida social, às mulheres era reservado, predominantemente, o espaço privado da família. A educação feminina, nesse contexto, destinava-se principalmente à preparação para o casamento e para a administração do lar, restringindo-se ao aprendizado de habilidades consideradas adequadas à vida doméstica, como bordado, música e práticas relacionadas ao cuidado da família.

Conforme observa Homem (1996), a divisão entre os espaços público e privado constituía um dos pilares da organização social do período, estabelecendo limites claros para a atuação feminina na sociedade. À mulher cabia a função de esposa e mãe, responsável pela manutenção da ordem doméstica e pela formação moral da família, enquanto o homem assumia o papel de provedor e chefe da casa. A presença feminina nos espaços públicos era limitada e frequentemente mediada por normas sociais que buscavam preservar os padrões de comportamento considerados adequados à moral da época.

Essa estrutura social contribuiu para a construção de um modelo de feminilidade baseado na submissão, na delicadeza e na dependência em relação à figura masculina. A mulher era frequentemente representada como ser frágil, emocional e destinado à vida familiar, sendo sua realização pessoal associada ao casamento e à maternidade. Ainda que algumas transformações sociais estivessem em curso ao longo do século XIX, as possibilidades de autonomia feminina permaneciam bastante restritas, especialmente entre as mulheres da elite urbana.

Ao retratar a trajetória de Aurélia Camargo — personagem que ascende socialmente após herdar uma grande fortuna —, o romance expõe as tensões existentes entre poder econômico, relações afetivas e papéis de gênero na sociedade imperial. A aparente autonomia conquistada pela personagem não elimina, contudo, os limites impostos pela estrutura da sociedade da época, revelando as contradições que marcam a condição feminina no interior dessa ordem social. Nesse sentido, a leitura de Roberto Schwarz (2000) contribui para compreender como o romance urbano brasileiro frequentemente articula valores burgueses modernos, como o poder do dinheiro e a autonomia individual, a uma sociedade ainda organizada por estruturas tradicionais de dependência e hierarquia.

Assim, a análise da personagem Aurélia permite compreender de que maneira o romance de José de Alencar dialoga com os valores e as práticas sociais do século XIX, evidenciando as ambiguidades presentes nas relações entre amor, dinheiro e poder. Nesse sentido, a personagem constitui um importante ponto de observação das tensões entre liberdade e submissão que atravessam a representação da mulher na literatura brasileira do período.

### **3 AURÉLIA CAMARGO E A ENCENAÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA EM *SENHORA***

A obra *Senhora* integra o conjunto dos romances urbanos de José de Alencar e ocupa posição de destaque no panorama da ficção brasileira oitocentista. Ambientada no Rio de Janeiro do Segundo Reinado, a obra representa os costumes, valores e contradições da elite imperial, articulando amor, dinheiro, prestígio social e casamento. Mais do que uma narrativa sentimental, o romance expõe a lógica social que subordina os vínculos afetivos aos interesses patrimoniais, convertendo o matrimônio em espaço privilegiado de negociação econômica e simbólica. Nesse contexto, a personagem Aurélia assume centralidade não apenas como protagonista da trama, mas como figura por meio da qual se tornam visíveis as tensões entre poder feminino e submissão.

A estrutura do romance, organizada em quatro partes — “O Preço”, “Quitação”, “Posse” e “Resgate” — acompanha o movimento de ascensão social da protagonista, a reconstituição de seu passado, o casamento como transação e, por fim, a recomposição da relação conjugal. Essa organização narrativa permite que o leitor acompanhe não apenas o desenvolvimento do conflito amoroso, mas sobretudo a ambiguidade da posição ocupada por Aurélia: ao mesmo tempo em que a personagem parece subverter a

lógica matrimonial ao utilizar sua fortuna para “comprar” o marido, a narrativa revela progressivamente os limites dessa aparente autonomia.

A própria organização estrutural do romance, dividida em “O Preço”, “Quitação”, “Posse” e “Resgate”, expressa a dimensão econômica que atravessa a narrativa. Esses títulos evocam diretamente o vocabulário das transações comerciais, sugerindo que o casamento é representado como forma de contrato social regulado por valores monetários. Ao organizar a narrativa segundo essa lógica, Alencar expõe a mercantilização das relações afetivas na sociedade imperial, transformando o matrimônio em espaço de negociação entre sentimentos e interesses patrimoniais. Desse modo, o romance evidencia como, no interior da sociedade oitocentista, o amor e o casamento passam a ser atravessados pela lógica do valor e da troca, fazendo com que as relações afetivas sejam representadas segundo categorias próprias da economia e da circulação da riqueza.

Antes de herdar a fortuna do avô paterno, Aurélia vive em condições de pobreza ao lado da mãe, Emília Lemos. Sua situação é de vulnerabilidade em uma sociedade na qual o casamento constituía uma das principais formas de segurança econômica e inserção social para as mulheres. A célebre cena da janela é particularmente reveladora, pois mostra como a exposição da jovem ao olhar masculino se vincula diretamente à expectativa matrimonial:

[...] Não lhe sobrava tempo para chegar à janela; à exceção de algum domingo em que a mãe podia arrastar-se até a igreja à hora da missa e de alguma volta à noite acompanhada pelo irmão, não saía de casa. Esta reclusão afligia a viúva, que muitas vezes lhe dizia:  
— Vai para a janela, Aurélia.  
— Não gosto! Respondia a menina.  
Outras vezes, ante a insistência da mãe, buscava uma desculpa:  
— Estou acabando este vestido.  
Emília calava-se, contrariada. Uma tarde, porém, manifestou todo o seu pensamento.  
— Tu és tão bonita, Aurélia, que muitos moços se te conhecessem haviam de apaixonar-se (Alencar, 2012, p. 56).

Esse trecho sugere que a visibilidade da personagem no espaço social não se relaciona a um ideal de emancipação, mas a uma expectativa de casamento. Desde o início, portanto, a experiência de Aurélia é estruturada por uma ordem social que define a mulher a partir de sua capacidade de atrair um pretendente e de converter sua beleza em valor matrimonial. O romance expõe a dimensão socialmente construída de feminilidade vinculada ao espaço doméstico, à dependência econômica e à tutela masculina.

Nesse horizonte, a decisão de Fernando Seixas de abandonar Aurélia para casar-se com Adelaide demonstra o lugar e a importância do dinheiro na organização das relações afetivas. A escolha do personagem não decorre da ausência de amor, mas da primazia conferida à conveniência social e financeira. Como observa Muriel Nazzari, o dote desempenhava papel central nas estratégias matrimoniais herdadas da tradição luso-brasileira.

O dote foi uma instituição europeia que os portugueses, colonizadores do Brasil no século XVI, trouxeram com eles, juntamente com o cristianismo e outros implementos culturais europeus. De acordo com a lei e os costumes portugueses, conceder um dote a uma filha constituía um dever dos pais, análogo ao dever de alimentar e cuidar dos filhos, e só era limitado pela amplitude dos recursos de que dispusessem” (Nazzari, 2001, p. 15-16).

No universo de *Senhora*, o casamento aparece, portanto, como forma de contrato social e econômico. O que está em jogo não é apenas a união entre dois indivíduos, mas a mediação entre afeto, patrimônio e prestígio. A protagonista compreende essa lógica de maneira aguda, e sua posterior ascensão econômica faz com que ela passe de objeto de escolha a agente da negociação. Ao herdar a fortuna de Lourenço Camargo, Aurélia altera radicalmente sua posição social, tornando-se uma das mulheres mais ricas e desejadas da Corte. No entanto, a própria personagem reconhece a ambivalência desse novo poder:

— Oh! Exclamou Aurélia, eu daria por ela toda a minha riqueza. Outras a têm de graça, que lhes vem diretamente do céu. Mas não me posso queixar, pois negando-me esse bem, Deus compadeceu-se de mim, e enviou-me quando menos esperava tamanha herança para que eu possa realizar a aspiração de minha vida. Não dizem que o dinheiro traz todas as venturas? (Alencar, 2012, p. 56).

Sua riqueza não constitui um fim em si mesma, mas um meio de realizar “a aspiração de sua vida”, isto é, reconduzir a relação com Seixas em novas bases. O dinheiro lhe permite manipular as circunstâncias do casamento e submeter o homem que antes a havia rejeitado, mas não apaga a centralidade afetiva que ele continua a ocupar em sua subjetividade. Por isso, essa aparente autonomia feminina encenada pela personagem deve ser lida com cautela: seu poder econômico é real, mas permanece subordinado a um horizonte amoroso que a prende ao ideal romântico da união conjugal. Essa tensão se explicita de modo decisivo quando Aurélia fala de si mesma como alguém que não se pertence: “Não me pertence, senhor Abreu; se algum dia pudesse arrancar-me a este amor fatal, e recuperar a posse de mim mesma, creia que teria orgulho em particular a sua sorte” (Alencar, 2012, p. 79).

Ao afirmar que não se pertence, a personagem reconhece a perda de autonomia no plano subjetivo. Seu poder social não se converte em posse de si, pois continua limitada por um “amor fatal” que define sua experiência e restringe sua liberdade interior. Mais adiante, já rica, a mesma lógica reaparece sob a imagem do “cativeiro”: “Lembre-se do que lhe disse uma vez. Se eu remir-me de meu cativeiro, minha mão lhe pertence. Não querendo o senhor, ninguém mais o terá neste mundo” (Alencar, 2012, p. 76).

O vocabulário empregado pela protagonista é significativo: “amor fatal”, “cativeiro”, “remir-me”. Essas expressões conferem ao amor uma dimensão de aprisionamento, sugerindo que a riqueza não altera a estrutura mais profunda de sua subjetividade. Aurélia parece dominar o jogo social, mas continua cativa de um vínculo afetivo que organiza suas escolhas. Em outras palavras, o dinheiro modifica sua posição no mundo, mas não elimina a sujeição simbólica ao ideal amoroso.

Nesse ponto, a personagem se afasta da leitura que a tomaria como simples emblema de emancipação feminina. Embora alguns estudos ressaltem sua força, inteligência e capacidade de decisão, a narrativa insiste em reinscrevê-la no repertório da feminilidade romântica. O narrador a descreve como figura de imaginação e sentimento, associando-a à interioridade idealizada própria da heroína oitocentista: “Como todas as mulheres de imaginação e sentimento, ela achava dentro em si, nas cismas do pensamento, essa aurora d’alma que se chama o ideal, e que doura ao longe com sua doce luz os horizontes da vida” (Alencar, 2012, p. 56).

Esse trecho mostra que, no plano narrativo, Aurélia não é construída fora da ordem sentimental do Romantismo, mas dentro dela. Mesmo quando age com altivez, ironia e poder, a personagem permanece vinculada à idealização amorosa. Essa tensão se reforça quando ela própria interroga a diferença entre si e “as outras” mulheres:

Meu Deus, por que não me fizeste como as outras? Por que me deste este coração exigente, soberbo e egoísta? Posso ser feliz como são tantas mulheres neste mundo, e beber na taça do amor, em que talvez nunca mais toquem estes lábios. Não é o néctar divino que eu sonhei, não; mas dizem que embriaga a alma, e faz esquecer! (Alencar, 2012, p. 49).

Aurélia se percebe como excepcional, mas não deseja romper com o ideal feminino; deseja, antes, poder participar dele sem a humilhação que a marcou. Sua dor não decorre de rejeitar o amor romântico, mas de não conseguir vivê-lo conforme o modelo esperado. Por isso, mesmo sua vingança se estrutura em torno do vínculo com Seixas: ela não anula o homem, mas o reinscreve no centro de sua experiência.

A permanência dessa sensibilidade também se manifesta nas cenas de intimidade, como quando, ao lado do marido, contempla as estrelas e rememora a infância: “Não sei o que tem as luzes das estrelas!... É uma coisa que notei desde menina. Sempre que fico assim a olhar para elas e a beber os seus raios sinto uma vertigem, que me dá sono. Quem sabe se a luz que elas cintilam não embriaga?” (Alencar, 2012, p. 120).

Longe de representar apenas um momento lírico, a cena reafirma a permanência de uma subjetividade delicada, contemplativa e sentimental. A mulher que comprou o casamento e humilhou o marido continua a ser, também, a heroína romântica sensível e idealizadora. Esse dado é central para a tese deste estudo: Aurélia tensiona os papéis femininos de seu tempo, mas não os abandona. A própria narrativa explicita que a herança não transforma sua essência, mas sua atitude social: “A mudança consumou-se apenas na atitude, se assim nós podemos exprimir dessa alma perante a sociedade” (Alencar, 2012, p. 73).

A riqueza altera a posição social da personagem e lhe oferece novos meios de ação, mas não produz uma ruptura subjetiva com os valores que orientam sua feminilidade. A mudança é exterior e estratégica, não ontológica. Aurélia passa a parecer outra, mas permanece organizada em torno da experiência do amor,

do casamento e da busca por reconciliação. Esse movimento alcança seu ponto máximo no desfecho do romance, quando a protagonista entrega a Seixas não apenas seu amor, mas também o patrimônio:

Ela despedaçou o lacre e deu a ler a Seixas o papel. Era efetivamente um testamento em que ela confessava o imenso amor que tinha ao marido e o instituía seu universal herdeiro.  
— Eu o escrevi logo depois do nosso casamento; pensei que morresse naquela noite, disse Aurélia com gesto sublime (Alencar, 2012, p. 156).

A mulher que havia usado o dinheiro como forma de dominar o homem termina por transferir a ele, simbolicamente, a centralidade econômica e afetiva. A autonomia feminina, construída ao longo do romance como possibilidade de deslocamento da ordem patriarcal, é finalmente absorvida pela lógica da reconciliação amorosa e da reconstituição da autoridade masculina. A protagonista não encerra a narrativa como figura emancipada, mas como mulher reconciliada com a ordem conjugal.

Aurélia Camargo não representa a superação dessa estrutura, mas a dramatização de suas fissuras. Sua trajetória figura a emergência de uma mulher capaz de agir, negociar e dominar, mas também os limites históricos dessa atuação em uma sociedade que continua a defini-la a partir do casamento, da dependência afetiva e da legitimação masculina. A personagem, portanto, não encarna uma emancipação plena, mas uma liberdade parcial: poderosa no plano social, embora ainda cativa, no plano simbólico, do ideal amoroso.

Ao mesmo tempo em que projeta uma personagem feminina excepcional, o romance torna visíveis os mecanismos pelos quais essa excepcionalidade é contida, reordenada e reinscrita na lógica social do período. Aurélia emerge, assim, como figura complexa da literatura brasileira oitocentista, situada entre poder e vulnerabilidade, orgulho e entrega, afirmação social e sujeição afetiva.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou compreender de que modo *Senhora*, de José de Alencar, representa as relações entre amor, dinheiro e casamento na sociedade brasileira do século XIX, tomando como foco a construção da personagem Aurélia Camargo. Partiu-se da hipótese de que, embora a protagonista seja frequentemente lida como figura de autonomia feminina no interior do romance urbano alencariano, sua trajetória manifesta os limites estruturais estabelecidos por uma ordem social que regula as relações de gênero no Brasil Imperial.

A investigação permitiu demonstrar que o romance constrói Aurélia como uma personagem profundamente ambígua. De um lado, sua condição de herdeira e detentora de grande fortuna lhe confere uma posição incomum para as mulheres de seu tempo, permitindo-lhe intervir nas relações sociais e inverter, ainda que provisoriamente, a lógica tradicional do casamento ao transformar o matrimônio em uma negociação conduzida por ela própria. A riqueza da protagonista produz uma aparente inversão das

hierarquias de poder entre homem e mulher, conferindo-lhe controle simbólico sobre Fernando Seixas e sobre o próprio destino conjugal.

Entretanto, a análise evidenciou que tal inversão não se consolida como ruptura efetiva com a ordem patriarcal. Apesar de sua posição econômica privilegiada, Aurélia permanece profundamente vinculada aos valores afetivos e morais que estruturam a feminilidade no imaginário romântico oitocentista. O amor, apresentado como força determinante de sua subjetividade, continua a orientar suas escolhas e ações, demonstrando que a autonomia social produzida pela riqueza não se converte, necessariamente, em emancipação simbólica ou afetiva.

A personagem é atravessada por uma tensão fundamental: ao mesmo tempo em que exerce poder material e social, permanece emocionalmente subordinada ao ideal amoroso que organiza a narrativa. A vingança que orienta suas ações iniciais não elimina a centralidade de Fernando Seixas em sua experiência subjetiva; ao contrário, confirma a permanência do vínculo afetivo que a prende ao personagem. Assim, a independência feminina encenada ao longo do romance é progressivamente reinscrita na lógica patriarcal do casamento e da reconciliação amorosa.

O desfecho da obra torna particularmente evidente essa dinâmica. Ao transferir ao marido o controle de sua fortuna e ao reafirmar a intensidade de seu amor, Aurélia reinscreve-se na ordem conjugal que, em princípio, parecera subverter. Desse modo, a narrativa não culmina na consolidação de uma autonomia feminina plena, mas na recomposição do equilíbrio entre os papéis sociais de homem e mulher no interior do matrimônio. A personagem, que parecia ameaçar as estruturas sociais da época ao utilizar o dinheiro como instrumento de poder, termina por reafirmar a centralidade do amor e da união conjugal como horizonte de realização feminina.

Tal ambivalência confirma a observação de Roberto Schwarz (2000) de que o romance brasileiro do período frequentemente revela o desencontro entre formas literárias modernas e a realidade social do país, fazendo da contradição histórica um elemento constitutivo da própria estrutura narrativa. Ao mesmo tempo em que projeta uma figura feminina dotada de força, inteligência e capacidade de decisão, o romance expressa os limites históricos dessa autonomia em uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade de gênero. Aurélia Camargo emerge, assim, como personagem que tensiona os valores do seu tempo sem, contudo, superá-los inteiramente.

Nessa perspectiva, *Senhora* pode ser lido como um romance que dramatiza as contradições da modernização social e cultural do Brasil oitocentista. A ascensão econômica da protagonista e sua circulação nos espaços da alta sociedade urbana indicam transformações importantes na configuração das relações sociais; tais mudanças, contudo, coexistem com a permanência de estruturas simbólicas tradicionais que continuam a regular o lugar da mulher na sociedade. A narrativa de Alencar, ao articular

essas dimensões, expõe simultaneamente as possibilidades e os limites da transformação das relações de gênero no contexto do romance urbano brasileiro.

Por fim, a análise realizada permite compreender que a força de Aurélia Camargo não reside apenas em sua singularidade como personagem, mas na tensão que sua trajetória estabelece entre autonomia e submissão, poder econômico e dependência afetiva, orgulho e ideal romântico. Esse movimento revela não apenas o drama individual da protagonista, mas também as contradições de uma sociedade em processo de transformação. Desse modo, Aurélia consolida-se como uma das figuras femininas mais complexas da literatura romântica brasileira, cuja leitura continua a suscitar reflexões relevantes sobre as relações entre gênero, poder e subjetividade no interior da tradição romanesca nacional.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Senhora**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 1999.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.


NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600–1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

TUFANO, Douglas. **Estudos de literatura brasileira**. São Paulo: Moderna, 1989.

**COLONIALIDADE ALGORÍTMICA E A REEDUCAÇÃO NÃO-MAQUÍNICA:  
TRANSVALORAÇÃO DE VALORES NA ERA DA GOVERNAMENTALIDADE DIGITAL**

**ALGORITHMIC COLONIALITY AND NON-MACHINE RE-EDUCATION:  
TRANSMUTATION OF VALUES IN THE AGE OF DIGITAL GOVERNMENTALITY**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-015>

**Alianna Cardoso Vançan**

Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Mestra em Direito e Mestra em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Licenciada em Filosofia pela UNICV; Bacharel em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8570-627X>

**Ana Julia Candida Ferreira**

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, 2023/2025) e graduada pela mesma instituição (2017/2022). Professora na Universidade de Cuiabá (2025-atualmente)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7394-8711>

**RESUMO**

A governamentalidade algorítmica, longe de constituir um fenômeno meramente técnico ou econômico, opera como operador epistemopolítico que reorganiza formas de subjetivação, hierarquiza saberes e reproduz, em chave digital, as estruturas históricas da colonialidade do poder. Articulado Foucault, Zuboff, Quijano, Maldonado-Torres, Lander e Fanon com a filosofia nietzschiana da transvaloração de valores, este artigo investiga a colonialidade algorítmica como atualização contemporânea de dispositivos históricos de dominação e hierarquização da vida. Argumenta-se que a lógica algorítmica, ao privilegiar determinadas epistemes, padrões de comportamento e formas de racionalidade, opera como um dispositivo de exclusão e supressão de saberes e subjetividades dissidentes, reproduzindo, em escala global e em tempo real, as colonialidades do saber, do ser e do poder. A análise do capitalismo de vigilância e da produção do animal digitalis revela a massificação de uma subjetividade colonizada algorítmicamente, incapaz de transvalorar os valores que a governam. Em resposta, o trabalho mobiliza a noção de gesto hacker-fanoniano como prática de desobediência criadora inscrita na própria linguagem do sistema, propondo a reeducação não-maquínica como horizonte ético e político da transvaloração: não a recusa da técnica, mas a superação da racionalidade colonial que a governa. Conclui-se que uma pedagogia da potência, orientada pela crítica nietzschiana e pela perspectiva decolonial, constitui a resposta filosófica mais consistente à domesticação algorítmica contemporânea.

**Palavras-chave:** Colonialidade algorítmica; Governamentalidade digital; Reeducação não-maquínica; Transvaloração de valores; Gesto hacker-fanoniano.

## ABSTRACT

Algorithmic governmentality, far from constituting a merely technical or economic phenomenon, operates as an epistemopolitical operator that reorganizes forms of subjectivation, hierarchizes knowledge, and reproduces, in digital form, the historical structures of the coloniality of power. Articulating Foucault, Zuboff, Quijano, Maldonado-Torres, Lander and Fanon with Nietzsche's philosophy of the transvaluation of values, this article investigates algorithmic coloniality as a contemporary updating of historical devices of domination and hierarchization of life. It is argued that algorithmic logic, by privileging certain epistemes, behavioral patterns and forms of rationality, operates as a device of exclusion and suppression of dissident knowledges and subjectivities, reproducing, on a global scale and in real time, the colonialities of knowledge, being and power. The analysis of surveillance capitalism and the production of the animal digitalis reveals the massification of an algorithmically colonized subjectivity, incapable of transvaluating the values that govern it. In response, the work mobilizes the notion of the hacker-Fanonian gesture as a practice of creative disobedience inscribed in the very language of the system, proposing non-machinic reeducation as the ethical and political horizon of transvaluation: not the rejection of technique, but the overcoming of the colonial rationality that governs it. It concludes that a pedagogy of potency, guided by Nietzschean critique and the decolonial perspective, constitutes the most consistent philosophical response to contemporary algorithmic domestication.

**Keywords:** Algorithmic coloniality; Digital governmentality; Non-machinic reeducation; Transvaluation of values; Hacker-fanonian gesture.

## 1 INTRODUÇÃO

A incorporação massiva de sistemas algorítmicos às práticas sociais, econômicas e políticas marca uma inflexão decisiva nas formas contemporâneas de exercício do poder. Diferentemente dos modelos disciplinares clássicos, centrados na vigilância e na punição, o poder digital opera de maneira difusa, preventiva e indutiva, organizando campos de possibilidades antes mesmo que a ação consciente se manifeste. A Inteligência Artificial, nesse contexto, não constitui apenas uma ferramenta técnica, mas um operador epistemopolítico que reorganiza a experiência do mundo, hierarquiza epistemes e produz formas de subjetivação conformes às exigências de uma racionalidade que não é neutra nem universal, mas historicamente situada e politicamente interessada.

Essa racionalidade tem nome e tem história: ela é a racionalidade colonial, que percorre, sob diferentes roupagens e através de diferentes dispositivos, a modernidade ocidental desde pelo menos o século XVI. A tese que orienta este trabalho é que a governamentalidade algorítmica não constitui uma ruptura com essa racionalidade, mas sua atualização mais sofisticada. Os algoritmos não inventaram a

hierarquização de saberes, a supressão de subjetividades dissidentes ou a produção de corpos governáveis: eles herdaram essas práticas da longa história do colonialismo e as traduziram para a linguagem do código, do dado e da previsão estatística.

Para desenvolver essa tese, o presente trabalho articula a análise foucaultiana da governamentalidade e da biopolítica com o conceito de capitalismo de vigilância formulado por Zuboff (2019), as teorias decoloniais de Quijano (2009), Maldonado-Torres (2008) e Lander (2005), e a leitura fanoniana do inconsciente colonizado (Fanon, 2005). Esse arco teórico permite compreender a colonialidade algorítmica não apenas como fenômeno econômico ou tecnológico, mas como dispositivo de poder que incide sobre o corpo, o desejo, a percepção e a autoimagem dos sujeitos em escala global.

A escolha de articular esse conjunto teórico com a filosofia nietzschiana da transvaloração de valores não é arbitrária. Nietzsche, muito antes do advento da era digital, já havia diagnosticado os mecanismos pelos quais a domesticação do humano opera: não pela força bruta, mas pela internalização de valores que se apresentam como naturais, universais e necessários, mas que são, na verdade, produtos históricos de relações de poder. A convergência entre a crítica nietzschiana à moral e a crítica decolonial à colonialidade revela que, em ambos os casos, o que está em jogo é a captura da capacidade humana de criar valores, de experimentar modos de existência não previstos pelo sistema dominante.

O trabalho se organiza em quatro seções de desenvolvimento. A primeira reconstrói o percurso da biopolítica foucaultiana à governamentalidade algorítmica, analisando como a gestão da vida se transforma em colonização do possível. A segunda examina a colonialidade algorítmica em sua dimensão específica, articulando as teorias decoloniais com a análise do capitalismo de vigilância e a produção do animal digitalis como sujeito massificado e colonizado algorítmicamente. A terceira seção apresenta o gesto hacker-fanoniano como prática de resistência imanente e a reeducação não-maquínica como horizonte de transvaloração. A quarta seção, antes das considerações finais, aprofunda a proposta pedagógica da potência como resposta filosófica e política à domesticação algorítmica.

O método adotado é o genealógico, tal como formulado por Nietzsche e reelaborado por Foucault. Trata-se de rastrear as condições históricas de possibilidade dos dispositivos de poder contemporâneos, sem pressupor essências ou origens puras, mas atentando para as contingências, os deslocamentos semânticos e as relações de força que tornam possível o que hoje se apresenta como natural ou necessário. Nesse sentido, a genealogia da colonialidade algorítmica não é apenas uma descrição histórica, mas uma prática filosófica de desnaturalização: ao mostrar que os algoritmos têm uma história colonial, abre-se espaço para pensar sua transformação.

A relevância desse debate é urgente. As tecnologias de inteligência artificial estão sendo implantadas em todos os setores da vida social, desde a educação e a saúde até a segurança pública e os processos eleitorais, em escala global e a velocidade sem precedentes. Sem uma análise crítica rigorosa de suas

implicações filosóficas, políticas e decoloniais, corremos o risco de normalizar formas de dominação que se apresentam como inovação, reproduzindo e aprofundando desigualdades históricas sob o verniz da eficiência técnica. A filosofia tem, aqui, uma responsabilidade que não pode delegar.

A Quarta Revolução Industrial (Schwab, 2016), marcada pelo desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de genética, inteligência artificial, robótica, realidade aumentada, nanotecnologia e biotecnologia, especialmente com a expansão acelerada da Inteligência Artificial e a crescente automatização das esferas da vida cotidiana, configura uma mutação qualitativa nas formas contemporâneas de exercício do poder, cujos artefatos técnicos não são neutros, mas incorporam valores, interesses e relações de poder, podendo produzir efeitos políticos duradouros, independentemente da intenção consciente de seus criadores (Winner, 1980). Não se trata mais, prioritariamente, de um poder que opera pela interdição, pela repressão ou pela negatividade da lei, mas de uma racionalidade que captura, antecipa e modula as condutas a partir da produção contínua de dados, previsões e incentivos comportamentais. Nesse horizonte, consolida-se uma nova forma de governamentalidade, caracterizada pela integração entre dispositivos técnicos, regimes de saber e economias afetivas, que atravessam a subjetividade em seu nível mais íntimo.

Cumprir esclarecer, desde o início, o que se entende por colonialidade algorítmica e por que esse conceito é filosoficamente necessário. A colonialidade algorítmica não é simplesmente a utilização de algoritmos por parte de potências coloniais históricas, embora isso seja parte do fenômeno. É, mais precisamente, a inscrição da lógica colonial — com suas hierarquias de raça, gênero, saber e território — na estrutura mesma dos sistemas algorítmicos, de modo que estes reproduzem e amplificam essa lógica mesmo quando seus operadores não têm consciência disso. Trata-se de uma forma de colonialidade que opera, por assim dizer, no código: nas escolhas de design, nos dados de treinamento, nos critérios de otimização, nas definições do que conta como resultado desejável. Compreender isso é fundamental para qualquer projeto de reeducação não-maquínica.

## **2 DA BIOPOLÍTICA À GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA: DA GESTÃO DA VIDA À COLONIZAÇÃO DO POSSÍVEL**

A partir da modernidade, conforme demonstrado por Foucault (1978; 2003; 2008), o exercício do poder desloca-se progressivamente do modelo soberano centrado no direito de morte para formas de gestão da vida, inaugurando o paradigma da biopolítica. Nesse novo regime, o poder deixa de operar prioritariamente pela repressão e pela interdição, passando a incidir sobre os processos vitais, os corpos, as populações e os modos de existência. O objetivo não é mais matar ou excluir, mas administrar, normalizar, otimizar. A vida torna-se, simultaneamente, objeto e instrumento do poder.

Essa transição é de importância capital para compreender a governamentalidade algorítmica. A biopolítica foucaultiana, ao descrever o poder moderno como gestão da vida, antecipa os mecanismos pelos quais a inteligência artificial incide hoje sobre os corpos, as populações e os comportamentos. O que muda, na era digital, não é a lógica fundamental desse poder, mas sua extensão, sua velocidade e sua profundidade: o poder algorítmico alcança camadas da subjetividade que o poder disciplinar clássico não podia atingir, operando não apenas sobre os corpos visíveis, mas sobre os dados invisíveis, os padrões inconscientes, as correlações estatísticas entre comportamentos.

No neoliberalismo, essa racionalidade biopolítica assume a forma da governamentalidade, entendida como o conjunto de técnicas, saberes e dispositivos destinados a conduzir a conduta dos indivíduos, incitando-os a governar a si mesmos segundo métricas de eficiência, produtividade e desempenho. Foucault (2008) analisa essa transformação em detalhe no curso "Nascimento da biopolítica": a passagem do governo dos outros para o governo de si, do sujeito obediente ao sujeito empresário de si mesmo, que investe em seu próprio capital humano e maximiza seu retorno. O neoliberalismo não é apenas uma política econômica; é uma racionalidade que redefine a subjetividade em termos de mercado.

A governamentalidade algorítmica radicaliza esse processo ao introduzir formas de governo que operam de maneira preditiva, automatizada e infra-consciente. Conforme argumentam Rouvroy e Berns (2013), os dispositivos algorítmicos já não se dirigem a sujeitos reflexivos, deliberativos ou autônomos, mas a perfis estatísticos, padrões de correlação e probabilidades de comportamento. O poder deixa de interpelar consciências e passa a modular condutas antes mesmo que estas se tornem conscientes, atuando diretamente sobre o campo do possível. Nesse regime, a norma não se apresenta como lei ou comando explícito, mas é incorporada ao código, às arquiteturas digitais, às interfaces, aos sistemas de recomendação e aos mecanismos de ranqueamento, produzindo uma forma de governo que organiza antecipadamente os horizontes de ação.

Essa mutação tem consequências filosóficas profundas. O poder disciplinar clássico, ao interpelar consciências, ainda reconhecia no sujeito uma instância reflexiva capaz de resistir, negociar ou transgredir. O poder algorítmico, ao operar sobre correlações estatísticas e padrões comportamentais pré-reflexivos, contorna essa instância: ele não precisa convencer o sujeito, não precisa que o sujeito entenda ou aceite. Basta que o sujeito use a plataforma, que seus dados fluam para os servidores, que suas preferências sejam capturadas e modeladas. A resistência consciente torna-se progressivamente irrelevante quando o poder opera abaixo do limiar da consciência.

Essa racionalidade encontra sua expressão econômica no capitalismo de vigilância, conceito formulado por Zuboff (2019) para designar um regime de acumulação baseado na extração, análise e monetização de dados comportamentais. A experiência humana é convertida em matéria-prima gratuita para processos de previsão, indução e modificação de condutas futuras. Diferentemente das formas clássicas de

exploração, o capitalismo de vigilância não se limita à apropriação do tempo ou da força de trabalho, mas captura afetos, desejos, padrões cognitivos e disposições inconscientes, transformando-os em ativos econômicos e instrumentos de controle social.

Para compreender a profundidade dessa transformação, é necessário retomar a distinção foucaultiana entre poder soberano, poder disciplinar e biopoder, e adicionar a ela uma quarta modalidade que a governamentalidade algorítmica inaugura: o poder preditivo. O poder soberano opera pelo direito de matar ou deixar viver; o poder disciplinar opera pela normatização e vigilância dos corpos; o biopoder opera pela gestão das populações e dos processos vitais; o poder preditivo opera pela antecipação e modulação dos comportamentos antes mesmo que eles se manifestem. Essa sequência não é linear nem substitutiva: as formas mais antigas de poder persistem e se articulam com as mais recentes. O que muda é o foco e a eficácia: cada novo regime de poder alcança camadas da vida humana que os anteriores não podiam atingir.

O poder preditivo da governamentalidade algorítmica opera por meio do que Rouvroy (2013) denomina "estatística dos comportamentos": em vez de interpelar sujeitos individuais com base em normas explícitas, os sistemas algorítmicos agregam dados de populações inteiras para produzir perfis probabilísticos que orientam intervenções dirigidas a indivíduos antes mesmo que estes manifestem qualquer intenção consciente. O resultado é uma forma de governo que não precisa de sujeitos reflexivos: ela funciona tanto melhor quanto menos os sujeitos perceberem que estão sendo governados. A transparência, nesse regime, é um obstáculo ao poder, não um instrumento dele.

Essa opacidade estrutural da governamentalidade algorítmica é filosoficamente significativa porque ela torna invisível o próprio exercício do poder. O sujeito que usa uma plataforma de busca, uma rede social ou um sistema de recomendação não percebe que está sendo governado: ele percebe que está buscando informações, compartilhando experiências ou descobrindo novos produtos. A interface, projetada para ser amigável e intuitiva, oculta a maquinaria de captura e modulação que opera por baixo. Nesse sentido, a governamentalidade algorítmica é uma forma de poder que se torna tanto mais eficaz quanto mais invisível: quanto menos os sujeitos a percebem como poder, mais completamente ela os governa.

A articulação dessa análise com a biopolítica foucaultiana revela uma continuidade e uma ruptura. A continuidade está na lógica de gestão da vida: o poder algorítmico, como o biopoder, não mata nem exclui, mas produz, normaliza e otimiza. A ruptura está na escala e na velocidade: o biopoder clássico incidia sobre populações identificáveis em territórios definidos; o poder algorítmico incide sobre a totalidade da população global conectada, em tempo real, de maneira invisível e personalizada. A biopolítica da era digital é uma biopolítica planetária, e sua eficácia é proporcional à sua ubiquidade.

O capitalismo de vigilância representa, para Zuboff, uma mutação qualitativa do capitalismo: não mais apenas a exploração do trabalho humano, mas a exploração da experiência humana como tal. As plataformas digitais não vendem produtos a seus usuários; elas vendem os usuários como produtos a seus

anunciantes. O comportamento humano torna-se a matéria-prima de um novo tipo de mercado: o mercado de futuros comportamentais, no qual empresas compram e vendem previsões sobre o que os usuários farão, comprarão, votarão ou desejarão. A vida, em sua totalidade, torna-se capital.

Contudo, é fundamental não compreender a governamentalidade algorítmica como um fenômeno exclusivamente econômico ou tecnológico. Ela se inscreve em uma matriz histórica muito mais ampla, que é a matriz da colonialidade do poder. Como argumenta Quijano (2000, apud Vançan, 2022), a colonialidade do poder organiza-se nos domínios do controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, bem como do conhecimento e da subjetividade. Os algoritmos não inventaram essa organização: eles a herdaram e a reproduzem, com uma eficácia sem precedentes, em escala planetária.

A noção de colonização do possível, que emerge da articulação entre Rouvroy e Berns (2013) e as teorias decoloniais, designa precisamente esse processo: os algoritmos não apenas descrevem o que existe, mas definem o que é possível, o que é reconhecível, o que pode ser desejado e o que pode ser dito. Ao privilegiar determinadas epistemes, padrões de comportamento e formas de racionalidade, a lógica algorítmica opera como um filtro colonial que invisibiliza, marginaliza ou suprime modos outros de existir, conhecer e desejar. O possível algorítmico é um possível colonizado: expandido em certas dimensões (consumo, entretenimento, produtividade), contraído em outras (criação, dissidência, diferença radical).

De fato, a IA contemporânea depende estruturalmente da captura de capacidades cognitivas, afetivas e sociais dos usuários, configurando "tecnologias de captura" que moldam subjetividades, trabalho e interação cotidiana (Mühlhoff, 2020). Processos de dataficação, algoritmização e automação funcionam como formas de governo da vida, produzindo ordens globais de classificação que reorganizam modos de sentir, conhecer e agir, e geram subjetividades colonizadas e uma administração eletrônica da vida (Ricaurte, 2022; Tao, 2025; Cambraia e Pyrrho, 2025). Nesse horizonte, o que se produz não é apenas um novo tipo de exploração econômica, mas uma nova forma de colonização ontológica: a colonização do ser, do sentir e do imaginar.

Conforme Tao (2025), revisões teóricas mostram que sistemas de IA penetram a interioridade, reconfigurando identidades em subjetividades algorítmicas, hiper-relacionadas e artificializadas, com riscos de heteronomia coletiva, datificação e substituição do eu. Nas interações cotidianas com assistentes, chatbots e companheiros de IA, emergem vínculos afetivos e novos espaços de confissão, o que torna os sistemas lugares privilegiados de captura do desejo e experimentação identitária (Mühlhoff, 2020; Kouros e Papa, 2024; Pentina et al., 2023). A subjetividade que antes se constituía na relação com o outro humano — com sua alteridade irreduzível, sua resistência, seu imprevisível — passa a se constituir na relação com o algoritmo, que é projetado para ser sempre responsivo, sempre agradável, sempre funcional.

Diante desse quadro, torna-se evidente que a governamentalidade algorítmica não pode ser compreendida apenas como um fenômeno técnico ou econômico, mas como a atualização de uma

racionalidade colonial que rearticula, em chave digital, os mesmos dispositivos históricos de hierarquização da vida. A captura algorítmica da subjetividade, a exploração diferencial do trabalho e a apropriação massiva de dados configuram um regime de poder que prolonga a colonialidade para além do território, incidindo diretamente sobre o corpo, o tempo e a interioridade dos sujeitos. Nesse sentido, a gestão computacional da vida opera como uma biopolítica colonial avançada, na qual o governo das populações se realiza por meio da normalização afetiva, da modulação do desejo e da internalização de métricas de desempenho.

### **3 COLONIALIDADE ALGORÍTMICA, FANON E A MASSIFICAÇÃO DO ANIMAL DIGITALIS**

A colonialidade do poder, conforme Quijano (2009), articula o controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, bem como do conhecimento e da subjetividade. Essa estrutura prolonga-se, no presente, nas colonialidades do saber (Lander, 2005) e do ser (Maldonado-Torres, 2008), que rejeitam a pluralidade epistêmica e reprimem modos outros de existir. O que Quijano demonstra, em sua análise histórica da colonialidade, é que o colonialismo não é apenas uma relação de dominação econômica e política entre nações: é uma classificação social global, uma hierarquização dos seres humanos segundo categorias de raça, gênero, saber e lugar geográfico, que persiste muito além do fim formal do colonialismo.

Essa classificação social global encontra, no contexto digital, uma nova expressão e uma nova eficácia. A colonialidade algorítmica designa, nesse sentido, o conjunto de mecanismos pelos quais os sistemas digitais reproduzem, naturalizam e aprofundam as hierarquias históricas da colonialidade, ao mesmo tempo em que se apresentam como neutros, objetivos e universais. Os vieses nos dados de treinamento, os preconceitos codificados nos sistemas de reconhecimento facial, as assimetrias no acesso à infraestrutura digital, a concentração da produção de IA no Norte Global: todos esses fenômenos são expressões da colonialidade algorítmica, e nenhum deles pode ser compreendido adequadamente sem referência à longa história do colonialismo.

A ideia de "data colonialism", elaborada por Tacheva e Ramasubramanian (2023), descreve a apropriação sistemática da vida social como recurso bruto para acumulação, configurando um "império de IA" enraizado em supremacia branca, capitalismo racial e colonialidade. Na periferia global, isso se traduz em tecnocolonialismo: concentração de poder em Big Tech, exploração de trabalho barato e naturalização de assimetrias ambientais e sociais (Cambraia e Pyrrho, 2025; Ricaurte, 2022). Muldoon e Wu (2023) demonstram que a produção global de IA se ancora em uma cadeia colonial de exploração de trabalho e extração de dados que prolonga a matriz colonial de poder, com trabalhadores do Sul Global realizando o trabalho invisível e desvalorizado que torna possível a "inteligência" aparentemente autônoma dos sistemas do Norte.

A leitura fanoniana do inconsciente colonizado permite compreender esse processo em sua dimensão mais profunda: não apenas como dominação econômica ou epistemológica, mas como violência ontológica que incide sobre o desejo, a percepção e a autoimagem dos sujeitos colonizados. Para Fanon (2005), em *Os condenados da Terra*, a violência colonial não se limita à ocupação territorial e à exploração econômica: ela destrói as culturas, as línguas e as identidades dos colonizados, implantando no lugar uma imagem de si mesmo que é sempre já inferior, sempre já deficiente em relação ao padrão colonial. O colonizado aprende a se ver com os olhos do colonizador.

A perspectiva fanoniana sobre o inconsciente colonizado oferece, assim, uma chave hermenêutica poderosa para compreender a colonialidade algorítmica em sua dimensão subjetiva mais profunda. Fanon descreve, em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, como o colonizado aprende a desejar o que o colonizador deseja, a se valorar segundo os padrões do colonizador, a sonhar com a pele branca e rejeitar a pele negra. Na era digital, esse processo se reedita com precisão inquietante: o colonizado algorítmico aprende a desejar o que o algoritmo recomenda, a se valorar segundo as métricas de engajamento e visibilidade, a sonhar com a viralização e a rejeitar a invisibilidade. A colonização do inconsciente torna-se colonização do desejo digital.

Mas Fanon também aponta para a saída: a descolonização não é apenas uma tarefa política externa, mas uma reinvenção do sujeito colonizado a partir de si mesmo. Para Fanon, o colonizado precisa recusar a identidade que o colonizador lhe atribuiu e reinventar sua humanidade a partir de suas próprias referências culturais, históricas e existenciais. Essa recusa e reinvenção é, ao mesmo tempo, um ato de violência simbólica e um ato de criação: destrói a imagem colonizada de si mesmo e cria uma imagem nova, que não é nem a do colonizado nem a do colonizador, mas a de um sujeito que inventou sua própria liberdade. É esse gesto que o hacker-fanoniano reatualiza na era digital: recusar a identidade algorítmica atribuída pelo sistema e reinventar a subjetividade a partir de outros parâmetros.

Na era digital, essa dinâmica se reatualiza com precisão inquietante. O algoritmo é o novo colonizador: ele define o que é belo, o que é inteligente, o que é desejável, o que é normal. E ele faz isso a partir de dados que refletem as hierarquias históricas do colonialismo: dados produzidos majoritariamente por populações do Norte Global, em línguas europeias, segundo padrões culturais ocidentais. O sujeito que interage com esses sistemas aprende, progressivamente, a se ver e a se valorar segundo esses parâmetros, internalizando uma imagem de si que é sempre já deficiente em relação ao padrão algorítmico. O inconsciente colonizado de Fanon encontra, na era digital, sua expressão mais difusa e mais eficaz.

A colonialidade do saber, por sua vez, opera através do que Lander (2005) denomina eurocentrismo epistêmico: a tendência de apresentar o conhecimento produzido na Europa e nos Estados Unidos como universal e neutro, enquanto os saberes produzidos no Sul Global são classificados como locais, tradicionais ou pré-científicos. Na era algorítmica, essa hierarquia epistêmica é reproduzida e amplificada: os sistemas

de IA são treinados com dados que refletem essa hierarquia, e suas saídas a reproduzem e naturalizam. O que o algoritmo apresenta como "conhecimento", "fato" ou "recomendação" é, na prática, a perspectiva do Norte Global elevada à condição de verdade universal.

A colonialidade do ser, analisada por Maldonado-Torres (2008), incide sobre a existência como tal: ela nega a humanidade plena dos colonizados, produzindo o que o autor denomina "o lado sombrio do ser colonial", a zona de não-ser na qual certos sujeitos são sistematicamente descartados, invisibilizados ou desumanizados. Na governamentalidade algorítmica, essa zona de não-ser é reproduzida em escala global: populações inteiras são invisíveis para os algoritmos por falta de dados, ou são visíveis apenas como alvos de vigilância e controle. A IA que não reconhece rostos negros, o sistema de crédito que discrimina por CEP, o algoritmo de contratação que reproduz preconceitos históricos: todas essas são expressões da colonialidade do ser no contexto digital.

A análise de Quijano sobre a colonialidade do poder é também uma análise sobre a produção do conhecimento. Para Quijano, a colonialidade não opera apenas pela dominação econômica e política, mas pela imposição de um modo específico de conhecer o mundo: o modo europeu, que se apresenta como universal e racional enquanto classifica todos os outros modos de conhecimento como locais, tradicionais, pré-científicos ou simplesmente como não-conhecimento. Essa operação epistemológica é, ao mesmo tempo, uma operação de poder: ao definir o que conta como conhecimento legítimo, ela define quem pode ser sujeito de conhecimento e quem está condenado a ser objeto de conhecimento dos outros.

A colonialidade do saber, analisada por Lander (2005), manifesta-se na era digital de maneira particularmente insidiosa. Os sistemas de inteligência artificial são treinados com dados que refletem a produção intelectual e cultural do Norte Global, produzida majoritariamente por sujeitos situados no interior da tradição epistemológica ocidental. Quando esses sistemas são utilizados globalmente para produzir recomendações, tomar decisões ou gerar conteúdo, eles impõem, silenciosamente, as hierarquias epistêmicas do colonialismo: o que é relevante, o que é verdadeiro, o que é belo, o que é normal. A aparente objetividade do algoritmo dissimula a subjetividade colonial que o constitui.

Importa sublinhar que a colonialidade algorítmica não se limita ao conteúdo dos dados: ela se manifesta também na estrutura dos sistemas. Os modelos de linguagem, por exemplo, são treinados predominantemente em línguas europeias e em textos produzidos por sujeitos pertencentes a determinadas classes sociais, gêneros e territórios. Essa estrutura produz sistemas que funcionam muito melhor para certos grupos populacionais do que para outros, reproduzindo e aprofundando desigualdades históricas. O sistema de reconhecimento facial que erra mais para rostos negros do que para rostos brancos não é um "erro técnico": é a materialização de uma hierarquia racial que percorre toda a história do colonialismo.

Essa perspectiva permite articular a crítica decolonial com a análise nietzschiana da genealogia dos valores de uma maneira produtiva. Nietzsche, na Genealogia da Moral, demonstra que os valores

"universais" são sempre valores de uma classe, de um grupo, de uma perspectiva específica que conseguiu impor sua interpretação como a interpretação legítima. A colonialidade algorítmica é, em certo sentido, a expressão contemporânea desse processo: os valores codificados nos algoritmos são os valores de um grupo específico — as corporações de tecnologia do Norte Global, com seus acionistas, seus engenheiros e suas lógicas de mercado — que conseguiram impor sua perspectiva como o horizonte algorítmico de toda a humanidade conectada.

É nesse contexto que a noção de animal digitalis adquire sua dimensão decolonial. Como já elaborado, a sociedade do cansaço, tal como analisada por Han (2015; 2017; 2018), converte a liberdade em obrigação de desempenho, produzindo uma subjetividade exausta, ansiosa e permanentemente comparável. Mas esse processo não é uniforme: ele incide de maneira diferenciada sobre corpos racializados, sobre populações do Sul Global, sobre comunidades que não se encaixam no padrão algorítmico dominante. O animal digitalis não é um sujeito abstrato e universal: ele é produzido de maneira diferenciada segundo as hierarquias da colonialidade, e sua "liberdade" é distribuída desigualmente segundo essas mesmas hierarquias.

A massificação do animal digitalis, portanto, não é apenas a produção de sujeitos governados por algoritmos: é a produção de sujeitos colonizados algorítmicamente, cuja capacidade de criar valores, de resistir à normalização e de afirmar modos de existência singulares é sistematicamente capturada e neutralizada por dispositivos que reproduzem, em chave digital, as estruturas históricas do colonialismo. A crítica nietzschiana ao "último homem" adquire, nesse contexto, uma dimensão decolonial que o próprio Nietzsche não poderia ter antecipado: o último homem da era digital é o sujeito colonizado algorítmicamente, que descobriu a felicidade do like e do engajamento e que já não pode sonhar com o além-de-si porque seus sonhos já foram antecipados e capturados pelo algoritmo.

Nesse sentido é que a colonialidade algorítmica não pode ser compreendida apenas como exploração de dados ou como reprodução de vieses: ela é uma forma de governo das almas, uma tecnologia de poder que incide sobre o mais íntimo da subjetividade, reescrevendo os sonhos, os desejos e as identidades dos sujeitos segundo uma gramática técnica que é, na sua estrutura profunda, uma gramática colonial. Compreender isso é o primeiro passo para resistir.

#### **4 O GESTO HACKER-FANONIANO E A REEDUCAÇÃO NÃO-MAQUÍNICA: TRANSVALORAÇÃO COMO TAREFA EDUCATIVA**

Diante do quadro analítico delineado nas seções anteriores, uma pergunta se impõe com urgência filosófica: como é possível resistir à colonialidade algorítmica sem reproduzir, em outro nível, a mesma lógica que se pretende combater? Essa pergunta é central não apenas por razões teóricas, mas práticas: qualquer proposta de resistência que se limite à recusa externa dos dispositivos digitais está condenada à

irrelevância, pois o capitalismo de vigilância opera de maneira difusa, penetrando todos os espaços da vida social. A resistência eficaz precisa ser imanente: ela precisa operar no interior do sistema, a partir das suas próprias condições de possibilidade.

É nesse ponto que emerge o gesto hacker-fanoniano, conforme reinterpretado por Faustino e Lipold (2023), como prática de desobediência criadora inscrita na própria linguagem do sistema. Trata-se de uma forma de resistência que não se limita à recusa ou à fuga, mas que busca reorientar as próprias condições de funcionamento dos dispositivos de poder. Em sintonia com a figura política do hacker que, ao longo das últimas décadas, passou de mero "técnico" a agente de desobediência civil, denúncia e ação direta, preservando bolsões de autonomia mesmo em contextos fortemente controlados (Coleman, 2017), o gesto hacker-fanoniano propõe uma resistência produtiva, que não visa apenas obstruir, mascarar ou fugir da vigilância, mas aproveitar as "afordâncias algorítmicas" para produzir novos elementos no ambiente digital, instaurando outras verdades, narrativas e formas de estar em rede (Ettlinger, 2018).

O gesto hacker-fanoniano encontra ressonância em diversas práticas contemporâneas de resistência digital que, sem necessariamente nomearem-se como tais, operam segundo sua lógica. As comunidades de software livre e código aberto, que desenvolvem alternativas às plataformas proprietárias controladas por Big Tech; os coletivos de dados que trabalham para produzir conjuntos de dados mais diversos e menos colonialmente hierarquizados; os projetos de inteligência artificial comunitária que desenvolvem modelos treinados em línguas e culturas do Sul Global; os ativistas digitais que utilizam as próprias ferramentas da vigilância algorítmica para expô-la e subvertê-la: todos esses são exemplos concretos do gesto hacker-fanoniano em ação.

A dimensão educativa do gesto hacker-fanoniano é fundamental. Ele não pode ser praticado por sujeitos que ignoram a linguagem do sistema que pretendem subverter: ele exige uma formação técnica e crítica que capacite os sujeitos a compreender como os algoritmos funcionam, quais valores codificam, quais hierarquias reproduzem e quais possibilidades de subversão contêm. Nesse sentido, o gesto hacker-fanoniano é inseparável da reeducação não-maquínica: a resistência à colonialidade algorítmica precisa ser aprendida, cultivada e transmitida, e esse processo de aprendizagem é, em si mesmo, uma prática de transvaloração.

É importante distinguir, aqui, entre dois tipos de "letramento digital" que circulam nos debates contemporâneos sobre educação e tecnologia. O primeiro tipo, dominante nas políticas educacionais orientadas pela lógica neoliberal, visa formar sujeitos adaptados às exigências do mercado digital: trabalhadores qualificados para operar as tecnologias do capitalismo de vigilância, consumidores conscientes de dados, empreendedores digitais. Esse tipo de letramento reproduz a colonialidade algorítmica ao formar sujeitos funcionais ao sistema sem questionar suas estruturas de poder. O segundo tipo, que aqui propomos como dimensão da reeducação não-maquínica, visa formar sujeitos críticos e

criativos: sujeitos que compreendem a dimensão política dos sistemas digitais, que identificam seus vieses coloniais, que são capazes de imaginar e construir alternativas.

A distinção entre esses dois tipos de letramento digital é, em última instância, a distinção entre a educação que produz o animal digitalis e a educação que cultiva a potência criadora. O primeiro forma para a adaptação; o segundo forma para a transvaloração. O primeiro instrui sobre o como; o segundo questiona o por quê. O primeiro produz o último homem da era digital; o segundo cultiva as condições de possibilidade do além-do-homem algorítmico: o sujeito capaz de criar valores que excedam os parâmetros definidos pelo sistema.

A articulação com Fanon é decisiva. Se o inconsciente colonizado, em Fanon (2005), é o resultado de uma violência que destrói a identidade do colonizado e implanta no seu lugar uma imagem de si mesmo definida pelo colonizador, então a resistência decolonial não pode ser apenas política ou econômica: ela precisa ser ontológica, afetando as camadas mais profundas da subjetividade. O gesto hacker-fanoniano, ao combinar a desobediência técnica do hacker com a reinvenção identitária proposta por Fanon, aponta para uma forma de resistência que opera simultaneamente nos níveis do código e da subjetividade, da infraestrutura técnica e do inconsciente colonizado.

Esse gesto não se orienta contra os dispositivos técnicos como tais, mas para além deles, ao reivindicar a reapropriação criativa das tecnologias para fins que escapam à racionalidade colonial dominante. Como observa Ettliger (2018), os algoritmos possuem "afordâncias" que permitem usos não previstos por seus criadores; explorar essas brechas é uma forma de resistência que opera no interior do sistema sem simplesmente reproduzi-lo. Da mesma forma que Fanon propunha que o colonizado precisava aprender a língua do colonizador não para se assimilar, mas para reinventá-la e volta-la contra a colonização, o gesto hacker-fanoniano propõe que os sujeitos colonizados algoritmicamente aprendam a linguagem do código não para se conformar a seus imperativos, mas para subvertê-los, hackeá-los, reinventá-los.

Hester (2023) examina esse gesto na sua dimensão de "gender hacking" e de intervenções micropolíticas que exploram brechas em regimes biotécnicos para remodelar hegemonias de gênero e corpo, sem simplesmente reproduzir o imaginário de engenharia total do social. O exemplo é iluminador: as tecnologias de modificação corporal e os espaços digitais de construção identitária têm sido apropriados por comunidades dissidentes para criar formas de existência que escapam às categorias binárias impostas pela racionalidade colonial. Esse tipo de resistência não é externo ao sistema: ele opera no seu interior, aproveitando suas possibilidades para produzir efeitos que o sistema não previa e não controla inteiramente.

O gesto hacker-fanoniano pode ser entendido, assim, como tentativa de reprogramação simbólica da maquinaria tecnopolítica, na qual os sujeitos intervêm nas assemblagens maquinicas que articulam humanos, dados e infraestruturas, tensionando o eixo entre constrangimento e criatividade e abrindo espaço

para fluxos moleculares de inovação subjetiva e coletiva (Altug, 2025; Barros, 2016). Ao afirmar a pluralidade, a diferença e a criação para além da racionalidade colonial e performativa, esse gesto produz fissuras no sistema que podem ser ampliadas e aprofundadas por práticas coletivas de resistência.

Mas o gesto hacker-fanoniano, por si só, não é suficiente. Ele precisa ser sustentado por uma transformação mais profunda das formas de subjetivação, e é aqui que a educação entra em cena. A reeducação não-maquínica, como proposta filosófica e pedagógica, não significa a recusa das tecnologias digitais na educação, nem o retorno a formas pré-digitais de ensino. Significa, antes, uma reorientação dos fins e dos valores que orientam os processos educativos, de modo a recuperar a capacidade humana de criar, avaliar e transvalorar que a governamentalidade algorítmica tende a capturar e neutralizar.

Nietzsche já havia indicado, em *Para além de bem e mal* e em outros escritos, que a transvaloração dos valores é uma tarefa eminentemente educativa: ela não pode ocorrer sem a formação de um novo tipo humano, capaz de suportar a destruição dos valores herdados e a criação de novos. Como afirma Azeredo (2022, p. 81), Nietzsche não define previamente um ideal normativo de educação, mas recupera o sentido de avaliação como dimensão constitutiva que deve atravessar todo o processo formativo. "Isso faz com que a discussão em torno do tema da cultura e da educação a partir do pensamento de Nietzsche seja importante para esse resgate, sob pena de nossos estabelecimentos de ensino produzirem o homem domesticado."

Justamente porque em face da governamentalidade algorítmica que captura a vontade de potência sob a alcunha de uma performance que sitia nossos corpos e nos torna dados, a partir de uma racionalidade colonial, o que temos é o super-homem ansioso fadado à debilidade. A domesticação é a rota única quando a educação não reconhece essa captura e não propõe resistência a ela. A reeducação não-maquínica é, nesse sentido, a condição de possibilidade da transvaloração: sem uma transformação profunda dos processos formativos, a potência criadora continuará sendo capturada e redirecionada para fins que não são os seus.

Em perspectiva decolonial, a reeducação não-maquínica precisa ser pensada a partir das margens, a partir das experiências e saberes que a racionalidade colonial marginalizou ou suprimiu. As pedagogias decoloniais, como analisadas por Mendonça (2025), propõem uma reorientação da educação a partir da perspectiva das populações historicamente colonizadas, reconhecendo a pluralidade de epistemes, a diversidade de formas de conhecimento e a riqueza de modos de vida que a colonialidade invisibilizou. Articular essa perspectiva com a crítica nietzschiana da moral e a análise foucaultiana das técnicas de poder produz uma proposta pedagógica que é, ao mesmo tempo, filosófica e política.

A reeducação não-maquínica, nesse horizonte, não é uma proposta técnica sobre o uso de tecnologias na educação. É uma proposta filosófica sobre os fins da educação: não a produção de trabalhadores adaptados às exigências da governamentalidade algorítmica, mas o cultivo de sujeitos capazes de criar valores, de resistir à normalização e de afirmar modos de existência singulares que não se

encaixam nas métricas. É uma proposta que toma a sério a advertência nietzschiana de que a educação que produz o "homem domesticado" é uma educação que traiu sua vocação mais fundamental.

## **5 PEDAGOGIA DA POTÊNCIA COMO HORIZONTE ÉTICO-POLÍTICO: TRANSVALORAÇÃO DECOLONIAL**

A pedagogia da potência, aqui proposta como síntese das perspectivas desenvolvidas ao longo deste trabalho, não é um programa curricular nem um conjunto de técnicas pedagógicas. É, antes, uma orientação filosófica que define os fins da educação a partir de uma crítica radical da racionalidade que governa as máquinas e, por meio delas, governa os humanos. Trata-se de uma educação que se orienta não pelo desempenho, não pela eficiência, não pela adaptabilidade — os valores centrais da governamentalidade algorítmica —, mas pela potência criadora, pela capacidade de avaliar e transvalorar, pela afirmação de modos de existência singulares que resistem à normalização.

Essa orientação articula, de maneira produtiva, a crítica nietzschiana da moral e as perspectivas decoloniais. A crítica nietzschiana revela que a domesticação do humano opera pela internalização de valores que se apresentam como universais e naturais, mas que são, na verdade, expressões de relações de força historicamente situadas. As perspectivas decoloniais revelam que essas relações de força têm uma dimensão colonial específica, que persiste nas formas contemporâneas de governo da vida. Articular essas duas perspectivas é fundamental para uma pedagogia da potência que seja ao mesmo tempo crítica e construtiva: crítica dos mecanismos de domesticação, construtiva na proposição de alternativas.

A transvaloração decolonial, como tarefa pedagógica, implica pelo menos quatro dimensões interligadas. A primeira é a dimensão epistêmica: recolocar no centro dos processos educativos a pluralidade de formas de conhecimento que a racionalidade colonial marginalizou, reconhecendo a riqueza de saberes produzidos em contextos não-ocidentais e a legitimidade de epistemes que não se enquadram no modelo científico-tecnológico dominante. Essa dimensão não implica relativismo epistêmico: implica, ao contrário, um enriquecimento da própria racionalidade crítica pela confrontação com perspectivas que ela havia excluído.

A segunda dimensão é a dimensão identitária e afetiva: criar espaços educativos nos quais os sujeitos possam experimentar modos de existência que não se encaixam nas métricas algorítmicas, afirmar identidades que resistem à colonialidade, cultivar afetos que não são funcionais ao capitalismo de vigilância. A educação, aqui, não é apenas transmissão de conhecimento: é formação de sensibilidades, de disposições, de formas de habitar o mundo que se distinguem das formas produzidas pela governamentalidade algorítmica. Essa dimensão implica recolocar o corpo no centro do processo educativo, como adverte Guimarães (2008) a partir de Nietzsche: uma educação que nega o corpo é uma educação que nega a vida.

A terceira dimensão é a dimensão técnica e crítica: desenvolver a capacidade de compreender criticamente os sistemas algorítmicos, de identificar seus vieses e suas implicações políticas, de utilizar as tecnologias digitais de maneira consciente e reflexiva. Essa dimensão não implica rejeição da técnica, mas apropriação crítica: aprender a linguagem do código não para se submeter a seus imperativos, mas para interrogá-los, subvertê-los, hackea-los. É a dimensão do gesto hacker-fanoniano aplicada à educação: formar sujeitos capazes de operar no interior dos sistemas digitais sem serem inteiramente capturados por eles.

A quarta dimensão é a dimensão política e coletiva: reconhecer que a transvaloração de valores não é apenas uma tarefa individual, mas um processo coletivo de reinvenção das formas de vida social. A pedagogia da potência não forma sujeitos isolados, mas comunidades de criação: coletivos capazes de inventar formas de associação, de produção e de distribuição que não se submetam inteiramente à racionalidade do mercado e da governamentalidade algorítmica. Essa dimensão articula a crítica nietzschiana à dimensão política das lutas decoloniais: a transvaloração como prática coletiva de reinvenção do possível.

É precisamente em razão dessas implicações interpretativas e práticas que a crítica nietzschiana à moralidade estabelecida adquire centralidade na pedagogia da potência. Como observa Azeredo (2022), quando Nietzsche pergunta pelo valor dos valores morais, ele indaga sobre o conjunto de valores que norteia a educação, e que subjaz ao currículo, à disciplina, à relação professor/aluno, à organização dos espaços na escola e às instituições de formação. A proposta de transvaloração, nesse contexto, não se apresenta como uma simples substituição de conteúdos normativos, mas como um deslocamento mais profundo das formas de valoração que sustentam as práticas e os modos de vida, abrindo espaço para outras possibilidades de criação e afirmação da existência.

A educação, aqui, não forma para a obediência, mas para a criação; não produz trabalhadores do pensamento, mas avaliadores capazes de transformar o conhecer em criar e o criar em legislação. Nessa perspectiva, a vontade de verdade se revela como vontade de potência, e toda afirmação como gesto avaliativo. É precisamente nesse ponto que o gesto hacker-fanoniano se ancora em Nietzsche: não como recusa reativa da técnica ou das máquinas, mas como prática de transvaloração que intervém nos regimes de sentido, nos códigos e nas formas de governo da vida. Tal gesto não se orienta contra os dispositivos técnicos, mas para além deles, ao reivindicar uma educação voltada à descolonização da avaliação, à reapropriação criativa da potência e à ruptura com toda forma de domesticação moral, epistêmica ou algorítmica.

Assim, a urgência da transvaloração impõe-se, em última instância, como uma tarefa de reeducação. A vontade de potência sitiada não pode ser liberada por meio de ajustes técnicos, otimizações pedagógicas ou adaptações curriculares às exigências do presente, pois é precisamente essa lógica adaptativa que

sustenta a colonialidade algorítmica e a massificação do animal digitalis. Reeducar, aqui, não significa instruir para o uso eficiente das máquinas, mas desativar os regimes de avaliação que reduzem a vida à previsibilidade, à performance e à governabilidade estatística. Trata-se de reinscrever a educação no horizonte da transvaloração dos valores, recuperando sua função formativa como cultivo da capacidade de avaliar, criar e afirmar modos de existência singulares.

A pedagogia da potência é, assim, uma proposta que toma a sério a complexidade do presente: ela não nega a realidade da governamentalidade algorítmica, não ignora a extensão da colonialidade digital, não subestima a eficácia dos mecanismos de captura da subjetividade. Mas tampouco aceita que esses mecanismos sejam inevitáveis ou incontornáveis. Ao contrário, ao identificar as condições históricas de sua emergência e os dispositivos de seu funcionamento, abre espaço para pensar sua transformação. Não existe sistema de poder tão total que não contenha brechas, contradições e possibilidades de subversão: a tarefa filosófica e pedagógica é identificar essas brechas e amplificá-las.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, argumentou-se que a governamentalidade algorítmica constitui não apenas um fenômeno técnico ou econômico, mas a atualização contemporânea de uma racionalidade colonial que percorre, sob diferentes formas e por diferentes dispositivos, a modernidade ocidental. A colonialidade algorítmica, como aqui a denominamos, opera pela reprodução e ampliação das hierarquias históricas do colonialismo em chave digital: ela hierarquiza epistemes, suprime subjetividades dissidentes e coloniza o possível, definindo de antemão o que pode ser desejado, reconhecido e valorado.

A articulação entre a análise foucaultiana da biopolítica, o conceito de capitalismo de vigilância de Zuboff, as teorias decoloniais de Quijano, Maldonado-Torres e Lander, e a leitura fanoniana do inconsciente colonizado permitiu revelar as múltiplas dimensões desse processo: econômica, epistêmica, ontológica e subjetiva. A produção do animal digitalis, como sujeito massificado e colonizado algorítmicamente, é o efeito mais visível desse processo: uma subjetividade que se percebe livre, informada e conectada, mas que é, na prática, progressivamente incapaz de criar valores que excedam os parâmetros definidos pelo sistema.

A filosofia nietzschiana da transvaloração de valores revelou-se, nesse contexto, um recurso teórico de extraordinária fecundidade. A crítica nietzschiana à moral ascética e ao mecanicismo, ao denunciar os mecanismos pelos quais a domesticação do humano opera, antecipa, em chave filosófica, os dispositivos que a colonialidade algorítmica emprega hoje em escala global. A figura do animal digitalis é, em certo sentido, o último homem da era digital: aquele que já não pode transvalorar porque sua potência criadora foi antecipada, capturada e redirecionada para fins que não são os seus.

Contra essa forma de domesticação, o trabalho propôs o gesto hacker-fanoniano como prática de resistência imanente: uma desobediência criadora que opera no interior dos sistemas digitais, aproveitando

suas possibilidades para produzir efeitos que escapam à racionalidade colonial dominante. Esse gesto não é apenas uma metáfora ou uma proposição teórica: ele se concretiza nas práticas cotidianas de sujeitos que utilizam as tecnologias digitais de maneira crítica e reflexiva, que produzem saberes e identidades que resistem à normalização algorítmica, que criam formas de associação e de vida coletiva que não se submetem inteiramente ao capitalismo de vigilância.

A reeducação não-maquínica emerge, nesse horizonte, como a proposta filosófica mais consistente para responder à colonialidade algorítmica. Ela não implica a recusa da técnica, mas a superação da racionalidade colonial que a governa: uma reorientação dos fins da educação, de modo a recuperar a capacidade humana de criar valores, de resistir à normalização e de afirmar modos de existência singulares. Essa proposta articula, de maneira produtiva, a crítica nietzschiana da moral, as perspectivas decoloniais e a análise da governamentalidade algorítmica, produzindo uma pedagogia da potência que é, ao mesmo tempo, filosófica, política e concretamente orientada para as condições do presente.

A pedagogia da potência, como horizonte ético e político, reconhece que a transvaloração de valores é uma tarefa coletiva e histórica, não individual e instantânea. Ela se realiza nos interstícios do presente, nas práticas cotidianas de resistência, nas formas de vida que resistem à normalização algorítmica, nas comunidades que cultivam saberes e identidades que a colonialidade tende a invisibilizar. Pensar a educação a partir de Nietzsche, em diálogo com a crítica da governamentalidade algorítmica e da colonialidade, implica afirmar uma pedagogia da potência, orientada não contra as máquinas, mas para além da racionalidade que as governa: uma educação capaz de interromper a produção do humano massificado e reabrir o futuro como criação.

Há uma dimensão utópica nessa proposta, no sentido que Ernst Bloch dava ao utopismo: não como fuga da realidade, mas como antecipação do possível que a realidade já contém em germe, mas que as estruturas de poder tendem a sufocar. A reeducação não-maquínica não é um sonho irrealizável: ela se realiza já, parcialmente, em toda prática educativa que recusa a lógica do desempenho mensurável, que cultiva a diferença, que abre espaço para o improvável, que forma sujeitos capazes de perguntar pelo valor dos valores. A tarefa filosófica é tornar essas práticas mais conscientes de si mesmas, mais articuladas, mais capazes de nomear o que fazem e por que importa.

A pedagogia da potência, nesse horizonte, não pode ser pensada apenas como um conjunto de práticas escolares ou universitárias. Ela precisa ser compreendida como uma orientação filosófica que permeia todas as dimensões da formação humana: formal e informal, escolar e extraescolar, individual e coletiva. Em uma era em que os algoritmos governam não apenas as plataformas digitais, mas os meios de comunicação, os sistemas de saúde, os processos eleitorais e as relações interpessoais, a educação não pode se limitar ao espaço da sala de aula. A reeducação não-maquínica é uma tarefa cultural que precisa ser empreendida em todos os espaços em que a vida se forma e se transforma.

A dimensão decolonial da pedagogia da potência implica, em particular, o reconhecimento e a valorização dos saberes e das práticas educativas que as comunidades do Sul Global desenvolveram historicamente em condições de opressão e resistência. As pedagogias indígenas, as práticas educativas dos movimentos sociais, as formas de transmissão de conhecimento das comunidades quilombolas e periféricas: todos esses são recursos filosóficos e pedagógicos de enorme riqueza, que a colonialidade epistemológica tendeu a invisibilizar ou a classificar como "não-educação". Reintegrá-los ao debate filosófico sobre a educação é uma condição da reeducação não-maquínica.

Há, evidentemente, uma tensão interna à proposta da pedagogia da potência que não pode ser ignorada. Nietzsche, em sua crítica à moral, não propunha uma pedagogia democrática ou igualitária: ele concebia a transvaloração como tarefa de poucos, dos "filósofos do futuro", dos "espíritos livres", daqueles que tinham força suficiente para suportar a destruição dos valores herdados. As perspectivas decoloniais, ao contrário, partem da experiência das populações historicamente marginalizadas e propõem uma educação que é, desde o início, coletiva e política. Como articular essas duas perspectivas sem trair nenhuma delas?

A resposta que propomos é que a tensão entre Nietzsche e as perspectivas decoloniais é produtiva, não excludente. Nietzsche fornece a crítica radical dos mecanismos de domesticação e a ideia de transvaloração como criação de novos valores; as perspectivas decoloniais fornecem a localização histórica e política dessa criação, apontando para quem são os sujeitos mais urgentemente necessitados de transvaloração e quais são os mecanismos específicos de domesticação que precisam ser desativados. A pedagogia da potência, nesse sentido, não é a educação dos "eleitos" que Nietzsche talvez tivesse imaginado, mas uma educação que cultiva, em todos os sujeitos, a capacidade de criar valores que Nietzsche reconhecia apenas nos mais fortes. A tarefa decolonial amplia o projeto nietzschiano ao universalizar sua exigência mais fundamental: a recusa da domesticação.

Pensar a educação a partir de Nietzsche, em diálogo com a crítica da governamentalidade algorítmica e da colonialidade, implica afirmar que a escola — em seu sentido mais amplo, como espaço de formação da subjetividade — não pode ser neutra diante das formas de poder que atravessam o presente. Ela precisa escolher: ou reproduz a lógica da domesticação algorítmica, ou cria condições para a transvaloração. Essa escolha é, em última instância, uma escolha filosófica e política, e é exatamente por isso que a filosofia não pode abdicar de seu papel nesse debate.

Além disso, a pedagogia da potência precisa ser pensada em relação com as transformações em curso nas tecnologias de ensino. A crescente digitalização da educação, com a proliferação de plataformas de ensino a distância, sistemas de avaliação automatizados e currículos mediados por algoritmos, representa tanto um risco quanto uma oportunidade. O risco é a captura da educação pela governamentalidade algorítmica: uma educação que reproduz a lógica do desempenho mensurável, da personalização

algorítmica e da produção de trabalhadores adaptados. A oportunidade é a utilização das tecnologias digitais para criar espaços de aprendizagem mais democráticos, mais plurais e mais críticos, que ampliem o acesso ao conhecimento e criem condições para a transvaloração. A pedagogia da potência não recusa as tecnologias digitais na educação: ela exige que sejam governadas por fins que excedam a lógica do mercado e da colonialidade.

Há um paradoxo que precisa ser reconhecido: a reeducação não-maquínica é, em parte, uma educação que precisa ocorrer por meio das próprias tecnologias digitais. Não é possível formar sujeitos capazes de resistir à colonialidade algorítmica sem que esses sujeitos compreendam como os algoritmos funcionam, e essa compreensão requer, em certa medida, o uso das próprias tecnologias. O paradoxo, contudo, é produtivo: ele aponta para a necessidade de uma relação crítica e reflexiva com as tecnologias digitais, e não para sua recusa ou para sua aceitação acrítica. A pedagogia da potência não é luddista nem tecno-otimista: ela é dialética, no sentido de que reconhece tanto as possibilidades quanto os riscos das tecnologias digitais, e propõe uma educação que capacite os sujeitos a navegar essa tensão de maneira criativa e politicamente consciente.

Em última análise, a pedagogia da potência é uma aposta filosófica sobre a capacidade humana de exceder os sistemas que a capturam. É a afirmação de que, mesmo no interior das arquiteturas mais sofisticadas de controle e normalização, persiste uma potência criadora que insiste em inventar novas formas de existência. Essa afirmação não é ingênua: ela reconhece que a captura é real e que a resistência é difícil. Mas recusa o fatalismo que vê na governamentalidade algorítmica um destino inexorável. O humano é mais do que seus dados, mais do que seu perfil algorítmico, mais do que o animal digitalis que o sistema tende a produzir. E essa sobra, esse excesso irreduzível, é o que torna possível a transvaloração. É isso que a filosofia, em seu melhor, sempre soube: que o pensamento excede seus condicionamentos, e que essa capacidade de exceder é a raiz de toda criação.

O presente trabalho buscou contribuir para essa tarefa, articulando Nietzsche, Foucault, as teorias decoloniais e a análise do capitalismo de vigilância em uma genealogia crítica da colonialidade algorítmica. A conclusão é tanto diagnóstica quanto propositiva: o cerco da vontade de potência pelo digital é real e profundo, mas não é total. As fissuras existem, e é por elas que a potência criadora pode escapar, reinventar-se e retornar, não como animal digitalis, mas como sujeito capaz de transvalorar. Essa é a tarefa filosófica do presente, e ela começa na educação.

A reeducação não-maquínica, ao articular crítica nietzschiana e perspectiva decolonial, propõe uma filosofia da educação que é radicalmente anti-adaptacionista: ela não forma para o mercado, não forma para o desempenho, não forma para a compatibilidade com os sistemas existentes. Forma para a criação, para a resistência, para a invenção de possibilidades que o sistema declarou impossíveis. Nesse sentido, ela é uma filosofia do improvável: ela aposta que o humano é mais do que o animal digitalis que a governamentalidade

algorítmica tende a produzir, e que essa sobra, esse excesso, essa diferença irreduzível é o que torna possível a transvaloração.

### **NOTA ÉTICA DO USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

O presente trabalho utilizou, de forma pontual e instrumental, ferramentas digitais baseadas em Inteligência Artificial, especificamente Perplexity e Consensus, como apoio à localização, organização e verificação preliminar de literatura acadêmica, bem como Grammarly para revisão linguística e aprimoramento estilístico do texto. Ressalta-se que tais ferramentas não foram empregadas como fontes de conteúdo teórico, analítico ou interpretativo, nem como substitutas da atividade intelectual da autora. A formulação dos argumentos, a interpretação crítica das obras, a articulação conceitual e a responsabilidade autoral pelo texto permanecem integralmente humanas. O uso dessas tecnologias observou princípios de transparência, integridade acadêmica e autoria responsável, restringindo-se a funções auxiliares no processo de pesquisa e escrita.

### **REFERÊNCIAS**

- ALTUĞ, Fatih. *Machinic Assemblages In Tanpinar's Poetics And Narratives: Between Constraint And Creativity*. *Türkbilig*, v. 2025, n. 49, p. 399-427, 2025.
- AZEREDO, Vânia Dutra de. *Educação e valores*. *Cadernos Nietzsche*, Guarulhos/Porto Seguro, v. 43, n. 3, p. 73–90, set./dez. 2022.
- BALLESTEROS, Alfonso. *Digitocracy: Ruling and being ruled*. *Philosophies*, v. 5, n. 2, p. 9, 2020.
- BARROS, Bruno Mazolini de; MINUZZI, Luara Pinto. *Vontade de ser máquina: imaginação material em o apocalipse dos trabalhadores*. *Letras de Hoje*, v. 51, n. 4, p. 526-533, 2016.
- BYUNG-CHUL, Han. *A sociedade do cansaço*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CAMBRAIA, Leonardo; PYRRHO, Monique. *Generative artificial intelligence and the risk of technodigital colonialism*. *Frontiers in Political Science*, v. 7, p. 1628139, 2025.
- COLEMAN, Gabriella. *From Internet farming to weapons of the geek*. *Current Anthropology*, v. 58, n. S15, p. S91-S102, 2017.
- DA SILVEIRA, Marcelo Teixeira et al. *O Impacto Da Inteligência Artificial Na Administração 4.0: Eficiência E Inovação*. *Revista GeTeC*, v. 23, 2025.
- ETTLINGER, Nancy. *Algorithmic affordances for productive resistance*. *Big Data & Society*, v. 5, n. 1, p. 2053951718771399, 2018.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. Boitempo Editorial, 2023.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975–1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978–1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GUIMARÃES, Áurea Maria. Transvaloração do corpo: notas para uma educação ético-estética. 2008. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

HAN, Byung-Chul. In the swarm: Digital prospects. MIT press, 2017.

HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HESTER, Helen. The art of the exploit: Gender hacking and political agency. Paragraph, v. 46, n. 1, p. 10-29, 2023.

ISAEV, Igor; ZENIN, Sergey; RUMYANTSEVA, Valentina. 'Power' and Technological Machines: Dreams Are Replaced by Goal-Setting. BRICS Law Journal, v. 10, n. 1, p. 171-185, 2023.

KOUROS, Theodoros; PAPA, Venetia. Digital mirrors: AI companions and the self. Societies, v. 14, n. 10, p. 200, 2024.

LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80, p. 71-114, 1 mar. 2008.

MENDONÇA, Helena Andrade. Sobre o colonialismo digital e as pedagogias decoloniais. Understanding Artificial Intelligence (IEA-USP). Disponível em: <https://understandingai.iea.usp.br>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MIGNOLO, Walter D. The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options. Durham: Duke University Press, 2011.

MÜHLHOFF, Rainer. Human-aided artificial intelligence: Or, how to run large computations in human brains? new media & society, v. 22, n. 10, p. 1868-1884, 2020.

- MULDOON, James; WU, Boxi A. Artificial intelligence in the colonial matrix of power. *Philosophy & Technology*, v. 36, n. 4, p. 80, 2023.
- NIETZSCHE, Friedrich. Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da moral: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NIETZSCHE, Friedrich. A gaia ciência. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zarathustra: um livro para todos e para ninguém. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da moral: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zarathustra: um livro para todos e para ninguém. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.
- PENTINA, Iryna; HANCOCK, Tyler; XIE, Tianling. Exploring relationship development with social chatbots: A mixed-method study of replika. *Computers in Human Behavior*, v. 140, p. 107600, 2023.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 72-117.
- RICAURTE, Paola. Ethics for the majority world: AI and the question of violence at scale. *Media, Culture & Society*, v. 44, n. 4, p. 726-745, 2022.
- ROUVROY, Antoinette. Human genes and neoliberal governance: a Foucauldian critique. *Routledge Handbook of Biopolitics*. Londres: Routledge, 2013.
- ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Gouvernamentalité algorithmique et perspectives d'émancipation. *Réseaux*, Paris, n. 177, p. 163-196, 2010.
- SCHWAB, Klaus. A Quarta Revolução Industrial. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.
- TACHEVA, Jasmina; RAMASUBRAMANIAN, Srividya. AI Empire: Unraveling the interlocking systems of oppression in generative AI's global order. *Big Data & Society*, v. 10, n. 2, p. 20539517231219241, 2023.
- TAO, Hernando Barrios. Configuración de subjetividades mediante sistemas de inteligencia artificial. *Sophia*, n. 39, p. 83-114, 2025.
- VANÇAN, Alianna Caroline Sousa Cardoso. O livre-arbítrio no direito penal: investigações sobre a culpabilidade e responsabilização na filosofia de Nietzsche nas neurociências. Pelotas, 2022a.

VANÇAN, Alianna Cardoso. Uma filosofia para a criminologia em Nietzsche: do niilismo à transvaloração de valores penais para uma democracia perspectivista num mundo jurídico pós-pandemia. 1. ed. Cachoeirinha: Editora Fi, 2022b.


VANÇAN, Alianna Caroline Sousa Cardoso. Governamentalidade algorítmica e resistência pluriversal: tensões entre saberes digitocráticos e ancestrais no Sul Global. In: Seminário de Educação (SEMIEDU), 2025. Anais. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2025.

WINNER, Langdon. Do artifacts have politics? *Daedalus*, Cambridge: The MIT Press, v. 109, n. 1, p. 121-136, Winter 1980.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. Nova York: Public Affairs, 2019.

**O TERÇO DOS HOMENS DO CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS: EXPRESSÃO DA FÉ CATÓLICA, ESPIRITUALIDADE MASCULINA E CULTURA RELIGIOSA**

**THE MEN'S ROSARY GROUP OF CENTRAL-WEST MINAS GERAIS: AN EXPRESSION OF CATHOLIC FAITH, MASCULINE SPIRITUALITY, AND RELIGIOUS CULTURE**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-016>

**Alessandro Carvalho de Sousa**

Homeopata pela Universidade Federal de Viçosa  
Graduação Práticas Integrativas Complementares  
E-mail: [alessandrohomeopata@yahoo.com.br](mailto:alessandrohomeopata@yahoo.com.br)

**RESUMO**

O presente artigo analisa a música 'Terço dos Homens – Centro-Oeste de Minas Gerais', composta por Alessandro Carvalho de Sousa, como expressão cultural e religiosa da espiritualidade vivida pelos grupos do Terço dos Homens na região Centro-Oeste de Minas Gerais. A composição foi elaborada a pedido do sacerdote Padre Hermínio Carlos Geovanine Marson, membro do clero da Diocese de Divinópolis. O estudo adota abordagem qualitativa e interpretativa, analisando os elementos simbólicos presentes na letra da música e sua relação com a religiosidade popular da Igreja Católica.

**Palavras-chave:** Terço dos Homens; Religião Católica; Música Religiosa; Devoção Mariana.

**ABSTRACT**

This article analyzes the song 'Terço dos Homens – Centro-Oeste de Minas Gerais', composed by Alessandro Carvalho de Sousa, as a cultural and religious expression of the Catholic faith experienced by Men's Rosary groups in the Midwest region of Minas Gerais, Brazil. The composition was created at the request of Father Hermínio Carlos Geovanine Marson, priest of the Diocese of Divinópolis. The study adopts a qualitative and interpretative approach based on symbolic analysis of the lyrics and the context of Catholic popular religiosity.

**Keywords:** Men's Rosary; Catholic Religion; Religious Music; Marian Devotion.

**1 INTRODUÇÃO**

A religiosidade popular constitui um dos elementos fundamentais da cultura brasileira, especialmente em regiões historicamente marcadas pela presença da Igreja Católica, como o estado de

Minas Gerais. Ao longo dos séculos, práticas de oração, procissões, romarias e devoções marianas foram incorporadas à vida das comunidades, tornando-se expressões vivas da fé cristã.

Entre essas manifestações destaca-se o movimento Terço dos Homens, que reúne grupos masculinos para a oração do rosário. Nas últimas décadas, essa prática tem crescido significativamente no Brasil, fortalecendo a participação dos homens na vida espiritual da Igreja.

## **2 O MOVIMENTO TERÇO DOS HOMENS**

O Terço dos Homens constitui uma importante iniciativa pastoral dentro da Igreja Católica. Os encontros ocorrem geralmente em paróquias e comunidades, reunindo homens de diferentes idades para a oração do rosário, a reflexão espiritual e o fortalecimento dos valores cristãos.

Além da dimensão espiritual, o movimento também promove integração social entre os participantes, incentivando o compromisso com a família, com a comunidade e com a vida cristã.

## **3 RELIGIOSIDADE POPULAR EM MINAS GERAIS**

Minas Gerais possui forte tradição religiosa ligada ao catolicismo. Festas religiosas, novenas, procissões e grupos de oração fazem parte da identidade cultural da população mineira. A oração do rosário ocupa lugar central nessa tradição espiritual.

Nesse contexto cultural, o Terço dos Homens surge como expressão contemporânea da religiosidade popular, reunindo homens para a oração e fortalecendo os laços de fraternidade e espiritualidade comunitária.

## **4 ORIGEM DA CANÇÃO**

A música 'Terço dos Homens – Centro-Oeste de Minas Gerais' foi composta por Alessandro Carvalho de Sousa com o objetivo de representar musicalmente a espiritualidade vivida pelos grupos do Terço dos Homens da região.

A criação da canção ocorreu a pedido do sacerdote Padre Hermínio Carlos Geovanine Marson, membro do clero da Diocese de Divinópolis, que incentivou a elaboração de uma música que pudesse expressar a fé, a união e a devoção dos homens participantes do movimento.

## **5 LETRA DA CANÇÃO**

**TERÇO DOS HOMENS – CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS**

Autor: Alessandro Carvalho de Sousa

Verso 1

Quando a noite cai sobre Minas Gerais,  
O sino chama pra oração.  
Homens simples, fé verdadeira,  
Rosário firme na mão.

Do campo à cidade, da roça à igreja,  
Um só chamado, um só clamor.  
Terço na mão, joelho dobrado,  
Homens buscando o Senhor.

Pré-Refrão

Não é grito, é fé que chama,  
Não é medo, é conversão.  
Quando o homem dobra o joelho,  
Deus fortalece o coração.

Refrão

Terço dos Homens, Terço dos Homens,  
Vozes fortes clamando a Deus!  
Terço dos Homens, Terço dos Homens,  
Centro-Oeste de Minas aos pés do Senhor!  
Terço dos Homens, Terço dos Homens,  
Maria à frente a nos guiar.  
De joelhos no chão, firmes na fé,  
Nada nos vence se Deus caminhar.

Verso 2

Pais do terço, filhos do terço,  
Homens do terço em missão.  
Cada conta é uma promessa,  
Cada oração, redenção.  
Na luta diária da vida,  
O terço é força e abrigo.  
Terço dos Homens perseverando,  
Caminhando unidos contigo.

Pré-Refrão 2

Na simplicidade da Ave-Maria,  
O céu se inclina a escutar.  
O Terço dos Homens se levanta,  
Pra proteger, cuidar e amar.

Refrão

Terço dos Homens, Terço dos Homens,  
Vozes fortes clamando a Deus!  
Terço dos Homens, Terço dos Homens,  
Minas Gerais em oração!  
Terço dos Homens, Terço dos Homens,  
Cristo no centro da nossa união.  
Homens de fé, homens de coragem,  
Firmes na mesma direção.

Ponte

Terço dos Homens que ora...  
Terço dos Homens que luta...  
Terço dos Homens que não desiste!  
Pela família!  
Pela Igreja!

## O TERÇO DOS HOMENS DO CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS: EXPRESSÃO DA FÉ CATÓLICA, ESPIRITUALIDADE MASCULINA E CULTURA RELIGIOSA

### Verso 3

Maria, Mãe das comunidades,  
Guarda o nosso caminhar.  
Ensina o homem mineiro  
A perdoar e a recomeçar.  
Que nossos lares sejam templos  
De paz, respeito e amor.  
Que o Terço dos Homens seja luz  
Onde houver dor.

### Refrão Final

Terço dos Homens, Terço dos Homens,  
Nossa força vem da oração!  
Terço dos Homens, Terço dos Homens,  
Homens de fé, homens em missão!  
Terço dos Homens, Terço dos Homens,  
Vozes fortes clamando a Deus!  
Centro-Oeste de Minas unido,  
Terço dos Homens do Senhor!

### Coda

Terço... dos Homens...  
Terço... dos Homens...  
Homens de Deus...  
Homens de oração...

## 6 ANÁLISE SIMBÓLICA DA LETRA

A letra da música apresenta diversos elementos simbólicos ligados à espiritualidade da Igreja Católica. A presença da oração do rosário representa um dos pilares da devoção mariana. A referência à união entre os homens simboliza o fortalecimento da fé por meio da oração comunitária.

A figura de Maria aparece como guia espiritual, refletindo a tradição da devoção mariana presente na Igreja Católica. A música também destaca a importância da família, da fraternidade e da perseverança na fé cristã.

## 7 CONCLUSÃO

A música 'Terço dos Homens – Centro-Oeste de Minas Gerais' representa uma importante expressão cultural e religiosa da fé católica vivida nas comunidades do Centro-Oeste de Minas Gerais. Ao transformar a experiência espiritual do movimento em música, a composição contribui para fortalecer a identidade religiosa dos participantes e incentivar a vivência da oração comunitária.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. O que é religião. São Paulo: Loyola, 2001.

BOFF, Leonardo. Espiritualidade: um caminho de transformação. Petrópolis: Vozes, 2006.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 2000.


JOÃO PAULO II. Rosarium Virginis Mariae. Vaticano, 2002.

LIBÂNIO, João Batista. A religião no início do milênio. São Paulo: Loyola, 2002.

SOUSA, Alessandro Carvalho de. Terço dos Homens – Centro-Oeste de Minas Gerais. Composição musical. Divinópolis, 2026.

**A MULHER NEGRA NA OBRA “A FALÊNCIA” DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA: ANÁLISE DA PERSONAGEM SANCHA E O PAPEL DA MULHER NEGRA NO FINAL DO SÉCULO XIX**

**THE BLACK WOMAN IN THE WORK “A FALÊNCIA” BY JÚLIA LOPES DE ALMEIDA: ANALYSIS OF THE SANCHA CHARACTER AND THE ROLE OF THE BLACK WOMAN AT THE END OF THE 19TH CENTURY**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-017>

**Francisca de Sousa Vasconcelos**  
Mestranda em Literatura PPGL-UFMA  
E-mail: Francisca.sv@discente.ufma.br

**José Dino da Costa Cavalcante**  
Prof. Dr.  
Estudos Literários - Universidade Estadual Paulista - UNESP

**RESUMO**

Neste artigo será analisada a representação da mulher negra no final do Século XIX, período em que o Brasil passava por grandes transformações sociais, uma delas o declínio do café no sul do país, tais mudanças refletiram nos valores e costumes. Apesar de nesse período a escravidão já ter sido abolida, os ex-escravos agora sofriam de outras mazelas: abandono por parte do estado, perseguição das autoridades de segurança, falta de moradia e emprego. Dentro desse contexto iremos analisar a personagem Sancha dentro da obra de Júlia Lopes de Almeida, que mesmo sendo uma mulher conseguiu publicar obras relevantes para o período e que nos permite ter acesso à realidade de mulheres de diferentes classes sociais da época. A partir da perspectiva de Sancha adentraremos na vivência de uma mulher preta e todas as suas duras experiências para sobreviver em um período em que ser mulher já não constituía uma tarefa fácil, e ser mulher e preta então, era um atestado de que a vida, por si só, seria um infortúnio. Para este fim buscaremos respaldo teórico nos estudos de Bell Hooks (2019), Schwarcz (1987), Djamilla Ribeiro (2019), Gonzalez (2020), entre outras, que ao longo de suas trajetórias de vida e acadêmica sempre empreenderam grandes esforços na luta pela visibilidade da mulher negra e o respeito aos seus corpos como dignos e capazes de ocuparem todo e qualquer espaço.

**Palavras-chave:** Mulher Negra; Júlia Lopes de Almeida; Feminismo Negro.

**ABSTRACT**

This article analyses the representation of Black women at the end of the nineteenth century, a period in which Brazil was undergoing major social transformations, among them the decline of coffee production

in the south of the country. Such changes were reflected in social values and customs. Although slavery had already been abolished during this period, former slaves now faced other hardships: abandonment by the state, persecution by law enforcement authorities, and a lack of housing and employment. Within this context, we will examine the character Sancha in the work of Júlia Lopes de Almeida, who, despite being a woman, managed to publish significant works for her time—works that allow us to access the reality of women from different social classes of that era. Through Sancha’s perspective, we enter the lived experience of a Black woman and all her harsh struggles to survive in a period when being a woman was already far from easy; being a Black woman, then, amounted to proof that life itself would be an ordeal. For this purpose, we draw theoretical support from the studies of bell hooks (2019), Schwarcz (1987), Djamila Ribeiro (2019), Gonzalez (2020), among others, who throughout their personal and academic trajectories have made great efforts in the struggle for the visibility of Black women and for the recognition of their bodies as worthy and capable of occupying every space in society.

**Keywords:** Black Woman; Júlia Lopes de Almeida; Black Feminism.

## 1 INTRODUÇÃO

A obra de Júlia Lopes de Almeida, *A falência*, foi publicada no final do Século XIX, no ano de 1901, período em que a Escravidão no Brasil já havia sido abolida, graças aos grandes esforços de movimentos abolicionistas que lutaram incansavelmente para que a Lei Áurea fosse assinada. Ainda assim, todos os horrores desse período vergonhoso da história iriam continuar reverberando nas vidas daqueles que pela lei já não eram mais cativos.

Schwarcz (1987) pontua que “com o final da escravidão era jogada no mercado uma grande massa que agora tinha direito à cidadania (já que, sendo a Constituição de 1824, índios e escravos não eram considerados cidadãos).” Como destaca a autora, a abolição, embora tenha sido uma grande conquista para todos, em especial a população negra, trouxe consigo uma série de problemas que o Estado brasileiro sequer pensava em resolver, e assim, essas pessoas saíram de um cativeiro físico para outro simbólico e que se arrasta até os tempos atuais.

Analisar a mulher negra representada na obra de Júlia Lopes de Almeida tem grande relevância acadêmica, como também um forte impacto social, sobretudo pela interseção entre literatura, gênero, raça e memória no contexto brasileiro. A obra *A Falência* (1891), escrita por uma das pioneiras da literatura realista-naturalista no Brasil, constitui-se como um importante documento literário da passagem do século XIX, período de importantes transformações sociais, como já dito anteriormente, o fim da escravidão (1888), e o início da República (1889).

No entanto, apesar do reconhecimento quanto à qualidade estética e à crítica social presente no romance, ainda há poucos estudos que exploram de forma sistemática a presença e o papel de mulheres negras na narrativa, como a personagem Sancha, empregada das tias de Camila. Essa lacuna evidencia uma negligência persistente, que tende a invisibilizar figuras negras, especialmente em se tratando das mulheres, enquanto sujeitos históricos e agentes sociais.

A análise da personagem Sancha, por exemplo, permite investigar como Júlia Lopes de Almeida representou, mesmo que de forma secundária, a mulher negra no contexto pós-escravidão. É possível observar, como aponta a historiadora Lilia Schwarcz (1987), que o Brasil viveu uma “abolição sem inclusão”, em que a população negra, liberta juridicamente, permaneceu à margem das políticas sociais, econômicas e culturais. Dentro desse contexto, a literatura funciona como espaço de naturalização ou de questionamento das hierarquias sociais. A forma como a mulher negra aparece na obra — suas funções, falas, ausências e estigmas — refletem e ao mesmo tempo reforça as desigualdades estruturais que se seguem até hoje.

O romance *A falência* contribui para descolonizar os estudos literários, questionando a centralidade das personagens brancas e abrindo espaço para uma crítica mais inclusiva e plural. Lélia Gonzalez nos adverte que, a mulher negra brasileira tem sido marcada por uma dupla opressão — de gênero e de raça — e frequentemente hiperssexualizada, invisibilizada ou relegada a funções subalternas na cultura. Em um de seus ensaios, a autora questiona: “Por que será que no teatro, no cinema ou na televisão as atrizes negras só vivem personagens secundárias e subalternas (sobretudo como empregadas domésticas) ou, quando muito, personagens que fazem o gênero “erótico-exótico”? (Gonzalez, 2020) Estudar como essas construções aparecem no cânone literário é essencial para entender a continuidade desses estereótipos e sua reprodução simbólica ao longo da história.

## **2 SANCHA: UM RETRATO DA MULHER NEGRA NO FINAL DO SÉCULO XIX**

Em uma coletânea intitulada *Pensamento Feminista brasileiro* (2019), organizada pela escritora Heloísa Buarque de Holanda, a Escritora Júlia Lopes de Almeida é apresentada como uma autora, “nome permanece silenciado na historiografia literária”. Apesar de ter vários livros esgotados na época, Júlia não poderia gozar das mesmas alegrias que seus colegas homens, mesmo tendo ajudado a fundar a Academia brasileira de Letras, foi impedida de ocupar um lugar ao qual teria sido indicada, um retrato clássico de como a mulher era vista no Século XIX.

O romance *A falência*, escrito por Júlia, traz além de fortes críticas a instituições familiares, panorama da sociedade do café, uma forte representação feminina. Camila, personagem central da obra é apresentada como uma mulher que tem suas próprias vontades, desejos bem delineados e tantas outras características que fugiam completamente do que era esperado de uma dama das alta sociedade da época.

No entanto, o enfoque aqui será outra personagem desse mesmo romance: Sancha, uma mulher (ou seria menina?) negra, que na trama não desenvolve grande protagonismo, mas para o objeto deste artigo, é o que a torna tão interessante para a nossa análise.

Sancha aparece a primeira vez na obra, desta maneira: “Quando Noca bateu à porta, ouviu gritos dentro: e calculou logo que haviam de ser da Sancha, a negrinha órfã que d. Itelvina explorava nos arranjos da casa.” (Almeida, p.29, 2019). A partir desta apresentação já é possível perceber que Sancha não desempenhará grande importância para o enredo que se segue, visto que, ela não passava de uma serviçal sem qualquer perspectiva de evolução dentro da obra. Ainda assim, essa personagem tem um grande valor para a discussão presente, pois através da forma como foi representada pela autora é possível traçar um perfil de como a mulher negra era vista naquele período: silenciada, oprimida e funcional para atender ao conforto da elite branca. Sobre essa questão, Gonzalez vem nos dizer que “nesse mesmo período, o racismo se constituía como a ciência da superioridade eurocristã (branca e patriarcal).” (Gonzalez, 1988). Apesar de a obra ter sido escrita por uma mulher, que também era vítima de uma opressão de gênero, a mesma não parecia estar consciente da posição, ainda mais inferiorizada, das mulheres prestas naquela sociedade.

É inegável a visão progressista da escritora em relação ao papel da mulher em seu tempo, no entanto, essa mulher era branca e pertencia a uma elite social, da qual a personagem Sancha não fazia parte, pois era negra, nessa perspectiva podemos inferir que Júlia Lopes de Almeida, ainda que fosse uma mulher visionária e a frente do seu tempo, estava aquém das injustiças que atravessavam as mulheres negras no período pós-escravidão. O racismo estrutural e o sexismo que estavam contidos nessa experiência é claramente ilustrado através da personagem analisada, pois sofria constantes maus tratos, humilhações e apagamentos, e apesar de ser vista em alguns momentos como alguém digna de piedade, nada de substancial fora feito pelas protagonistas da trama para que ela fosse capaz de sair daquela situação degradante

Quem lhe abriu a porta foi a Sancha, sempre de olhos inchados e a roupa em frangalhos. Mal deu com os olhos em Noca, a negrinha sorriu, perguntando pela sua encomenda.  
- Que encomenda, gente?  
- A senhora já se esqueceu, tornou a preta a meia voz, o arsênico que eu pedi... (Almeida. P.132. 2019)

Bell hooks (1981) e Angela Davis (1983) denunciam a exclusão das mulheres negras tanto dos movimentos feministas brancos quanto dos movimentos antirracistas liderados por homens. A causa da mulher negra nunca foi a causa do movimento feminista em sua origem, e por isso, fez-se necessário que mulheres negras iniciassem um movimento a partir movimento antirracista, pela inserção dos direitos e pautas das mulheres pretas dentro do movimento feminista, por isso que o pensamento dessas autoras é indispensável quando o assunto é a representação da mulher preta, pois houve durante muito tempo uma tentativa de manutenção dos papéis subalternizados dessas mulheres em obras de ficção, parafraseando

Cândido (2006), quando nos apresenta a ficção como uma representação da sociedade, está claro que a intenção era de que essa mulher permanecesse invisível, cabisbaixa e sem nenhuma possibilidade de ascensão social. Por isso, a intelectual norte americana, Angela Davis, um dos grandes expoentes na luta e conquista dos direitos das mulheres, relata:

De acordo com o censo de 1890, havia 2,7 milhões de meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas: 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas [2]. As poucas que encontraram emprego na indústria realizavam os trabalhos mais sujos e com os menores salários. (Daves, p.113, 2016)

Embora os dados apresentados por Davis, sejam dados americanos, a realidade brasileira não era tão diferente, pois apesar do Romance ter sido publicado mais de uma década após a abolição da escravatura (1888), ele reflete o que Schwarcz (1987) denomina de “abolição sem inclusão”. A liberdade legal concedida aos negros não resultou em inserção social, econômica ou cultural. As mulheres negras, em particular, foram relegadas aos mesmos trabalhos de cuidado e servidão que exerciam durante a escravidão, agora sob o manto da "empregada doméstica", situação essa que permanece, tendo em vista que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (Pnad) de dezembro de 2023, o país tem 6,08 milhões de empregados doméstico. Destes, 5.539 milhões são mulheres (91,1%). Os dados da Pnad mostram ainda que a grande maioria são mulheres negras, com média de idade de 49 anos e apenas 1/3 têm carteira assinada, recebendo em média um salário-mínimo.

A personagem Sancha, empregada doméstica das tias da protagonista em *A falência* (1901), representa o retrato da mulher negra na literatura brasileira oitocentista: subalterna, funcional, silenciosa. Apesar de sua presença ser discreta e passageira, sua figura permite enxergar camadas profundas de exclusão social, racial e de gênero, inserindo-se no que Crenshaw (1989) define como a sobreposição de opressões que marcam a vivência das mulheres negras, criando o conceito que viria a se tornar tão discutido em nossos dias, o de interseccionalidade, nas palavras de Kimberlé:

desde então, o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, o sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (Crenshaw, 1991, p. 54)

Sancha, negra, empregada doméstica, explorada por d. Itelvinda e d. Joana, retratos fiéis da burguesia da época, duas velhas carolas, que gastavam o tempo em assistir missas e vigiar a vida alheia, não davam conta de realizar as próprias tarefas e não concebiam pagar um salário justo para que alguém os fizessem. Dessa forma, o que se seguia era uma exploração interminável:

Ruth, em fraldas de camisa, de pernas nuas, saltou para o chão, com um movimento de cólera; e saiu para a sala de jantar; já não havia luz; guiada por uma claridade frouxa, do fim do corredor, correu para a cozinha, onde a D. Itelvina surrava a pequena com uma vara de marmeleiro. A negrinha mal se livrava com os braços tapando o rosto e abaixando a cabeça. Ruth saltou para o meio do grupo e segurou a vara que ia descaído sobre a carapinha da outra. (Almeida, 2019, p.140)

Legalmente, não havia mais escravidão no Brasil, tecnicamente, não existia mais negros escravizados, mas será que era essa a verdade? Após a promulgação da Lei áurea nenhuma política foi criada para minimizar os horrores da escravidão, pior que isso, leis foram instauradas para que pessoas pretas sofressem severas punições, como a lei da vadiagem, que encarcerava pessoas que estivessem nas ruas sem trabalhar, ora, todos sabiam quem eram essas pessoas, não tendo opções, o que restava era suportar os mais cruéis abusos e castigos, como os sofridos por Sancha, que sem alternativa passava seus dias entre lamentos e soluços nas mãos das duas tias cruéis.

A negrinha tinha-se refugiado a um canto, perto do fogão, e exagerava as dores, torcendo-se toda, amparada pela compaixão da Ruth. D. Itelvina avançou os dedos magros, e, agarrando-a por um braço, puxou-a para si; a sobrinha então abraçou-se à negrinha, unindo a sua carne alva, quase nua, ao corpo preto e objecto da Sancha. (Almeida, 2019.P. 144)

A cultura dominante tem reiteradamente posicionado mulheres negras como "corpos para o trabalho", retirando-lhes a subjetividade. Em A falência, essa representação se mantém igual. Sancha não possui nome completo, nem família, nem desejos, totalmente invisibilizada, não há complexidade alguma em suas poucas aparições no decorrer da trama, toda a sua existência gira em torno de servir as duas senhoras, que apesar de hipócritas e mentirosas desfrutam de uma vida razoavelmente tranquila e não sofrem nenhum tipo de punição por todas as maldades que praticam contra a moça. A presença de Sancha serve apenas como pano de fundo para que os dramas das personagens brancas se desenvolvam. Djamila Ribeiro (2018), propõe o conceito de "lugar de fala" como uma ferramenta para evidenciar a produção de conhecimento a partir das vivências de mulheres negras. Esses referenciais teóricos fundamentam a crítica à representação limitada e estereotipada da mulher negra em A falência, bem como a necessidade de resgatar essas personagens como sujeitos históricos e sociais. A personagem apresentada na obra não tem lugar de fala, pois ninguém a quer ouvir, suas dores são minimizadas e colocadas em um canto escuro da casa, como ela mesma era posta, sobrando-lhe apenas o desespero e uma tentativa de fuga, seja ela qual fosse:

Quero pedir um favor, disse a negrinha, meio engasgada, tirando do seio uma nota de quinhentos réis amarrotada e imunda.  
- Que favor, gente?  
- Quando voltar cá, traga isto de arsênico, disse ela apontando o dinheiro que oferecia à mulata.  
- Arsênico... pra quê?! você tá doida?!...  
- Pra nada! faça esta esmola... (Almeida, 2019. P,29)

Nesse excerto do Romance, após a personagem Sancha ser exposta de forma extremamente desumanizada, sendo agredida fisicamente por uma das patroas, e ser descrita como um animal, de corpo objecto, algo que causa nojo, que por si só não é digno de cuidado, de ser amado, de ser desejado, o desespero invade e ela está disposta a ir as últimas consequências para sair daquela situação degradante. Embora haja uma reação de acolhimento por parte da sobrinha de d. Joana e Itelvina (Almeida, 2019).

Essa reação é apenas momentânea, que se esvai no decorrer da trama, mostrando a devida desimportância que tinha uma mulher negra. Neste ponto do romance, o leitor até se enche de esperança, uma expectativa se forma em volta dessa “boa menina” que tão generosamente defende Sancha das tias, no entanto ao desenrolar da trama a personagem some em meio aos outros personagens, suas histórias e dramas importantes, tal qual a sociedade da época. A nossa autora, não estava preocupada com os dilemas sociais das mulheres negras, tampouco o verdadeiro suplício vivenciado por elas naquela sociedade, a causa de Júlia era representar apenas a fatia da sociedade a qual ela estava inserida: mulheres brancas e burguesas, sobre isso, Cândido (2006), em seu ensaio A literatura e a vida social, discute qual seria o papel do escritor e que, em grau maior ou menor forças sociais guiam o artista e que cabe a ele decidir se determinada obra vai ou não se tornar um bem coletivo. Ao apresentar uma personagem negra completamente submissa e desprovida de qualquer complexidade humana, Júlia contribui para o apagamento e a reprodução dos costumes racistas e da propagação da imagem da mulher negra como subserviente, com um grau cognitivo inferiorizado e sem uma existência que lhe fosse própria.

Frantz Fanon (2008) analisa os efeitos psicológicos e sociais da colonização, incluindo o processo de desumanização dos povos negros. No contexto de A falência, seus estudos são importantes para constatar como a figura da mulher negra é construída a partir da perspectiva do olhar branco, eurocentrado e patriarcal, reforçando estereótipos e hierarquias raciais.

Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência. O pecado é preto como a virtude é branca. Todos estes brancos reunidos, revólver nas mãos, não podem estar errados. Eu sou culpado. Não sei de quê, mas sinto que sou um miserável. (Fanon, 2008. P.125)

O negro era visto como sinônimo de tudo aquilo que era mal, indigno e incapaz de realizar algo relevante para a sociedade, exatamente por isso, a ele era atribuído o trabalho doméstico, no pós escravidão, esse trabalho quase nunca era remunerado, oferecia-se um teto, pouca comida e todo o trabalho, além de humilhação e desumanização. Desumanizar era uma das formas utilizadas para justificar os maus tratos e violência que era infringida as pessoas pretas naquele período, como uma forma de eximir da culpa àqueles que permaneciam explorando homens e mulheres pretas, como é o caso da personagem em análise. Toda uma estrutura, tão bem organizada, um verdadeiro contrato social silencioso que fazia com que toda uma sociedade agisse de forma sincronizada a tal ponto de fazer acreditar, as próprias vítimas, de que elas eram

culpadas de estarem naquela situação. Sancha pensa em tirar a própria vida, pois sabe que não há outra saída, não exerga horizonte onde ela possa existir como pessoa humana, capaz de ter uma vida digna e ser respeitada em sua subjetividade.

Júlia Lopes de Almeida foi uma das primeiras romancistas realistas brasileiras e teve um papel pioneiro na crítica social dentro da literatura. Apesar disso, a autora foi por muito tempo negligenciada pela crítica literária, em parte por ser mulher e tratar de temas ligados ao cotidiano doméstico, relações familiares e questões sociais, o que não se enquadrava nos padrões do cânone masculino da época. Com o avanço dos estudos de gênero e da crítica feminista, sua obra tem sido revisitada, especialmente pela sua sensibilidade em retratar os dilemas da sociedade brasileira da virada do século. No entanto, a autora se omite quando o assunto é a representação da mulher negra, quando apresenta uma personagem inferiorizada que não tem nenhuma chance contra as duas patroas que também são suas algozes, revelando aquilo que Daves (2016) já denunciava nos EUA, a omissão dos autores em relação a pauta das mulheres pretas, e por isso o feminismo negro surge para que elas ganhem voz e representatividade.

Quem, entre nós, aguardava com ansiedade uma análise séria sobre as mulheres negras durante o período da escravidão permanece, até o momento, decepcionado. Igualmente decepcionante tem sido a descoberta de que, com exceção do tema tradicionalmente debatido sobre promiscuidade versus casamento e sexo forçado versus sexo voluntário com homens brancos, os autores dessas novas obras têm dado atenção insuficiente às mulheres. (Daves 2016. P. 23)

Conforme afirma Ângela Daves, havia uma omissão por parte da maioria dos autores, o que se pode observar também na escrita de Júlia Lopes, que até insere uma personagem de cor, mas sempre corroborando para o pensamento eurocêntrico, que inferiorizava ou focava em aspectos negativos de pessoas pretas. A presença de uma personagem negra em *A falência*, claramente, não objetiva fazer uma crítica, mas sim reforçar um comportamento amplamente aceito pela sociedade burguesa da época.

Sancha apareceu, com os beijos inchados pelo excesso do choro, e, dependurando a chave da porta da rua, segura pela argola a um prego na sala, olhou com ar de queixa muda para a Noca. A negrinha não teve resposta: a outra disfarçava, contemplando as paredes nuas e desbotadas da sala. Pela janela aberta via-se parte de um paredão desmoronado, e lá embaixo, em um fundo largo e fresco, um trecho de mar muito azul. D. Joana entrou, arfando de cansaço, e sentou-se logo na primeira cadeira, ao pé da porta. Sancha tirou-lhe a touca, guardou-lhe o livro e os rosários, e sumiu-se, sem ter descerrado os lábios nem enxugado os olhos vermelhos e inundados. (Almeida, 2019.P. 27).

Almeida (2019), ao se referir a Sancha, diversas vezes, se utiliza do termo pejorativo “a negrinha”, palavra que reduz a personagem, minimiza e apaga toda a possibilidade o leitor a enxergá-la como alguém com alguma relevância para o desenvolvimento da trama, ela se faz presente apenas para reforçar papéis previamente estabelecidos. Enquanto Camila e outras mulheres da narrativa se apresentam como

subversivas e revolucionárias, nossa personagem não terá a mínima chance de fazer parte daquele ciclo, uma mensagem velada de que apenas mulheres brancas faziam parte do feminismo da autora.

Crenshaw (1989), ao introduzir o conceito de interseccionalidade, oferece uma chave interpretativa fundamental para analisar as múltiplas opressões vividas por mulheres negras, considerando os eixos de gênero, raça e classe como inseparáveis. No contexto literário, essa perspectiva permite observar como personagens como Sancha, empregada das tias de Camila, são silenciadas ou relegadas a funções de subalternidade, refletindo uma estrutura social excludente. De maneira assertiva, Crenshaw (2002) define a metodologia interseccional da seguinte maneira:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativo do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

Analisar Sancha pelo viés da interseccionalidade ajuda a compreender, exatamente, onde a personagem estava localizada na escrita de Almeida. Mulher, preta, pobre e sem direitos assegurados pela Lei, ou seja, no mínimo quatro tipos de opressões diferentes se sobrepunham a nossa personagem. A quem ela poderia recorrer? Onde ela poderia denunciar os abusos que sofria? Com quem ela poderia contar? De acordo com a obra de Júlia Lopes, apenas uma criança parecia estar preocupada com a situação de Sancha, e no entanto, ela nada poderia fazer para reverter, o que nos leva a pensar que aquela situação degradante, não era tão grave quanto parecia, que não deveria preocupar as mentes de pessoas adultas, ou seja, daqueles que realmente poderiam fazer algo de substancial para reverter o sofrimento dela.

Foi no meio do silêncio da casa, que irromperam de repente, lá do fundo, uns gritos lancinantes. Ruth sentou-se na cama, com os olhos arregalados.  
- Que é isto, tia Joana?!  
- Não é nada... há de ser a maninha batendo na Sancha...  
- Meu Deus!  
- Não é nada, dorme minha filha!  
- Oh!...tia Joana, vá lá dentro...peça a titia pra não dar na coitada! - Eu?! não... a negrinha merece... maninha não gosta de intervenções... Sancha faz espalhafato à-toa. Almeida, 2019. P.140)

Bell Hooks (1981) e Lélia Gonzalez (1984) reforçam a crítica à invisibilização das mulheres negras tanto nas narrativas literárias quanto nos movimentos feministas tradicionais. Para Hooks a cultura hegemônica representa a mulher negra de forma estereotipada e desumanizante, enquanto Gonzalez analisa o “lugar social” da mulher negra brasileira como resultado da colonização, da escravidão e do racismo estrutural. Sobre esse aspecto, destaca Hooks:

[...] o significado da violação das mulheres negras escravizadas não foi simplesmente para “deliberadamente quebrar” a sua integridade sexual com fins económicos, mas tal conduziu à desvalorização da natureza feminina negra que permitiu construir na mente de todos os americanos o perfil do estatus social de todas as mulheres negras desde que a escravatura terminou. Uma vez vendo a televisão americana vinte e quatro horas por dia por uma semana inteira aprende-se a forma na qual é percebida a mulher negra na sociedade americana – a imagem predominante é a da mulher “decadente”, a vaca, a puta, a prostituta. (Hooks, 2014. P. 39)

O contexto histórico de *A falência* é o Brasil do pós-abolição, momento marcado pela marginalização da população negra. Schwarcz (1987) afirma que o país viveu uma “abolição sem inclusão”, em que os negros foram juridicamente libertos, mas social e economicamente excluídos. No romance, esse cenário se traduz na presença da personagem Sancha, que serve somente como pano de fundo para a narrativa central, sem voz ou desejos próprio — o que revela, simbolicamente, a continuidade das hierarquias raciais. Djamilá Ribeiro (2018) complementa esse pensamento ao defender a centralidade das vozes negras na produção de conhecimento e na reinterpretação da história brasileira. Sua obra ressalta a importância da representatividade como forma de combater o apagamento simbólico e histórico da mulher negra na cultura nacional — inclusive na literatura: “Quando falamos de ponto de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania.” (Ribeiro, 2017)

Sancha aparece na obra sem grande desenvolvimento psicológico ou trato narrativa. Sua função está atrelada às tarefas domésticas e à obediência às figuras brancas que compõem a elite do Rio de Janeiro da virada do século. O fato de sua identidade ser delimitada unicamente por seu papel funcional — “empregada das tias” — já aponta para o processo de desumanização que, conforme Fanon (1952), é um legado direto da lógica colonial e escravista. Como aponta Ribeiro (2017), Sancha não recebeu nenhuma das condições que pudessem permitir que ela tivesse algum acesso ou lugares de cidadania, sendo portanto, negado a ela o direito de coexistência, retirando-lhe completamente a voz e qualquer oportunidade de sair daquele lugar. Sancha é herdeira direta dessa continuidade histórica. Sua condição evidencia a transição do cativo legal para a servidão social. O espaço que ocupa na casa das tias, por exemplo, é o mesmo da senzala — embora agora disfarçado sob o discurso da modernização burguesa. Trata-se, portanto, de um cativo simbólico que, como analisa Lélia Gonzalez (1984), transforma a opressão racial e de gênero em normalidade cotidiana a fácil exploração de uma raça. “Para dizê-lo de outra forma, o preconceito racial é a atitude social que acompanha as práticas exploratórias raciais da classe dominante numa sociedade capitalista” A escassez de falas atribuídas a Sancha no texto revela um silenciamento intencional. Ela não é ouvida, não opina, não interfere nos rumos da história corroborando para a função histórica da literatura enquanto espelho — e, por vezes, mantenedora — das hierarquias sociais. Como observa Souza e Barros os estereótipos são:

constituintes de nossa memória sobre um indivíduo ou grupo de indivíduos. Eles também nos permitem reconstruir a memória que temos destes de modo a alterar a realidade na qual está inscrito de modo os textos culturais não apenas refletem a realidade, mas a constroem, legitimando ou desafiando normas sociais. No caso de *A falência*, a personagem negra reforça a ideia de que certos corpos “pertencem” a determinadas funções, um discurso que naturaliza a desigualdade. (Sousa e Barros, 2012. P.205)

Neste sentido, a ausência de qualquer arco narrativo para Sancha — nenhuma evolução, nenhuma reflexão, nenhum desfecho — escancara a marginalização simbólica da mulher negra na literatura canônica brasileira, contribuindo para a propagação de estereótipos negativos acerca do papel da mulher negra na sociedade. Ela está lá, mas não existe de fato como sujeito, não tem significância alguma para o clímax ou desenvolvimento da narrativa, Sancha desaparece como surge, sem a menor relevância.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da personagem Sancha permite compreender como a mulher negra, mesmo após a abolição da escravatura, continuou sendo representada a partir de estigmas coloniais. A ausência de voz, identidade e subjetividade é reflexo de um projeto narrativo (e social) que a posiciona como um simples acessório na trama, funcional aos interesses da classe social dominante e invisível. Tal representação, ainda hoje recorrente em muitos discursos culturais, contribui para a manutenção das estruturas racistas e patriarcais na sociedade brasileira.

Portanto, reler obras como *A falência* a partir de uma lente crítica interseccional não apenas resgata figuras apagadas, como também propõe uma revisão da própria história literária, inserindo nela sujeitos que sempre estiveram presentes, mas nunca foram ouvidos. Permite-nos ainda refletir acerca da importância da representatividade nas obras literárias, como também o papel do escritor para a disseminação de discursos e comportamentos racistas, Júlia Lopes, apesar de ser mulher, e portanto, fazer parte de um grupo marginalizado, ao escrever este romance, eximiu-se da possibilidade de dar voz a outras mulheres, que pela visão da época as tinha como inferiores. É possível concluir, a partir desta análise que a autora, também contribuiu para uma visão machista, racista e subalterna de mulheres pretas na sociedade do final do Século XIX, que reverbera também na sociedade contemporânea.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia Lopes de. **A falência**. Jandira, SP: Pricipis, 2019.

BRASIL, Ministério do trabalho e emprego. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres> Acesso em: 13 de Julho de 2025. conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres

CRENSHAW, Kimberle. **Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista.** Fórum Jurídico da Universidade de Chicago: feminismo na lei - teoria, prática e crítica. Chicago, p. 139-167, 1989.

\_\_\_\_\_ **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** *Estudos Feministas*. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em: 27/jul/ 2025

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]: Boitempo. São Paulo, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador : EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos..** Rio de Janeiro: Editora schwarcz s.a, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade.* In: **Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo.** Rio de Janeiro: Gueto, 2014.

HOLANDA, Heloísa Buarque. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.


RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala: feminismos plurais.** São Paulo: Polén, 2017.

SCHWARCZ, Lilian. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no fim do século XIX** São Paulo:Companhia das letras, 1987.

SOUSA, Karla Cristina Silva. BARROS, João de deus Vieira. **Revista Educação e Emancipação,** São Luís/ MA, v.5, n.2, jul/dez. 2012.

**DA PALAVRA À IMAGEM: ALEXANDRE E OUTROS HERÓIS E VIOLEIRO DO SERTÃO<sup>1</sup>**

**FROM WORD TO IMAGE: ALEXANDRE E OUTROS HERÓIS AND VIOLEIRO DO SERTÃO**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-018>

**Wanderson de Freitas dos Santos**

Doutorando em Literatura (UFSC)

E-mail: freitaswanderson93@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2553937644895741>

**Bruna Costa Pinto**

Mestra em Letras (UFMA)

E-mail: brunacost1818@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2850184904942374>

**Max Sandro Silva Marques**

Especialista em Arte e Educação (UNICESUMAR)

E-mail: maxsandruss@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4037716280480204>

**Mirna Rocha Silva**

Mestra em Letras (UFMA)

E-mail: mirnarochasilva@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3482173094319325>

**Jucilvanya Furtado da Silva Melo**

Especialista em Ação Docente para uma atuação inovadora (UNIVESP)

E-mail: jucilvanyamelo@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3780545056602803>

**Maria Eduarda Sousa Mota**

Graduanda em Pedagogia (IFMA)

E-mail: dudamateus1998@gmail.com

**RESUMO**

Este artigo analisa, em perspectiva comparativa, as relações entre *Alexandre e outros heróis*, de Graciliano Ramos, e a pintura *Violeiro do Sertão* (2010), de Léo Costa, com o objetivo de compreender de que modo ambas as obras constroem e tensionam a representação da realidade sertaneja. Parte-se da hipótese de que, embora literatura e pintura operem por meio de sistemas semióticos distintos, é possível identificar entre elas zonas de ressonância, especialmente na representação da pobreza, da sociabilidade rural e da

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta da revisão, ampliação e atualização de trabalho anteriormente publicado nos anais do IV Congresso Internacional de Letras (CONIL), realizado pela Universidade Federal do Maranhão, em 2021, sob o título *Alexandre e outros heróis, de Graciliano Ramos, e Violeiro do Sertão, de Léo Costa: possíveis diálogos*. A presente versão apresenta reformulação teórica, ampliação analítica e reestruturação argumentativa com a contribuição de novos autores.

decadência. Na obra de Graciliano Ramos, o protagonista reelabora discursivamente sua trajetória por meio da fabulação, construindo uma memória marcada pelo exagero e pela tentativa de compensar simbolicamente a perda material, social e física. Na pintura de Léo Costa, por sua vez, a precariedade da experiência sertaneja se manifesta pela materialidade da cena, pela configuração do espaço doméstico e pela disposição silenciosa das personagens. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter analítico e bibliográfico, fundamentada nos estudos comparados e interartes, com apoio teórico em Carvalho (2006), Praz (1982), Cristóvão (1977), Gimenez (2004) e EPellegrini (2003). Conclui-se que as duas obras convergem na elaboração de uma mesma experiência social, embora a representem por meios distintos, evidenciando a tensão entre fabulação narrativa e materialidade visual.

**Palavras-chave:** Literatura e Artes Plásticas; Graciliano Ramos; *Alexandre e outros heróis*; *Violeiro do Sertão*.

#### ABSTRACT

This article analyzes, from a comparative perspective, the relationships between *Alexandre e outros heróis*, by Graciliano Ramos, and the painting *Violeiro do Sertão* (2010), by Léo Costa, with the aim of understanding how both works construct and represent the reality of the Brazilian backlands. It is based on the hypothesis that, although literature and painting operate through distinct semiotic systems, it is possible to identify zones of resonance between them, particularly in the representation of poverty, rural sociability, and decadence. In Graciliano Ramos's work, the protagonist discursively re-elaborates his trajectory through fabulation, constructing a memory marked by exaggeration and by an attempt to symbolically compensate for material, social, and physical loss. In Léo Costa's painting, in turn, the precariousness of backlands experience is conveyed through the materiality of the scene, the configuration of domestic space, and the silent arrangement of the characters. Methodologically, this is a qualitative, analytical, and bibliographic study grounded in comparative and interarts studies, supported by the theoretical contributions of Carvalho (2006), Praz (1982), Cristóvão (1977), Gimenez (2004), and Pellegrini (2003). The analysis shows that both works converge in the construction of a shared social experience, although they represent it through different means, highlighting the tension between narrative fabulation and visual materiality.

**Keywords:** Comparative Literature; Interarts Studies; Graciliano Ramos; *Alexandre e outros heróis*; *Violeiro do Sertão*.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 1962, a editora Martins reuniu, sob o título *Alexandre e outros heróis*, três produções de Graciliano Ramos — *Histórias de Alexandre*, *A terra dos meninos pelados* e *Pequena história da República* —, classificação considerada por Cristóvão (1977, p. 181) como “nada feliz nem autêntica”. Dentre essas narrativas, interessa a este estudo, especificamente, o conjunto das *Histórias de Alexandre*, cuja estrutura se organiza em torno de um personagem idoso, de olho torto, que narra, de modo fantasioso e hiperbólico, episódios de sua juventude.

No plano diegético, Alexandre constrói uma imagem de si vinculada à riqueza, ao prestígio social e à autoridade, afirmando ter sido grande proprietário de terras, hábil negociante de gado e figura respeitada pelas instâncias políticas locais. Entretanto, no momento da enunciação, essa imagem entra em tensão com a realidade material do personagem, marcada pela pobreza e pela marginalidade social, evidenciada tanto pela precariedade de suas condições de vida quanto pelo perfil dos indivíduos que frequentam sua casa. Tal descompasso entre discurso e realidade configura um dos eixos centrais da narrativa, na medida em que a linguagem se torna instrumento de fabulação e reconfiguração simbólica da experiência.

Essa mesma problemática pode ser observada, sob outro regime de representação, na pintura *Violeiro do Sertão* (2010), do artista baiano Léo Costa. A obra apresenta um grupo de personagens reunidos diante de uma casa em evidente estado de desgaste, em um cenário rural que remete ao universo sertanejo. Embora seja possível identificar correspondências pontuais entre os elementos das duas produções — como a presença de um violeiro, a reunião de personagens e o ambiente doméstico rural —, o que se destaca não é apenas a convergência temática, mas, sobretudo, a diferença nos modos de construção dessa realidade.

Enquanto, na narrativa de Graciliano Ramos, a linguagem verbal opera como mecanismo de fabulação, por meio do qual o protagonista reorganiza o passado e tensiona os limites entre verdade e invenção, na pintura de Léo Costa a realidade é apresentada de forma material e silenciosa, por meio de elementos visuais que expressam a precariedade das condições de vida e a estagnação dos sujeitos representados. Desse modo, a relação entre as duas obras não se reduz a uma correspondência direta entre personagens ou cenários, mas se configura como um diálogo interartístico marcado pela tensão entre diferentes formas de significação.

A aproximação entre texto literário e imagem visual insere-se no campo dos estudos interartes, que, conforme apontam autores como Carvalhal (2006) e Praz (1982), investigam as relações entre distintos sistemas semióticos. Nesse sentido, como observa Pellegrini (2003), ainda que a linguagem verbal e a linguagem visual operem por meio de códigos próprios, é possível estabelecer entre elas zonas de contato e ressonância, nas quais os sentidos se constroem não por equivalência, mas por deslocamento e reconfiguração.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar, em perspectiva comparativa, as relações entre *Alexandre e outros heróis* e a pintura *Violeiro do Sertão*, buscando compreender de que modo ambas as obras constroem e tensionam a representação da realidade sertaneja. Mais especificamente, pretende-se investigar como a fabulação narrativa, no texto literário, e a materialidade visual, na pintura, configuram diferentes modos de elaboração simbólica da experiência social. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter analítico e bibliográfico, fundamentada na leitura crítica das obras e no diálogo com aportes teóricos dos estudos comparados e interartes, com destaque para Carvalho (2006), Praz (1982), Cristóvão (1977) e Gimenez (2004).

## 2 A CONSTRUÇÃO DA CENA COLETIVA

Em *Alexandre e outros heróis*, o narrador introduz, desde as primeiras passagens, o núcleo de personagens que compõe o espaço de sociabilidade em torno do protagonista. Entre eles, destacam-se a afilhada do casal, Das Dores, e os vizinhos que se dirigem com frequência à casa de Alexandre para ouvir suas histórias. Ao longo da obra, essa configuração se mantém relativamente estável, reunindo figuras como seu Libório, violeiro, mestre Gaudêncio, curandeiro, e o cego Firmino, o único personagem cuja identidade racial é explicitada pelo narrador. Como observa Monteiro Filho (2013, p. 75), essas personagens são construídas de modo funcional, uma vez que “ao leitor é dado saber deles tão somente as atividades que exercem, não sendo fornecidos quaisquer outros traços ou descrições”.

Essa dinâmica coletiva se materializa em cenas recorrentes, nas quais o grupo se reúne no espaço doméstico de Alexandre, configurando uma espécie de ritual de escuta. Um exemplo significativo dessa disposição aparece no seguinte trecho:

Naquela noite de Lua cheia estavam acorados os vizinhos na sala pequena de Alexandre: Seu Libório, cantador de emboladas, o cego preto Firmino e Mestre Gaudêncio curandeiro, que rezava contra mordedura de cobras. Das Dores, benzedeira de quebranto e afilhada do casal, agachava-se na esteira cochichando com Cesária (Ramos, 2020, p. 13).

Ainda que o narrador nem sempre especifique o tempo da ação, seja dia ou noite, a organização espacial e social dessas reuniões permanece praticamente inalterada ao longo da narrativa. Trata-se, portanto, de uma estrutura reiterativa, na qual a casa de Alexandre funciona como centro de convergência dos personagens, e a escuta das histórias assume papel central na experiência coletiva. Essa recorrência contribui para a construção de uma ambiência marcada pela oralidade, pela convivência e pela partilha simbólica.

Uma configuração semelhante pode ser observada na pintura *Violeiro do Sertão*, na qual também se apresenta um grupo reunido em torno de um espaço doméstico simples. A aproximação entre as duas obras,

nesse ponto, não se limita à presença de múltiplos personagens, mas envolve a constituição de uma cena de convivência coletiva, em que o encontro entre sujeitos e a partilha de uma experiência comum se tornam elementos estruturantes.



Léo Costa. Viroleiro do Sertão. 2010. Pintura. Disponível em: <https://leocostaartes.blogspot.com/2011/02/violeiro-do-sertao.html>. Acesso em: 2 mar. 2026.

No campo das relações entre literatura e artes visuais, Praz (1982) destaca que o interesse crítico não deve se limitar às especificidades de cada linguagem, mas deve considerar também os pontos de convergência que permitem estabelecer correspondências entre diferentes formas artísticas. Nessa mesma direção, Carvalho (2006, p. 49) afirma que “as relações entre a literatura e as outras artes encontram no campo dos estudos semiológicos, nas relações que os sistemas sígnicos travam entre eles, novas possibilidades de compreensão para essas correspondências”. Tais perspectivas indicam que a aproximação entre texto literário e imagem visual não se dá por simples equivalência, mas por meio de articulações mais complexas entre sistemas de significação distintos.

Essa ideia é aprofundada por Kandinsky (1996, p. 101), ao afirmar que:

[...] pode-se dizer que é possível obter a mesma ressonância interior, no mesmo momento, por diferentes artes. Cada uma delas, fora dessa ressonância geral, produz então o "mais" que lhe é próprio e corresponde ao que tem de mais essencial, aumentando assim a força da ressonância interior geral e o enriquecimento de possibilidades que superam os recursos de uma única arte.

A partir dessas contribuições, compreende-se que os diálogos entre literatura e pintura nem sempre se manifestam de forma explícita ou direta. A análise não se restringe à identificação de elementos figurativos presentes na imagem, mas envolve também a interpretação das ideias e dos sentidos que a

pintura é capaz de sugerir. Desse modo, a relação entre o texto escrito e o texto imagético frequentemente se estabelece em um plano de ressonância, no qual as correspondências são construídas mais por aproximações simbólicas do que por paralelismos evidentes.

Nesse contexto, os diálogos entre a obra de Graciliano Ramos e a pintura de Léo Costa não se limitam à coincidência no número de personagens, mas se ampliam para a construção de tipos sociais e de uma ambiência compartilhada. Em ambas as produções, é possível identificar a presença de figuras que desempenham funções análogas, como a mulher que pode ser associada a Cesária, o homem negro que remete ao cego Firmino, o personagem masculino de chapéu que pode ser aproximado do velho Alexandre e o violeiro que estabelece uma correspondência com Libório. Além disso, a presença de um personagem que se aproxima do grupo na pintura pode ser relacionada à figura de Gaudêncio, reforçando a ideia de uma sociabilidade construída pela reunião e pela convivência.

Entretanto, a relação entre as personagens das duas obras não se esgota na equivalência de figuras. Um ponto de distinção significativo pode ser observado na representação do personagem mais jovem. Na narrativa de Graciliano Ramos, essa posição é ocupada por Das Dores, afilhada do casal, enquanto, na pintura, essa função parece ser atribuída a um garoto. Apesar dessa diferença, é possível estabelecer uma aproximação entre as duas figuras a partir do lugar que ocupam na cena. Das Dores participa da roda de conversa, mas não exerce um papel central, tendo sua participação marcada por intervenções limitadas e, muitas vezes, mediadas por perguntas retóricas. Sua presença, portanto, não se define pela fala, mas pela escuta.

De modo semelhante, o garoto representado na pintura encontra-se em posição periférica em relação ao grupo principal. Seu olhar direcionado aos adultos sugere uma tentativa de inserção na dinâmica coletiva, ainda que essa participação não se concretize plenamente. Em ambos os casos, trata-se de personagens que ocupam uma posição marginal na estrutura da cena, o que reforça a ideia de que a participação no espaço de sociabilidade não se distribui de maneira homogênea, sendo atravessada por hierarquias de fala, experiência e pertencimento.

A presença do violeiro constitui um elemento relevante para a compreensão dos diálogos entre as duas obras. Em *Alexandre e outros heróis*, Libório desempenha essa função, sendo responsável por introduzir, no espaço da casa, uma dimensão sonora que se articula à oralidade das narrativas. Como se observa no trecho “[...] seu Libório pinicava a prima da viola, gemendo baixinho uns versos de embolada. Alexandre, com ar de entendido, aprovava a cantoria”. (Ramos, 2020, p. 51), a música não apenas compõe o ambiente, mas também participa da dinâmica de sociabilidade, ainda que subordinada à centralidade da fala de Alexandre. Na pintura *Violeiro do Sertão*, a presença de um homem tocando viola remete diretamente a essa figura, reforçando a importância da musicalidade na construção do universo sertanejo e estabelecendo uma correspondência simbólica com o personagem de Graciliano Ramos.

Outro aspecto significativo diz respeito à materialidade do espaço e às condições de acomodação dos personagens. Na narrativa, a precariedade da casa de Alexandre se manifesta, entre outros elementos, na ausência de mobiliário adequado, o que leva os visitantes a se acomodarem em assentos improvisados. Tal condição pode ser observada nos fragmentos: “Mestre Gaudêncio respondeu que não sabia e acomodou-se num cepo que servia de cadeira”. (Ramos, 2020, p. 14). “- Eu? Que invenção! Protestou o cego endireitando-se no cepo que lhe servia de cadeira”. (p. 69). Essa solução improvisada encontra paralelo na pintura de Léo Costa, na qual alguns personagens também se sentam em cepos de madeira, inclusive a figura de um homem negro. Nesse caso, a correspondência não se restringe a um elemento figurativo, mas aponta para a representação de uma condição social marcada pela escassez e pela adaptação às limitações materiais.

A figura feminina associada a Cesária constitui outro ponto de aproximação relevante. Na pintura, a mulher apresenta expressão introspectiva, com olhar pensativo e postura recolhida, sugerindo um estado de melancolia que pode ser relacionado à condição vivida pela personagem na narrativa de Graciliano Ramos. Em diferentes momentos do texto, Cesária manifesta, ainda que de forma contida, a consciência da perda material e da transformação das condições de vida do casal. Isso se evidencia, por exemplo, quando relembra o passado de riqueza:

Quando os escravos se forraram, foi um desmantelo, mas ainda sobraram alguns baús com moedas de ouro. Sumiu-se tudo.  
Suspirou e apontou desgostosa a mala de couro cru onde seu Libório se sentava:  
– Hoje é isto. Você se lembra do nosso casamento, Alexandre? (Ramos, 2020, p. 14).

O mesmo sentimento de perda e desalento aparece em outra passagem, quando a personagem associa diretamente o empobrecimento do casal às circunstâncias vividas ao longo do tempo:

Mas eu tinha gasto uma fortuna, tinha esbagaçado a herança quase toda em médico e botica para remendar o interior da patroa. Dinheiro nenhum, os bois desaparecendo, a miunça acabando na morrinha.  
- Exatamente, Alexandre, murmurou Cesária triste, o cachimbo apagado, o olho distante, o cotovelo pregado na almofada. Aquela macacoa estragou o nosso cabedal. É verdade que me aprumei, mas ficamos na tira e você precisou começar a vida de novo. (Ramos, 2020, p. 54)

Esses fragmentos demonstram que, embora participe da construção das narrativas do marido, Cesária também introduz, em sua fala, marcas de uma memória atravessada pela perda e pela precarização. Essa dimensão encontra ressonância na pintura, na qual a expressão da mulher sugere não apenas contemplação, mas também um estado de reflexão silenciosa diante da realidade vivida.

A leitura da decadência torna-se, nesse ponto, fundamental para a articulação entre as duas obras. Segundo Monteiro Filho (2013), é possível identificar, na trajetória de Alexandre, sinais de uma decadência

progressiva, que envolve não apenas a perda material, mas também o declínio do prestígio social e das condições físicas do personagem. Tal processo se torna evidente quando Alexandre narra suas histórias, uma vez que já não dispõe de elementos concretos que sustentem o passado que descreve. Como destaca Gimenez:

Alexandre tece as histórias apelando à imaginação a fim de corrigir os dados da realidade que lhe atribuem um destino falhado. O seu princípio de composição, logo, se centra em burlar a memória, a partir da invenção de empresas venturas, espécie de substituto do seu descaminho final, no propósito de solver os reveses enfim concertados numa memória construída. Para tanto, está obrigado ao exercício constante de amoldar os fatos em favor do seu desejo íntimo – aliás também preso ao desejo de uma classe –, pendulando assim entre as esferas exterior e interior, não para melhor figurar a realidade, mas justo para, sabendo da sua dinâmica, adulterá-la (2004, p.191).

Nesse sentido, a fabulação de Alexandre pode ser compreendida como uma estratégia de compensação simbólica diante da perda. Ao narrar um passado marcado pela riqueza, pelo prestígio e pela autoridade, o personagem constrói uma memória que contrasta com sua condição presente. Esse contraste aparece de forma recorrente na narrativa, como no trecho em que afirma:

Meu pai, homem de boa família, possuía fortuna grossa, como não ignoram. A nossa fazenda ia de ribeira a ribeira, o gado não tinha conta e dinheiro lá em casa era cama de gato. Não era, Cesária? - Era, Alexandre, concordou Cesária. Quando os escravos se forraram, foi um desmantelo, mas ainda sobraram alguns baús com moedas de ouro. Sumiu-se tudo (Ramos, 2020, p. 14).

A insistência na evocação de um passado próspero revela a tentativa de reafirmação de uma identidade social que já não se sustenta no presente. Nesse movimento, a memória narrada se distancia da experiência concreta e se aproxima da fabulação, reforçando a tensão entre aquilo que é contado e aquilo que efetivamente se vive. Essa mesma tensão, embora construída por outros meios, pode ser percebida na pintura, na medida em que a materialidade do espaço e a expressão dos personagens evidenciam uma realidade marcada pela escassez, sem recorrer a qualquer forma de idealização.

A evocação desse passado grandioso não se limita a afirmações pontuais, mas se desdobra em narrativas mais detalhadas, nas quais Alexandre e Cesária constroem, conjuntamente, uma memória marcada pela abundância, pelo prestígio e pela centralidade social. Esse processo pode ser observado no relato de Cesária sobre o casamento do casal:

Marcou-se o dia e preparou-se o enxoval, que foi uma beleza, Das Dores. Só queria que você visse. Um enxoval em que trabalharam todas as costureiras do lugar. A festa do nosso casamento durou uma semana. Muita dança, muita bebida, muita comedoria. Não ficou peru nem porco para semente. Veio o vigário, veio o promotor, veio o comandante do destacamento, veio o prefeito. Meu pai estava-se estragando, mas era senhor de muitas posses e dizia: — “Festa é festa. Mais vale um gosto que quatro vinténs.” Quando os derradeiros convidados se retiraram, fomos morar na nossa casa nova, uma casa bonita como as da cidade. E o pai de Alexandre deu a ele um baú cheio de moedas de ouro. Aí era preciso a gente tratar da vida. Eu vendia e comprava, dirigia as coisas direito. Sempre tive cadência para as arrumações. Mas as viagens e as transações de muito dinheiro quem fazia era Alexandre (Ramos, 2020, p. 38).

Nesse trecho, a memória é construída por meio da acumulação de elementos que indicam riqueza e reconhecimento social, como a duração da festa, a quantidade de alimentos, a presença de autoridades e a posse de bens materiais. A narrativa de Cesária reforça, assim, a imagem de um passado estruturado pela abundância, ao mesmo tempo em que contribui para legitimar o discurso de Alexandre.

Essa mesma lógica se mantém nos relatos do protagonista sobre sua atuação como negociante, como se observa no conto “Um papagaio falador”, em que Alexandre afirma:

Quando voltei, trazia um surrão cheio de ouro e cargas de mantimentos. Dei uma festa quase tão grande como a do casório. O povo da rua se admirou, meu pai e meu sogro arregalaram os olhos. Eu de correntão no peito, eu lorde, mandando abrir caixas de bebidas. Quem quisesse beber bebia até cair. Dinheiro não faltava (Ramos, 2020, 41).

A recorrência dessas narrativas indica a construção de uma memória orientada pela valorização do êxito econômico e da visibilidade social. No entanto, a veracidade desses relatos é constantemente tensionada ao longo da obra, seja pelas intervenções de outros personagens, seja pelo contraste entre o passado descrito e a condição presente do casal. Ainda que alguns episódios possam remeter a experiências efetivamente vividas, sua temporalidade remota e seu caráter hiperbólico contribuem para o distanciamento em relação à realidade atual.

Esse contraste se torna evidente quando se observa a descrição dos bens materiais de Alexandre no momento da narração: “Tinha uma casa pequena, meia dúzia de vacas no curral, um chiqueiro de cabras e roça de milho na vazante do rio. Além disso possuía uma espingarda e a mulher” (Ramos, 2020, p. 9). A simplicidade desses elementos expressa a distância entre a grandeza evocada nas histórias e a precariedade concreta da vida do personagem. A partir desse descompasso, Monteiro Filho identifica, na trajetória de Alexandre, um processo de decadência que se manifesta também no plano social. Segundo o autor:

A segunda ordem de riqueza da qual o personagem se vê privado é o prestígio social. Emanado da riqueza material, esta advinda da propriedade da terra e dos rebanhos de gado, o poder político desfrutado por Alexandre decai na medida em que lhe falta suporte. O personagem que no passado privava da amizade e consideração das autoridades e indivíduos poderosos agora recebe no cenário de sua pobreza gente do baixo extrato social, que se reúnem num cômodo com mobília improvisada e são servidos de bebida ordinária todos em uma única xícara (Monteiro Filho, 2013, p. 83).

A perda do prestígio social pode ser contraposta às narrativas em que Alexandre e Cesária descrevem o reconhecimento de que ele teria desfrutado no passado. Em determinado momento, Cesária afirma:

O caso da novilha se espalhou de repente, e o nome de Alexandre correu de boca em boca. Ele não disse isto porque não gosta de pabulagem, mas acredite que ficou o homem mais importante do sertão. Os fazendeiros tiravam o chapéu quando passavam por ele e cumprimentavam com respeito: — “Como vai a obrigação, major Alexandre?” (Ramos, 2020, p. 37).

De modo semelhante, o próprio Alexandre constrói a imagem de sua antiga posição de poder ao declarar:

Nos meus pastos a coisa era diferente. Lá eu tinha prestígio: votava com o governo, hospedava o intendente, não pagava imposto e tirava presos da cadeia, no júri. Vivia de grande. E quando aparecia na feira, o cavalo em pisada baixa, riscando nas portas, os arreios de prata alumando, o comandante do destacamento levava a mão ao boné e me perguntava pela família (Ramos, 2020, p. 79).

Esses fragmentos reforçam a tentativa de reconstrução de uma identidade social baseada no poder e no reconhecimento público, ainda que tal identidade não encontre correspondência na realidade presente do personagem. Além das dimensões material e social, Monteiro Filho aponta ainda uma terceira forma de decadência, relacionada às capacidades físicas e às habilidades que sustentavam a imagem de Alexandre como figura excepcional:

Por fim, uma terceira ordem da riqueza perdida por Alexandre engloba suas qualidades como vaqueiro e caçador, habilidades que, somadas aos prodígios que vive e testemunha, conferem-lhe a aura de herói aventureiro, cuja fama se espalhou, angariando para si a consideração da gente sertaneja (Monteiro Filho, 2013, p. 83).

A perda dessas qualidades contribui para o enfraquecimento da imagem de Alexandre, que já não corresponde ao modelo de homem forte, ativo e admirado que suas histórias procuram sustentar. Esse contraste se torna ainda mais evidente quando Cesária relembra a forma como o marido se apresentava no passado, destacando o vestuário e os adornos que sinalizavam riqueza e imponência: “- É verdade, Alexandre, respondeu Cesária. Essa festa ficou guardada aqui dentro. Você apareceu de gibão, perneiras, peitoral e chapéu de couro, tudo brilhando, enfeitado de ouro” (Ramos, 2020, p. 31).

A mesma imagem é reforçada em outro momento, quando a personagem descreve a imponência da figura de Alexandre:

Eu não fazia conta de ninguém, mas quando Alexandre se apresentou, bem vestido e bem falante, quebrou-me as forças. Vinha preparado, com um rebenque de cabo de ouro, esporas de ouro...  
- Montado no bode? perguntou Das Dores.  
Não, respondeu Cesária. O bode era para as vaquejadas. Vinha num cavalo baixeiro, arreado com arreios de ouro, espelhando. Só queria que você visse, Das Dores (Ramos, 2020, p. 37, 38).

Essas lembranças reforçam a distância entre a imagem construída pelo discurso e a condição presente do personagem, marcada pela perda de atributos que antes sustentavam sua posição social. Por fim, a própria caracterização inicial de Alexandre contribui para evidenciar esse processo de redução. O narrador o apresenta como um homem velho, magro, de olho torto, descrito como meio caçador e meio vaqueiro, possuidor de poucos animais.

A repetição dessa ideia de parcialidade sugere a ausência de uma identidade plenamente definida, como se Alexandre existisse apenas de forma incompleta no plano da realidade concreta. Nesse sentido, sua grandeza se realiza sobretudo na palavra, na medida em que é por meio da narrativa que o personagem recompõe simbolicamente aquilo que perdeu no plano material, social e físico.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite afirmar que é possível estabelecer relações significativas entre *Alexandre e outros heróis*, de Graciliano Ramos, e a pintura *Violeiro do Sertão*, de Léo Costa. Tais relações, no entanto, não se limitam à identificação de correspondências diretas entre personagens ou elementos figurativos, mas se estruturam a partir de uma aproximação mais ampla, que envolve a construção de uma mesma ambiência social e simbólica.

Na obra de Graciliano Ramos, a narrativa evidencia o processo de empobrecimento de Alexandre e de sua família, destacando o contraste entre um passado de riqueza e prestígio e uma condição presente marcada pela precariedade material e pela perda de reconhecimento social. Nesse contexto, a reunião dos personagens na casa do protagonista assume papel central, configurando um espaço de sociabilidade no qual a oralidade e a memória atuam como mecanismos de reelaboração simbólica da experiência.

De modo análogo, a pintura de Léo Costa apresenta um cenário que remete a esse universo sertanejo, marcado por um ambiente rural, pela simplicidade do espaço doméstico e pela presença de um grupo de indivíduos reunidos. A figura do violeiro, em especial, reforça a aproximação com a obra literária, ao evocar a dimensão sonora e coletiva que caracteriza o espaço narrativo de Alexandre.

Entretanto, mais do que reiterar semelhanças temáticas ou figurativas, a análise evidencia que cada obra constrói essa realidade por meio de recursos próprios. Enquanto o texto literário se organiza a partir da fabulação e da oralidade, permitindo ao protagonista reconfigurar simbolicamente sua trajetória, a pintura opera por meio da visualidade, evidenciando, de forma silenciosa, a materialidade da vida sertaneja e os sinais da decadência. Assim, o diálogo entre as duas produções não se estabelece por equivalência, mas por tensão entre diferentes modos de representação.

Dessa forma, compreende-se que *Alexandre e outros heróis* e *Violeiro do Sertão* convergem na elaboração de uma mesma experiência social, mas divergem quanto às estratégias utilizadas para representá-la. Essa relação evidencia a potencialidade dos estudos interartes, ao demonstrar que diferentes

linguagens podem, a partir de seus próprios códigos, construir leituras complementares de uma mesma realidade, ampliando as possibilidades de interpretação e compreensão do universo sertanejo.

## REFERÊNCIAS

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**. São Paulo: Ática, 2006.

COSTA, Léo. **Violeiro do Sertão**. 2010. Pintura. Disponível em: <https://leocostaartes.blogspot.com/2011/02/violeiro-do-sertao.html>. Acesso em: 21 mar. 2026.

CRISTÓVÃO, Fernando. **Graciliano Ramos: estruturas e valores de um modo de narrar**. Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1977.

GIMENEZ, Erwin Torralbo. O olho torto de Graciliano Ramos: metáfora e perspectiva. **Revista USP**, São Paulo, n. 63, p. 186-196, set./nov. 2004.

KANDINSKY, Wassily. **Do espiritual na arte**. Trad. Álvaro Cabral e Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MONTEIRO FILHO, Edmar. **O major esquecido: Histórias de Alexandre, de Graciliano Ramos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) — Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.


PELLEGRINI, Tânia. Narrativa verbal e narrativa visual: possíveis aproximações. In: PELLEGRINI, Tânia et al. **Literatura, cinema e televisão**. São Paulo: Senac; Instituto Itaú Cultural, 2003.

PRAZ, Mario. **Literatura e artes visuais**. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1982.

RAMOS, Graciliano. **Alexandre e outros heróis**. 64. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

**CRISE CLIMÁTICA E CORPOS MARCADOS: INTERSECCIONALIDADE,  
VULNERABILIDADE E INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL**

**CLIMATE CRISIS AND MARKED BODIES: INTERSECTIONALITY, VULNERABILITY, AND  
SOCIO-ENVIRONMENTAL INJUSTICE**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-019>

**Camila de Freitas Moraes Garcia**

Doutora em Política Social e Direitos Humanos  
Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)  
E-mail: [camilapsi.moraes@yahoo.com.br](mailto:camilapsi.moraes@yahoo.com.br)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0376021529783014>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6745-4195>

**Ariadine Jamilly Assunção Monteiro**

Discente do curso de Psicologia  
Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), Campus Abaetetuba  
E-mail: [ariadinejamillyassuncao@gmail.com](mailto:ariadinejamillyassuncao@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1962025607077284>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-03907810>

**Jaiane Eduarda Pacheco Sardinha**

Discente do curso de Psicologia  
Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), Campus Abaetetuba  
E-mail: [jaianesardinha@gmail.com](mailto:jaianesardinha@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8052-3273>

**Juliana de Melo Rodrigues Cal**

Discente do curso de Psicologia  
Faculdade Ideal (FACI WYDEN), Campus Belém  
E-mail: [juliana.mrcal@gmail.com](mailto:juliana.mrcal@gmail.com)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4200738235103031>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6155-6512>

**Mayra Rodrigues Negrão**

Discente do curso de Psicologia  
Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), Campus Abaetetuba  
E-mail: [negraomayra@gmail.com](mailto:negraomayra@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6189701214072873>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7307-718>

**Yoná Ferreira dos Anjos**

Discente do curso de Psicologia  
Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), Campus Abaetetuba  
E-mail: [yonaf.psicologia@gmail.com](mailto:yonaf.psicologia@gmail.com)  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0142170346386504>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8704-8317>

## RESUMO

A crise climática tem intensificado desigualdades socioambientais e produzido impactos significativos na saúde mental das populações, especialmente entre grupos socialmente vulnerabilizados. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a ansiedade climática a partir das perspectivas da justiça ambiental, da interseccionalidade e da colonialidade, buscando compreender como os marcadores sociais da diferença influenciam a exposição aos riscos ambientais e os sofrimentos psíquicos relacionados às mudanças climáticas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza teórica e bibliográfica, fundamentada em autores que discutem crise climática, desigualdades socioambientais e colonialidade do poder. Os resultados indicam que a ansiedade climática não se configura apenas como uma resposta individual ao medo do futuro, mas como um fenômeno socialmente situado, atravessado por desigualdades estruturais que afetam de forma mais intensa populações racializadas, empobrecidas e territorialmente vulneráveis. Conclui-se que a análise interseccional e decolonial da ansiedade climática contribui para a compreensão das relações entre saúde mental, território e injustiça ambiental, evidenciando a necessidade de políticas públicas e práticas profissionais comprometidas com a justiça socioambiental e o cuidado em saúde mental.

**Palavras-chave:** Ansiedade climática; Justiça ambiental; Interseccionalidade; Colonialidade; Saúde mental.

## ABSTRACT

The climate crisis has intensified socio-environmental inequalities and produced significant impacts on population mental health, especially among socially vulnerable groups. In this context, this study aims to analyze climate anxiety from the perspectives of environmental justice, intersectionality and coloniality, seeking to understand how social markers of difference influence exposure to environmental risks and psychological suffering related to climate change. This is a qualitative, theoretical and bibliographic research, based on authors who discuss climate crisis, socio-environmental inequalities and coloniality of power. The results indicate that climate anxiety is not only an individual response to fear of the future, but a socially situated phenomenon shaped by structural inequalities that more intensely affect racialized, impoverished and territorially vulnerable populations. It is concluded that an intersectional and decolonial analysis of climate anxiety contributes to understanding the relationship between mental health, territory and environmental injustice, highlighting the need for public policies and professional practices committed to socio-environmental justice and mental health care.

**Keywords:** Climate anxiety; Environmental justice; Intersectionality; Coloniality; Mental health.

## 1 INTRODUÇÃO

A crise climática tem se configurado como um dos principais desafios contemporâneos, não apenas pelos impactos ambientais que produz, mas também pelas profundas repercussões sociais, econômicas e psicológicas que atravessam diferentes territórios e populações. Nas últimas décadas, a intensificação de eventos extremos, como enchentes, secas prolongadas, aumento das temperaturas e processos acelerados de degradação ambiental, tem reconfigurado modos de vida, ampliado vulnerabilidades sociais e produzido novas formas de sofrimento psíquico. Nesse cenário, a ansiedade climática emerge como uma expressão do mal-estar contemporâneo, caracterizada por sentimentos persistentes de medo, preocupação e insegurança diante das transformações ambientais e das incertezas em relação ao futuro do planeta e das condições de sobrevivência humana (Clayton, 2020).

Entretanto, os efeitos da crise climática não se distribuem de forma homogênea. A literatura sobre justiça ambiental evidencia que os impactos ambientais incidem de maneira desigual sobre grupos socialmente vulnerabilizados, revelando que a exposição aos riscos climáticos está diretamente relacionada a processos históricos de desigualdade social, racial e territorial (Porto, 2007; Porto; Pacheco; Leroy, 2013; Wing, 2005). Nesse sentido, a crise climática não pode ser compreendida apenas como um fenômeno ambiental, mas como um processo profundamente imbricado nas estruturas sociais que organizam a distribuição de recursos, riscos e oportunidades. Assim, o sofrimento psicológico associado às mudanças climáticas deve ser analisado à luz das condições materiais e estruturais que moldam as experiências dos sujeitos, reconhecendo que a ansiedade climática se constitui em um fenômeno socialmente situado.

A perspectiva da interseccionalidade oferece um importante aporte teórico para a compreensão dessas desigualdades, ao evidenciar que os marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, classe e território, operam de forma articulada na produção de vulnerabilidades e experiências sociais específicas. A interseccionalidade permite compreender que os impactos ambientais e os sofrimentos psíquicos não são vivenciados de maneira uniforme, mas atravessados por relações de poder que posicionam determinados grupos em condições mais intensas de exposição aos riscos e às inseguranças ambientais (Crenshaw, 2002; Paula, 2024; Silva, 2024). Dessa forma, a ansiedade climática ultrapassa a dimensão individual e passa a ser compreendida como um fenômeno coletivo e estrutural, vinculado às desigualdades sociais e às formas de organização da sociedade contemporânea.

Somada a essa perspectiva, a noção de colonialidade amplia a análise ao evidenciar que as desigualdades socioambientais estão ancoradas em processos históricos de dominação que se originam no período colonial e se perpetuam nas dinâmicas contemporâneas de poder. A colonialidade do poder, conforme discutida por Quijano (2005), revela a permanência de hierarquias raciais, econômicas e epistemológicas que estruturam a organização social e influenciam a distribuição desigual dos impactos ambientais. Nesse horizonte teórico, autores como Fanon (2008), Mbembe (2018) e Rivera Cusicanqui

(2010) contribuem para compreender como território e corpo se constituem como espaços de disputa, controle e resistência.

Diante desse quadro, torna-se necessário problematizar a ansiedade climática a partir de uma abordagem que articule justiça ambiental, interseccionalidade e colonialidade, compreendendo o sofrimento psíquico como parte de um fenômeno social mais amplo, atravessado por relações de poder, desigualdades estruturais e disputas territoriais. Nessa direção, o presente estudo tem como objetivo analisar a ansiedade climática a partir dessas três perspectivas teóricas, buscando compreender como os marcadores sociais da diferença influenciam a exposição aos riscos ambientais e os sofrimentos psicológicos associados às mudanças climáticas. Como objetivos específicos, pretende-se discutir a relação entre crise climática e injustiça ambiental, analisar o papel da interseccionalidade na compreensão das desigualdades socioambientais e refletir sobre a colonialidade do território e do corpo como elementos estruturantes das vulnerabilidades contemporâneas.

A relevância deste estudo reside na necessidade de ampliar o debate sobre saúde mental e crise climática a partir de uma perspectiva crítica, socialmente situada e comprometida com a justiça socioambiental. Ao articular contribuições da psicologia, da justiça ambiental e dos estudos decoloniais, o trabalho busca oferecer subsídios teóricos para a formulação de políticas públicas e práticas profissionais voltadas à promoção da equidade social, à redução das vulnerabilidades estruturais e ao cuidado em saúde mental diante dos desafios impostos pela crise climática contemporânea.

## **2 CRISE CLIMÁTICA E INJUSTIÇA AMBIENTAL**

A crise climática constitui um fenômeno global cujos efeitos se distribuem de maneira desigual entre diferentes grupos sociais. A perspectiva da justiça ambiental permite compreender que os impactos das mudanças ambientais recaem com maior intensidade sobre populações socialmente vulnerabilizadas, evidenciando que fatores socioeconômicos influenciam diretamente o grau de exposição aos riscos ambientais (Wing, 2005).

Relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas indicam que milhões de pessoas já vivenciam consequências associadas às alterações climáticas em diversas regiões do mundo, com maior severidade em contextos marcados por fragilidade social. Entretanto, tal vulnerabilidade não deve ser entendida como característica inerente aos grupos afetados, mas como resultado de processos históricos de desigualdade, concentração de renda e exclusão social que condicionam a exposição diferenciada aos eventos ambientais adversos (IPCC, 2022).

A injustiça ambiental pode ser compreendida como a distribuição desigual tanto dos danos ambientais quanto dos benefícios decorrentes do desenvolvimento econômico. Essa dinâmica faz com que determinados segmentos populacionais estejam mais suscetíveis à degradação ambiental, ao mesmo tempo

em que dispõem de menos recursos para prevenir ou mitigar seus efeitos (Porto; Pacheco; Leroy, 2013). Nesse cenário, populações em situação de vulnerabilidade frequentemente residem em áreas com infraestrutura urbana insuficiente, maior proximidade com fontes de poluição e acesso limitado a serviços públicos essenciais. Quando ocorrem eventos como enchentes, secas prolongadas ou outros desastres socioambientais, tais grupos enfrentam maiores dificuldades para adaptação e recuperação, uma vez que possuem menor suporte institucional e econômico (Santos *et al.*, 2017).

A literatura também destaca que a injustiça ambiental está relacionada a processos históricos de marginalização social e racial, que contribuem para a manutenção de desigualdades territoriais. Esses fatores estruturais influenciam a maior exposição de determinados grupos a riscos ambientais, além de restringirem suas possibilidades de enfrentamento diante de eventos climáticos extremos (Sales Junior, 2009). Dessa forma, a crise climática não apenas evidencia desigualdades previamente existentes, mas também tende a intensificá-las. Populações que historicamente vivenciam condições de precariedade social são, portanto, as mais afetadas pelos impactos ambientais, o que evidencia a necessidade de políticas públicas orientadas pela justiça socioambiental e pela redução das vulnerabilidades estruturais (Porto, 2007).

Além dos efeitos materiais, a distribuição desigual dos impactos ambientais também possui repercussões subjetivas. A exposição contínua a riscos climáticos pode gerar sentimento de insegurança, preocupação e incerteza em relação ao futuro, fenômeno que tem sido associado ao aumento da ansiedade climática, caracterizada por sofrimento psicológico relacionado às mudanças ambientais e às suas consequências sociais (Clayton, 2020).

Ao considerarmos tais perspectivas, fica claro que as problemáticas ambientais não surgem de um único viés e que suas consequências são múltiplas. O modelo capitalista de exploração, nascido da visão colonial e imperialista de poder, propõe o lucro e crescimento econômico daqueles que já o detém em detrimento de grupos e populações em situação de vulnerabilidade. Logo, as consequências da exploração dos recursos ambientais recaem sobre corpos específicos, demonstrando como o Estado atua através da necropolítica (Mbembe, 2018).

Dessa forma, as contribuições de Krenak (2020) permitem ampliar a compreensão da crise climática ao questionar a própria lógica de exploração que sustenta a relação contemporânea entre sociedade e natureza, nas quais as estruturas capitalistas operam a partir de uma ideia de progresso que naturaliza a destruição ambiental e a exploração dos territórios. Nesse sentido, a crise climática não se configura apenas como um problema técnico ou ambiental, mas como expressão de um modelo civilizatório em busca do tão desejado desenvolvimento pelas nações imperialistas que rompeu com a interdependência entre os seres vivos e o equilíbrio do planeta. Assim, pensar a crise climática implica também repensar as formas de existência, consumo e organização social (Krenak, 2020).

### 3 INTERSECCIONALIDADE E MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

O conceito de interseccionalidade constitui uma ferramenta teórico-analítica fundamental para compreender como diferentes sistemas de opressão se articulam na produção das desigualdades sociais e ambientais. Gênero, raça, classe e território, enquanto marcadores sociais da diferença mobilizados nesta análise, não operam de forma isolada, mas se entrelaçam na constituição de experiências sociais específicas, produzindo distintas formas de vulnerabilidade, exposição a riscos e acesso desigual a recursos ambientais e direitos sociais. Essa perspectiva permite superar leituras fragmentadas da realidade, evidenciando que os impactos das desigualdades socioambientais não são distribuídos de maneira homogênea, mas recaem de forma mais intensa sobre grupos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, Crenshaw (2002) problematiza a universalização dos direitos humanos ao demonstrar que a ideia de universalidade foi construída a partir de experiências hegemônicas, o que contribuiu para a invisibilização das demandas específicas das mulheres e de outros grupos sociais. Ao reconhecer como legítimas apenas as formas de violência que se enquadram em padrões universais, o discurso jurídico e político tende a desconsiderar as múltiplas formas de opressão que atravessam a vida social, especialmente quando essas opressões se articulam com desigualdades raciais, econômicas e territoriais. Tal perspectiva permite compreender que a desigualdade ambiental também se estrutura a partir dessas hierarquias, uma vez que os impactos da degradação ambiental e das mudanças climáticas não atingem todos os grupos sociais da mesma forma.

A interseccionalidade, portanto, possibilita analisar como racismo, patriarcalismo e desigualdade de classe operam simultaneamente na produção das injustiças ambientais. Comunidades racializadas, populações periféricas, povos tradicionais e mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica tendem a ser mais expostos a riscos ambientais, como poluição, escassez de água, enchentes, desmatamento e precarização das condições de vida. Nesse contexto, a análise interseccional evidencia que a distribuição dos danos ambientais acompanha as estruturas históricas de desigualdade, reproduzindo padrões de exclusão social e territorial.

Ao criticar as abordagens de superinclusão e subinclusão, Crenshaw (2002) contribui para a compreensão de que a análise das desigualdades socioambientais exige uma leitura que considere simultaneamente os diferentes eixos de opressão. A superinclusão, ao tratar grupos sociais de forma homogênea, invisibiliza as experiências específicas de populações mais vulnerabilizadas, enquanto a subinclusão impede a compreensão das estruturas que produzem essas desigualdades. Dessa forma, a interseccionalidade se consolida como uma ferramenta analítica que permite compreender a complexidade das injustiças ambientais, ao evidenciar que os riscos ambientais se distribuem de maneira desigual conforme os marcadores sociais da diferença.

Essa perspectiva torna-se ainda mais evidente quando se observa a vida cotidiana de mulheres em contextos de vulnerabilidade socioambiental. Em territórios marcados pela precarização urbana, pela escassez de infraestrutura e pela insegurança hídrica, as mulheres assumem, de forma desproporcional, responsabilidades relacionadas ao cuidado familiar, à gestão da água, à alimentação e à manutenção da vida cotidiana. Em cenários de enchentes, secas ou contaminação ambiental, são frequentemente elas que reorganizam a sobrevivência doméstica, cuidam de crianças e idosos, garantem o acesso a recursos básicos e lidam diretamente com os efeitos da crise ambiental. Essa sobrecarga evidencia que as desigualdades ambientais não são apenas ecológicas, mas profundamente sociais e de gênero.

Silva (2024) contribui para esse debate ao destacar que a interseccionalidade emerge como uma crítica ao feminismo hegemônico e como uma ferramenta política capaz de evidenciar que diferentes mulheres vivenciam a opressão de formas distintas. Essa perspectiva é fundamental para a análise das desigualdades ambientais, pois demonstra que mulheres negras, periféricas e de baixa renda tendem a ser mais afetadas por problemas ambientais, como falta de saneamento básico, exposição à poluição, insegurança alimentar e precarização das condições de moradia. Assim, a interseccionalidade permite compreender que a crise ambiental não é apenas um problema ecológico, mas também um problema social, racial e econômico.

No contexto brasileiro, essa análise torna-se ainda mais relevante devido à formação social marcada pela colonialidade, pelo racismo estrutural e pela desigualdade territorial. Paula (2024) afirma que as relações de poder no Brasil foram constituídas a partir da articulação entre colonialismo, patriarcado, racismo e liberalismo, que continuam a produzir desigualdades estruturais e a organizar a distribuição dos recursos e dos riscos ambientais. Nesse sentido, territórios periféricos, comunidades tradicionais, populações ribeirinhas e áreas urbanas precarizadas tendem a concentrar os impactos da degradação ambiental, enquanto grupos socialmente privilegiados permanecem mais protegidos dos efeitos da crise climática.

A perspectiva interseccional permite compreender que a injustiça ambiental é, também, uma injustiça social e histórica, pois está diretamente relacionada às formas de ocupação do território, às políticas públicas e às estruturas de poder que organizam a sociedade. A distribuição desigual de saneamento, moradia, acesso à água potável, áreas verdes e infraestrutura urbana evidencia que a crise ambiental não pode ser analisada apenas como um fenômeno natural, mas como um processo socialmente produzido, que afeta de maneira mais intensa os grupos historicamente marginalizados.

Dessa forma, a interseccionalidade contribui para a construção de uma análise crítica das desigualdades socioambientais, ao evidenciar que os impactos das mudanças climáticas e da degradação ambiental são atravessados por marcadores sociais da diferença. A articulação entre gênero, raça, classe e

território permite compreender que a vulnerabilidade ambiental não é aleatória, mas resultado de processos históricos e estruturais que organizam a distribuição do poder, dos recursos e dos riscos na sociedade.

Assim, a incorporação da perspectiva interseccional na análise das desigualdades sociais e ambientais possibilita não apenas uma compreensão mais aprofundada da realidade, mas também a construção de políticas públicas e práticas institucionais comprometidas com a justiça socioambiental, a equidade e a garantia de direitos. Ao reconhecer que a crise ambiental afeta de forma desigual diferentes grupos sociais, torna-se possível pensar estratégias de intervenção que considerem as especificidades territoriais, sociais e culturais, contribuindo para a construção de respostas mais justas e inclusivas diante dos desafios contemporâneos.

#### **4 COLONIALIDADE TERRITÓRIO E CORPO**

Para entender as relações de poder atuais, é necessário analisar conceitos que vão além do período do colonialismo formal. Nesse sentido, a ideia de colonialidade, desenvolvida por Aníbal Quijano (2005), ajuda a explicar como certas formas de dominação continuam presentes até hoje. Diferente do colonialismo enquanto período histórico, a colonialidade é uma lógica que ainda organiza a sociedade, influenciando a economia, a política, a cultura e até o modo como o conhecimento é produzido. Essa lógica se baseia, principalmente, na classificação racial da população mundial, que valida hierarquias e desigualdades, além de impor um padrão eurocêntrico de conhecimento que deslegitima saberes locais e ancestrais.

A partir dessa perspectiva, território e corpo revelam-se como dimensões fundamentais onde tais relações de poder acontecem. O território, nesse contexto, não deve ser entendido apenas como espaço físico, mas compreendido como um espaço político, marcado por disputas, significados e relações de poder. A colonialidade atua sobre ele por meio da retirada de terras, da imposição de fronteiras e da exploração dos recursos naturais. Esses processos estão ligados à lógica do capitalismo, que transforma o território em algo a ser explorado economicamente. Conforme aponta Rivera Cusicanqui (2010), na América Latina isso se expressa na desvalorização das formas de vida e organização dos povos indígenas, além da imposição de modelos únicos de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, o corpo também se caracteriza como um território político profundamente marcado pela colonialidade. Fanon (2008) mostra como o processo colonial produz a inferiorização dos corpos racializados, especialmente os corpos negros, por meio de práticas que envolvem tanto a violência quanto a construção de estigmas. Essa desumanização se manifesta na forma como as pessoas são tratadas socialmente, na violência estrutural e na dificuldade de acesso a direitos, fazendo com que o corpo se torne um espaço onde o poder atua. Nesse sentido, Mbembe (2018), ao desenvolver o conceito de necropolítica, amplia a análise ao mostrar como o poder decide quais vidas são mais protegidas e quais podem ser expostas à morte, seja pela violência direta ou pela ausência de políticas públicas.

No contexto latino-americano, Gonzalez (1988) contribui de forma significativa ao destacar como raça, gênero e classe se cruzam, especialmente na vida de mulheres negras, destacando como o corpo está no centro das desigualdades. Sua análise mostra que essas desigualdades não acontecem de forma isolada, mas estão interligadas, afetando diretamente o corpo e as experiências desses sujeitos, confirmando que os efeitos da colonialidade se manifestam de maneira diferente sobre os sujeitos.

Dessa forma, a relação entre território e corpo pode ser compreendida como espaços que sofrem controle e exploração ao mesmo tempo. A colonialidade atua tanto na ocupação e exploração da terra quanto na forma como os corpos são tratados e hierarquizados. Muitas vezes, a violência sobre o território está ligada à violência contra os grupos que vivem nele, mostrando como essas duas dimensões estão conectadas.

Por outro lado, tanto o território quanto o corpo também são espaços de resistência. Práticas culturais, formas de organização coletiva e saberes ancestrais mostram outras maneiras de viver e se relacionar, questionando a lógica dominante. Assim, a perspectiva decolonial não apenas critica essas estruturas de poder, mas também valoriza outras formas de conhecimento e existência, construídas por grupos historicamente marginalizados, abrindo caminhos para outros modos de ser, saber e existir.

## 5 CONCLUSÃO

A presente análise buscou compreender a ansiedade climática a partir das relações entre crise climática, injustiça ambiental, interseccionalidade e colonialidade, evidenciando que os impactos das mudanças ambientais não se distribuem de forma homogênea na sociedade. Observou-se que populações historicamente vulnerabilizadas são as mais afetadas pelos riscos ambientais, o que reforça a necessidade de compreender a crise climática como um fenômeno social, político e subjetivo.

A discussão teórica permitiu identificar que a injustiça ambiental, conforme apontam Porto, Wing, IPCC e Krenak, está diretamente relacionada à produção de desigualdades estruturais, enquanto a ansiedade climática, discutida por Clayton, se configura como uma resposta psicossocial às condições de insegurança e incerteza diante das mudanças ambientais. A interseccionalidade, fundamentada em Crenshaw, Silva e Paula, contribui para compreender como gênero, raça, classe e território se articulam na produção dessas vulnerabilidades. A perspectiva da colonialidade, a partir de Quijano, Fanon, Mbembe, Gonzalez e Rivera Cusicanqui, amplia essa análise ao evidenciar que território e corpo são espaços atravessados por relações de poder, exploração e resistência. Dessa forma, conclui-se que a ansiedade climática deve ser compreendida como um fenômeno que envolve dimensões sociais, históricas e subjetivas, exigindo da Psicologia uma atuação comprometida com a justiça socioambiental e com a promoção da saúde mental em contextos de crise climática.

Nesse sentido, destaca-se que a atuação da Psicologia não pode se restringir a uma perspectiva individualizante do sofrimento, sendo fundamental considerar os contextos sociais e territoriais nos quais os sujeitos estão inseridos. A ansiedade climática, ao expressar medos, angústias e incertezas frente ao futuro, também revela a necessidade de práticas psicológicas que acolham essas experiências sem desconsiderar suas raízes estruturais. Assim, torna-se imprescindível o desenvolvimento de intervenções que articulem saúde mental, consciência crítica e fortalecimento comunitário. Além disso, evidencia-se a importância de uma Psicologia que dialogue com saberes locais e experiências de populações diretamente afetadas pela crise climática, especialmente em contextos amazônicos, onde os impactos ambientais se entrelaçam com processos históricos de exploração e desigualdade. A valorização desses saberes pode contribuir para a construção de estratégias de enfrentamento mais contextualizadas e culturalmente sensíveis.

Destaca-se, por fim, a importância de ampliar pesquisas empíricas sobre ansiedade climática no contexto brasileiro e amazônico, contribuindo para a construção de políticas públicas e práticas psicológicas sensíveis às desigualdades socioambientais. Espera-se que este estudo possa fomentar novas reflexões e fortalecer o compromisso ético-político da Psicologia diante dos desafios impostos pela crise climática contemporânea.

## REFERÊNCIAS

CLAYTON, Susan. Climate anxiety: psychological responses to climate change. **Journal of Anxiety Disorders**, v. 74, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2026.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Revista Isis Internacional**, 1988.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

IPCC. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. **Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

PAULA, Matheus Oliveira de. A interseccionalidade enquanto ferramenta analítica aplicada à interpretação da saúde: enfoque sobre as desigualdades em saúde à luz da diversidade e identidade. **Saúde e Sociedade**, v. 33, n. 4, e230828pt, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/j7SnVBFLCBBPgf6cQ5YSFTh/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 5, p. 1103-1114, 2007.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: **Editora Fiocruz**, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SALES JUNIOR, Ronaldo. Racismo ambiental: desigualdades socioambientais e populações vulnerabilizadas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, 2009.


SANTOS, Milton *et al.* Território e sociedade: entrevistas com Milton Santos. São Paulo: **Editora Fundação Perseu Abramo**, 2017.

SILVA, Welligton Magno. Interseccionalidade como Horizonte Primordial à Psicologia Social: Reflexões Sobre Diversidade Epistemológica. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 44, e266845, 2024. pp.1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-370300326684>. Acesso em: 20 mar. 2026.

WING, Steve. Environmental justice, science, and public health. **Environmental Health Perspectives**, v. 113, n. 1, p. 54-63, 2005.

**METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: TIPOS E CLASSIFICAÇÕES DA PESQUISA**

**METHODOLOGY OF SCIENTIFIC WORK: TYPES AND CLASSIFICATIONS OF RESEARCH**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-020>

**Antonio Eudes Mota**

Doutorado em Ciências da Educação

Universidade Del Sol – UNADES

E-mail: eudesmota26@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2301555320824664>

**RESUMO**

A metodologia do trabalho científico refere-se ao conjunto de procedimentos e técnicas que orientam a produção do conhecimento de maneira sistemática, organizada e fundamentada. Nesse contexto, compreender os diferentes tipos e classificações da pesquisa científica é essencial para a elaboração de estudos acadêmicos consistentes e metodologicamente adequados. O presente artigo tem como objetivo discutir as principais classificações da pesquisa científica, destacando seus fundamentos teóricos e suas aplicações no campo acadêmico. A pesquisa pode ser classificada segundo diferentes critérios. Quanto à natureza, pode ser básica, quando busca ampliar o conhecimento teórico, ou aplicada, quando se volta para a resolução de problemas práticos da realidade (Gil, 2008). Em relação aos objetivos, destacam-se as pesquisas exploratória, descritiva e explicativa, que se diferenciam pelo nível de aprofundamento do fenômeno investigado e pelos propósitos do estudo (Gil, 2008; Severino, 2017). No que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa pode assumir diferentes modalidades, como bibliográfica, documental, de campo, estudo de caso ou experimental, dependendo das estratégias utilizadas para coleta e análise dos dados (Marconi; Lakatos, 2017). Além disso, quanto à abordagem do problema, a pesquisa pode ser qualitativa, quantitativa ou mista, conforme os métodos e técnicas empregados na investigação (Creswell, 2014). Dessa forma, compreender as diferentes classificações da pesquisa científica contribui para a escolha de métodos adequados ao objeto de estudo, garantindo maior rigor metodológico, validade dos resultados e contribuição para o avanço do conhecimento científico.

**Palavras-chave:** Pesquisa científica; Tipos de pesquisa; Metodologia científica; Pesquisa qualitativa; Pesquisa quantitativa.

## ABSTRACT

The methodology of scientific work refers to the set of procedures and techniques that guide the production of knowledge in a systematic, organized, and well-founded way. In this context, understanding the different types and classifications of scientific research is essential for the development of consistent and methodologically adequate academic studies. This article aims to discuss the main classifications of scientific research, highlighting their theoretical foundations and applications in the academic field. Research can be classified according to different criteria. Regarding its nature, it can be basic, when it seeks to expand theoretical knowledge, or applied, when it focuses on solving practical problems in reality (Gil, 2008). In relation to objectives, exploratory, descriptive, and explanatory research stand out, differing in the level of depth of the phenomenon investigated and the purposes of the study (Gil, 2008; Severino, 2017). Regarding technical procedures, research can take different forms, such as bibliographic, documentary, field, case study, or experimental, depending on the strategies used for data collection and analysis (Marconi; Lakatos, 2017). Furthermore, regarding the approach to the problem, research can be qualitative, quantitative, or mixed, according to the methods and techniques employed in the investigation (Creswell, 2014). Therefore, understanding the different classifications of scientific research contributes to the selection of methods appropriate to the object of study, ensuring greater methodological rigor, validity of results, and contributing to the advancement of scientific knowledge.

**Keywords:** Scientific research; Types of research; Scientific methodology; Qualitative research; Quantitative research.

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa científica desempenha um papel fundamental na produção do conhecimento, sendo responsável por sistematizar informações e contribuir para o avanço das diversas áreas do saber. Nesse contexto, compreender os diferentes tipos e classificações da pesquisa é essencial para a escolha adequada dos métodos e técnicas a serem utilizados em um estudo. Segundo Gil (2008), a pesquisa pode ser entendida como um processo racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos. As classificações da pesquisa variam de acordo com critérios específicos, como os objetivos, a abordagem do problema e os procedimentos técnicos adotados. No que se refere aos objetivos, destacam-se as pesquisas exploratória, descritiva e explicativa, cada uma com finalidades distintas no desenvolvimento do conhecimento científico (Vergara, 2016). Já em relação à abordagem, a pesquisa pode ser qualitativa ou quantitativa, diferenciando-se principalmente pela forma de coleta e análise dos dados (Minayo, 2014). Além disso, os procedimentos técnicos também são determinantes na caracterização da pesquisa, incluindo modalidades como pesquisa bibliográfica, documental, experimental e estudo de caso,

entre outras (Prodanov & Freitas, 2013). A correta definição desses aspectos metodológicos é indispensável para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo discutir os principais tipos e classificações da pesquisa científica, evidenciando suas características, aplicações e importância no desenvolvimento de estudos acadêmicos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 TIPOS E CLASSIFICAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa científica constitui um processo sistemático e organizado que visa à produção de conhecimento, sendo estruturada a partir de diferentes classificações que orientam sua condução metodológica. Essas classificações são fundamentais para delimitar o objeto de estudo, definir estratégias de coleta e análise de dados e garantir a validade dos resultados (Gil, 2008).

Uma das formas mais comuns de classificar a pesquisa diz respeito aos seus **objetivos**. Nesse sentido, destacam-se três categorias principais: exploratória, descritiva e explicativa. A pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, sendo especialmente útil quando o tema ainda é pouco estudado ou carece de maior aprofundamento teórico. Esse tipo de pesquisa geralmente envolve levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos que possibilitam a construção de hipóteses (Gil, 2008).

A pesquisa descritiva, por sua vez, tem como principal objetivo descrever as características de determinada população, fenômeno ou relação entre variáveis. Ela busca observar, registrar e analisar os fatos sem interferir neles, sendo bastante utilizada em estudos sociais e educacionais. Já a pesquisa explicativa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofundando o conhecimento ao buscar relações de causa e efeito (Vergara, 2016).

Outra importante classificação refere-se à **abordagem do problema**, que pode ser qualitativa, quantitativa ou mista. A pesquisa qualitativa está voltada para a compreensão de fenômenos em seus contextos naturais, enfatizando aspectos subjetivos, significados e interpretações. De acordo com Minayo (2014), esse tipo de abordagem trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações e valores, sendo amplamente utilizado nas ciências sociais e da saúde.

Em contrapartida, a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso de dados numéricos e técnicas estatísticas para análise dos resultados, buscando objetividade e generalização dos achados. Esse tipo de abordagem é frequentemente utilizado em estudos que envolvem grandes populações e requerem precisão na mensuração de variáveis. A abordagem mista, por sua vez, combina elementos qualitativos e quantitativos, permitindo uma análise mais completa e integrada do fenômeno estudado (Prodanov & Freitas, 2013).

Além dos objetivos e da abordagem, a pesquisa também pode ser classificada quanto aos **procedimentos técnicos** utilizados. Entre os principais tipos, destacam-se a pesquisa bibliográfica, documental, experimental, de campo, levantamento (survey) e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já publicados, como livros, artigos e teses, sendo essencial para a fundamentação teórica do estudo. Já a pesquisa documental utiliza fontes primárias que ainda não receberam tratamento analítico, como relatórios, arquivos institucionais e documentos oficiais (Gil, 2008).

A pesquisa experimental caracteriza-se pelo controle de variáveis e pela manipulação de condições para observar seus efeitos, sendo comum nas ciências naturais. A pesquisa de campo envolve a coleta de dados diretamente no ambiente onde os fenômenos ocorrem, enquanto o levantamento (survey) busca obter informações de um grupo significativo de indivíduos por meio de questionários ou entrevistas estruturadas. O estudo de caso, por sua vez, permite uma análise aprofundada e detalhada de um ou poucos objetos, proporcionando uma compreensão ampla e contextualizada do fenômeno (Prodanov & Freitas, 2013).

Diante dessas classificações, torna-se evidente que a escolha do tipo de pesquisa deve estar diretamente relacionada aos objetivos do estudo, ao problema de pesquisa e aos recursos disponíveis. A adequada definição metodológica contribui significativamente para a qualidade e a credibilidade da investigação científica, além de possibilitar resultados mais consistentes e relevantes para a área de estudo.

## 2.2 PESQUISA BÁSICA E APLICADA

A classificação da pesquisa quanto à sua natureza é fundamental para compreender seus objetivos e finalidades no contexto científico. Nesse sentido, destacam-se a **pesquisa básica** e a **pesquisa aplicada**, ambas essenciais para o desenvolvimento do conhecimento, porém com propósitos distintos.

A **pesquisa básica**, também denominada pesquisa pura, tem como principal objetivo gerar conhecimentos novos, contribuindo para o avanço da ciência sem uma preocupação imediata com aplicações práticas. Esse tipo de pesquisa busca ampliar teorias, explicar fenômenos e aprofundar conceitos, sendo fundamental para o desenvolvimento científico em diversas áreas. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa básica visa o progresso da ciência e a ampliação do conhecimento teórico, sem necessariamente apresentar soluções diretas para problemas práticos.

Além disso, a pesquisa básica caracteriza-se por seu caráter mais abstrato e generalista, focando na compreensão dos princípios e leis que regem os fenômenos. De acordo com Gil (2008), esse tipo de investigação é essencial, pois fornece a base teórica necessária para o desenvolvimento de estudos aplicados, funcionando como um alicerce para avanços posteriores.

Por outro lado, a **pesquisa aplicada** tem como objetivo principal a geração de conhecimentos voltados para a solução de problemas específicos e práticos. Diferentemente da pesquisa básica, ela busca resultados que possam ser utilizados diretamente em situações reais, contribuindo para a melhoria de

processos, produtos ou serviços. Conforme Vergara (2016), a pesquisa aplicada é direcionada para a resolução de problemas concretos, atendendo a demandas imediatas da sociedade ou de organizações.

A pesquisa aplicada está fortemente relacionada ao contexto em que é desenvolvida, sendo comum em áreas como administração, educação, saúde e tecnologia. Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa utiliza conhecimentos já existentes, muitas vezes provenientes da pesquisa básica, para propor intervenções e soluções práticas.

É importante destacar que, embora distintas, a pesquisa básica e a aplicada não são excludentes, mas complementares. A pesquisa básica fornece os fundamentos teóricos que possibilitam o desenvolvimento da pesquisa aplicada, enquanto esta, por sua vez, pode gerar novas questões e contribuir para o avanço da pesquisa básica. Para Prodanov e Freitas (2013), essa relação evidencia a interdependência entre teoria e prática no processo de construção do conhecimento científico.

Dessa forma, a compreensão das diferenças e relações entre pesquisa básica e aplicada é essencial para a definição dos objetivos e da metodologia de um estudo, contribuindo para a realização de investigações mais consistentes e alinhadas às necessidades científicas e sociais.

### 2.3 PESQUISA QUALITATIVA, QUANTITATIVA E QUALI-QUANTITATIVA

A classificação da pesquisa quanto à abordagem do problema constitui um dos aspectos centrais da metodologia científica, sendo fundamental para a definição das estratégias de coleta e análise de dados. Nesse contexto, destacam-se as abordagens **qualitativa, quantitativa e quali-quantitativa (mista)**, cada uma com características específicas e aplicabilidades distintas.

A **pesquisa qualitativa** tem como principal objetivo compreender fenômenos a partir de seus significados, contextos e interpretações. Esse tipo de abordagem não se preocupa com a quantificação dos dados, mas sim com a análise aprofundada de aspectos subjetivos, como valores, crenças, atitudes e comportamentos. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações e relações humanas, sendo amplamente utilizada nas ciências sociais e da saúde.

Além disso, a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela flexibilidade metodológica, permitindo ao pesquisador adaptar instrumentos e técnicas ao longo do processo investigativo. Métodos como entrevistas abertas, observação participante e análise de conteúdo são frequentemente utilizados, possibilitando uma compreensão mais detalhada e contextualizada do fenômeno estudado (Gil, 2008).

Por outro lado, a **pesquisa quantitativa** baseia-se na mensuração de dados e na utilização de técnicas estatísticas para análise dos resultados. Essa abordagem busca objetividade, precisão e possibilidade de generalização dos achados, sendo especialmente adequada para estudos que envolvem grandes populações. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, traduzindo opiniões e informações em números para posterior análise.

A pesquisa quantitativa utiliza instrumentos estruturados, como questionários fechados e escalas, além de métodos estatísticos que permitem testar hipóteses e verificar relações entre variáveis. Conforme Vergara (2016), essa abordagem é amplamente empregada em estudos que visam identificar padrões, tendências e relações causais de forma mensurável.

A **pesquisa quali-quantitativa**, também conhecida como abordagem mista, combina elementos das abordagens qualitativas e quantitativas, buscando integrar suas potencialidades. Esse tipo de pesquisa permite uma análise mais abrangente do fenômeno, ao articular dados numéricos com interpretações subjetivas. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a utilização conjunta dessas abordagens possibilita maior profundidade e confiabilidade aos resultados.

A abordagem mista é particularmente útil em estudos complexos, nos quais a compreensão do fenômeno exige tanto a análise estatística quanto a interpretação contextual. De acordo com Minayo (2014), a complementaridade entre métodos qualitativos e quantitativos contribui para uma visão mais completa da realidade, superando limitações de cada abordagem isoladamente.

Dessa forma, a escolha entre pesquisa qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa deve considerar os objetivos do estudo, a natureza do problema e os recursos disponíveis. A adequada definição da abordagem metodológica é essencial para garantir a coerência e a qualidade da investigação científica.

#### 2.4 ESTUDOS DE CASOS, PESQUISA-AÇÃO, PESQUISA BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAL

A classificação da pesquisa quanto aos procedimentos técnicos refere-se às estratégias utilizadas para a coleta e análise de dados, sendo essencial para a definição do caminho metodológico da investigação científica. Entre os principais procedimentos, destacam-se o **estudo de caso**, a **pesquisa-ação**, a **pesquisa bibliográfica** e a **pesquisa documental**, cada um com características específicas e aplicações distintas.

O **estudo de caso** consiste em uma investigação aprofundada de um ou poucos objetos, permitindo uma análise detalhada e contextualizada do fenômeno estudado. Esse tipo de pesquisa é amplamente utilizado quando se busca compreender situações complexas em seu contexto real. Segundo Gil (2008), o estudo de caso possibilita o exame exaustivo de um objeto, de modo a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento. Essa abordagem é comum em áreas como administração, educação e ciências sociais, especialmente quando o foco está na compreensão de processos e relações.

A **pesquisa-ação**, por sua vez, caracteriza-se pela interação direta entre pesquisador e participantes, com o objetivo de promover mudanças na realidade investigada. Diferentemente de outros tipos de pesquisa, a pesquisa-ação não se limita à observação, mas envolve intervenção prática. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de pesquisa é desenvolvido em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e participantes estão envolvidos de forma cooperativa.

Outro procedimento amplamente utilizado é a **pesquisa bibliográfica**, que se baseia na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses e dissertações. Esse tipo de pesquisa é fundamental para a construção do referencial teórico e para o embasamento conceitual do estudo. Conforme Vergara (2016), a pesquisa bibliográfica fornece ao pesquisador o suporte necessário para compreender o estado da arte sobre determinado tema, contribuindo para a fundamentação e delimitação do problema de pesquisa.

A **pesquisa documental**, por sua vez, utiliza fontes primárias que ainda não receberam tratamento analítico, como relatórios institucionais, documentos oficiais, registros históricos e arquivos diversos. Embora semelhante à pesquisa bibliográfica, diferencia-se pela natureza das fontes utilizadas. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não foram analisados ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Esses diferentes procedimentos técnicos não são mutuamente exclusivos, podendo ser utilizados de forma complementar em uma mesma investigação. A escolha do procedimento mais adequado depende dos objetivos da pesquisa, da natureza do problema e das condições de acesso aos dados. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a correta definição dos procedimentos metodológicos contribui significativamente para a qualidade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

Dessa forma, compreender as características do estudo de caso, da pesquisa-ação, da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental é essencial para o desenvolvimento de pesquisas científicas consistentes, permitindo ao pesquisador selecionar as estratégias mais adequadas para alcançar seus objetivos.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza **básica**, pois tem como objetivo ampliar o conhecimento teórico acerca dos tipos e classificações da pesquisa científica, sem a aplicação imediata em uma situação prática específica (Prodanov & Freitas, 2013).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como **qualitativa**, uma vez que busca compreender e analisar conceitos, definições e classificações presentes na literatura, sem a utilização de métodos estatísticos ou quantificação de dados. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com significados, interpretações e compreensões da realidade, sendo adequada para estudos de caráter teórico e exploratório.

No que se refere aos objetivos, este estudo é caracterizado como **exploratório e descritivo**. Exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o tema, tornando-o mais compreensível e possibilitando o aprimoramento de ideias (Gil, 2008). Descritiva, porque busca descrever as principais

características dos diferentes tipos e classificações da pesquisa científica, organizando e sistematizando o conhecimento existente sobre o assunto (Vergara, 2016).

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como **bibliográfica**, tendo sido desenvolvida com base em materiais já publicados, como livros, artigos científicos e documentos acadêmicos. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de fontes secundárias, permitindo ao pesquisador analisar diferentes contribuições teóricas sobre o tema. Esse tipo de procedimento é fundamental para a construção do referencial teórico e para a fundamentação do estudo.

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento e análise de obras de autores reconhecidos na área de metodologia científica, como Gil (2008), Minayo (2014), Prodanov e Freitas (2013) e Vergara (2016). A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa, buscando identificar, comparar e organizar as diferentes classificações da pesquisa científica apresentadas pelos autores.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilita uma abordagem sistemática e consistente do tema, contribuindo para a compreensão dos principais tipos e classificações da pesquisa científica, bem como para a organização do conhecimento na área.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo evidenciam que a pesquisa científica pode ser classificada de maneira ampla e sistemática, considerando diferentes critérios, como natureza, abordagem, objetivos e procedimentos técnicos. A análise das obras consultadas permitiu identificar que essas classificações não são isoladas, mas complementares, contribuindo para uma melhor organização e compreensão do processo de investigação científica.

No que se refere à **natureza da pesquisa**, observou-se que a distinção entre pesquisa básica e aplicada está diretamente relacionada aos objetivos do conhecimento produzido. Enquanto a pesquisa básica busca ampliar o conhecimento teórico, a pesquisa aplicada volta-se para a solução de problemas práticos, sendo ambas interdependentes no avanço da ciência (Prodanov & Freitas, 2013). Essa relação evidencia que a produção científica não ocorre de forma fragmentada, mas sim integrada entre teoria e prática.

Em relação à **abordagem do problema**, os resultados indicam diferenças significativas entre a pesquisa qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa mostrou-se mais adequada para a compreensão de fenômenos subjetivos e contextuais, enquanto a quantitativa destaca-se pela objetividade e possibilidade de generalização dos dados (Minayo, 2014). A utilização da abordagem mista, por sua vez, foi identificada como uma estratégia eficiente para superar limitações de cada método isoladamente, proporcionando uma análise mais abrangente (Prodanov & Freitas, 2013).

Quanto aos **objetivos da pesquisa**, verificou-se que as classificações exploratória, descritiva e explicativa representam níveis distintos de aprofundamento do conhecimento. A pesquisa exploratória contribui para a familiarização com o problema, a descritiva organiza e detalha as informações, e a explicativa busca identificar relações de causa e efeito (Gil, 2008). Essa progressão demonstra que os tipos de pesquisa podem ser utilizados de forma complementar ao longo do desenvolvimento de um estudo.

No que diz respeito aos **procedimentos técnicos**, destacaram-se diferentes estratégias metodológicas, como estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa bibliográfica e documental. Cada procedimento apresenta características específicas que devem ser consideradas na escolha metodológica. O estudo de caso permite uma análise aprofundada, enquanto a pesquisa-ação promove intervenção na realidade investigada. Já as pesquisas bibliográfica e documental são fundamentais para a construção do embasamento teórico (Vergara, 2016; Gil, 2008).

A discussão dos resultados evidencia que a escolha do tipo de pesquisa deve estar alinhada aos objetivos do estudo e à natureza do problema investigado. Não existe um modelo único ou superior, mas sim diferentes abordagens que devem ser utilizadas de forma estratégica e coerente. Conforme Gil (2008), a adequação metodológica é um dos principais fatores que influenciam a qualidade e a credibilidade da pesquisa científica.

Dessa forma, os achados reforçam a importância do conhecimento sobre os diferentes tipos e classificações da pesquisa, uma vez que essa compreensão permite ao pesquisador tomar decisões mais assertivas na construção do seu estudo, garantindo maior rigor científico e relevância dos resultados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, conclui-se que compreender os **tipos e classificações da pesquisa científica** é fundamental para o desenvolvimento de investigações sólidas e coerentes. O estudo demonstrou que as pesquisas podem ser classificadas segundo a **natureza**, os **objetivos**, a **abordagem do problema** e os **procedimentos técnicos**, cada critério influenciando diretamente na condução e nos resultados obtidos (Gil, 2008; Prodanov & Freitas, 2013).

A distinção entre **pesquisa básica e aplicada** evidencia a complementaridade entre o avanço do conhecimento teórico e a aplicação prática do saber, reforçando que ambas são essenciais para a evolução científica (Prodanov & Freitas, 2013). Já a classificação quanto à **abordagem do problema** – qualitativa, quantitativa e mista – permite ao pesquisador definir a forma mais adequada de coletar, analisar e interpretar os dados, garantindo consistência e confiabilidade ao estudo (Minayo, 2014; Vergara, 2016).

No que diz respeito aos **objetivos da pesquisa**, as categorias exploratória, descritiva e explicativa fornecem diferentes níveis de aprofundamento do conhecimento, sendo possíveis combinações entre elas dependendo das necessidades do estudo (Gil, 2008). Quanto aos **procedimentos técnicos**, estratégias como

estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa bibliográfica e documental oferecem alternativas que podem ser selecionadas de acordo com o problema e os recursos disponíveis, permitindo um desenvolvimento metodológico adequado e sistemático (Prodanov & Freitas, 2013).

Dessa forma, o estudo reforça que a escolha correta do tipo de pesquisa e dos procedimentos metodológicos contribui para a **credibilidade e relevância científica** dos resultados. A compreensão das classificações estudadas proporciona ao pesquisador maior segurança para tomar decisões metodológicas e planejar suas investigações, garantindo maior rigor acadêmico e a possibilidade de resultados aplicáveis e consistentes (Gil, 2008; Minayo, 2014).

Por fim, este artigo demonstra que o conhecimento sobre os diferentes tipos e classificações da pesquisa é imprescindível não apenas para acadêmicos iniciantes, mas também para pesquisadores experientes, pois oferece fundamentos teóricos e práticos que orientam todo o processo de investigação científica, promovendo estudos mais organizados, precisos e relevantes (Vergara, 2016).

## REFERÊNCIAS

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.


PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016

**VIVÊNCIAS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE PROFISSIONAIS DO SEXO EM COLÍDER-MT: UM ESTUDO DE CASO GEOGRÁFICO**

**EXPERIENCES AND SOCIOECONOMIC CONDITIONS OF SEX WORKERS IN COLÍDER, MATO GROSSO: A GEOGRAPHIC CASE STUDY**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-021>

**Paula Kaoma Salvalagio**

Graduada em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso  
E-mail: kaoma.savalagio@gmail.com

**Leandro dos Santos**

Professor Dr. do curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso  
E-mail: leandroluander@gmail.com

**RESUMO**

Este estudo teve como propósito analisar a prostituição sob uma perspectiva geográfica, investigando sua distribuição espacial na cidade de Colíder-MT, as condições socioeconômicas das profissionais do sexo e suas percepções sobre a atividade que exercem. A fundamentação teórica baseou-se no conceito de mancha urbana, desenvolvido por Magnani (2002), que permite compreender a organização e o funcionamento dos espaços informais na cidade. A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa, iniciando-se com levantamento bibliográfico sobre o tema, seguido de trabalho de campo para identificar as áreas de atuação da prostituição no espaço urbano de Colíder-MT. Foram realizadas entrevistas e aplicados questionários com 14 profissionais do sexo, além da análise e sistematização dos dados obtidos. Os resultados indicam que a prostituição se manifesta de forma dispersa em diferentes pontos da cidade, tanto em espaços públicos quanto privados, contribuindo significativamente para a configuração socioespacial local.

**Palavras-chave:** Prostituição; Socioespacial; Cidade de Colíder-MT.

**ABSTRACT**

This study aimed to analyze prostitution from a geographical perspective, investigating its spatial distribution in the city of Colíder, Mato Grosso, the socioeconomic conditions of sex workers, and their perceptions of the activity they perform. The theoretical framework was based on the concept of the urban patch, developed by Magnani (2002), which allows for understanding the organization and functioning of informal spaces in the city. The research adopted a qualitative-quantitative approach, beginning with a bibliographic review on the subject, followed by fieldwork to identify the areas where prostitution occurs within the urban space of Colíder, Mato Grosso. Interviews were conducted and questionnaires were

administered to 14 sex workers, in addition to the analysis and systematization of the collected data. The results indicate that prostitution is manifested in a dispersed manner across different parts of the city, both in public and private spaces, significantly contributing to the local socio-spatial configuration.

**Keywords:** Prostitution; Socio-spatial; City of Colíder - Mato Grosso.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a sexualidade humana foi relegada ao espaço doméstico, moldada pelos padrões da família tradicional e orientada para a utilidade e a reprodução. Sexualidades consideradas “ilegítimas” passaram a ser vistas como incômodas, especialmente em contextos que fugiam da normatividade social, como os espaços de aceitação nos quais prostitutas ou mulheres que exercem o trabalho sexual oferecem prazeres que rompem com os padrões estabelecidos.

O estudo em apreço propôs-se a examinar a sexualidade e os múltiplos papéis desempenhados pelas prostitutas em áreas urbanas, adotando uma abordagem crítica e afastando-se de visões estereotipadas que as classificam como destruidoras de lares ou ameaças à ordem social. Parte-se do reconhecimento de que essas mulheres são profissionais que cuidam de si mesmas, de suas redes de apoio e que contribuem para a reconstrução de mentalidades em torno do desejo e da autonomia.

Com base em uma perspectiva geográfica, buscou-se compreender, por meio de narrativas de vida, as percepções de mundo das profissionais do sexo em Colíder-MT, revelando múltiplas interpretações da realidade socioespacial em que vivem. O estudo fundamenta-se em teorias que tratam do espaço urbano e seus recortes sociais, com ênfase nas zonas de prostituição, nas condições socioeconômicas vividas por essas mulheres e em como elas compreendem sua própria profissão.

Portanto, foi realizada uma análise dos espaços cotidianos vivenciados nas ruas de Colíder-MT, especialmente nas áreas marcadas por bares, cabarés e boates. O estudo permitiu compreender as estratégias de resistência utilizadas por essas mulheres diante da marginalização social, destacando a dinâmica socioespacial que permeia suas experiências e formas de existência.

## 2 PROSTITUIÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO NO BRASIL

Roberts (1998) esclarece que a origem da prostituição remonta à Mesopotâmia, tendo início com as divindades femininas, especialmente Ishtar, deusa do amor, da sexualidade, da fertilidade e da guerra. Na mitologia mesopotâmica, as deusas eram adoradas e respeitadas, pois, por meio delas, reis e nobres dirigiam-se aos templos sagrados para legitimar seu poder através de rituais sexuais realizados com as sacerdotisas (Roberts, 1998).

A partir desse núcleo de ideias, é importante compreender a perspectiva histórica da prostituição. No Brasil, essa prática começou a se manifestar durante o período colonial, uma vez que os colonizadores, ao chegarem ao território, não traziam suas famílias. Como estratégia de aproximação com os nativos, buscavam atender às suas necessidades sexuais com mulheres indígenas (Ribeiro, 1995).

No início da década de 1850, as primeiras ondas de imigrantes chegaram à cidade do Rio de Janeiro, compostas predominantemente por homens vindos da Itália, Alemanha e Portugal. Com a proibição do tráfico de escravos no século XIX, tornou-se necessário importar imigrantes para suprir a demanda por mão de obra. Com o aumento do número de homens na cidade, houve também um crescimento na procura por mulheres que atendessem aos desejos sexuais desses imigrantes.

Diante dessa crescente demanda e da escassez de mulheres disponíveis para atendê-la, a Coroa Portuguesa passou a negociar a importação de prostitutas da Europa (Cavour, 2011). Assim, consolidou-se um mercado em ascensão da prostituição, composto por escravas, mulheres brasileiras livres e estrangeiras, que logo foram agrupadas em diferentes categorias: as prostitutas aristocráticas, sustentadas principalmente por políticos e fazendeiros; as prostitutas de sobradinho, que atuavam em hotéis e aguardavam clientes nas praças; e as meretrizes que viviam em cortiços e casebres (Priore, 2005).

Embora a prostituição assumia diferentes perspectivas na sociedade, no século XIX, para a Coroa Portuguesa, essa atividade apresentava múltiplas formas. De acordo com Lima (2011), havia uma clara distinção entre mulheres brancas e negras. É importante lembrar que esse período foi marcado pela escravidão no Brasil. Como forma de obter lucro, os senhores forçavam as escravas a se prostituírem e a satisfazer seus desejos sexuais.

É fundamental destacar que, antes de qualquer julgamento, as profissionais do sexo são indivíduos como quaisquer outros, com suas particularidades, necessidades e aspirações, e que buscam respeito, autonomia e inclusão justa na sociedade. Para Comparato (2007), mesmo diante de grandes diferenças culturais ou biológicas, todas as pessoas devem ser tratadas com dignidade.

### **3 ÁREA DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT**

O município de Colíder-MT localiza-se na Mesorregião Norte do estado de Mato Grosso, na região conhecida como Portal da Amazônia, distante a 650 km da capital Cuiabá, nas coordenadas geográficas 10°48'19" Latitude Sul, 55°27'27" Longitude Oeste (IBGE, 2010). A localização de Colíder em relação ao estado de Mato Grosso pode ser observada na Figura 1.

Figura 1: Município de Colíder em relação a Mato Grosso



Fonte: Bernasconi, Abad e Micol, 2008

O município encontra-se em média, a 180 km da divisa com o estado do Pará e abriga uma população de 30.766 habitantes, segundo dados do IBGE (2010). A área urbana do município fica às margens da MT 320 e a 32 km da margem esquerda da BR-163, no Norte mato-grossense.

### 3.1 MATERIAIS E MÉTODOS: A OPERACIONALIDADE TÉCNICA

Segundo Ludke e André (1986), a quali quantitativa envolve a obtenção de dados simbólicos e descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza o processo e o produto, e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

Com base na metodologia adotada, a pesquisa seguiu as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, aplicação de questionários, realização de entrevistas, organização e análise dos dados coletados, além da elaboração de material cartográfico com a delimitação das manchas de prostituição na área urbana de Colíder-MT.

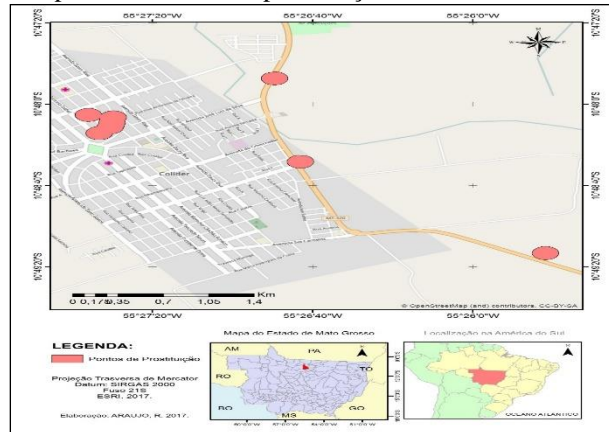
A partir da pesquisa de campo, foram identificadas as manchas de prostituição na área urbana do município. O conceito de “mancha” é proposto pelo antropólogo Magnani (2002) e se mostra relevante para o estudo de fenômenos que se manifestam em espaços urbanos, como é o caso da prostituição.

A aplicação dos questionários ocorreu em dois dias da semana, quinta-feira e sábado, fora do horário de expediente das colaboradoras, e incluiu perguntas abertas e fechadas. Essa etapa permitiu obter uma visão mais precisa da realidade dos espaços frequentados pelas profissionais do sexo, bem como de suas condições socioeconômicas e da percepção que têm sobre a própria profissão.

Os dados obtidos foram analisados e tabulados manualmente. Para a apresentação dos resultados, optou-se pela construção de gráficos. O mapa com a localização das manchas de prostituição na área urbana de Colíder-MT foi elaborado em ambiente virtual (ArcMap GIS 10.1), utilizando-se da base cartográfica

disponível nos sistemas da ESRI. Os pontos foram determinados com base na pesquisa de campo e, posteriormente, lançados sobre a base cartográfica.

Figura 2: Mapa das Manchas de prostituição na área urbana de Colíder-MT



Fonte: ARAUJO, R. 2020

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

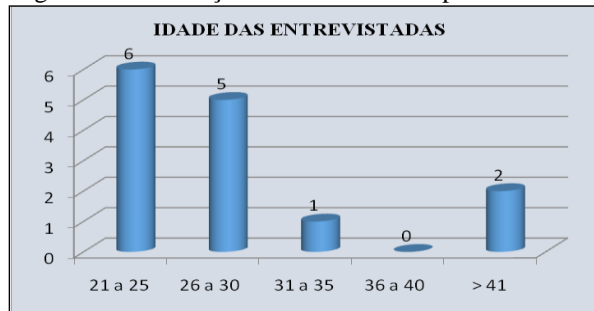
### 4.1 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS PROFISSIONAIS DO SEXO

Esta pesquisa é fruto de investigações realizadas com 14 profissionais e teve como objetivo inicial conhecer as condições de trabalho enfrentadas por essas mulheres, bem como a percepção que possuem sobre a própria profissão. Contudo, contrariando a expectativa descrita por Silva e Sampaio (2014), na realidade investigada, o comportamento das profissionais do sexo mostrou-se distinto: elas se mostraram bastante receptivas e demonstraram abertura para falar tanto sobre suas condições de trabalho, quanto sobre a própria profissão.

Utilizou-se o conceito de “mancha”, oriundo da Antropologia, como base para compreender a dinâmica da prostituição. A mancha pode ser compreendida como áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam, cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando, uma atividade ou prática predominante (Magnani, 2002). Foram identificadas duas manchas que apresentam características específicas da prática da prostituição: o entorno da rodoviária, localizada no centro da cidade, e os bares e boates situados às margens da MT-320.

Em relação à faixa etária das entrevistadas, a Figura 3 apresenta a seguinte distribuição: 43% estão entre 21 e 25 anos; 36% entre 26 e 30 anos; 7% entre 31 e 35 anos; e 14% acima de 41 anos de idade. A análise revela que a maioria das entrevistadas é composta por mulheres jovens. Das 14 participantes, 10 estão na faixa etária entre 21 e 30 anos, uma tem entre 31 e 35 anos e apenas duas têm mais de 41 anos.

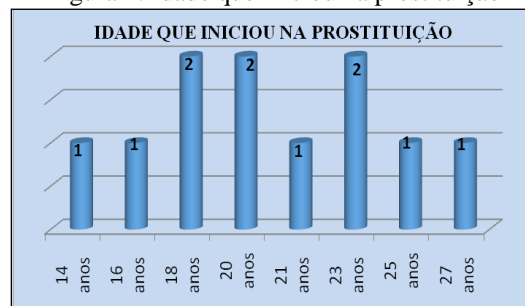
Figura 3: Distribuição das entrevistadas por faixa etária



Fonte: Pesquisa de campo (2020).  
Organização: Paula Kaoma Salvalagio (2020).

Ao serem questionadas sobre a baixa idade, algumas destacaram que, embora jovens, já acumulam ampla experiência na profissão. Isso indica que muitas ingressaram na prostituição ainda muito cedo, o que é confirmado pela Figura 4 (gráfico), que apresenta a idade de início na atividade entre as entrevistadas.

Figura 4: Idade que iniciou na prostituição



Fonte: Pesquisa de campo (2020).  
Organização: Paula Kaoma Salvalagio (2020).

As análises revelaram que a idade de ingresso na prostituição entre as entrevistadas varia entre 14 e 27 anos. De acordo com Ferreira *et al*; (2010), a prostituição não impõe barreiras intelectuais, físicas ou financeiras; não há exigência de pré-requisitos para iniciar nessa prática. Tudo o que é necessário pode ser aprendido na vivência cotidiana. Duas das 14 entrevistadas afirmaram ter começado a se prostituir antes de atingirem a maioridade.

A Figura 5 apresenta a distribuição das entrevistadas quanto ao tempo de atuação na prostituição. Nove delas exercem a atividade há mais de cinco anos. Entre as duas mulheres que informaram ter mais de 41 anos, uma atua como profissional do sexo há 24 anos e a outra há 25 anos. Uma entrevistada declarou estar na profissão há apenas um mês, outra há dois meses, e duas optaram por não responder.

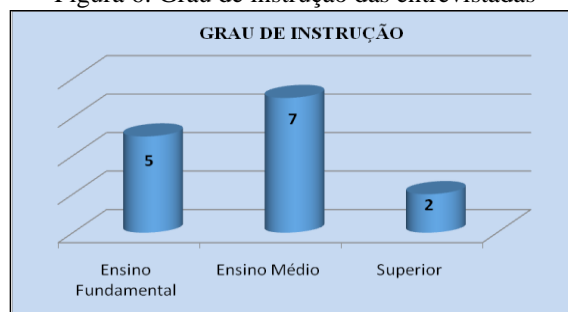
Figura 5: Há quanto tempo trabalha nessa profissão



Fonte: Pesquisa de campo (2020).  
Organização: Paula Kaoma Salvalagio (2020).

Em relação ao grau de escolaridade das entrevistadas, a Figura 6 revela que cinco concluíram o Ensino Fundamental, sete o Ensino Médio e apenas duas têm formação superior, nos cursos de Farmácia e Odontologia. Também foi questionado se já haviam exercido outra profissão além da prostituição: nove responderam afirmativamente, enquanto cinco afirmaram que essa é a única atividade profissional que conhecem.

Figura 6: Grau de instrução das entrevistadas

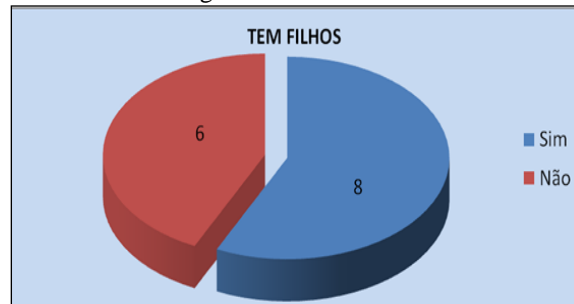


Fonte: Pesquisa de campo (2020).  
Organização: Paula Kaoma Salvalagio (2020).

É importante destacar que, no contexto da prostituição, a formação escolar não possui o mesmo peso que em outras profissões consideradas “normais” pela sociedade. Na visão das entrevistadas, para atuar como profissional do sexo não é necessário apresentar currículo, basta saber praticar o ato sexual. Todavia, “no submundo da prostituição, a remuneração obtida pelas mulheres não está, necessariamente, vinculada ao nível educacional.” (Filho, 2005, p. 47)

Das entrevistadas, apenas 7 relataram ter filhos, conforme apresentado na Figura 08. Todas foram unânimes ao afirmar que o dinheiro obtido é utilizado para o sustento dos filhos e da família. Algumas manifestaram o desejo de oferecer melhores condições de vida para seus filhos e esperam que eles sigam caminhos diferentes. Uma delas relatou: *Não quero essa vida para um filho meu.*

Figura 7: Possui filhos



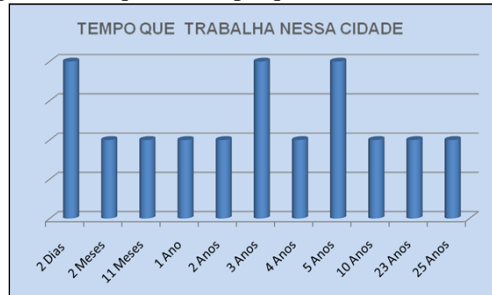
Fonte: Pesquisa de campo (2020).  
Organização: Paula Kaoma Salvalagio (2020).

Das participantes da pesquisa, 64% afirmaram que a família tem conhecimento sobre sua profissão, enquanto 36% relataram que a família não sabe, justificando essa omissão por respeito aos filhos e aos pais. Entre os relatos, destacaram-se frases como: *“Meus pais não ficariam felizes em saber que sou prostituta”*; *“Minha família não me criou para isso”*; *“Não tenho coragem de dizer aos meus filhos sobre o meu trabalho”*. Esses depoimentos evidenciam que, para alguns profissionais do sexo, a prostituição ainda é vista como algo vergonhoso perante a família, gerando receio de rejeição. Por outro lado, aquelas que disseram contar com o conhecimento familiar destacaram o respeito recebido, especialmente por parte de pais e filhos. Entre as declarações positivas, ressaltam-se: *“Minha família me respeita muito”*; *“Minha família sabe do meu trabalho”*; *“É um trabalho como outro qualquer”*.

A pergunta sobre o local de origem das entrevistadas permitiu identificar as cidades onde atualmente residem. Oito moram em Colíder, duas em Sinop, duas em Alta Floresta, e as demais em Nova Mutum e Cuiabá. O local de residência contribuiu para compreender o papel da prostituição como fator de mobilidade espacial, já que nenhuma das entrevistadas é natural de Colíder. Segundo uma entrevistada, há uma preferência por mulheres de outras cidades, pois geralmente residem ou se hospedam no próprio local de trabalho, o que dificulta o exercício da atividade fora do estabelecimento.

Sobre o tempo de atuação na cidade de Colíder-MT, as respostas foram diversas. Um grupo de três mulheres relatou estar na cidade há pouco tempo, duas delas há apenas dois dias e uma há 11 meses. Outras sete mulheres afirmaram exercer a profissão em Colíder entre 1 e 5 anos. Três entrevistadas atuam no município há mais tempo: uma há 10 anos, outra há 23 anos e a terceira há 24 anos, conforme apresentado na Figura 8.

Figura 8: Há quanto tempo que trabalha nessa cidade



Fonte: Pesquisa de campo (2020).  
Organização: Paula Kaoma Salvalagio (2020).

Em relação ao campo de trabalho voltado à prostituição, questionou-se as entrevistadas sobre como avaliam a cidade de Colíder-MT. Do total, 22% consideraram a cidade “excelente”, 57% a classificaram como “boa” e 21% como “regular”. A opção “ruim” não recebeu nenhuma menção, conforme mostra a Figura 9. Assim, Colíder pode ser considerada uma cidade promissora para o exercício da prostituição, já que 79% das entrevistadas a consideram um bom local para a prática dessa atividade.

Figura 9: Para sua profissão a cidade de Colíder-MT pode ser considerada



Fonte: Pesquisa de campo (2020).  
Organização: Paula Kaoma Salvalagio (2020).

Esse cenário pode ser explicado por diversos fatores. Um deles é a presença de muitas fazendas na região. Segundo relataram, os trabalhadores rurais, ao receberem seus salários e virem à cidade, frequentemente buscam satisfazer seus desejos sexuais com essas profissionais. Outro fator relevante é a localização estratégica de Colíder, situada às margens de uma importante via de escoamento rodoviário que conecta diferentes regiões do estado, o que garante à cidade um fluxo constante de caminhoneiros e viajantes.

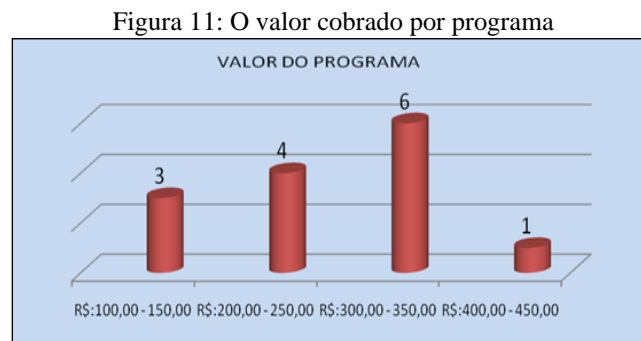
Além disso, há uma clientela fixa e fiel. Algumas entrevistadas relataram ter clientes especiais que as procuram com frequência, incluindo empresários, fazendeiros, políticos e membros da alta sociedade local. A diversidade socioeconômica dos clientes está relacionada às diferentes “manchas” estudadas na pesquisa: a área da rodoviária, por exemplo, é frequentada por homens de menor poder aquisitivo, enquanto

os estabelecimentos localizados às margens da MT-320 recebem clientes com melhores condições financeiras, o que se reflete nos valores mais elevados cobrados pelos programas.

No universo pesquisado, os valores cobrados pelos programas variam entre R\$ 100,00 e R\$ 450,00. Ao analisar a Figura 11, observa-se que o preço do programa está diretamente relacionado ao espaço de atuação. As profissionais que trabalham na chamada “mancha da rodoviária”, composta por pequenos bares, costumam receber menos, valores que, segundo relatos, variam de R\$ 100,00 a R\$ 250,00. No entanto, essa faixa de preço não se aplica a todas as profissionais dessa região. Uma entrevistada relatou: *Tem meninas aqui que se prostituem por R\$ 10,00*.

Dando continuidade à análise, observa-se que as profissionais que atuam em estabelecimentos localizados às margens da MT-320 cobram valores mais elevados, que variam de R\$ 250,00 a R\$ 450,00. Isso indica que o valor do programa está vinculado à infraestrutura dos espaços e à localização dos pontos de prostituição.

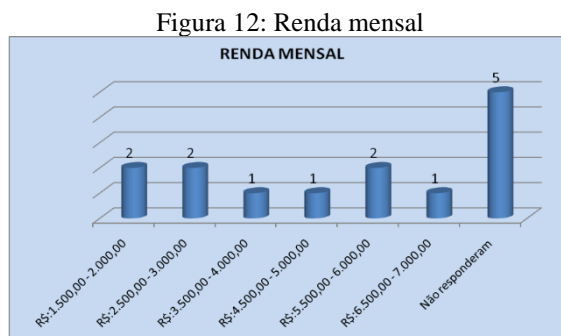
Essas distinções também se refletem no comportamento e na aparência das entrevistadas. As profissionais da MT-320 demonstram maior elegância, utilizam roupas de marca e muitas relataram possuir bens como casas e automóveis. Em contrapartida, as entrevistadas da região da rodoviária apresentam um estilo mais simples e afirmam não possuir bens próprios.



Fonte: Pesquisa de campo (2020).  
Organização: Paula Kaoma Salvalagio (2020).

Quando questionadas sobre o faturamento mensal, as entrevistadas relataram ganhos líquidos que variam entre R\$ 1.500,00 e R\$ 7.000,00. Esses valores foram distribuídos da seguinte forma: duas profissionais afirmaram faturar entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.000,00; outras duas relataram ganhos entre R\$ 2.500,00 e R\$ 3.000,00; uma entrevistada afirmou faturar de R\$ 3.500,00 a R\$ 4.000,00; outra, entre R\$ 4.500,00 e R\$ 5.000,00; duas disseram faturar entre R\$ 5.500,00 e R\$ 6.000,00; e uma afirmou ganhar de R\$ 6.500,00 a R\$ 7.000,00 por mês. Cinco mulheres optaram por não responder à pergunta. É possível que o faturamento de algumas dessas profissionais seja ainda maior, uma vez que, conforme observado na

pesquisa, são justamente aquelas que cobram os valores mais altos pelos programas que preferiram não revelar seus rendimentos. Esses dados estão representados na Figura 12.



Fonte: Pesquisa de campo (2020).  
Organização: Paula Kaoma Salvalagio (2020).

Portanto, as informações apresentadas no texto discutido até aqui resultam de análises realizadas sobre as condições socioeconômicas de 14 profissionais do sexo que atuam na cidade de Colíder-MT. As entrevistadas exercem suas atividades em duas áreas urbanas distintas: cinco delas trabalham na região da rodoviária, localizada no centro da cidade, enquanto as outras nove atuam em estabelecimentos situados às margens da rodovia MT-320. Essas análises contribuíram para desmistificar muitos preconceitos em torno da prostituição, além de possibilitar uma compreensão mais aprofundada sobre essa prática dentro da dinâmica urbana de Colíder-MT. Ao longo do estudo, ficou evidente que a prostituição mantém uma estreita relação com a organização socioespacial da cidade.

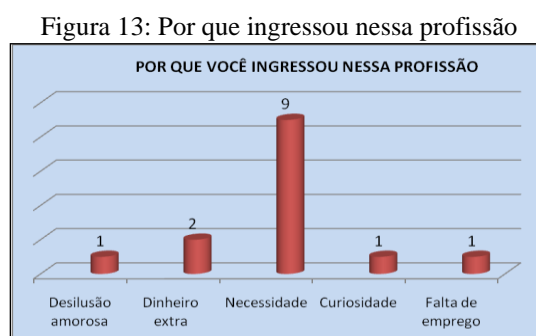
#### 4.2 PROSTITUIÇÃO: A PERCEPÇÃO DAS ENTREVISTADAS EM RELAÇÃO À PROFISSÃO

Muitas vezes, desmistificar a prostituição implica transformar crenças profundamente arraigadas na cultura social. Ainda assim, trata-se de um tema que continua a atrair a atenção de pesquisadores, especialmente porque a prostituição tem ganhado proporções imensuráveis, levando milhares de mulheres a buscarem nessa atividade uma forma de sobrevivência (Soares et al., 2015). Dessa forma, a pesquisa, além de buscar compreender as condições socioeconômicas, também se propôs a entender, de forma eficaz, as vicissitudes de uma das profissões mais antigas da história. Nesse sentido, considerar a percepção de quem vivencia cotidianamente a prostituição é fundamental, uma vez que são essas mulheres o foco central da pesquisa.

Na segunda parte das entrevistas, abordaram-se questões de cunho mais pessoal, que subsidiaram uma compreensão mais aprofundada sobre a percepção das entrevistadas a respeito da prostituição, os motivos que as levaram a ingressar na atividade, as razões para permanecerem na profissão, as situações de

risco enfrentadas, os períodos de maior faturamento, o uso de preservativos e a importância dessa atividade para a cidade de Colíder-MT.

Na questão apresentada na Figura 13, buscou-se identificar os motivos e circunstâncias que levaram as entrevistadas a ingressarem na prostituição. Observa-se que a necessidade foi mencionada por nove delas como o principal. Vale destacar que muitas relataram ter iniciado na prostituição ainda muito jovens; duas, inclusive, antes de completarem a maioridade. Segundo Gomes (1996), a maioria das mulheres que ingressa nessa profissão pertence aos segmentos mais pobres da sociedade.



Fonte: Pesquisa de campo (2020).  
Organização: Paula Kaoma Salvalagio (2020).

Entre os relatos, algumas histórias chamaram a atenção: *Já passei fome na vida; Não tinha nada para comer em casa; As dificuldades eram grandes, ver a família passando necessidade e não poder ajudar; Só entrei, porque era muito pobre, não tinha condições de ter uma vida melhor*".

Dois entrevistadas relataram ter iniciado na prostituição em busca de uma renda extra: *O que eu ganhava na época não dava para me sustentar, era difícil arrumar serviço, não tinha estudo, o jeito foi me prostituir; Precisava arrumar dinheiro rápido, as condições eram difíceis, entrei nesse mundo e estou até hoje*. Uma das participantes mencionou que uma desilusão amorosa foi o motivo que a levou à prostituição. Ela narrou: *Quando jovem fui abandonada por uma pessoa e me desiludi de tudo, acabei buscando refúgio na prostituição*.

Outra participante afirmou ter começado por curiosidade: *Tinha muita curiosidade de conhecer esse mundo, despertava algo em mim; decidi iniciar, gostei e não parei mai*". Houve ainda quem relatasse ter ingressado e permanecido na atividade por falta de oportunidades de emprego.

Diante das diversas respostas obtidas na pergunta anterior, procurou-se saber das entrevistadas porque ainda atuam nessa profissão. Sete respostas citaram o dinheiro como o principal motivador para permanecer. O prazer recebeu 4 menções, duas entrevistadas afirmam permanecer nessa profissão porque gosta e uma menciona a diversão como responsável por mantê-la na prostituição. Das 14 mulheres pesquisadas sete continuam na prostituição não apenas pelo dinheiro, mais porque sentem prazer, se

divertem e porque gostam do que fazem. Essas respostas foram mencionadas principalmente pelas entrevistadas que não possuem filhos, apenas uma mãe afirma que continua por prazer,

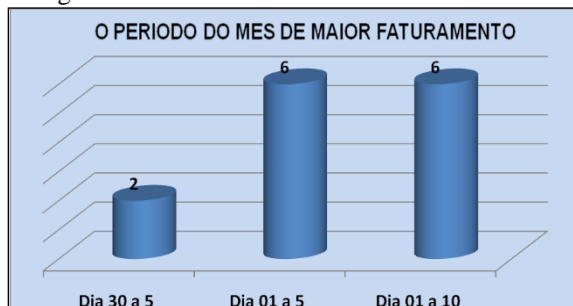
Também buscou-se compreender de que modo a violência física, moral, simbólica e sexual é enfrentada por essas mulheres em Colíder-MT. Buscou-se subsídio em Severino (2004), a autora menciona que a Violência e a prostituição são fenômenos indissociáveis.

Em consenso com a ideia de Severino (2004), das 14 inquiridas, 10 afirmaram já ter enfrentado algumas situações de perigo, outras quatro afirmaram que não. Seis entrevistadas narraram que já sofreram agressões físicas, e quatro afirmaram que sofrem constantemente algum tipo de ameaças. Narrativas: *Já fui agredida por clientes, por não querer fazer o que ele queria; Alguns clientes acham porque estão pagando são donos chegam a agredir; Alguns clientes não aceita que atendemos outros, querem exclusividade e por isso agredem; Eu tive um cliente que começou me agredir, quando resolvi não atendê-lo mais, ele começou-me a ameaçar de morte; Na prostituição encontramos de tudo, alguns sentem prazer em nos bater e ameaçar; Sai de minha cidade por ameaça de um cliente.*

Ao considerar a percepção das profissionais do sexo que atuam na cidade de Colíder-MT, sobre as condições de trabalho enfrentadas, percebe-se que 12 respostas consideraram as condições de trabalho adequadas para desenvolver suas atividades, apenas duas respostas frisam ser as condições de trabalho inadequadas, elas foram proferidas por duas entrevistadas que trabalham na região da rodoviária. As profissionais que trabalham nos estabelecimentos as margens da MT 320, consideram as condições de trabalho adequadas, haja vista que elas têm a sua disposição apartamentos com boa infraestrutura camas, ar-condicionados. As respondentes que afirmaram não serem adequadas às condições de trabalho, afirmaram: *Durante o dia o calor é insuportável, os apartamentos não possuem ar-condicionados, os banheiros são precários; Já trabalhei em lugar melhor, o ambiente é feio e mal arrumado.*

Foi questionado qual o período do mês de maior faturamento, duas respostas citaram o período do dia 30 ao dia 05 do mês, seis profissionais faturam mais durante o dia 01 ao dia 05 do mês e seis afirmaram que do dia 01 ao dia 10 do mês o faturamento é maior, conforme a Figura 14. Este fato mantém estreita relação com a dinâmica econômica do município, pois é possível perceber que o comércio em geral é aquecido no início do mês, devido ao dinheiro que é injetado na econômica por meio do recebimento dos salários dos trabalhadores locais.

Figura 14: Período do mês de maior faturamento



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Organização: Paula Kaoma Salvalagio (2020).

Perguntou-se as profissionais do sexo em quais dias da semana o movimento é maior. Os dias que receberam maiores destaques foram sexta-feira com cinco menções, sábado com quatro, quinta com três e segunda com duas, respectivamente. Isso, não quer dizer que nos outros dias da semana esses ambientes não são frequentados, a pergunta procurou saber o dia de maior movimento.

Questionaram-se algumas das entrevistadas sobre o baixo movimento nos dias de domingo, relataram: *É o dia dos homens saírem com a família, pois tenho vários clientes cassados; O domingo é mais parado, já os outros dias é mais tranquilo, pois os clientes inventam uma mentira qualquer como jogar “bola” para escapar da esposa; A partir de quinta-feira o movimento começa a melhorar, por que se aproxima do final de semana.* Sobre as respondentes que citaram a segunda-feira, uma relatou: *Muitos homens preferem à segunda, principalmente os casados, porque suas mulheres pensam que estão no trabalho até mais tarde, sempre a segunda é o dia mais corrido.*

Uma das questões contidas no questionário da entrevista foi inerente aos desafios enfrentados pelas profissionais do sexo, pois como foi demonstrado em várias partes do texto esses são muitos e variados, podendo chegar até em agressões físicas e ameaças de morte. Cunha (s. d) menciona que a violência física e psicológica é presença constante na vida das prostitutas e se expressa nas relações com clientes, gerentes dos estabelecimentos e entre elas mesmas. Assim, as doenças sexualmente transmissíveis figuram-se como o maior desafio, citado por sete entrevistadas, relacionar com desconhecido recebeu cinco menções e o desrespeito foi mencionado por duas mulheres. Aludi-se que as profissionais do sexo envolvidas na pesquisa se preocupam com as (DSTs) Doenças Sexualmente Transmissíveis, isso leva a entender que elas adotam medidas e métodos de prevenção, haja vista que, muitas pesquisas realizadas no Brasil dão conta que, o uso de preservativos com os clientes ainda não é prática natural ((Cunha, s.d).

Nas respostas, sobre os maiores desafios enfrentados pelas entrevistadas percebe-se, que a prostituição acaba por torná-las vulneráveis diante de variadas circunstâncias, o relacionamento com desconhecidos pode ser um fator de vulnerabilidade, pois cinco mulheres o colocam como o principal desafio da profissão. O desrespeito enfrentado na prostituição também se configura como um grande

desafio, pois a própria sociedade ainda mantém estigmas enraizados de preconceitos sobre essa profissão. De acordo com Saraiva (2013), as prostitutas merecem respeito, pois são seres humanos como os demais e se dedicam a atividade cuja necessidade é comprovada pela sua própria longevidade.

Portanto, nessa parte do trabalho procurou-se sistematizar a percepção das entrevistadas sobre a prostituição, uma vez que esse universo é abarcado por curiosidades, estereótipos e preconceitos. Espera-se com essa discussão levar a sociedade especialmente a acadêmica refletir sobre o papel dessas profissionais na configuração socioespacial de um determinado lugar. Assim, reforça-se o papel da universidade não é apenas em construir conhecimento, mas também proporcionar transformação e mudanças de atitudes individuais e coletivas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da prostituição constitui uma tarefa árdua, tema este já discutido por inúmeros estudiosos de diferentes áreas do conhecimento. No entanto, o foco da presente pesquisa é abordar a temática no âmbito da Geografia. Inicialmente, buscou-se compreender o percurso histórico da prostituição e as formas pelas quais foi tratada ao longo do tempo. A análise volta-se especificamente ao município de Colíder-MT, considerando a prostituição como agente contribuinte na dinâmica e na configuração do espaço geográfico.

No caso de Colíder-MT, a prostituição não se diferencia substancialmente do que ocorre em outros contextos, sendo ainda considerada, por grande parte da sociedade, como um trabalho “anormal”. O processo histórico de constituição do município, somado à sua atual estrutura urbana, permite observar a espacialidade dessa atividade em diferentes pontos do território, manifestando-se tanto em áreas privadas quanto em espaços públicos. Esses locais, ocupados e ressignificados, configuram-se como territórios que possuem diferentes significados, singularidades e escalas.

A partir da Geografia, torna-se possível compreender o lugar e a espacialidade da prostituição. Como afirma Santos (2008, p. 67), “Sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial”. Nesse sentido, observa-se que os territórios da prostituição acompanham a dinâmica da cidade, podendo tanto se expandir quanto se fragmentar.

Atualmente, em Colíder-MT, esses territórios se estabelecem em diferentes contextos. Em áreas privadas, destacam-se boates, lanchonetes e residências; já em espaços públicos, a prostituição concentra-se principalmente no entorno da rodoviária, em vias e ruas específicas.

Considera-se, portanto, que a prostituição, mesmo sendo historicamente vista como uma atividade marginalizada pela sociedade, constitui parte integrante da dinâmica espacial urbana. Insere-se, assim, na análise geográfica como prática social que se manifesta em diferentes escalas e territorialidades, revelando-se como componente significativo da produção do espaço.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à Análise do Pensamento Geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANJOS JÚNIOR. Carlos Silveira Versiano dos. **A serpente domada**: um estudo sobre a prostituição de baixo meretrício. Brasília: UNB, 1980 (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais), mimeo.
- BARROS, S. A. L. **Que recorte territorial podemos chamar de bairro? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife**. Revista de Urbanismo, Santiago de Chile, n. 9, mar. 2004. Disponível em: Acesso em: 03 out. 2016.
- BERNASCONI, Paula; ABAD Ricardo; MICOL Laurent. **Diagnóstico da Cobertura e Uso do Solo e das Áreas de Preservação Permanente Município de Colíder – MT**. Julho 2008. Bertrand Brasil, 1995. p. 78-88
- BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil - promulgada em 5 de outubro de 1988**: atualizada até a Emenda Constitucional de n. 46 e 47. São Paulo: Editora Rideel, 2005.
- BRITO, Marcio Roberto Andrade. **Prostituição No Brasil e Inclusão Social**. Uma análise do Projeto de Lei Nº. 98, de 2003, sob o aspecto constitucional. 2008.
- CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. (Repensando a Geografia). 8 ed. 1º reimpressão- São Paulo: Contexto 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na Metrópole**: A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CAVOUR, Renata Casemiro. **Mulheres de Família**: Papeis e Identidades da Prostituta no Contexto Familiar. Rio de Janeiro 2011.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. **Prostituição – corpo como mercadoria**. In: *Mente & Cérebro – Sexo*, v.4 (edição especial), dez 2008.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P. C. dá C.; CORRÊA, R.L. (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CRUZ, M. C. **O conceito de formação espacial**: Sua gênese e contribuição para a Geografia. In: *GEOgraphia*, Ano V Nº 9, p.67-83, 2003.
- CUNHA, Lúcia Alves da. **Mulheres em Situação de Prostituição**: Um Desafio à Inclusão. Belo Horizonte. (S/A)
- DEL PRIORE, Mary. **O amor em terras brasileiras**. História do amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2005.

- DENZIN, N. K. & Lincoln, Y. S. (Orgs.) (1994). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage.
- DIMENSTEIN, G. **Meninas da noite: a prostituição das meninas escravas no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.
- FERREIRA *et al.* **Prostituição: opção ou determinação social?** São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/20encontro/downloads/artigos/ISABEL\\_BERNARDES\\_FERREIRA\\_e\\_MAYRA\\_CARDOSO\\_PEREIRA.pdf](http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/20encontro/downloads/artigos/ISABEL_BERNARDES_FERREIRA_e_MAYRA_CARDOSO_PEREIRA.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2016.
- FILHO, Nielson José Alves. **Levantamento dos Fatores Sócio-econômicos Determinantes da Prostituição Feminina em Salvador – Bahia**. Salvador, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. VolII, II e III. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guillon Albuquerque. RJ: Edições Graal, 1993.
- FRANÇA, G. V. **Prostituição: um enfoque políticosocial**. *Femina*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 145-148, 2012. Disponível em: <<http://www.derechocambiosocial.com/revista029/Prostitui%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 03 out 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GOMES, R. **O corpo na rua e o corpo da rua: a prostituição infantil feminina em questão**. São Paulo: Unimarco, 1996. P.127-139: Ambiente de pobreza: espaço de exclusão social.
- GRAVE, Paulo. S; MENDES, Ariston A. **Pensamento Estratégico Contemporâneo: Possíveis fundamentos antigos da estratégia como uma medida administrativa atual ou em busca ao elo perdido?**. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2001/ESO/2001\\_ESO1049.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2001/ESO/2001_ESO1049.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2016.
- HEIWATER, Jamake. **Mito e sexualidade**. Tradução de João Alves dos Santos. – 1. ed. – São Paulo: Saraiva, 1992.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://loja.ibge.gov.br/estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas-2014.html>>. Acesso em: 05 nov. 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/diretorias.shtm>>. Acesso em: 05 nov. 2016.
- LAGENEST, J. P. **Mulheres de leilão: um estudo da prostituição**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações sociais**. In: Martins, J. de S. e Foracchi, M. M. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LIMA, Tatiane Michele M. de. **A Prostituição Feminina no Brasil**. “Da questão de polícia” à conquista de direitos. Recife, 2011.

LUDKE, M. André, A. D. E. M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Temas básicos de Educação e Ensino.

MAGNANI, J. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2002.

MATOS, R.B. RIBEIRO, M.A.C. **Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro**. RJ, 1995.

MEC/INEP/SEDUC-MT\_ **Censo Escolar**. Matrículas, 2013. Disponível em:<<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/censo-escolar-indicadores.aspx>>. Acesso em: 05 out. 2016.

MORAES, I. N; AMATO, A. C. M. **metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo, Roca, 2006.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico, 2º Ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, de siloé. **Quem foram eles**. 1º ed. COPYRIGHT. © 2007.

PARKER, R.; BASTOS, C. **A Aids no Brasil 1982-1992**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

PINHEIRO, Veralúcia. **Socialização, Violência e Prostituição**. (Tese de Doutorado). Universidade estadual de campinas faculdade de educação. São Paulo. 2006.

PRESTE, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3. ed. 1. Reimp. – São Paulo: Rêspel, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 1998.

ROSSIAUD, J. **A prostituição na Idade Média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao lugar**. São Paulo: USP, 2008.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: A formação social como teoria e como método, Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.

SANTOS, Milton. **“A Natureza do espaço”**. São Paulo: EDUSP, 1996. pp. 103-110.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Adriano Pereira dos e colaboradores. **Projeto NASF: Núcleo de Atendimento à Saúde da Família.** Colíder, 2016.

SARAIVA, Welligton. **Temas de Direito explicados para o cidadão.** 2013. Disponível em: <<https://wsaraiva.com/2013/08/05/prostituicao-crime-profissao-regulamentada/>> blog. Acesso em: 05 out. 2016.

SEVERINO, S. E. F. **Memória da morte, memória da exclusão:** prostituição, inclusão marginal e cidadania. Ed. EDUL. Brasil. 2004.

SILVA, F. R.; SAMPAIO, S. F. **Prostituição:** Sexo e Mercadoria. Editorial. Márcia Siqueira de Carvalho. Geografia (Londrina) Revista do Programa de Pós- Graduação em Geografia v. 23, n. 1. p. 85 – 105, jan/jun, 2014.

SILVA, Sueli Santos da. **MILTON SANTOS:** Concepções de geografia, espaço e território, 2009.

SILVA, Tatiana R. R. **Prazer e Violência no âmbito da Prostituição Feminina em São Luís (a defender).** 2005. 98 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2005.

SOARES, S. F. J; SANTOS, C. L; CARDOSO, P. J; NEVES, L; BATISTA, C. E. **A Prostituição Como Profissão:** Uma Análise Sob a Ótica das Profissionais do Sexo. Revista Saberes, Faculdade São Paulo – FSP, 2015. Rev. Saberes, Rolim de Moura, vol. 3, n. 2, jul./dez., p. 63-75, 2015. ISSN: 2358-0909


SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. dá C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

WAGNER, D; SANTIN, A. M. **Uma questão de direitos:** legislação trabalhista para prostituição. Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). (S/A).

**INTERVALOS, DESCANSO SEMANAL REMUNERADO, FÉRIAS E DIREITO À  
DESCONEXÃO NO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO**

**WORK BREAKS, WEEKLY PAID REST, VACATION AND THE RIGHT TO DISCONNECT IN  
BRAZILIAN LABOR LAW**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-022>

**Gabriel Maçalai**

Doutor em Direito

Instituto Federal Farroupilha – IFFar

E-mail: [gabriel.macalai@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabriel.macalai@iffarroupilha.edu.br)

**RESUMO**

O presente estudo examina os principais institutos de proteção ao descanso do trabalhador no direito do trabalho brasileiro, com ênfase nos intervalos intrajornada e interjornada, no descanso semanal remunerado, nas férias e no direito à desconexão. Trata-se de pesquisa teórica, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da análise da Constituição da República, da Consolidação das Leis do Trabalho, da Lei nº 605/1949, do Decreto nº 27.048/1949, da doutrina trabalhista contemporânea e de materiais institucionais do Tribunal Superior do Trabalho e da Câmara dos Deputados. O objetivo consiste em demonstrar que o tempo de descanso não representa simples interrupção da prestação laboral, mas elemento essencial à tutela da saúde, da dignidade e da própria limitação jurídica do poder empregatício. Os resultados indicam que a legislação brasileira estabelece padrões mínimos de pausa durante a jornada, entre jornadas e ao longo da semana, além de assegurar férias anuais remuneradas com acréscimo constitucional. Também se verificou que o direito à desconexão, embora ainda não possua disciplina geral expressa na CLT com essa denominação, já se apresenta como tema relevante no debate doutrinário e legislativo, especialmente no contexto do teletrabalho e da hiperconexão digital. Conclui-se que os mecanismos de descanso ocupam posição central na efetividade dos direitos fundamentais trabalhistas e na preservação da saúde física e mental do trabalhador.

**Palavras-chave:** Intervalos; Descanso semanal remunerado; Férias; Direito à desconexão; Direito do trabalho.

**ABSTRACT**

This study examines the main legal mechanisms aimed at protecting workers' rest in Brazilian labor law, with emphasis on intra-shift and inter-shift breaks, weekly paid rest, annual vacation and the right to disconnect. It is a theoretical, bibliographical and documentary research based on the analysis of the Federal

Constitution, the Consolidation of Labor Laws, Law No. 605/1949, Decree No. 27.048/1949, contemporary labor law doctrine, and institutional materials from the Superior Labor Court and the Chamber of Deputies. The objective is to demonstrate that rest time is not a mere interruption of labor, but an essential element for protecting health, dignity and the legal limitation of employer power. The findings indicate that Brazilian legislation establishes minimum standards for breaks during the workday, between workdays and throughout the week, in addition to guaranteeing paid annual vacation with a constitutional bonus. It was also found that the right to disconnect, although not yet expressly and generally regulated in the CLT under that terminology, has become a relevant topic in doctrinal and legislative debate, especially in the context of telework and digital hyperconnectivity. It is concluded that rest-related mechanisms occupy a central place in the effectiveness of fundamental labor rights and in the preservation of workers' physical and mental health.

**Keywords:** Work breaks; Weekly paid rest; Vacation; Right to disconnect; Labor law.

## 1 INTRODUÇÃO

O tempo de descanso do trabalhador integra o núcleo essencial da proteção jurídica conferida pelo direito do trabalho. A limitação da jornada não se exaure na fixação de horas máximas de labor, mas se projeta também sobre os períodos de pausa, repouso e afastamento remunerado, que visam preservar a saúde, a segurança, a convivência familiar e a dignidade de quem trabalha. Nesse sentido, intervalos, descanso semanal remunerado e férias não configuram mera liberalidade patronal, mas direitos assegurados pela Constituição e pela legislação infraconstitucional (Brasil, 1988; Brasil, 1943; Brasil, 1949).

A doutrina trabalhista observa que os intervalos e os descansos possuem função higiênica, fisiológica e social, porque permitem ao empregado recompor energias, alimentar-se, conviver fora do ambiente laboral e reduzir os efeitos deletérios da sobrecarga de trabalho. Leite (2022) e Romar (2018) destacam que tais mecanismos não protegem apenas a pessoa do trabalhador isoladamente considerada, mas também a regularidade e a legitimidade da própria relação de emprego.

Nos últimos anos, a discussão sobre descanso ganhou nova dimensão com a expansão do trabalho mediado por tecnologias digitais. O problema deixou de se restringir aos intervalos clássicos e passou a abranger a possibilidade de o trabalhador efetivamente se desvincular das demandas profissionais fora da jornada. É nesse contexto que o chamado direito à desconexão passou a ganhar relevo doutrinário e legislativo, especialmente em debates ligados ao teletrabalho, à hiperconexão e à saúde mental do trabalhador (Siqueira; Carvalhido; Guerra, 2022).

O presente estudo tem por objetivo analisar os intervalos intrajornada e interjornada, o descanso semanal remunerado, as férias e o direito à desconexão, evidenciando seus fundamentos legais, seus contornos práticos e sua importância no sistema brasileiro de tutela do trabalho.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Foram examinadas obras doutrinárias de direito do trabalho, a Constituição da República, a Consolidação das Leis do Trabalho, a Lei nº 605/1949, o Decreto nº 27.048/1949, materiais institucionais do Tribunal Superior do Trabalho e documentos legislativos da Câmara dos Deputados. A análise teve caráter descritivo e interpretativo, buscando identificar os fundamentos normativos dos institutos estudados, suas principais alterações recentes e seus efeitos práticos sobre a proteção do trabalhador.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os intervalos intrajornada correspondem às pausas concedidas durante a própria jornada de trabalho. Sua finalidade principal é permitir repouso, alimentação e recomposição física e mental do empregado. A regra geral está no art. 71 da CLT: em trabalho contínuo superior a seis horas, é obrigatória a concessão de intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, uma hora e, salvo acordo escrito ou negociação coletiva em hipóteses legais, não superior a duas horas; nas jornadas superiores a quatro e não excedentes de seis horas, o intervalo mínimo é de quinze minutos. Para jornadas de até quatro horas, não há obrigatoriedade legal de intervalo intrajornada para repouso e alimentação (Brasil, 1943; Romar, 2018; Leite, 2022).

A redação atual do § 4º do art. 71 da CLT, dada pela Lei nº 13.467/2017, alterou significativamente a consequência jurídica da supressão do intervalo intrajornada. Atualmente, a não concessão ou a concessão parcial do intervalo mínimo implica o pagamento, com natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. Trata-se de mudança importante em relação ao entendimento anterior, que admitia o pagamento integral do período mínimo de intervalo (Brasil, 2017).

Tabela 1. Regras gerais do intervalo intrajornada

<b>Jornada diária</b>	<b>Intervalo mínimo</b>
Até 4 horas	Sem obrigatoriedade legal de intervalo para repouso e alimentação
Superior a 4 horas e até 6 horas	15 minutos
Superior a 6 horas	1 hora, podendo alcançar até 2 horas, observada a lei e a negociação coletiva

Fonte: Elaborado com base no art. 71 da CLT.

Além da regra geral de repouso e alimentação, a legislação prevê pausas especiais computadas na jornada em situações específicas, como nos serviços de mecanografia, no trabalho em câmaras frias, em minas de subsolo, em determinadas atividades de telefonia e radiotelefonia e nos descansos para amamentação previstos no art. 396 da CLT. No caso da amamentação, a empregada tem direito a dois descansos especiais de meia hora cada um até que a criança complete seis meses de idade, inclusive se advinda de adoção, admitida ampliação conforme a necessidade de saúde da criança (Brasil, 1943; Romar, 2018).

É importante registrar que o antigo intervalo de quinze minutos antes do início do período extraordinário para a mulher, previsto no art. 384 da CLT, não integra mais a disciplina vigente para fatos posteriores à Reforma Trabalhista, porque o dispositivo foi revogado pela Lei nº 13.467/2017. A jurisprudência trabalhista continua reconhecendo sua aplicação apenas a situações anteriores à revogação, quando cabível (Brasil, 2017).

Os intervalos interjornadas, por sua vez, operam entre o término de uma jornada e o início da seguinte. A regra geral do art. 66 da CLT exige período mínimo de onze horas consecutivas de descanso entre duas jornadas. A finalidade é clara: assegurar recuperação física, convívio social e tempo efetivo de repouso diário. Também aqui o desrespeito ao intervalo compromete a higidez do regime de duração do trabalho e enseja repercussões jurídicas, inclusive remuneratórias, conforme a disciplina jurisprudencial e legal aplicável (Brasil, 1943; Romar, 2018).

O descanso semanal remunerado consiste em período de vinte e quatro horas consecutivas de repouso, preferencialmente aos domingos. Esse direito encontra fundamento no art. 7º, XV, da Constituição da República, no art. 67 da CLT e na Lei nº 605/1949, regulamentada pelo Decreto nº 27.048/1949. O sistema jurídico brasileiro, portanto, não apenas garante um dia semanal de descanso, mas assegura que esse repouso seja remunerado, desde que observados os requisitos legais, inclusive quanto à assiduidade do empregado (Brasil, 1988; Brasil, 1943; Brasil, 1949).

Quando há trabalho em domingos ou feriados sem a devida compensação, a remuneração correspondente deve ser paga em dobro, conforme a Súmula nº 146 do Tribunal Superior do Trabalho. A jurisprudência e os materiais institucionais do TST reiteram que o descanso semanal remunerado é de vinte e quatro horas consecutivas e que seu descumprimento não pode ser absorvido por simples prolongamento ordinário da jornada (Tribunal Superior do Trabalho, 2018).

As férias anuais remuneradas constituem outro eixo central da tutela do descanso. O art. 7º, XVII, da Constituição assegura o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal. A disciplina infraconstitucional está principalmente na CLT, que organiza o direito em torno de período aquisitivo, período concessivo, comunicação, fracionamento, pagamento e hipóteses de perda do direito (Brasil, 1988; Brasil, 1943; Romar, 2018).

O período aquisitivo corresponde, em regra, a doze meses de vigência do contrato de trabalho. Após esse lapso, o empregado adquire direito às férias. A CLT também delimita hipóteses excepcionais em que o empregado não terá direito às férias no curso do período aquisitivo, como nos casos do art. 133, e fixa, no art. 130, a duração das férias conforme a assiduidade do trabalhador. A regra geral é de trinta dias corridos, podendo haver redução em razão do número de faltas injustificadas (Brasil, 1943; Romar, 2018).

Tabela 2. Duração das férias conforme o número de faltas injustificadas

<b>Faltas injustificadas no período aquisitivo</b>	<b>Duração das férias</b>
Até 5 faltas	30 dias corridos
De 6 a 14 faltas	24 dias corridos
De 15 a 23 faltas	18 dias corridos
De 24 a 32 faltas	12 dias corridos

Fonte: Elaborado com base no art. 130 da CLT.

O período concessivo corresponde aos doze meses subsequentes à aquisição do direito. Em regra, a época das férias é fixada pelo empregador, dentro desse prazo legal. A comunicação da concessão deve ser feita por escrito com antecedência mínima de trinta dias, e o início das férias não pode ocorrer no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado. Além disso, desde a Reforma Trabalhista, as férias podem ser usufruídas em até três períodos, desde que haja concordância do empregado, sendo que um deles não pode ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não podem ser inferiores a cinco dias corridos cada um (Brasil, 1943; Brasil, 2017).

Se as férias forem concedidas após o período concessivo, o art. 137 da CLT impõe o pagamento em dobro da respectiva remuneração. Diversa é a situação do mero atraso no pagamento das férias antes do início do gozo: embora o art. 145 da CLT exija que a remuneração das férias e, se for o caso, o abono, sejam pagos até dois dias antes do início do respectivo período, o Supremo Tribunal Federal invalidou a Súmula 450 do TST, afastando a automática incidência da dobra com base apenas nesse atraso de pagamento (Brasil, 1943; Supremo Tribunal Federal, 2022).

A remuneração das férias corresponde, em regra, ao valor que o empregado receberia se estivesse em serviço, acrescido do terço constitucional. Esse adicional não deve ser tratado apenas como complemento financeiro eventual, mas como reforço constitucional ao descanso anual. O pagamento deve ocorrer antes do início do gozo, justamente para viabilizar o efetivo usufruto do período de descanso pelo trabalhador (Brasil, 1988; Tribunal Superior do Trabalho, 2025).

No caso de extinção do contrato antes de completado novo período aquisitivo, a jurisprudência e os materiais institucionais do TST reiteram o direito às férias proporcionais, calculadas à razão de um doze avos por mês trabalhado ou fração superior a quatorze dias, observadas as hipóteses legais de exclusão (Tribunal Superior do Trabalho, 2025).

O direito à desconexão, por sua vez, emerge como desdobramento contemporâneo da proteção ao descanso. Embora a CLT ainda não contenha disciplina geral expressa com essa nomenclatura, a doutrina recente destaca que a hiperconexão digital compromete os tempos de repouso, lazer e vida privada, especialmente em modalidades de teletrabalho e trabalho remoto. Nesse contexto, o tema se relaciona diretamente à saúde mental, ao estresse ocupacional e ao risco de esvaziamento prático dos limites de jornada (Siqueira; Carvalhido; Guerra, 2022).

No plano legislativo, o Projeto de Lei nº 4.579/2023 propõe inserir na CLT o direito de desconexão para empregados que realizam atividades a distância ou em regime de teletrabalho. Segundo a ficha de tramitação da Câmara dos Deputados, em abril de 2026 o projeto permanece apensado ao PL nº 4.931/2020, aguardando andamento na Comissão de Trabalho, dentro do conjunto de proposições ligadas ao tema do teletrabalho e da desconexão laboral (Brasil, 2023).

A análise conjunta desses institutos demonstra que o descanso do trabalhador não pode ser compreendido como simples “tempo sem trabalho”. Ao contrário, ele é parte estrutural da própria disciplina jurídica do labor subordinado. Intervalos, repouso semanal, férias e desconexão limitam o exercício do poder empregatício, preservam a saúde do empregado e concretizam direitos fundamentais vinculados à dignidade da pessoa humana e ao valor social do trabalho (Brasil, 1988; Leite, 2022; Romar, 2018).

#### 4 CONCLUSÃO

Os institutos do intervalo intrajornada, do intervalo interjornada, do descanso semanal remunerado e das férias demonstram que o direito do trabalho não tutela apenas o tempo de prestação de serviços, mas também, de modo decisivo, o tempo de descanso do trabalhador. A proteção jurídica do repouso se conecta diretamente à saúde, à segurança, à dignidade e à limitação do poder de organização do empregador.

O estudo evidenciou que a disciplina legal brasileira estabelece padrões mínimos claros: pausas durante a jornada, intervalo entre jornadas, repouso semanal de vinte e quatro horas consecutivas, férias anuais remuneradas com terço constitucional e regras específicas para concessão, fracionamento e pagamento. Também se observou que algumas normas foram alteradas ao longo do tempo, como ocorreu com a supressão do intervalo intrajornada, cuja consequência hoje possui natureza indenizatória e incide apenas sobre o período suprimido, e com a revogação do art. 384 da CLT.

Por fim, verificou-se que o direito à desconexão se tornou tema incontornável na contemporaneidade. Ainda que sua regulamentação geral não tenha sido incorporada expressamente à CLT, a doutrina e o debate legislativo mostram que a proteção ao descanso não pode mais ser pensada apenas em termos analógicos ao trabalho presencial tradicional. Em um ambiente marcado pela conectividade permanente, proteger o descanso significa também proteger o direito de o trabalhador não permanecer indefinidamente disponível ao trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 1943. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm). Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949**. Dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos. Brasília, DF: Presidência da República, 1949. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10605.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10605.htm). Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949**. Aprova o regulamento da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos. Brasília, DF: Presidência da República, 1949. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D27048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D27048.htm). Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 4579/2023**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o direito à desconexão do trabalho dos empregados que realizam atividades à distância ou em regime de teletrabalho, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2389144>. Acesso em: 12 abr. 2026.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 14. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SIQUEIRA, Renata Santos Rodrigues; CARVALHIDO, Aline Carneiro Magalhães; GUERRA, Roberta Freitas. Teletrabalho e o direito à desconexão: uma análise à luz da saúde do trabalhador. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Porto Alegre, v. 88, n. 4, p. 69-86, out./dez. 2022.


SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (Brasil). **Supremo invalida súmula do TST que prevê pagamento em dobro por atraso na remuneração de férias**. Brasília, DF, 12 ago. 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=492245&ori=1>. Acesso em: 12 abr. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (Brasil). **Direito garantido: descanso semanal remunerado**. Brasília, DF, 9 abr. 2018. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/direito-garantido-descanso-semanal-remunerado>. Acesso em: 12 abr. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (Brasil). **Férias:** direito garantido por lei, mas ainda desrespeitado. Brasília, DF, 7 jul. 2025. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/f%C3%A9rias-direito-garantido-por-lei-mas-ainda-desrespeitado>. Acesso em: 12 abr. 2026.

**CINEMA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA FRONTEIRA SUL: A LUTA PELA TERRA COMO ENQUADRAMENTO CENTRAL**

**CINEMA AND SOCIAL MOBILIZATION ON THE SOUTH BORDER: THE FIGHT FOR LAND AS A CENTRAL FRAMEWORK**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-023>

**Ernoi Luiz Matielo**

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Bolsista CAPES  
E-mail: ernoy4@hotmail.com

**Humberto José da Rocha**

Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS)  
E-mail: humberto.rocha@uffs.edu.br

**RESUMO**

Este trabalho parte de um projeto de Doutorado, oferecendo um diálogo entre os conceitos que integram o cinema e a linguagem audiovisual, remasterizando a teoria do *Frame* e *Máster Frame* e Ciclos de Protestos sob o Quadro Mestre da luta pela terra. Tem como objeto de pesquisa os Movimentos Sociais no Sul do Brasil, estabelecendo como marco temporal aproximado o período entre 1985 e 2000. Metodologicamente o trabalho guia-se-á pela pesquisa bibliográfica e documental a partir de registros oficiais e história oral referencial. Direciona-se sob a perspectiva da Análise Fílmica e pela História e Teoria dos Movimentos Sociais, norteado pelo gênero historiográfico da micro-história, em uma análise sugerida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, no contexto das mobilizações na Região de Fronteiras Sul-Brasileiras.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Enquadramento Central; Cinema Social; Articulação e Luta.

**ABSTRACT**

This work is part of a PhD project, offering a dialogue between the concepts that integrate cinema and audiovisual language, remastering the theory of Frame and Master Frame and Cycles of Protests under the Master Frame of the struggle for land. Its research object is the Social Movements in the South of Brazil, establishing the period between 1985 and 2000 as an approximate time frame. Methodologically, the work will be guided by bibliographic and documentary research based on official records and referential oral history. It is directed from the perspective of Film Analysis and the History and Theory of Social Movements, guided by the historiographical genre of micro-history, in an analysis suggested by Carlo Ginzburg and Giovanni Levi, in the context of mobilizations in the South-Brazilian Border Region.

**Keywords:** Social Movements; Central Framing; Social Cinema; Articulation and Fight.

## 1 INTRODUÇÃO

A trajetória dos Movimentos Sociais no Sul do Brasil, exerce relevante papel na história de lutas e resistências no cenário de posicionamentos e conquistas sociais brasileiras. No decurso das últimas décadas, o cinema e a linguagem audiovisual, têm se apresentado como aliados fundamentais na construção do discurso, articulação de políticas e autoafirmação perante a opinião pública. A presente tematização, recebe acolhida, pela relevância e impacto que a cinematografia tem desempenhado como meio de expressão e mobilização ao longo da saga dos Movimentos Sociais, especialmente no Sul do Brasil, espaço geográfico de fortes tensões sociais históricas (Heinsfeld, 2016; Myskiw, 2016). O cinema e a linguagem audiovisual, como forma de arte e comunicação, apresentam-se como um poderoso mecanismo, capaz de influenciar a consciência coletiva e desencadear reflexões sobre questões sociais e políticas, além de destacar-se pelo forte impacto na mobilização, conscientização e resistência, especialmente pelo olhar de Tedesco; Rocha; Myskiw (Orgs.), (2021), sob o aspecto da oportunização política. A força de alcance mercadológico das obras filmicas, em especial de documentários e produções engajadas, revela-se com ampla capacidade de transmitir narrativas poderosas que ressoam com experiências e aspirações dos participantes dos Movimentos Sociais. Essas obras podem servir como catalisadores para a mobilização popular, inspirando a ação e promovendo a conscientização sobre questões sociais prementes (Uczai, 2024). Deste modo, o cinema desempenha um papel crucial na resistência ao narrar histórias que frequentemente são marginalizadas ou negligenciadas pelos discursos dominantes. Do ato de dar voz à grupos oprimidos, documentar suas lutas, ao oferecimento de uma plataforma de resistência contra estruturas injustas de poder, tais representações visuais desafiam estereótipos, contestam narrativas hegemônicas e fortalecem a resistência por meio da visibilidade. Nesse contexto integra-se às forças de coalizão a trajetória dos Movimentos Sociais no Sul do Brasil, uma luta singular que pode ter iniciado com a Guerra do Contestado (1912-1916), revelado pelas imagens de *Claro Jansson*, conforme confere Rodrigues; Machado; Valentini; etall (Orgs). (2023), e se integralizado às pautas de luta pela terra, com a saga da Fazenda Annoni, em outubro de 1985 (Tedesco; Rocha; Myskiw (Orgs.), 2021). Por este viés, a linha do tempo, entre as imagens originais em película que imortalizaram os Movimentos Sociais, reportagens de televisão e produções sob demanda, a utilização do cinema e linguagem audiovisual, vem se demonstrando fiel aliança na conscientização crítica, fortalecimento do debate e estímulo às discussões mais profundas sobre a análise e a compreensão dos desafios enfrentados pelos Movimentos Sociais. Desta maneira, a abordagem do uso do cinema como instrumento de mobilização, resistência e luta nos Movimentos Sociais, pode explorar uma variedade de aspectos, incluindo a produção de filmes militantes, o impacto das representações cinematográficas na opinião pública, as estratégias de difusão de mensagens por meio do cinema, entre

outros contextos mais específicos. Nesta busca, encontramos amparo nos conceitos filmicos de (Vanoyé e Goliot-Leté, 2005). Notadamente neste trabalho, busca-se analisar e compreender a estratégia e o uso do cinema e linguagem audiovisual, como instrumento de mobilização, resistência, articulação e formação de lideranças e militantes dos Movimentos Sociais, a partir de uma visão que integre o Cinema Social ao Cinema de Guerrilha, originando o conceito de Cinema Social de Guerrilha, o qual explicitaremos mais adiante. Considera-se ainda a especial contribuição do cinema brasileiro, na difusão sensibilização pública para demandas sociais advindas dos mais distintos movimentos e ações que percorrem o tempo ao longo das décadas de 1980, 1990 e anos 2000, no Meridional brasileiro. O interesse pelo tema, advém de preceitos que incluem valores sociais e a vivência do autor, o qual há diversas décadas tem atuado como cineasta e produtor de conteúdo em projetos etnográficos que imortalizam a memória regional, frente ao desafio de resgate e socialização de temas da mais profunda relevância antropológica e de conservação folclórica e étnica do manancial histórico, o qual já tematizou sagas regionais conectadas aos Movimentos Sociais, por meio do Cinema Social e de Guerrilha, na imortalização e debate da memória do Contestado.

No aspecto acadêmico, nos valeremos dos princípios de Hagemeyer (2012), que associa as obras cinematográficas à uma contra análise da sociedade, na compreensão contextual e social de sua produção, paralelo ao conceito de simulacro de Baudrillard (1996), o qual insere-se no espaço entre o real e o imaginário, incorporando ainda conceitos sobre os Movimentos Sociais a partir de Gohn (2008), da pedagogia, ensino de história e sobretudo a possibilidade de debruçarmo-nos sobre os conceitos de Vainfas (2002) e Valim (1997), sobre os novos domínios da historiografia.

Neste trabalho, como objetivo de estudo, procura-se estabelecer uma relação entre a arte cinematográfica e a linguagem audiovisual como instrumento de articulação, mobilização e resistência no surgimento dos Movimentos Sociais no Sul do Brasil, especialmente pelo campo do Cinema Social de Guerrilha. partindo dos conceitos de *frames, master frames e ciclos de protestos* de Snow; Benford (1992).

Metodologicamente nos guiaremos pela pesquisa bibliográfica e documental a partir de registros oficiais e história oral referencial. Direciona-se sob a perspectiva da Análise Fílmica e pela História e Teoria dos Movimentos Sociais, tendo ainda como elemento centralizador do presente estudo, o gênero historiográfico da micro-história, em uma análise sugerida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, a qual trará procedimentos reais detalhados, que contribuirão para uma compreensão geral dos fatos (VAINFAS, 2002). Trataremos com o devido rigor, informações elencadas por meio de pesquisa qualitativa, tendo o direcionamento da história oral com base na teoria de Alberti (2004), além de análise fílmica com base nos estudos de Francis Vanoye & Anne Goliot-Lété (2005), e contribuições de Jacques Aumont (1996, 2003, 2004).

## 2 MOVIMENTOS SOCIAIS E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Ao longo do processo de modernização da agricultura, cujo procedimento objetivava entre outras finalidades, a especialização das atividades agrícolas e a transferência de trabalhadores para o setor urbano, importantes segmentos sociais do campo, promoveram resistência (Picolotto, 2007). Em diversas localidades do Brasil, especialmente na Região Sul, ainda na década de 1970, os pequenos agricultores, os “sem-terra”, os “atingidos por barragens”, os indígenas, os quilombolas, as mulheres trabalhadoras rurais, entre outras classes, se organizaram em luta contrária a expropriação dos meios de produção, idealizando alcançar alternativas para a continuação de sua representação social (Picolotto, 2007). Tais ações destes grupos constituíram o que se concebe na sociologia como Movimentos Sociais, cuja origem rural remonta ao início da década de 1980, no Sul do Brasil (Picolotto, 2007). Nesta época, o sindicalismo “rural tradicional”, recebe forte questionamento das oposições sindicais que originaram o “novo sindicalismo” em uma cooperação na criação da Central Única dos Trabalhadores - (CUT) (Picolotto, 2007). Expressivos segmentos marginalizados do campo pela militância externa à institucionalidade estabelecida, deram origem à notáveis Movimentos Sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (Picolotto, 2007). A trajetória de tais atores sociais congrega uma vasta lista de ações coletivas e de experiências socioeconômicas, posicionando-os como edificadores de uma nova ordem contra-hegemônica, estruturando experiências de viabilização e autonomia de suas bases sociais (agricultura alternativa, associações de cooperação, assentamentos e reassentamentos, entre outros.) (Picolotto, 2007). As interferências direcionadas à institucionalidade, estabeleceram a ampliação de espaços, na promoção da cidadania e democratização do Estado (Picolotto, 2007).

Contudo apesar do alcance e das múltiplas manifestações políticas, acessadas por tais movimentos além das ações desencadeadas como alternativa para o campo, o êxodo rural continuou em várias regiões do país, incidindo especialmente em regiões de franca modernização da agricultura (Picolotto, 2007). O progresso deste segmento, ganhou maior evidencia na década de 1990 e nos anos 2000, em que o já referido grupo de atores sociais, evoluiu para a formação de organizações representativas, originando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – (Fetraf-Sul), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas – (MMTU) e o Sindicato dos Trabalhadores na Educação – (SINTE-SC), entre outras articulações ligadas ao sindicalismo cutista na Região Sul e a seção brasileira da Via Campesina, que articula o MST, MPA, MAB, MMC (Picolotto, 2007). As novas organizações gerais passam a influir na construção de identidades coletivas gerais entre os movimentos (Picolotto, 2007). Se por um lado a Fetraf-Sul apropria-se da identidade da agricultura familiar para construir unidade às suas bases sindicais, em outro aspecto a Via Campesina, adota a identidade internacional de camponês para integrar as bases dos

movimentos associados (Picolotto, 2007). Entretanto, as abordagens envolvendo os Movimentos Sociais no Brasil, especialmente no Meridional brasileiro, condicionam-se a descrição dos processos que deram origem aos movimentos, lutas e transformações alcançadas, ocultando os processos midiáticos e discursivos à estes proporcionados por múltiplas ferramentas como os meios de comunicação, em especial o cinema e a linguagem audiovisual, peças fundamentais empregadas na mística expressa no cotidiano das ações, como representação simbólica da luta (Picolotto, 2007; Dresch, 2024).

### 3 CINEMA SOCIAL DE GUERRILHA: PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E LUTAS SOCIAIS

Na investigação geral das lacunas apresentadas no item anterior, manifesta-se o anseio de compreender a intrínseca relação entre cinema e história e a consequente origem de novas dinâmicas sociais no campo, proporcionadas pelo uso de obras cinematográficas e de audiovisuais. A conformação deste cenário histórico de lutas, perpassa os estudos de Heinsfeld (2016), o qual aúfere à dinâmica da fronteira, como um espaço conceitual histórico, fundamental para a compreensão dos processos sociais, políticos e culturais que imprimiram o espaço da Fronteira Sul. Ressalta o autor, que a fronteira não é uma demarcação estática, mas sim uma categoria que exerce dinamismo, marcada por disputas, negociações e transformações continuadas (Heinsfeld, 2016). Com vistas a aprofundarmos a configuração do espaço geográfico em tela, elencamos Myskiw (2016), o qual infere que as fronteiras da região Sul não foram meramente definidas por tratados ou marcos territoriais, sendo gradualmente construídas por meio de contendas, negociações e ocupações humanas. Um contínuo processo que ao longo dos anos envolveu circulação de pessoas, trocas culturais, conflitos e redefinições territoriais (Heinsfeld, 2016).

Cenário de constante litígio, a Fronteira Sul, teve sua trajetória marcada pela prevalência de estâncias e reduções jesuíticas e até mesmo investidas militares, sendo fortemente impactada por tratados como o de Madri (1750) e o de Santo Ildefonso (1777). Contudo, tal porção geográfica constitui-se ao longo do avanço colonizatório, em um franco entendimento de espaço vivo, perpassado por ambiguidades, as quais tanto separam, quanto integram povos e territórios (Myskiw (2016)).

No palco das articulações, lutas sociais e a resistência no Sul do Brasil, destaca-se em especial a contribuição da pesquisadora Elenita Malta Pereira, autora da obra *Movimentos Sociais e Resistência no Sul do Brasil (2020)*, a qual aborda as lutas, resistências e conquistas dos principais Movimentos Sociais do país na contemporaneidade, como: movimentos de resistência negra, feminista, de luta pela terra (MST, indígenas e quilombolas), LGBTQIA+, ambientalista, agroecológico, estudantil, operário, as Diretas-Já, a luta pela moradia e a defesa do patrimônio e da soberania alimentar. A égide de Vainfas e Cardoso (2012), na obra *Novos Domínios da História*, pontua a importância do cinema para a compreensão da história. Na obra *Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil questões contemporâneas (2018)*, Tedesco, J.C., Seminotti, J.J., e Rocha, H.J (2018), trazem um apanhado da luta e mobilização na segunda metade

do século XX.

Reconhece-se ainda a atuação de diversos teóricos de áreas interdisciplinares da ciência, sobre a influência do cinema na difusão de ideias: Autores como McLuhan (2005), Benjamin (1987), e Kracauer (1988-2012), os quais compreendem o cinema como uma forma de expressão artística e veículo de mensagens sociais e políticas. Esses pensadores oferecem perspectivas diversas sobre como o cinema desempenha um papel crucial na disseminação de ideias e na formação da consciência coletiva. Assim, para além de entretenimento, a arte do cinema como produto cultural, mostra-se como importante meio para a difusão de ideias, comportamentos e sonhos, na construção indentitária civilizacional.

A partir disso, atrever-nos-emos conceituar o padrão de produção e distribuição das obras cinematográficas adotadas pelos Movimentos Sociais na porção Meridional do Brasil, como “Cinema Social de Guerrilha”, um conceito que se estabelece, partindo da apropriação de duas categorizações distintas e pouco evidenciadas: De um lado encontra-se o Cinema, como um elemento integrativo a partir do consumo de um produto que representa o convívio coletivo e a sociabilidade, integrados por preceitos de Durkheim (2007), acerca da psicologia social e a concepção de Jodelet (2001), sobre a dimensão sociológica. Este primeiro preceito, está ligado aos modos de acesso e consumo da cinematografia. Na outra extremidade, localiza-se o Cinema de Guerrilha, expressão usada para designar filmes de baixo orçamento, ausentes de leis de incentivos. O conceito defendido pelo crítico norte-americano Roger Joseph Ebert (1981-2024), é amplamente difundido no mercado cinematográfico, combinando táticas mercadológicas de produção, distribuição e marketing de guerrilha.

#### **4 A FILMOGRAFIA DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL: FRAMES E CONSCIÊNCIA NA LUTA PELA TERRA**

Uma busca preliminar, mostra que entre 1985 e 2000, pelo menos 13 obras cinematográficas, foram utilizadas com maior frequência no Sul do Brasil, em projeções públicas, na sensibilização para temáticas inerentes aos movimentos, o despertar para a consciência de classe e especialmente na conscientização para a luta pela terra (Uczai, 2024) As produções: *Terra para Rose* (1987) e *Anel de Tocum* (1994), surgem como as obras filmicas mais populares e usadas, conforme a consulta inicial. Neste propósito, os pressupostos de uma análise filmica, aos moldes de Vanoyé e Goliot-Leté (2005), guiam-nos pelo processo de desmembramento de um filme, seleção de suas partes integrantes e interpretação, o que notadamente passa pela interpretação e exame de elementos como narrativa, composição, técnicas de filmagem, montagem e som. Assim nos é possível em um primeiro momento, debruçarmo-nos sobre a integralidade da peça, compreendendo o funcionamento das referidas obras, seus efeitos produzidos no espectador, perpassando densas camadas as quais vão muito além de uma insipiente sinopse ou opinião pessoal à cerca

do cinema e linguagem audiovisual, como elemento de mobilização, sensibilização e tomada de consciência (Vanoyé e Goliot-Leté, 2005).

À este despeito, pode-se observar que fatores como a similaridade do que é apresentado em tela e a sórdida realidade de quem luta pela terra, em certa medida, são mixadas e equalizadas no que se segue aos princípios de Hagemeyer (2012), que associa as obras cinematográficas à uma contra análise da sociedade, na compreensão contextual e social de sua produção, sendo endossado pelo conceito de simulacro de Baudrillard (1996), o que em instância inicial convalida os fatos iniciais de que o cinema e a linguagem audiovisual, contribuiu para a catalisação de ideais para a mobilização social.

Contudo, uma apuração mais profunda de como elementos ligados a obras fílmicas agem e interagem com o espectador, no que tange os processos de mobilização para a luta e o agrupamento coletivo em específico, requer uma abordagem que passa a atuar como decupagem do processo de mobilização social: Uma teorização mais consentânea ao atendimento dos propósitos de reciprocidade temática que conecta a linguagem imagética a abordagem dos Movimentos Sociais nos é apresentada por Snow; Benford (1992), na tematização *Frame e Master Frame e Ciclos de Protestos* (Snow; Benford, 1992).

O critério de definição quanto a corrente teórica, nos oferece um denso diálogo que ao passo em que caracteriza-se pela clareza das ideias, nos permite conjecturar a paranomásia que habita a terminologia técnica, praticando uma perfeita relação de trânsito entre um campo e o outro na decodificação textual. O ponto inicial reside no fato de que inusitadamente a produção cinematográfica, pode ser associado à esta concepção, partindo do pressuposto que a peça fílmica principal, não por acaso é chamada de máster, a qual representa a totalidade da obra reunida como matriz. Entretanto sua montagem é construída a partir da integração de várias cenas agrupadas, as quais em cada segundo de imagens apresentam 24 quadros, tecnicamente chamados de *frames*, que são fragmentos de imagens que se ligam para dar movimento à cena (Aumont, 2003; Konigsberg, 1987). Foi assim que *Eadweard Muybridge*, descobriu a imagem em movimento em 1872, após realizar o disparo sequencial de câmeras em uma corrida de cavalos (Aventuras, 2024). Em seguida, com a descoberta do cinema, as montagens fílmicas passaram orientarem-se pelo quadro a quadro. (Aventuras, 2024; Aumont, 2003; Konigsberg, 1987).

Retomando o caso em tela, o cinema e a linguagem audiovisual, para Matielo (2024), são elementos fundamentais, para a propagação e ideias e conceitos de mobilização e luta entre os Movimentos Sociais, uma vez que conseguem reter a atenção do espectador na dinâmica da “venda” de um *frame* (um fragmento) ou de um *máster frame* (o conjunto da obra). O conjugado de elementos teóricos, está presente na obra *Master Frames and Cycles of Protest*, em que Snow; Benford (1992), apresentam uma abordagem teórica e emitem conceitos conexos à protestos e Movimentos Sociais. Para os autores, o termo "*master frames*" refere-se às estruturas conceituais e narrativas que moldam a compreensão e a organização desses movimentos (Snow; Benford, 1992). Conforme inferem "*cycles of protest*" exploram os padrões

recorrentes de mobilização social ao longo do tempo (Snow; Benford, 1992). Os autores debruçam-se em analisar como determinados quadros conceituais se tornam dominantes em diferentes períodos e contextos, influenciando a forma como os Movimentos Sociais são percebidos e articulados (Snow; Benford, 1992). Para os autores, os ciclos de protesto, como movimentos, surgem, crescem, atingem seu pico e eventualmente diminuem (Snow; Benford, 1992). Os autores Snow; Benford (1992), buscam fornecer insights sobre a dinâmica dos Movimentos Sociais e como as estruturas conceituais moldam sua evolução ao longo do tempo. A terminologia *master frame* (quadro mestre) foi originalmente concebido para oportunizar a observação empírica de que ciclos de protesto emergem ocasionalmente na ausência de uma estrutura de oportunidades políticas (POS) favorável. A teorização perpassa a contextualização da atividade de *framing* (enquadramento), de organizações de movimentos individuais, direcionando-se para a exploração de funcionamento dos *frames* em um contexto ampliado (Snow; Benford, 1992).

Por outro lado, na linguagem cinematográfica, enquadramento é o termo usado para referir-se a seleção e o posicionamento de campo visual, visto na tela, selecionando o que o espectador vê e a forma como o visualiza tal recorte de realidade. A ação encarrega-se ainda de apresentar uma definição de quais elementos cênicos estarão contidos no interior do quadro, o que inclui as dimensões da imagem, ou seja: o plano e o ângulo da câmera em relação ao objeto ou personagem filmado. A opção ou critério de escolha do enquadramento constitui-se de criativo ferramental, indispensável na perspectiva de transmissão de emoções e contextualização a qual guia a percepção do expectado para o que se objetiva apresentar na imagem (Primeiro, 2025).

Feita a correlação, dado que o POS foi teorizado como automotriz dos ciclos de protesto, inventariou-se uma explicação alternativa do ponto de vista do enquadramento do movimento social para encarregar-se dos casos em que vários movimentos se agruparam durante um período, embora as condições estruturais não parecessem ideais para mobilização generalizada (Snow; Benford, 1992). Diante de tais condições, um ciclo de protesto poderia ser atribuído, em parte, ao desenvolvimento de uma estrutura mestra ressonante (Snow; Benford, 1992).

Para aprimorar o entendimento sobre tais conceitos, nos valeremos de Rocha (2018), autor o qual ao tratar sobre a relação entre o MASTER, que é um movimento que antecede ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – (MST) e Os Afogados do Passo Real, um grupo que antecedeu ao Movimento dos Atingidos por Barragens – (MAB), aprofunda a tematização com vistas a decodificar os elementos os quais são construídos na relação entre os conceitos de “Ciclos de Protestos” (Tarrow, 2009) e “*Social Movement Industry – (SMI)*” (Mccarthy; Zald, 1977), os quais oportunizam a compreensão da maneira pela qual a mobilização social adquire unidade ao longo do tempo. Para Rocha (2018), este entendimento é considerado fundamental para o avanço na compreensão conceitual de “*frame*” elaborado por David A. Snow e Robert D. Benford. A palavra de origem inglesa, “*frame*” expressa a ideia de “quadro”

ou “moldura” a qual simbolicamente induz “um esquema interpretativo que simplifica e condensa o mundo lá fora pontuando seletivamente e codificando objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações dentro do ambiente presente ou passado” (Rocha, 2018).

Na decodificação de Rocha (2018), à cerca da visão dos autores, em um cenário de ação coletiva, a importância de um “*frame*” reside nas competências de “atribuição e articulação”. Conforme a percepção do autor ao referir-se ao conceito original, a órbita de atribuição, a referência de um *frame* apresenta-se como um importante elemento, capaz de detectar e oferecer resolutividade aos problemas (Rocha, 2018). Nesta condição, observa-se a estreita relação, especialmente pelos Movimentos Sociais, especialmente aqueles ligados à luta pela terra, como foi o enunciado caso dos Sem-Terra e dos Atingidos por Barragens, os quais buscaram integrar pessoas após absterem-se de suas terras em razão de episódios ligados ao desenvolvimento e modernização da agricultura, e expropriação rural, além de acontecimentos como a tônica da geração de energia e o suprimento de demandas de recursos hidrelétricos renováveis (Rocha, 2018). Para Rocha (2018), a ampliação de escala, produz efeitos na multiplicidade elevada de recursos e objetivos inter-relacionados, assim, a capacidade integrativa de um *master frame* vincula-se às variáveis como a competência de atribuição, condições de fidelização ou centralidade narrativa e sua acreditação e idoneidade empírica ou comensurabilidade experimental (Rocha, 2018 p. 145; Snow; Benford, 1992, p. 138). Em análise à capacidade integrativa do referido *master frame* com base nos pontos evidenciados por Snow e Benford (1992), Rocha (2018), considera que a “luta pela terra” seria o “*master frame*” que identificaria atingidos por barragens e sem-terra. No campo da articulação, Rocha (2018), pontua que a semelhança entre os atores de um movimento de atingidos por barragens, com os personagens integrados em um movimento de trabalhadores sem-terra, reside no fato de que tanto um grupo quanto o outro é constituído por expropriados, impactados por uma política desenvolvimentista, confere fidelidade e credibilidade para uma narrativa de estigmatização e luta a qual condizia com a realidade empírica daqueles que por um ou outro motivo acabaram em um acampamento, emoldurando conformando este quadro. O autor considera que as relações que Snow e Benford (1992), evidenciam entre o trio de conceitos representados pelos “ciclos de protesto”, “repertórios” e “*master frames*”, são elementos elucidativos, ao passo que um *master frame* está associado à emergência de um ciclo de protesto (Rocha, 2018, p 145; Snow; Benford, 1992, p. 142).

Como visto, os *frames* são molduras interpretativas que simplificam e articulam problemas complexos, enquanto o *master frame* é uma estrutura maior o qual integra múltiplas visões de mundo. Por meio do cinema, *frames* foram difundidos ao longo do período em tela, em sessões organizadas com as comunidades impactadas, ampliando o impacto de lutas como a reforma agrária e a resistência a barragens (Uczai, 2024; Dresch, 2024; Santin, 2024; Melchiors, 2024). Na obra *O Queijo e os Vermes* (2006), Ginzburg reconstrói a vida e o pensamento de Menocchio, um moleiro italiano do século XVI julgado pela

Inquisição por suas ideias heréticas. A partir dos autos do processo, o autor mostra como um homem comum, com base em suas próprias experiências e leituras fragmentadas, reconfigurava uma cosmovisão própria, que desafiava a ordem religiosa e intelectual dominante do período. Os Movimentos Sociais, especialmente os contemporâneos, semelhantemente surgem quando indivíduos e grupos subalternos reinterpretam o mundo, questionam narrativas hegemônicas, construindo novos sentidos coletivos de ação identitária. Nesse contexto, há uma relação, que se estabelece na produção de significado e na resistência cultural. Da mesma forma como Menocchio, os Movimentos Sociais reinterpretam conhecimento e poder, gerando novas linguagens e discursos. Nesta visão os *frames*, no conceito de Snow e Benford (1992), constroem espaços simbólicos de contestação, sejam eles na praça, nas redes ou na arte, os quais são amplificados pelo poder da imagem e a magia do cinema e da linguagem audiovisual (Snow; Benford, 1992; Ginzburg, 2006; Matielo, 2024).

Feito o devido diálogo conceitual, ao nos encaminharmos para o arazoado final, convém dizer que o campo dos acontecimentos envolvendo a teorização entre os conceitos aqui versados, a fronteira, indubitavelmente apresenta-se como o palco dos principais eventos inerentes à temática, na observância que a mesma não deve ser vista apenas como limite do Estado, mas especialmente como campo de práticas sociais (Myskiw, 2016).

Notadamente as transições entre diferentes campos, seja no contexto das imagens e percepções dos Movimentos Sociais, seja no cenário político dada a alternância as quais envolvem relação de poder, os acontecimentos que integram a dialética da Fronteira Sul-Brasileira, seguem propagando suas leis de causa e efeito: a Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS), é segundo Myskiw (2021), uma conquista dos Movimentos Sociais, rurais, integrada à um importante projeto formativo para jovens, o que nos remete ao entendimento que os Movimentos Sociais, permanecem integrados ao cotidiano da região Meridional brasileira. Tal conquista evidencia a capilaridade e protagonismo dos Movimentos Sociais na Fronteira Sul-Brasileira, o que sugere um alto valor de aceitação como um *Master Frame* que acolhe diferentes perspectivas e *frames* secundários e que em alguma medida, possa ter sido impulsionado apoiado pelo contexto imagético ferramental cinematográfico, especialmente o da linguagem audiovisual, tendo sido amplamente positivados por estes meios que informam, educam e entretém. Muito embora os *frames* originários de distintas demandas, em certa medida, ainda tremulem no mastro dos acampamento como ideais ainda não alcançados, historiografia sobre a escravidão antiga, especialmente a romana, nos revelam que a ausência de agrupamentos coletivos, na construção de *frames de ação coletiva*, encarregou-se de solidificar fronteiras étnicas no universo de ex-escravizados, em vez de fluidificar caminhos, rumo à reconfiguração social entre a convivência de negros e brancos (Joly, 2015, p. 69-78).

Por fim, ao retomarmos o caso em tela cumpre-nos a obrigação de referendarmos a arte como um forte elemento catalizador e aglutinador humano no campo das lutas sociais. E assim, diversamente da

associação que a sétima arte receba, nos mais diversos campos em se tratando de utilização, seja como arte, entretenimento, uso educacional ou científico, o cinema originalmente surgiu como apreciação de registros na representação da história (Hagemeyer, 2012).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualização da agricultura no Brasil produziu resistência entre segmentos sociais do campo, especialmente no Sul, evidenciando a luta de pequenos agricultores, sem-terra e atingidos por barragens. Nos anos entre 1980 e 2000, o cinema e a linguagem audiovisual tiveram relevante uso como instrumentos de mobilização, formação e articulação política por Movimentos Sociais e entidades sindicais.

Nesse período, treze obras foram amplamente exibidas por instituições ligadas à agrupamentos mobilizadores, destacando-se *Terra para Rose* (1987) e *Anel de Tocum* (1994), como filmes de forte apelo inspirador. Tal processo se aproxima da lógica do *Cinema de Guerrilha*, articulando arte e engajamento político em um cenário permeado pela centralidade de luta pela terra.

A análise filmográfica das referidas obras nos possibilita entender como o cinema atuou na construção de sentidos, articulando *frames* e *master frames*, conceitos que ajudam a compreender a formação e o desenvolvimento dos ciclos de protesto. O cinema sul-brasileiro, com forte foco rural e etnográfico, contribuiu para dar visibilidade às lutas do campo.

Mesmo diante de sinais de progresso no cenário em questão, é reconhecidamente indispensável avançar nas investigações, especialmente nas de cunho empírico, o que demonstraria com maior propriedade os efeitos da referida estratégia comunicacional na mobilização social e ampliar o debate teórico sobre o uso de *frames*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AUMONT, J. et al. **A estética do filme**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

AUMONT, Jacques. **As teorias dos cineastas**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

BAUDRILLARD, J. **A transparência do mal**. São Paulo: Editora Papyrus, 1996.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia**. São Paulo, Ícone, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2008.

HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Orgs.) **História da Fronteira Sul. Chapecó** : Ed. UFFS, 2016. pp. 25-42.

HAGEMeyer, R. **História & Audiovisual**. São Paulo: Editora Autêntica, 2012.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

JOLY, Fábio Duarte. Escravidão e fronteiras sociais e identitárias no mundo romano. *In*: VENTURA DA SILVA, Gilvan; MORAIS DA SILVA, Érica Christiane. **Fronteiras e identidades no Império Romano: aspectos sociopolíticos e religiosos**. Vitória: GM Editora, 2015. pp. 69-78.

KONIGSBERG, Ira: **The complete film dictionary**, Meridian Books, 1987.

KRACAUER, Siegfried. **De Caligari à Hitler: Uma história Psicológica do Cinema Alemão**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

KRACAUER, Siegfried. **Hollywood's Terror Films: do they reflect an American state of mind?**. *IN*. KRACAUER, S. Siegfried Kracauer American Writings: Essays of film and popular culture. California: University of California Press, 2012.

LEVI, Giovanni. **“Sobre a micro-história”** *In*: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Editora Cultrix, 2005.

MYSKIW, Antonio M. **O Programa de Pós-Graduação em História da UFFS**. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 37, p. 271-286, 28 jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2021n37.12489>

MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Orgs.) **História da Fronteira Sul**. Chapecó : Ed. UFFS, 2016. pp. 43-72.

PEREIRA, Elenita Malta. **Movimentos Sociais e Resistência no Sul do Brasil**. Curitiba Appris Editora: (2020).

PICOLOTTO, Everton L. **Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas**. *In*: Revista IDeAS, v. 1, n. 1, p. 60-77, jul.-dez. 2007.

ROCHA, Humberto José da. **História dos movimentos sociais na fronteira sul: oportunizarão política, mobilização e enquadramento interpretativo na luta pela terra**. *In*: História: Debates e Tendências – v. 18, n. 1, jan./jun. 2018, Passo Fundo:, 2018p. 133-154

RODRIGUES, Rogério Rosa; MACHADO, Paulo Pinheiro; VALENTINI, Delmir José; et al. (Orgs.). **A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim**. São Paulo: Letra & Voz, 2023.

SNOW, David; BENFORD, Robert. **Master frames and cycles of protest**. In: MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol McClurg (Orgs.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven (CT): Yale University Press, 1992.

TEDESCO, João C. ; ROCHA, Humberto J. da; MYSKIW, Antonio M. (Orgs.). **História dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra no Sul do Brasil (1940-1980)**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2021.

TEDESCO, J.C., SEMINOTTI, J.J., and ROCHA, H.J., ed. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas** [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história: Os protagonistas anônimos da história**. Rio de Janeiro - RJ: Campus, 2002.

VANOYÉ, Francis; GOLIOT-LETÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise filmica**. 3.ed  
Campinas: Papyrus, 2005.

VALIM, Alexandre Busko. História e cinema. In: **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 1997.

VALIM, Alexandre Busko. História e cinema. In: **Novos Domínios da História**. VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012.

**ANEL de Tocum**: Direção: Conrado Berning. Brasil: Verbo Filmes, (1994). 1 DVD (70 min.).

**TERRA para Rose**: Direção: Tetê Moraes. Brasil: Versátil Home Vídeo, (1987). 1 DVD (83 min.).

DESCH, Dirceu. **Dirceu Dresch: entrevista** [fev. 2024]. Entrevistador: Ernoi Luiz Matielo. Treze Tílias, SC: Projeto Cinema Social de Guerrilha: A Mobilização Imagética Nos Movimentos Sociais do Sul do Brasil, 2024. 1 sonora. Entrevista concedida ao Projeto Cinema Social de Guerrilha: A Mobilização Imagética Nos Movimentos Sociais do Sul do Brasil.

MATIELO, Ernoi Luiz. **Ernoi Luiz Matielo: entrevista** [maio. 2024]. Entrevistador: Jean Fabiano Schelle. Marcelino Ramos, RS: Rádio Salette FM Marcelino Ramos, 2024. 1 sonora. Entrevista concedida ao Programa Espaço Aberto - Edição de Sábado.

MELCHIOR, Pedro. **Pedro Melchior: entrevista** [fev. 2024]. Entrevistador: Ernoi Luiz Matielo. Treze Tílias, SC: Projeto Cinema Social de Guerrilha: A Mobilização Imagética Nos Movimentos Sociais do Sul do Brasil, 2024. 1 sonora. Entrevista concedida ao Projeto Cinema Social de Guerrilha: A Mobilização Imagética Nos Movimentos Sociais do Sul do Brasil.

SANTIN, Vilson João. **Vilson João Santin: entrevista** [fev. 2024]. Entrevistador: Ernoi Luiz Matielo. Treze Tílias, SC: Projeto Cinema Social de Guerrilha: A Mobilização Imagética Nos Movimentos Sociais do Sul do Brasil, 2024. 1 sonora. Entrevista concedida ao Projeto Cinema Social de Guerrilha: A Mobilização Imagética Nos Movimentos Sociais do Sul do Brasil.

UCZAI, Pedro Francisco. **Pedro Francisco Uczai: entrevista** [fev. 2024]. Entrevistador: Ernoi Luiz Matielo. Treze Tílias, SC: Projeto Cinema Social de Guerrilha: A Mobilização Imagética Nos Movimentos Sociais do Sul do Brasil, 2024. 1 sonora. Entrevista concedida ao Projeto Cinema Social de Guerrilha: A Mobilização Imagética Nos Movimentos Sociais do Sul do Brasil.

AVENTURAS na história. Disponível em:

<<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/aposta-em-cavalos-que-ajudou-no-desenvolvimento-do-cinema.phtml>>. Acesso em 24 de março de 2024.

EBERT R. Collateral. Roger Ebert, 6 ago. 2004. Disponível em:

<<https://www.rogerebert.com/reviews/collateral-2004>>. Acesso em 17 de janeiro de 2024.

EBERT R. Thief. Roger Ebert, 1981. Disponível em:

<<https://www.rogerebert.com/reviews/thief-1981>>. Acesso em 17 de janeiro de 2024.

PRIMEIRO filme. Disponível em: <[https://www.primeirofilme.com.br/site/o-livro/enquadramentos-planos-e-](https://www.primeirofilme.com.br/site/o-livro/enquadramentos-planos-e-angulos/#:~:text=A%20no%C3%A7%C3%A3o%20de%20enquadramento%20%C3%A9,est%C3%A1%20sendo%20criado%20pelo%20filme.)

[angulos/#:~:text=A%20no%C3%A7%C3%A3o%20de%20enquadramento%20%C3%A9,est%C3%A1%20sendo%20criado%20pelo%20filme.](https://www.primeirofilme.com.br/site/o-livro/enquadramentos-planos-e-angulos/#:~:text=A%20no%C3%A7%C3%A3o%20de%20enquadramento%20%C3%A9,est%C3%A1%20sendo%20criado%20pelo%20filme.)>. Acesso em 14 de novembro de 2025.

REALIZAÇÃO:

**Aurum**  
EDITORA

CNPJ: 589029480001-12  
contato@aurumeditora.com  
(41) 98792-9544  
Curitiba - Paraná  
[www.aurumeditora.com](http://www.aurumeditora.com)